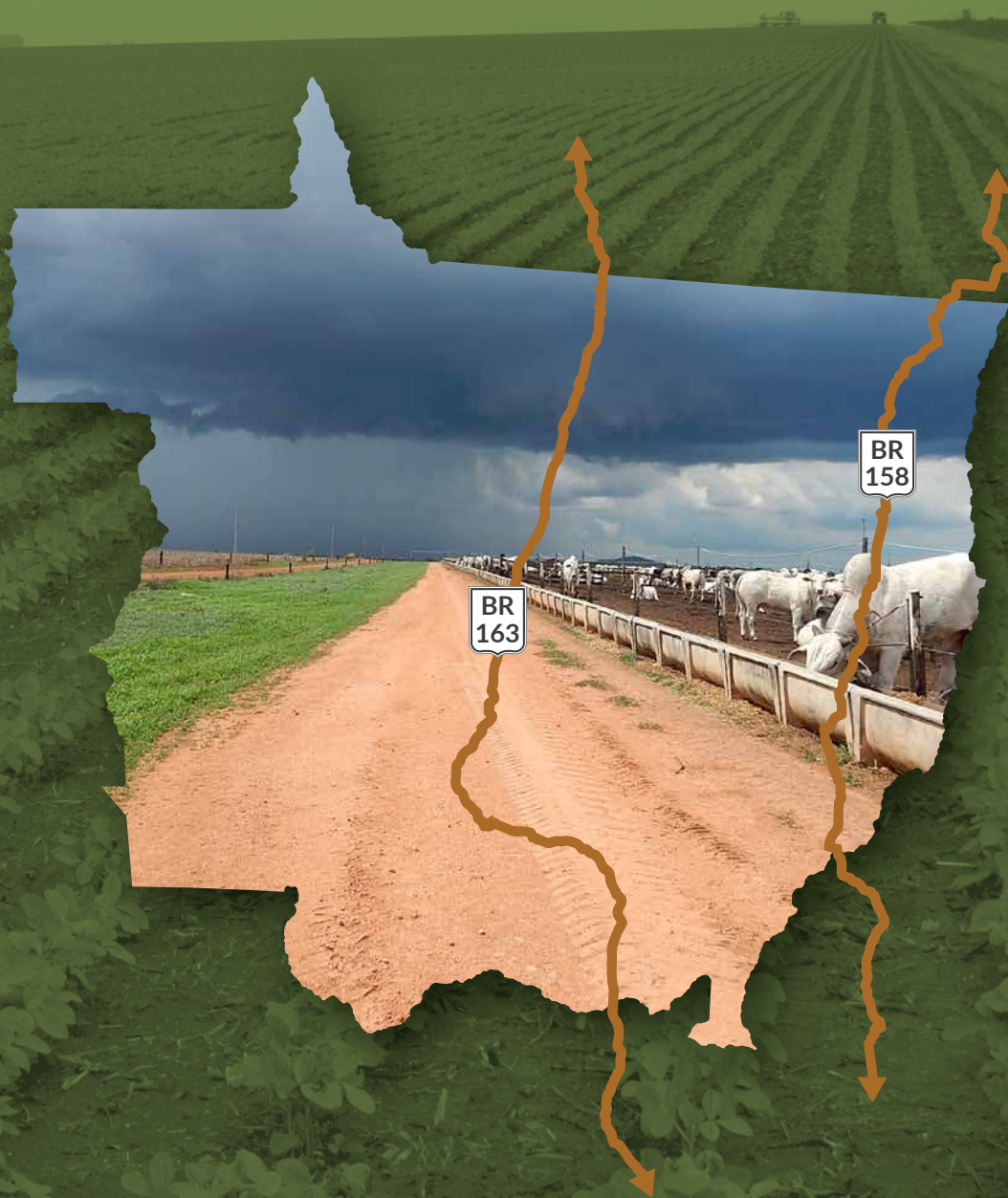


ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO

Os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa



Organizadores:

Martin Coy | João Carlos Barrozo | Edison Antônio de Souza

ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO

Os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa

Organizadores:

Martin Coy

João Carlos Barrozo

Edison Antônio de Souza

Instituto de Geografia – Universidade de Innsbruck
NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos) – UFMT

Apoio financeiro:



Brasília-DF, 2020

ORGANIZADORES

Martin Coy
João Carlos Barrozo
Edison Antônio de Souza

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Flávio Silva Ramos (Editora IABS)

REVISÃO TEXTUAL

Stela Máris Zica

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Javiera de la Fuente Castellón (Editora IABS)

FOTOS

Michael Klingler, Martin Coy, Christoph Huber, acervo NERU/UFMT

Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa. Martin Coy, João Carlos Barrozo e Edison Antônio de Souza (organizadores). – Brasília: Editora IABS, 2020.

ISBN 978-65-87999-00-5

300 p.

1. Expansão do agronegócio. 2. Eixos das BRs 158 e 163. 3. Relação campo-cidade. I. Título. II. Editora IABS.

CDU: 631/635

SUMÁRIO

- 05 Prefácio - Estradas, agronegócio e cidades
MARCEL BURSZTYN
- 11 Agradecimentos
- 13 Sob o domínio do agronegócio:
uma introdução ao tema desta coletânea
MARTIN COY
- PARTE I - Rodovia Cuiabá Santarém: BR-163**
- 27 Introdução
EDISON ANTÔNIO DE SOUZA
- 33 Relações campo-cidade e funções urbanas em regiões do
agronegócio: o caso de Sinop (Mato Grosso)
MARTIN COY, TOBIAS TÖPFER, FRANK ZIRKL
- 71 SINOP/MT - A cidade como negócio:
uma reflexão necessária
EDISON ANTÔNIO DE SOUZA
- 89 Logística de escoamento da agro produção mato-grossense
e seus impactos na rede urbana regional
TEREZA CRISTINA CARDOSO DE SOUZA HIGA, FLAVIO GATTI
- 109 Novo progresso: a persistência do mito da terra livre
na (pós)fronteira
MICHAEL KLINGLER E PHILIPP MACK
- 137 Constituição territorial no norte de Mato Grosso do Sul:
ação do Estado e exclusão humana (1970-2016)
BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA FEITOSA

- 173 A nova fronteira agrícola:
o agronegócio brasileiro em busca da terra em Moçambique
CHRISTOPH HUBER

PARTE II – BR-158

- 197 Norte do Araguaia mato-grossense:
expansão do agronegócio e reconfiguração do espaço
JOÃO CARLOS BARROZO E PAULO SERGIO DELGADO
- 203 Percurso do gado:
do Vale do São Francisco ao Vale do Araguaia
JOÃO CARLOS BARROZO
- 221 A disputa entre retireiros, proprietários e grileiros pelos
varjões no município de Luciara, Mato Grosso
JULIANA CRISTINA DA ROSA
- 247 Uma terra indígena e territórios municipais
administrativamente criados: o caso da TI Marãiwatsédé e os
municípios mato-grossenses de São Félix do Araguaia, Alto
Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia
JULIANA CRISTINA DA ROSA E PAULO SÉRGIO DELGADO
- 277 “Modernização” agrícola, aspectos fundiários e impactos
ambientais em Mato Grosso no período de 2000 a 2010
MARINES ORLANDI, ARNALDO TAVEIRA CHIOVETO
E PAULO CÉSAR SILVA COSTA JUNIOR

PREFÁCIO

ESTRADAS, AGRONEGÓCIO E CIDADES

Marcel Bursztyn

Professor titular no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e professor colaborador do Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEP-COPPE/UFRJ).

O Centro-Oeste brasileiro, em particular o Mato Grosso, sempre chamou a atenção de viajantes e estudiosos pelo caráter exuberante de sua natureza diversa, suas potencialidades e sua riqueza cultural. O antropólogo francês Lévi-Strauss narrou sua experiência nos anos 1930, com foco nos indígenas. O Marechal Rondon desbravou sertões como pré-requisito à instalação de linhas telegráficas. Ambos geraram importantes fontes para uma fotografia da região bem antes da intensa onda de ocupação humana e econômica, promovida a partir dos anos 1970.

A tese de Maria Inês Malta Castro (CASTRO, 2001) relata as impressões que manifestavam os visitantes da região, classificados nas categorias brasileiros e estrangeiros, entre o fim do século XIX e os anos 1930. Um traço interessante em relação à percepção dos estrangeiros era a perplexidade destes diante do que consideravam um comportamento pouco empreendedor dos fazendeiros de Mato Grosso. Na época, aquela província era formada pelos atuais estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Os estrangeiros achavam que uma terra tão rica em termos de recursos naturais e de possibilidades de prosperidade econômica deveria ser mais intensamente explorada, com vistas a mercados externos.

Um século depois, o quadro é bem diferente. O Centro-Oeste tornou-se um grande celeiro, conta com uma base econômica forte, voltada ao mercado externo, e com alta intensidade de exploração dos recursos naturais. As visões românticas de uma natureza em estado bruto já não se encaixam na realidade. As advertências de Lévi-Strauss (1955)

em *Tristes Trópicos*, quanto à fragilidade dos indígenas diante da chegada iminente da “civilização” do homem branco se confirmam. O olhar pragmático e economicista dos viajantes de outrora não encontraria hoje uma realidade tão pouco produtivista em relação à Natureza.

Sob o olhar dos novos viajantes, o que chama a atenção agora é a pujança do agronegócio, a prosperidade material de alguns nichos territoriais e, sobretudo, a degradação do ambiente natural.

A história sempre traz ensinamentos para o entendimento do presente e para a prospecção de tendências (BURSZTYN, 2014).

Mato Grosso é, hoje, um grande laboratório para a análise das consequências de uma rápida ocupação territorial, em ritmo muito intenso, em vários aspectos. Por englobar em seu território áreas de três importantes biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal), permite, na escala de uma unidade da federação, uma avaliação dos impactos da ação humana sobre diferentes ambientes em estado natural. Permite, também, que se entenda os efeitos do rápido processo de ocupação direta ou indiretamente induzido pelo poder público, mediante políticas regionais, notadamente a construção de estradas. As estradas são, inevitavelmente o vetor da ocupação. E a própria ocupação, na fronteira, provoca um efeito de retroalimentar a pressão para a implantação de novas vias de acesso.

O estudo da porção Norte do Mato Grosso serve, igualmente, para ilustrar o modo como as dinâmicas dos fluxos populacionais se organiza em termos de distribuição no território, explicitando lições sobre como uma esperada ocupação do meio rural acabou se traduzindo em formação de importantes centros urbanos e concentração da maior parte das pessoas em cidades.

Mato Grosso acabou se convertendo, também, em local de experimentação de iniciativas de fomento ao desenvolvimento regional e de mecanismos de regulação, em particular na esfera ambiental. Foi palco de um grande programa de desenvolvimento, com recursos do Banco Mundial, a partir do início dos anos 1980 (Polonoroeste). Ao financiar a implantação da rodovia BR-364 (trecho entre Cuiabá e Porto Velho), o Polonoroeste viabilizou a atração de migrantes e a intensa ocupação do território por pequenos produtores rurais e pelo agrone-

gócio. Impactos ambientais, notadamente o desmatamento, geraram pressões internacionais sobre o Banco Mundial, que, a partir de 1993, passa a financiar um novo programa de desenvolvimento regional, que contemplava também a dimensão ambiental, notadamente a criação de áreas protegidas e a implantação de um zoneamento socioeconômico-ecológico: o Prodeagro (Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso).

O Prodeagro inaugurou uma nova postura do Banco Mundial, que passaria a marcar sua ação em todo o mundo: a consideração dos impactos ambientais das obras e programas que financiava. A estratégia consistia em fazer valer as legislações vigentes dos países (no caso do Brasil, o arcabouço institucional e instrumental constante da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938, de 1981). Ocorre que a própria dinâmica das transformações econômicas e sociais demonstrou a inviabilidade do zoneamento socioeconômico-ecológico, na medida em que este tinha como alvo uma realidade em rápida transformação, em que a ocupação se dava de modo muito mais intenso do que a capacidade do poder público em assegurar o cumprimento das regulamentações. A década de 1990 testemunhou um crescente conflito entre a norma e a realidade, manifestando um descumprimento do zoneamento estabelecido e fragilizando sua legitimidade.

Lições aprendidas em Mato Grosso e também em Rondônia (onde um programa semelhante fora implantado, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo) serviram de referência para a definição da filosofia da estratégia de zoneamento ecológico-econômico adotada pelo Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), no âmbito dos outros estados da Região Amazônica. Nesse caso, em vez de se buscar instituir um zoneamento normativo, optou-se por uma fórmula indicativa que servisse de referência às decisões quanto ao uso do solo e ao aproveitamento dos recursos naturais (BURSZTYN e BURSZTYN, 2013).

Mato Grosso foi também palco da experiência pioneira de licenciamento ambiental de propriedades rurais (Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR, implantado em 2000).

A experiência desses cerca de 50 anos de intenso povoamento, implantação de infraestrutura, expansão do agronegócio e experimentos em políticas e instrumentos de regulação, atraiu a atenção de grande número de pesquisadores com interesse no desenvolvimento sustentável. O foco tem sido, principalmente, a expansão do agronegócio e suas implicações sobre o meio ambiente.

A presente obra, coordenada pelos professores Martin Coy, João Carlos Barrozo e Edison Antônio de Souza, tem vários méritos. Primeiramente, lança um olhar atual sobre o panorama do desenvolvimento regional, mostrando importantes traços da dinâmica socioeconômica e ambiental, com base no modo como o território se estruturou e se consolidou, e na interface das esferas produtiva e do uso do solo. É uma obra pioneira, por nutrir um debate sobre a forma como as estruturas urbanas da região se conformaram, como reflexo da produção do meio rural.

Vale também ressaltar que o livro reúne trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Martin Coy (professor de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria), que foi pioneiro no estudo das frentes de ocupação de Rondônia, nos idos da década de 1980, é uma presença notável no panorama dos estudos regionais do Mato Grosso. Juntamente com João Carlos Barrozo e Edison Antônio de Souza (ambos pesquisadores do NERU - Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade Federal do Mato Grosso), desenvolvem parceria que serve de exemplo do modo como o mundo acadêmico pode interagir e colaborar em estudos, na formação de estudantes e na produção de conhecimento em sintonia com a realidade.

A obra é rica em análises de casos, cada uma delas sintetizando profundos estudos, que resultaram em trabalhos acadêmicos. Trata-se de um marco de grande relevância para auxiliar o processo de tomada de decisões em políticas públicas, de regulação, de referência para estudos comparativos, de fonte de reflexão sobre as interfaces das esferas social, econômica e ambiental, ou seja do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Garamond, Rio de Janeiro, 2013.

BURSZTYN, M. Desafios e oportunidades para o desenvolvimento (sustentável) do Centro-Oeste. In: Isabel Machado Cavalcanti; Victor Alexander Contarato Burns; Luiz Antonio Rodrigues Elias; Helena Maria Martins Lastres. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento do Centro-Oeste**, BNDES, Rio de Janeiro, 2014, p. 482-499.

CASTRO, M. I. M. **Natureza e sociedade em Mato Grosso – 1850-1930**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes tropiques**. Plon, Paris, 1955.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer a todos os autores (as), pesquisadores do Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck; do NERU, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso e da UNEMAT, Campus de Sinop, que colaboraram com seus artigos para esta coletânea.

Agradecemos ao *Innsbrucker Studienkreis für Geographie an der Universität Innsbruck*, pelo generoso apoio financeiro, sem o qual esta obra não seria publicada.

Agradecemos às pessoas e instituições que colaboraram com as pesquisas realizadas no Eixo da Rodovia Cuiabá – Santarém e no Vale do Araguaia. Para não ser injusto esquecendo alguns nomes, não vamos mencionar os colaboradores que são instituições públicas, empresas, técnicos, pessoas comuns: trabalhadores rurais, líderes de sindicatos, indígenas, religiosos, camponeses, assentados de projetos oficiais, professores e outros.

Agradecemos também à Editora IABS pela parceria e pelo eficiente apoio técnico.

Os organizadores:
Martin Coy
João Carlos Barrozo
Edison Antônio de Souza



SOB O DOMÍNIO DO AGRONEGÓCIO: UMA INTRODUÇÃO AO TEMA DESTA COLETÂNEA

Martin Coy

Doutor em Geografia, Professor Titular do Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria

Hoje em dia, o estado de Mato Grosso pode ser considerado uma das regiões mais importantes – para o Brasil, a América Latina e para o mundo – pela sua produção de soja, assim como de outros grãos (p. ex. milho) e *commodities* agrícolas (p. ex. algodão e outros produtos). Os respectivos sistemas de produção são caracterizados por sua forma empresarial, via de regra em grandes superfícies, com alto grau de mecanização, implicando um nível muito elevado de capitalização e orientado, antes de mais nada, aos mercados internacionais. Muitas vezes, dependendo do produto em questão, essa agricultura modernizada implica uma interação e/ou integração direta com atividades de beneficiamento e industrialização, em parte no contexto da mesma empresa, contribuindo, assim, para a formação dos chamados complexos agroindustriais, verticalmente integrados. São essas algumas das características do chamado “agronegócio” que, nas últimas décadas, se expandiu rapidamente no campo brasileiro em decorrência de diversas políticas públicas que deram, a partir dos anos 1960, prioridade a uma estratégia de “modernização conservadora” do setor agrícola.

O agronegócio brasileiro e o chamado “complexo da soja”, mais especificamente, surgiram, também nos anos 1960, no Sul do Brasil, expandindo-se, no decorrer das décadas seguintes, em um processo muito dinâmico na busca de oportunidades novas, sucessivamente para o Centro-Oeste brasileiro. Nessa região, a expansão do agronegócio desencadeou uma dinâmica vertiginosa de incorporação de terras agricultáveis, principalmente áreas planas, fáceis para mecanizar, nos chamados chapadões do Brasil Central, que ofereceram os pré-requisitos

necessários para aquele tipo de uso da terra. No estado de Mato Grosso, esse processo de expansão acelerou-se nos anos 1980 na base de novas variedades do produto principal, soja, adaptadas às condições agroecológicas do bioma Cerrado que a EMBRAPA conseguiu desenvolver nos anos anteriores. Em decorrência disso, o estado de Mato Grosso pode ser considerado, atualmente, a “região do agronegócio” emblemática do Brasil – com todas as consequências econômicas, socioculturais, políticas e territoriais que essa atribuição significa.

Esse contexto é o pano de fundo das contribuições contidas nesta coletânea que surgiu de uma cooperação de longa data entre pesquisadoras e pesquisadores, oriundos de diferentes disciplinas, da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (do *campus* de Cuiabá e do *campus* de Rondonópolis) e da Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT (do *campus* de Sinop) que formam, juntos, parte do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da UFMT, por um lado, e de pesquisadores geógrafos do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade AGEF do Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck na Áustria. A base científica dessas contribuições são, por um lado, extensos levantamentos empíricos recentes sobre diversas temáticas e, por outro lado, observações das dinâmicas socioeconômicas, políticas e territoriais durante muitos anos, que, no caso de alguns dos contribuintes, se estendem por um período de mais de 30 anos, ou que decorrem da convivência pessoal cotidiana de alguns dos autores com os processos locais / regionais analisados.

O surgimento, a dinâmica e as tendências atuais decorrentes da expansão do agronegócio devem ser inseridos em uma análise mais ampla da fronteira agrícola (ou das frentes pioneiras) nesta região de transição do Centro-Oeste e da Amazônia brasileira que forma o estado de Mato Grosso. Esse território constitui, portanto, um caso emblemático da transformação do contexto rural brasileiro ocorrido sob as condições da modernização a qualquer custo que resultou, via de regra, no aumento das desigualdades sociais e no aprofundamento das disparidades territoriais que caracterizam o Brasil desde muito tempo.

Diante disso, vale a pena introduzir as contribuições a seguir com algumas considerações, de caráter mais geral, sobre as frentes

pioneiras como categoria socioeconômica, sociocultural e territorial que, desde séculos, influenciam tanto a formação econômica, social, cultural e territorial do Brasil.

Até hoje é discutido o que significam as frentes pioneiras (ou as *frontiers* em língua inglesa) e como devem ser interpretadas. O fenômeno das frentes pioneiras pode ser designado como uma fase do desenvolvimento regional, limitada no espaço e no tempo, que depende de certas condições, em especial do acesso relativamente “fácil” a recursos (no contexto das fronteiras agrícolas marcadas pela agricultura, sobretudo do recurso terra) como também a migração de atores, que viam nas frentes pioneiras “espaços de possibilidades sonhadas”. Por um lado, a formação e o avanço das frentes pioneiras podem ser dirigidos pelo Estado ou também por atores privados (companhias de colonização, serrarias e companhias de mineração) (este é o caso de Mato Grosso) e com isso podem ser formados por regras institucionalizadas de alocação de terras e do acesso a recursos como também com base na expansão da infraestrutura (por ex. construção de estradas) ou, por outro lado, descontrolado, isto é, espontaneamente por meio da dinâmica da migração com regulamentos informais correspondentes de acesso aos recursos (por ex. mediante apropriação de terras “devolutas”).

“Limitações” espaciais e temporais de frentes pioneiras não são sempre fáceis. A dinâmica espaço-temporal nas frentes pioneiras leva geralmente a uma intensa transformação da “natureza” em “paisagem cultural”, a qual está vinculada à imigração de atores estranhos à região e ligada a um baixo grau de consolidação das estruturas regionais econômicas e sociais. Nisso, o início de uma fase de frente pioneira é, na maioria das vezes, fácil de ser determinado e muitas vezes associável a eventos ou constelações temporalmente definíveis. Seu “fim” ou o começo de uma “transição” – aqui sobretudo a questão do “para onde” – é, por sua vez, de natureza muito mais complexa. Fronteiras são muitas vezes vistas como espaços “permeáveis” e fases de alta mobilidade social. Inúmeras “histórias de sucesso” comprovam a – suposta – maleabilidade das relações sociais nas regiões pioneiras. Nesse contexto, frentes pioneiras são muitas vezes estilizadas como

transições espaço-temporais de “regiões selvagens” à “civilização”, ao mesmo tempo “mistificadas” como “espaços da liberdade”, além dos “grilhões” do passado e “estilizados” como “locais do destino” de importância nacional. Isso tudo é parte dos componentes essenciais de um “mito da fronteira”, enraizado no novo, no começo, na dinâmica e no “poderoso” das frentes pioneiras.

Entretanto, esse é certamente só um lado da medalha. Ao contrário do mito da fronteira continuamente reproduzido por ideólogos, aproveitadores, mas também pelos atingidos, vencedores e perdedores da fronteira são realmente fáceis de distinguir, pois situações de frente pioneira são sempre ligadas a processos de exclusão e de deslocamento. “Vítimas” são repetidamente aqueles que são “avassalados” pela dinâmica das frentes, indígenas ou outros grupos populacionais tradicionais da fase *pré-fronteira*, mas também os próprios atores das frentes pioneiras, com pouco capital, ou aqueles que não podem ou não querem se “adaptar”. Será que não é assim de qualquer maneira que no final as fronteiras nada mais são do que “pontas de lança”, tendencialmente excluídas dos dominantes modos de vida e de economia, sendo assim veículos da “colonização” das últimas periferias no interesse do capitalismo? Nesse sentido, a interpretação da fronteira seria muito menos “nicho do possível”, e muito mais forma para a imposição de estruturas hegemônicas e de interesses.

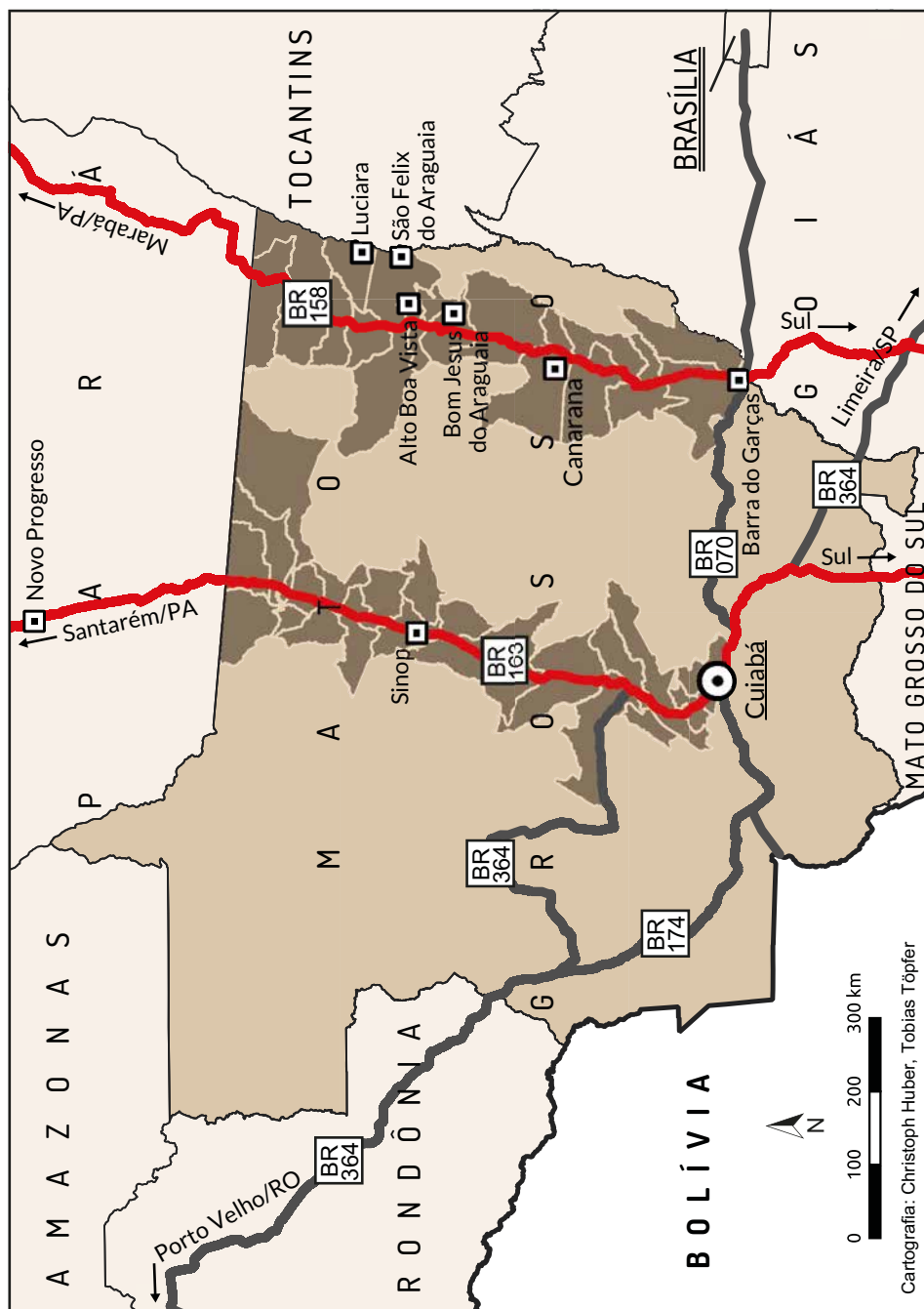
No que diz respeito às regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, uma nova dinâmica do deslocamento da frente pioneira é conferida aos anos de 1930 e 1940, no período do Estado Novo. Com o anúncio da chamada *Marcha para Oeste*, Getúlio Vargas declara a exploração do interior do País além das regiões centrais do Brasil nas proximidades do litoral como tarefa nacional. Com esse discurso, o ditador fortalece o mito da fronteira como suposta essência do “genuinamente brasileiro”. Os discursos correspondentes “materializam-se” na expansão da infraestrutura e na implementação de colônias estatais, sobretudo nas partes sul da região do Centro-Oeste, vistas como continuidade das regiões de colonização no Sul brasileiro.

A segunda metade do Século XX é principalmente marcada pelo deslocamento das regiões pioneiras para as distantes periferias do

Centro-Oeste e da Amazônia, sendo o estado de Mato Grosso um caso emblemático nesse contexto, anteriormente limitado no máximo como frentes de recursos (fases da extração de ouro e diamantes desde o Século XVIII no Centro-Oeste e a fase da extração da borracha na virada do Século XX na Amazônia) ou aproveitado como região de latifúndios com economia extremamente extensiva. Os governos militares veem, a partir dos anos de 1960, uma suposta alternativa para uma reforma agrária sob o lema “terra sem homens para homens sem-terra”, sobretudo na colonização agrária nas fronteiras do povoamento no Cerrado e nas florestas tropicais da Amazônia. Uma reforma agrária urgentemente necessária com mudanças de estruturas, mais adequada para contrapor o contraste de latifúndio-minifúndio, oriundo do tempo colonial, mas também o automatismo do deslocamento da frente pioneira, não estava prevista na estratégia da “modernização conservadora” dos governos militares brasileiros.

Em compensação, a incorporação de áreas “novas” nas fronteiras do povoamento foi usada explicitamente com a “função-válvula” para as regiões rurais que sofreram as pressões socioespaciais da modernização agrícola. Condição decisiva para essa estratégia de expansão das frentes pioneiras foi, além da distribuição de terras, sobretudo a extensão das obras de infraestrutura. Novas rodovias sul-norte, entre elas a BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a BR-158 no Vale do Araguaia (cf. Mapa), começaram a funcionar como “eixos de expansão e de modernização”. Naquelas áreas, as políticas econômicas e territoriais dos anos 1970 tiveram, grosso modo, duas prioridades: por um lado – e isso ocorreu principalmente na região do Vale do Araguaia, assim como em partes do norte matogrossense –, o poder público facilitou a expansão de grandes fazendas de gado, latifúndios enormes, muitos deles com uma produtividade baixíssima, sendo, em muitos casos, meramente objetos de especulação, que foram beneficiados por incentivos fiscais, concedidos por parte da SUDAM. Por outro lado, o estado incentivou, mediante a facilitação da aquisição de enormes superfícies de terra e por meio de incentivos fiscais, a implementação de projetos particulares de colonização agrícola por empresas oriundas do Sul do Brasil que, normalmente, já tinham experiência nesse ramo de

Mato Grosso: os eixos da BR-163 e BR-158 e os municípios dos estudos de caso



atividade. Essas empresas, por sua vez, subdividiram as áreas adquiridas em lotes de diferentes tamanhos e venderam-as por meio de corretores de terra no Sul do Brasil àqueles camponeses que não conseguiram se manter diante do avanço da agricultura modernizada. Assim, as novas frentes pioneiras no Mato Grosso pareceram ser para muitos a “terra prometida”, mas exerceram, antes de mais nada, o papel de uma “válvula de escape” social. A área de influência da BR-163, no norte mato-grossense, é, com a maior concentração e variedade de projetos particulares de colonização, o exemplo emblemático dessas políticas.

A configuração socioeconômica e espacial das frentes pioneiras que se formou em Mato Grosso paralelamente (ou subseqüentemente) à implementação das infraestruturas (rodoviárias) a partir dos anos 1970 percorreu, até os dias de hoje, várias etapas de transformação que são caracterizadas por diferentes fatores. Os seguintes são os mais importantes:

- a diferenciação e sucessão dos migrantes, prioritariamente sulistas, que vieram, no decorrer dos anos para as frentes pioneiras, de grupos iniciais de baixo poder aquisitivo (tipo camponês) para grupos posteriores mais capitalizados (tipo *farmer*);
- a contraposição cada vez maior entre os chapadões do Cerrado, onde a agricultura modernizada e em consequência o agronegócio encontrou condições favoráveis de expansão, por um lado, e as áreas de floresta na parte mais setentrional de Mato Grosso, por outro lado, onde se reproduziram, geralmente, duas formações socioespaciais: os grandes latifúndios dos pecuaristas e a economia de sobrevivência dos colonos camponeses;
- a formação e o crescimento de cidades pioneiras, geralmente vinculadas aos projetos particulares de colonização (as cidades da BR-163, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop e outras, assim como cidades no Vale do Araguaia, Canarana, Querência e outras são bons exemplos), que começaram a exercer várias funções centrais – de saúde e educação, de abastecimento e distribuição, e que se tornaram em poucos

anos, pela formação de novas elites regionais, em “centrais de comando” político e sociocultural; ao mesmo tempo, elas vivenciam uma crescente segregação (ou fragmentação) social e socioespacial que resulta da sucessiva reprodução de desigualdades sociais entre vencedores e perdedores na transformação das frentes pioneiras.

Sem dúvida nenhuma, a transformação socioeconômica e territorial mais relevante que se observa em muitas regiões mato-grossenses, a partir dos anos 1980, é resultado do avanço do agronegócio e da concomitante imposição da agricultura altamente modernizada e da intransigente orientação da produção agrícola regional (principalmente a soja) aos mercados globais. Essa expansão do agronegócio se realizou seguindo diferentes caminhos e conduzindo a diferentes formas:

1. A aquisição de grandes superfícies de terra por investidores capitalizados com o objetivo de desmatá-las para a implementação de lavouras, geralmente em sistemas de produção altamente eficientes (sementes transgênicas e plantio direto) e com tecnologias ultramodernas (agricultura de precisão) conduziu à formação de “latifúndios modernizados”, incorporados por sua lógica de produção e comercialização a cadeias produtivas globalizadas. Esse tipo predomina hoje em muitas partes dos chapadões mato-grossenses, entre outras em grande parte da área de influência da BR-163 (municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso);
2. Em muitas áreas que pertenceram aos projetos particulares de colonização que tinham originalmente uma estrutura “camponesa” (p. ex. nos municípios de Sinop, Santa Carmem, Vera e Cláudia, na área de influência da BR-163), a partir da década de 1980, observam-se processos de concentração da terra e de substituição / expulsão dos proprietários originais, dando origem, assim, à formação de unidades de produção de tamanho médio, que, por seus objetivos econômicos (produção modernizada de grãos) e suas lógicas de agir (incorporação aos sistemas de produção e cadeias produtivas globalizadas)

somente diferem em escala dos “latifúndios modernizados”, mencionados acima;

3. Em regiões com predominância de fazendas (produtivas ou improdutivas) de gado (p. ex. nos municípios da área de influência da BR-158 no Vale do Araguaia) observa-se nos anos recentes, em tempos de um mercado de grãos dinâmico em consequência da alta e contínua demanda do leste asiático, uma transformação consecutiva de pastos em lavouras (principalmente de soja e milho). Pré-requisitos para essa mudança da pecuária para a lavoura são a implementação de infraestruturas de comercialização e armazenagem, capacidades logísticas de escoamento e estruturas de assistência técnica, de consultoria e de fornecimento de insumos e implementos agrícolas.

Em todos os casos, a expansão da agricultura modernizada e do complexo do agronegócio traz consigo significantes consequências socioeconômicas e territoriais. Uma primeira característica do agronegócio com graves consequências socioeconômicas pode ser detectada na baixa absorção direta de mão de obra dos sistemas altamente mecanizados, que necessitam, sequer, uma limitada força de trabalho especializada (p. ex. manobristas das máquinas sofisticadas). Esse baixo potencial de absorção de mão de obra contribui, além dos processos de concentração fundiária, para uma evasão acelerada do campo. Como resultado, o campo, sob influência do agronegócio, é transformado, cada vez mais, em uma mera “máquina de produção”, perdendo sucessivamente a sua função de espaço social. Ao contrário, as cidades parecem aproveitar bastante da expansão do agronegócio – direta e indiretamente. Isso porque o agronegócio precisa de serviços de diversos tipos: serviços diretos, como armazenagem, comercialização, agências de financiamento, logística, concessionárias de implementos agrícolas, serviços de diversos tipos de consultoria, etc. por um lado, e serviços indiretos, como a hotelaria, concessionários de carros, oficinas, etc. por outro. No fim das contas, o agronegócio “acontece”, exceto a produção agrícola propriamente dita, em grande parte nas cidades, transformando estas em função da sua importância

econômica e social em “cidades do agronegócio” (cf. os respectivos estudos de caso nesta coletânea).

A expansão do agronegócio é, na maioria das vezes, acompanhada de vários conflitos socioeconômicos e territoriais. Em primeiro lugar, devem ser mencionados os graves conflitos socioambientais que desde muitos anos se observam em consequência do avanço da agricultura modernizada em grande escala. A implantação desse tipo de exploração agrícola exige um desmatamento total que leva à transformação da natureza em uma *man-made-landscape*, às vezes nem omitindo áreas de preservação. Sem dúvida nenhuma, a expansão da agricultura modernizada contribuiu significativamente para a destruição avassaladora do Cerrado e, assim, para a perda acelerada da biodiversidade. Não menos importante são os conflitos pela terra causados pela expansão do agronegócio. A força expulsora da agricultura modernizada com referência a pequenos produtores, assentados ou populações tradicionais se mostrou e foi documentada em muitas regiões do Brasil. No Mato Grosso, o Vale do Araguaia, uma das frentes de expansão do agronegócio mais recentes, prova que, nos dias de hoje, os conflitos de terra em torno da expansão do agronegócio nada perderam da sua relevância (cf. os respectivos estudos de caso nesta coletânea).

Ao todo, a expansão do agronegócio provoca em nível regional situações, processos e constelações altamente ambíguos. Não resta dúvida que o dinamismo da produção das *commodities* era e continua sendo relacionado a muitas “histórias de sucesso” que fundamentam as “narrativas” dominantes das regiões do agronegócio. Mas isso é meramente o lado superficial da medalha. Com a predominância do agronegócio, as regiões afetadas se entregam a uma série de riscos e vulnerabilidades novas, entre elas a incorporação intransigente à globalização – e mais especificamente a exposição às oscilações do mercado global – constitui um maior desafio, considerando que as regiões afetadas não dispõem, para o seu próprio futuro, de respostas autodeterminadas e orientadas à ideia da sustentabilidade. Demasiado grande é o predomínio do agronegócio. Isso se manifesta por exemplo com referência à segurança alimentar das regiões e cidades do agronegócio na persistente dependência extrarregional e na falta

de soluções regionais. Outras dimensões de vulnerabilidade regional decorrem dos processos concentradores adentro do agronegócio que criaram, nos últimos anos, constelações oligopolistas, por exemplo no setor dos *traders*, fortalecendo, antes de mais nada, o domínio e o controle do setor pelas empresas transnacionais (ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, COFCO e Amaggi).

Em nossos dias, a dominância econômica, mas também sociocultural e política do agronegócio nas regiões em questão, parece tão forte, que não é colocada em questão, de modo que impossibilita uma discussão inter-regional necessária sobre eventuais transições para um desenvolvimento sustentável ou sobre caminhos alternativos em direção a uma transformação socioambiental. Ao contrário, os grandes temas para o futuro regional continuam sendo aqueles que têm a ver com a onnipresente questão logística: o asfaltamento e a melhoria das rodovias, a implementação de vias alternativas de escoamento (p. ex. por ferrovias – Ferrogrãos – ou hidrovias) e a instalação de terminais fluviais (cf. respectivos estudos nesta coletânea). As atuais conjunturas políticas – principalmente em nível federal – visam em direção ao fortalecimento categórico dos interesses do agronegócio, ampliando, a qualquer custo, as condições para a sua expansão. Consequentemente, as regiões do agronegócio se tornaram ardentes apoiadoras do “bolsonarismo”, situação esta que não é muito promissora para perspectivas futuras social e ecologicamente mais justas e sustentáveis.

PARTE I:
BR-163
CUIABÁ – SANTARÉM



INTRODUÇÃO

Edison Antônio de Souza

Doutor em História, professor da Unemat, campus de Sinop,
e pesquisador do Neru (UFMT)

A abertura da rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém, contribuiu decisivamente para o aumento da ocupação da região abrangida pelo seu traçado. Com uma extensão de quase 800 km em território mato-grossense e 1.777 km até Santarém, todas as matas ao longo dessa rodovia já foram derrubadas. Ao longo do seu traçado, centenas de fazendas foram abertas. Projetos de colonização, agropecuárias, vilas, cidades e municípios foram surgindo, principalmente a partir de 1974. A construção e posterior pavimentação da BR-163 criaram condições objetivas para a ocupação da Amazônia mato-grossense, porém, provocaram sérios problemas: impactos ambientais, por meio de seu desmatamento, e problemas sociais, como a transferência dos índios Kayabi e Paranás para o Parque Nacional do Xingu. A política de ocupação da Amazônia, desenvolvida pelo Governo Federal pós-1964, também priorizou a abertura de estradas para reorientar a migração de mão de obra em direção à nova fronteira agrícola. Em 1970, o Governo Federal criou o Programa de Integração Nacional (PIN), por meio do qual várias decisões importantes passaram a ser tomadas, como a construção das rodovias federais Transamazônica e Cuiabá-Santarém, sendo reservada uma faixa de 10 quilômetros às margens dessas rodovias e de outras menores a serem construídas a partir da implantação desses projetos de colonização abrangendo grande parte da Amazônia Legal.

Foi no âmbito dessa política que se estabeleceram os projetos relativos à construção das rodovias, como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras e, ao mesmo tempo, definiu-se o programa de colonização da Transamazônica. Com frequência, os documentos governamentais se referem às relações entre as áreas de “tensões so-

ciais” e as conveniências da colonização de áreas pioneiras, de fronteira ou de “terras devolutas” (IANNI, 1979; MARTINS, 1980). No estado de Mato Grosso, o comando das obras de abertura da BR-163 coube ao ex-Comandante do 9º. BEC, Cel. José Meireles, que acompanhou o início do processo de colonização ao longo da BR. A Bacia do Rio Teles Pires ou São Manuel é cortada pela rodovia BR-163. Nessa área, localiza-se a maior parte dos projetos particulares de colonização, como o desenvolvido pelo Grupo Sinop, na Gleba Celeste.

Cabe observar, nesse ponto, que a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém se constituem em pré-requisito fundamental para a ocupação da Amazônia Legal brasileira, onde o Governo Federal elegeu alguns trechos de atendimento prioritário dentro do programa de colonização, trechos esses que se constituem em verdadeiros eixos de desenvolvimento potencial, servindo para assegurar, a curto e médio prazos, a ocupação da terra de forma organizada, sempre que possível aproveitando os excedentes populacionais do Nordeste e do Sul do País. Ianni (1979, p. 25) afirma que desde 1970 o Governo Federal vinha intensificando a construção de rodovias na Amazônia. De acordo com esse pesquisador, por razões de “segurança interna”, “defesa nacional” ou “segurança e desenvolvimento”, justificou-se o início da construção de rodovias de grandes proporções naquela região do País. Mas essas rodovias não podem ser tomadas sempre como “precursoras” da chegada de posseiros, grileiros, latifundiários, empresários, agentes do poder público, igrejas, seitas, etc., a rodovia caminha de par em par, depressa ou devagar, com a ocupação da área. Outras vezes, a ocupação precede a rodovia.

Ao discutirmos os projetos de infraestrutura que estiveram no campo ideológico da “Integração Nacional” e que foram privilegiados pelo Governo Militar, observa-se que tanto a Rodovia Cuiabá-Santarém como a Transamazônica foram construídas para dar suporte ao Projeto de Integração Nacional (PIN), beneficiando diretamente a colonização privada no estado de Mato Grosso, principalmente na área de abrangência da Amazônia Legal. Essa região recebeu também os benefícios financeiros dos incentivos fiscais e creditícios viabilizados pela SUDAM, por meio dos bancos: Brasil e BASA. Nesse contexto, para os Governos

Militares, tornavam-se necessárias a ocupação e exploração do imenso território amazônico e, para integrá-lo, era necessário interligá-lo ao Sul e Sudeste. Nessa perspectiva, a construção e a pavimentação da Rodovia Cuiabá-Santarém iriam criar condições para que os migrantes vindos do Paraná e Sudeste do País, em busca de melhores condições de vida para as suas famílias, chegassem ao norte de Mato Grosso.

Outro fator que contribuiu para a construção dessa estrada foi a reorganização do DNER, tendo por objetivo formar uma rede unificada de estradas na qual seriam levados em conta os interesses civis e militares visando à integração nacional, apoiado pelos Batalhões de Engenharia do Exército que receberam novas funções e tiveram papel decisivo na construção de rodovias na Amazônia.

O município de Sinop, objeto também deste estudo, localiza-se às margens dessa rodovia que, de uma forma geral, impulsionou a ocupação do norte de Mato Grosso. A BR-163 foi aberta pelo 9º. Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), transferido de Carazinho-RS, que, em 1971, teve assim justificada a sua transferência para Mato Grosso: “[...] tendo em vista a necessidade do Governo Federal executar o Plano de Integração Nacional, o Terceiro Batalhão Rodoviário foi transformado em 9º. BEC com o fim de participar da construção da Rodovia Cuiabá-Santarém”. Em 1976, após cinco anos de trabalho, estava concluída a missão, e em 20 de outubro de 1976 foi inaugurada com 1.777 km de extensão, dos quais 1.114 km a cargo do 9º. BEC, e o restante a cargo do 8º. BEC, sediado em Santarém (SCHAEFER, 1985, p. 56).

Na abertura da BR-163, em 1971, alguns políticos queriam que ela fosse denominada “Rodovia dos Migrantes”; outros “Euclides da Cunha”. Porém, para o Programa de Integração Nacional, ela foi denominada Rodovia Cuiabá-Santarém, ou BR-163. Seu ponto inicial é a cidade de Itapiranga, em Santa Catarina (à margem direita do Rio Uruguai – divisa com o estado do Rio Grande do Sul), e o ponto final a cidade de Santarém, no Pará. Coube ao 9º. BEC a construção do trecho entre Jangada-MT e a divisa com o Pará, onde encontrou com o 8º. BEC que, partindo de Santarém, chegou à divisa com o Mato Grosso.

Na década de 1970, principalmente no ano de 1979, devido à sua má conservação, a rodovia ficou “intransitável” na temporada das chuvas.

A estrada se tornou um penoso e precário caminho em direção a Cuiabá, gerando muitos prejuízos à economia da região norte do estado e ameaçando inclusive os projetos e investimentos financiados pelo BASA e Banco do Brasil. Nesse período, a população ficava ilhada. Era um quadro desolador, “carros passando por desvios, pontes levadas pelas chuvas, deixando as cidades da região sem alimentos e combustíveis, produtos que então passavam a depender da boa vontade dos aviões Búfalos da FAB a preços inacessíveis à economia popular” (SCHAEFER, 1985, p. 57). A conclusão da pavimentação asfáltica da BR-163, em 1984, até Sinop possibilitou efetivamente a ocupação de novas áreas do Cerrado e da Amazônia mato-grossense, com progresso – não para todos –, juntamente com outras consequências advindas de uma ocupação muito rápida e predatória, como a devastação de matas e cerrados (que já foram quase todos cerrados), para a expansão da agricultura e da pecuária extensiva e intensiva no estado de Mato Grosso e sul do Pará.

REFERÊNCIAS

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência; a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do Sul do país em direção ao norte do Mato Grosso**. São Paulo: Loyola, 1985.



RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E FUNÇÕES URBANAS EM REGIÕES DO AGRONEGÓCIO: O CASO DE SINOP (MATO GROSSO) ¹

Martin Coy

Doutor em Geografia, professor e pesquisador da Universidade de Innsbruck (Áustria)

Tobias Töpfer

Doutor em Geografia, Senior Lecturer no Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck

Frank Zirkl

Doutor em Geografia, pesquisador da Universidade de Innsbruck (Áustria) e da Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt (Alemanha)

Introdução: Brasil “sob controle” do agronegócio

Recorrentemente proclamado como “país do futuro” nos últimos anos, o Brasil, um dos países que integram os Brics e o maior e mais populoso país da América do Sul, possui, na produção agrícola, um de seus principais pilares econômicos, não obstante o acelerado processo de industrialização e a conseqüente urbanização que se verificaram na segunda metade do Século XX. Muito embora seja hoje um grande produtor de aço, aeronaves e de variados modelos de veículos automotivos, o setor agrícola ainda responde por 5,5% (2016) do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e emprega 10,2% (2016) da força de trabalho do País (STATISTISCHES BUNDESAMT, 2018).

De particular importância para a economia brasileira são a agricultura e a indústria de alimentos, tanto que seus principais produtos (soja, carne, açúcar, café e celulose) representam cerca de 27% das exportações do País (2017). Vale destacar que o Brasil é o maior exportador

¹ As atividades de pesquisa subjacentes a esta contribuição foram gratamente financiadas no âmbito do European Union’s Horizon 2020 Research and innovation programme ODYSSEA sob o Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement N° 691053.

mundial de café e açúcar de cana, tradicionais produtos de exportação brasileiros, ao lado da carne bovina, suco de laranja e, sobretudo, da soja e derivados, cuja crescente relevância se deve, em parte, a uma tendência de “reprimarização” da economia da maioria dos países latino-americanos em um contexto de agudo crescimento da demanda global por *commodities* a partir dos anos 2000. Grande parte das exportações agrícolas brasileiras é organizada pelo agronegócio de larga escala, voltado principalmente para o mercado externo, economicamente estruturado com tecnologias mais modernas e que, na maioria dos casos, é fornecida pelas cadeias de produção verticalmente integradas. Por outro lado, os pequenos e médios estabelecimentos agrícolas familiares são responsáveis por grande parte da produção de alimentos para o consumo interno.

O “boom das *commodities*” e a forte posição econômica do setor de exportação agrícola reacenderam as discussões sobre a posição da elite agrícola sobre questões sociais e políticas do País. Desde os tempos coloniais e por gerações, o Estado brasileiro esteve, em grande medida, nas mãos da tradicional oligarquia agrária dos latifundiários (BRESSER-PEREIRA, 2015; FURTADO, 2007). A partir do “Estado Novo”, instaurado por Getúlio Vargas na década de 1930 e, sobretudo no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando teve início o processo de modernização e desenvolvimento econômico baseado na industrialização (tanto a substituição de importações quanto para a exportação), houve um claro e progressivo processo de “deslocamento” das elites econômicas e políticas do País para a indústria, serviços, setor financeiro e, conseqüentemente, para os centros urbanos. No entanto, os últimos anos demonstraram que a influência das elites rurais jamais desapareceu. Pelo contrário, a força econômica do agronegócio se correlaciona com a crescente influência política das elites agrícolas, representada por um grupo de parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados (bancada ruralista), atualmente reconhecido como o mais influente grupo de pressão política do País (CASTILHO, 2012).

No entanto, no tocante aos “mercados de trabalho” brasileiros, a ascensão do agronegócio segue acompanhada por uma crise na agricultura familiar que, em parte, pode ser vista como resultado da política de “modernização agrícola conservadora”, almejada desde a década

de 1960 (COY; NEUBURGER, 2002). Uma agricultura sem compromisso com a sustentabilidade, voltada ao mercado e à exportação, ao incremento da produtividade por meio da mecanização e do uso de insumos modernos, intensivos em capital (agroquímicos e variedades de alto rendimento) levou à concentração de propriedades nas regiões de prioridade agrária do País, ao abandono da atividade por pequenos produtores e sucessivos deslocamentos e, conseqüentemente, a perdas populacionais significativas em áreas rurais nas mais diversas regiões do País, como no emblemático caso do estado do Paraná (COY; KLINGLER; KOHLHEPP, 2016). Entretanto, devido à hegemonia de um modelo de produção do agronegócio denominado “agricultura de precisão” baseado em unidades de produção demasiadamente grandes (dependendo do produto e região de cultivo, podendo alcançar milhares de hectares), uso de máquinas altamente modernas e trabalhadores com certo grau de especialização (tratoristas, operadores de colheitadeira, etc.), empregados sob uma ótica “econômica”, os efeitos diretos de emprego em função do boom do agronegócio brasileiro são bastante modestos. No entanto, o modelo de produção do agronegócio, largamente integrado em cadeias de valor globais e redes de produção, gera efeitos indiretos sobre o emprego, como nos setores de *marketing* e logística, consultoria e finanças, produção e comercialização de máquinas agrícolas e outros bens intermediários. Já em uma perspectiva espacial, os efeitos indiretos de emprego são melhor observáveis nas cidades interioranas que nas áreas de produção rural propriamente ditas. Conseqüentemente, nota-se a alteração regional da “divisão do trabalho”, a intensificação dos desequilíbrios sociais e socioespaciais, o surgimento de novas relações urbano-rurais, tipos de dependências e vulnerabilidades.

Quem se beneficia com o boom global da soja? A expansão do agronegócio e suas conseqüências

O cultivo da soja é um exemplo de *commodity* agrícola que apresentou, nos últimos anos, um desenvolvimento particularmente dinâmico no contexto global (LANGTHALER, 2018). Baseado em um volume de produção global de aproximadamente 42 milhões de toneladas no início dos anos 1970, sendo três quartos apenas nos EUA, a produção mundial

de soja aumentou mais de sete vezes no ano-safra de 2016/17 (vide Tabela 1). Porém, foi somente na década de 1980 que o Brasil ganhou notoriedade como produtor de soja, sendo responsável por quase 31% da produção mundial, enquanto a participação dos EUA aproximou-se de 34%. O crescimento único da produção de soja decorre, principalmente, de seu notável conteúdo proteico, bastante demandado na produção de ração para a crescente pecuária intensiva em massa no mundo. Além do uso direto da soja, os resíduos da prensagem das sementes oleaginosas também são extensivamente aproveitados, uma vez que, combinado com a forte expansão do cultivo de soja, o óleo de soja tem prevalecido como o óleo comestível mais consumido em diversas localidades, deslocando outras gorduras comestíveis do mercado, como a animal, por exemplo. Além disso, muitos alimentos (incluindo leite de soja, substitutos de carne, etc.) derivam da soja ou do óleo de soja. Por fim, vale destacar que a soja também pode ser processada em biocombustível.

Em vista do exposto, pode-se afirmar que a semente oleaginosa representa o exemplo mais emblemático da cultura *flex* que, ao longo dos últimos anos, vem se destacando graças à sua multifuncionalidade. Os EUA ocuparam a liderança mundial na exportação de soja até a primeira década do novo milênio (2001/2010), quando ainda eram responsáveis por cerca de 50% da exportação mundial de soja, enquanto o Brasil, como o segundo maior exportador, era responsável por 29% do total das exportações. Já nos últimos anos (2016/2017), o Brasil figurava em primeiro lugar, à frente dos EUA, com cerca de 44% de todas as exportações de soja, bem à frente dos outros países exportadores da América do Sul, como Argentina e Paraguai (vide Tabela 1).

Paralelamente, os países da América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Colômbia) passaram a formar uma região produtora intimamente conectada, tanto na perspectiva espacial quanto empresarial. Isso se evidencia, por exemplo, no controle da produção paraguaia de soja pelos agricultores brasileiros, na importância dos investidores brasileiros nas planícies bolivianas, ou na aquisição de terras argentinas por brasileiros e vice-versa. Em virtude do estreitamento dessas relações e, sobretudo, da semelhança nas tendências de desenvolvimento regional e no inequívoco domínio da soja entre os produtos

agrícolas mais importantes, Turzi (2011, p. 61) fala de “uma única unidade geoeconômica: a república da soja”, particularmente definida pelas regiões centrais do subcontinente sul-americano, predominantemente periféricas, ao menos em termos socioeconômicos e econômico-espaciais. Dados recentes mostram claramente que, juntos, os países sul-americanos dominam a produção e as exportações globais de soja. Com base em dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos de 2015, Oliveira e Hecht (2015, p. 251) afirmam que a produção de soja na América do Sul se estende por 57 milhões de hectares, alcançando os valores de, respectivamente, 54% e 58% da produção e exportações mundiais.

Nos últimos anos, houve uma mudança significativa nos principais países importadores de soja. Na virada do milênio, a União Europeia ainda era o maior importador de soja do mundo, respondendo por cerca de um terço do total das importações. No entanto, a UE foi claramente ultrapassada pela China, que veio a se tornar o principal país importador, responsável pela importação de aproximadamente 64% da soja comercializada globalmente em 2016/2017. Desde 2010/2011, observa-se que a participação da União Europeia diminuiu não apenas em termos relativos, como também em termos absolutos, conforme números do Banco Mundial (IBRD, 2017, p. 51) expressos na Tabela 1.

Entretanto, pode-se dizer que esse fenômeno adquire relevância pelo comportamento das regiões de produção, que direcionam o foco, principalmente para o desenvolvimento do mercado chinês, em detrimento da União Europeia, ator até então determinante no mercado e que, nesse contexto, tende a ficar em segundo plano. Ao mesmo tempo, o mercado chinês é muito menos sensível às condições de produção social e ambiental da soja, o que significa, portanto, menos apoio aos esforços de melhoria em aspectos socioecológicos da produção de soja (soja certificada, comércio justo, condições locais de trabalho e produção, etc.) dadas as atuais condições de mercado.

Nos últimos anos, os atores chineses têm estado cada vez mais diretamente envolvidos no negócio de soja e nas regiões produtoras. Além de investimentos em armazenagem, logística e transporte, os chineses aparecem como *traders* por meio da aquisição de pequenas e médias empresas nacionais, posicionando-se no mercado mediante investimentos

planejados em grandes projetos de infraestrutura, como, por exemplo, a construção de uma ferrovia (Ferrogrão) de mais de 1.000 km e que se estende do norte do Mato Grosso até a Amazônia, bem como de terminais de soja nos principais portos (Santos, Paranaguá, etc.).

Tabela 1: Desenvolvimento global da economia da soja (1970/71 até 2016/17; os principais países de produção, exportação e importação).

		1970/71	1990/91	2010/11	2016/17
Produção de soja (milhão de toneladas)					
	Mundo	42,1	104,3	264,4	351,3
1	EUA	30,7	52,4	90,7	116,9
2	Brasil	0,0	15,8	75,3	114,1
3	Argentina	0,0	11,5	49,0	57,8
Exportação de soja (milhão de toneladas)					
	Mundo	12,3	25,4	91,7	147,5
1	Brasil	0,0	2,5	30,0	63,1
2	EUA	11,3	15,2	41,0	59,2
3	Argentina	0,0	4,5	9,2	6,9
Importação de soja (milhão de toneladas)					
	Mundo	12,6	25,5	89,8	143,6
1	China	0,0	0,0	52,3	92,5
2	EU	7,4	13,2	12,5	13,2
3	México	0,0	1,4	3,5	4,2

Fonte: Banco Mundial (IBRD) 2017, p. 51.

O Agronegócio – Empresa transnacional e o boom da soja

Por um lado, na maioria dos países sul-americanos, especialmente no Brasil, as políticas agrícolas nacionais visam à modernização no espírito da “Revolução Verde” (promoção de pesquisa agrícola de alto nível, montagem de agências (públicas) de assistência técnica e extensão rural, promoção da mecanização e orientação de mercado, políticas de crédito e preços, etc.) e, desde a década de 1960, vêm tendo um papel crucial na crescente relevância do cultivo da soja. Por outro lado, não há sinais da existência de qualquer outro produto agrícola que seja tão

fortemente influenciado pelas estratégias de grandes corporações globais. Corporações transnacionais do agronegócio da soja, especialmente as “quatro grandes” (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), certamente podem ser vistas como forças motrizes para a transformação da produção de alimentos em um negócio complexo e voltado para o mercado financeiro. Nesse sentido, tais organizações se destacam como agentes de uma reestruturação da área de produção agrícola rural, incluindo os centros de controle urbano associados, condição que igualmente afeta as relações regionais de emprego. Conforme demonstram recentes estudos, não se pode subestimar a importância dessas quatro corporações transnacionais para a macroeconomia dos principais países exportadores de soja da América do Sul, em especial o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, desde a década de 1990. Globalmente, acredita-se que esses quatro *traders* controlem aproximadamente 75% do comércio total de grãos (LEGUIZAMÓN, 2016; WESZ JR., 2016).

Com base em diferentes fontes de dados nacionais, Wesz Jr. (2016, p. 297) estima que, atualmente, cerca de 85% das exportações seja de soja não processada. Enquanto em 2006 essas empresas respondiam por 6,8% de todas as exportações desses países, em 2011 esse percentual já era de 10%. A Bunge Brasil, maior inclusive que a Cargill no País, teve, sozinha, no ano de 2011, receita de 6,5 bilhões de dólares (FOB), mais que o total das exportações do Paraguai no mesmo ano (WESZ JR., 2016, p. 296). No entanto, cabe destacar que há empresas sul-americanas entre os grandes nomes do agronegócio da soja, como a empresa Amaggi, do ex-governador do Mato Grosso, e ex-ministro da Agricultura, Blairo Maggi, proprietário de fazendas de soja, armazéns e usinas de energia e terminais portuários, considerado atualmente um dos maiores produtores de soja do mundo. Tanto no tocante aos grandes comerciantes de grãos, como também no que se refere aos produtores de sementes e agroquímicos, delineia-se uma forte concentração de empresas. Seis empresas transnacionais (Syngenta, Bayer, Basf, Dow AgroSciences, Monsanto e Du Pont) controlam mais de 76% da quota de mercado global (LEGUIZAMÓN, 2016, p. 317). Colaborações estratégicas como as pactuadas entre a Cargill e a Monsanto ou a ADM e a Syngenta vêm reforçando o domínio dessas empresas nesse mercado.

Em geral, um processo de deslocamento de empresas nacionais menores em favor de empresas transnacionais pode ser identificado na América do Sul. Isso se deve à chamada “integração vertical”, uma das estratégias mais importantes das grandes corporações transnacionais do agronegócio. Há um esforço em prol da integração das diversas etapas de produção a montante e a jusante em uma única empresa, a fim de estender, na medida do possível, o controle sobre os diversos estágios da cadeia de valor (desde serviços a montante até a exportação). Nesse sentido, os quatro grandes *traders* de grãos são hoje muito mais que simples empresas comerciais: além de fornecerem suporte técnico aos produtores de soja e financiarem a produção, dispõem de enorme capacidade de armazenamento e, além dos pesados investimentos em infraestrutura de transporte nos últimos anos, possuem inclusive terminal portuário próprio em Santarém, na Amazônia, com capacidade de 114.000 toneladas de armazenamento. A construção e a recente expansão desse terminal portuário privado estão vinculadas não apenas ao projeto nacional de asfaltamento da parte paraense da BR-163, mas, também, associadamente, à criação de um corredor de exportação alternativo e muito mais curto para o escoamento da soja do norte de Mato Grosso (COY; KLINGER, 2011; COY; NEUBURGER, 2008). Além disso, outro terminal fluvial foi construído em Miritituba, no Rio Tapajós, de modo que o transporte rodoviário na BR-163 vai ao seu encontro, possibilitando que os produtos agrícolas sejam carregados em barcas, que, por sua vez, entregam suas cargas no estuário do Rio Amazonas (Porto de Santana e Porto Vila do Conde) para embarcações oceânicas. No que diz respeito ao desenvolvimento e expansão da logística na Amazônia, as políticas nacionais de desenvolvimento e os interesses do agronegócio transnacional andam de mãos dadas.

A mecanização da agricultura e a crise da agricultura familiar têm sido acompanhadas por uma enorme perda de empregos no setor agrícola desde a década de 1960. Além desse declínio quantitativo, uma clara polarização pode ser observada nos empregos restantes – ou nos poucos recém-criados. Por um lado, muitos postos de trabalho locais em áreas rurais (áreas de cultivo de cana-de-açúcar, áreas de pecuária extensiva, etc.) ainda se caracterizam pelas relações de trabalho mais simples e informais, altamente precárias e, sobretudo, temporárias, com pagamentos

por diária. Por outro lado, e isso se deve à mecanização da economia agrária, o agronegócio requer, principalmente, trabalhadores especializados, que possuam o *know-how* necessário para a operação técnica de máquinas cada vez mais complexas, uso de agroquímicos ou na tecnologia de irrigação, por exemplo. Assim, a expressiva redução de atividades agrícolas simples é, por sua vez, compensada, em menor grau, pelo incremento na oferta de empregos de alta qualidade na agricultura modernizada.

No entanto, o desenvolvimento do setor agrícola em direção ao agronegócio altamente eficiente e orientado para o mercado, integrado às redes globais de marketing e produção, tem muitos impactos indiretos, sobretudo, nos serviços urbanos orientados à produção. Os efeitos combinados no agronegócio são evidenciados nos pagamentos antecipados, por meio de financiamentos (bancos e cooperativas de crédito), serviços de consultoria (consultores agrícolas privados, serviços de TI, etc.), na comercialização de máquinas agrícolas, veículos e agroquímicos e na indústria de manutenção e reparo, etc. A produção real a jusante (*downstream*) é localizada principalmente nas fazendas e, parcialmente, nas cidades rurais próximas, bem como a logística do armazém (muitas vezes associada à negociação de *traders*), a área de marketing, algumas etapas de preparação e as primeiras fases de processamento do produto e, especialmente, a logística de transporte.

Com efeito, o resto da indústria municipal, o comércio varejista, o comércio regional de carros, ou mesmo a indústria hoteleira e de restaurantes se beneficiam da agricultura modernizada. Devido às conexões cada vez mais claras e importantes entre as regiões de produção rural e os centros urbanos de tomada de decisão, é possível falar de um novo tipo de cidade que expressa, precisamente, essa relação campo-cidade cada vez mais importante: a cidade do agronegócio (CASTILLO et al. 2016; PEQUENO; ELIAS, 2015; SILVA et al., 2015). Para Nova Mutum, vide Volochko (2015).

No entanto, em muitos lugares, a sustentabilidade (econômica e social) dos efeitos diretos e indiretos do florescente agronegócio é questionável. A priorização do agronegócio nos mercados globais e seus mecanismos de precificação, que não podem ser influenciados pelas regiões de produção individuais, levam a uma considerável vulnerabilidade, dada

pelas condições de mercado instáveis que afetam tanto o setor produtivo imediato como os setores a montante e a jusante. Isso é reforçado pelo fato de que, em diversas áreas da produção, numerosos atores são externos e, tendo sido “localmente integrados”, permanecem agindo de acordo com a lei de maximização do lucro.

Em muitas áreas do agronegócio, pode-se falar em “controle externo” da economia regional e, portanto, das relações de trabalho regionais. Enquanto pequenos agricultores e trabalhadores sem-terra recebem apoio de organizações sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo) e de sindicatos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), o grau de organização dos dependentes do agronegócio globalizado é significativamente menor. Via de regra, são os lobistas do complexo da soja (sobretudo os das grandes fazendas) que determinam os debates econômicos regionais e discursos políticos (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso – APROSOJA, por exemplo). Em geral, o agronegócio não é regionalmente ancorado em sua lógica interna, mas volátil; a depender da situação do mercado global, absorve diretamente pouca mão de obra relativa, assim contribuindo para o desenvolvimento desigual em zonas rurais e urbanas locais. A “adaptação” das condições regionais de posse e uso da terra, bem como das relações de trabalho regionais às necessidades do agronegócio e à “dinâmica de desenvolvimento” regional está, geralmente, associada à polarização socioeconômica e espacial, à vulnerabilidade, ao maior potencial de conflitos e a inúmeras consequências ecológicas (desmatamento, erosão, perda de biodiversidade, entrada de poluentes, etc.).

Caracterização do boom da soja: processos de desenvolvimento no Centro-Oeste brasileiro

Se, nas últimas décadas, houve uma região na América do Sul que mudou seu perfil devido à globalização, esta foi o Centro-Oeste brasileiro (COY; LÜCKER, 1993). Até a década de 1960, o conceito de “interior” era típico da maioria das sub-regiões do Centro-Oeste (oficialmente os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal). Nas vastas extensões de Cerrado, prevaleceu, por gerações, uma forma extensiva de criação de gado em larga escala em

áreas em que, parcialmente, se vivia da agricultura de subsistência em pequena escala e, desde a metade do Século XVIII, da mineração manual de ouro e diamantes. Devido às longas distâncias até os centros urbanos do País e à carência de opções de transporte, grande parte do Centro-Oeste permaneceu em um quase total isolamento por gerações. Por essa razão, as relações sociais e de emprego permaneceram nos moldes do tradicional regime clientelista-paternalista.

Somente na segunda metade do Século XX, houve uma mudança fundamental. Foi no governo de Getúlio Vargas, ocorrido nas décadas de 1930 e 1940, que o Cerrado brasileiro ganhou importância, tanto no discurso político quanto nas medidas de planejamento. No desenvolvimento e integração das regiões periféricas, o ditador vislumbrou parte de sua missão política de renovação: o Estado Novo. Ele fundou sua própria agência pública de desenvolvimento, a Fundação Brasil Central, cuja missão era investir em infraestrutura e impulsionar o desenvolvimento. Essa fase propiciou o surgimento de diferentes fronteiras (COY; LÜCKER, 1993). Rodovias atravessaram florestas e savanas, colocando fim ao longo período de isolamento e estagnação da maioria das sub-regiões. Com as estradas vieram também as pessoas: posseiros, colonos, latifundiários, investidores, mas também muitos caçadores de fortuna e aventureiros. Os principais projetos viários que abriram o Centro-Oeste se iniciaram, principalmente, a partir da construção da nova capital, Brasília, concluída no início dos anos 1960.

As principais estradas foram a Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém e a estrada Barra do Garças-Marabá: todas estas voltadas para o Sul, objetivando integrar as regiões periféricas ao centro do Brasil. Desse modo, tem-se que o investimento em infraestrutura foi pré-requisito essencial para a “valorização” das vastas áreas do Cerrado. Seu potencial consistia, sobretudo, em reservas de terra para a agricultura em larga escala, seja pela pecuária extensiva, que se disseminou mediante incentivos fiscais públicos, particularmente nas áreas de transição para florestas tropicais do Norte, seja pela agricultura modernizada, mecanizada, de capital intensivo e que gera, diretamente, poucos postos de trabalho. Esta última é, atualmente, a base da “história de sucesso” econômica do Centro-Oeste.

A “modernização conservadora” do setor agrícola brasileiro pode ser descrita como a versão brasileira da Revolução Verde, que encontrou, para a soja, sua área ideal no Centro-Oeste. Após sequências de reprodução e adaptação apropriadas, a partir dos anos 1980, o plantio de soja avançou em direção às vastas áreas dessa mesorregião. Especialmente em seu maior estado, o Mato Grosso, a soja transformou seu interior, isolado há séculos, de uma só vez, em um protótipo de “lugar globalizado” (SCHOLZ, 2006). A cultura da soja, juntamente com os campos de milho e algodão, caracteriza a paisagem monótona no horizonte de muitas áreas do Centro-Oeste “até perder de vista”. Cidades respeitáveis, fundadas há menos de 50 anos, como assentamentos pioneiros em projetos de colonização, se alinham como pérolas ao longo das rodovias. De longe, podem ser reconhecidas a partir de seus enormes armazéns de soja e secadores, que, como novos “marcos”, materializam o *boom* econômico na paisagem cultural. Algumas dessas novas cidades estão atualmente entre os municípios de maior sucesso econômico do Brasil. Mas este é apenas um lado da moeda, já que, em termos de efeitos significativos, o *boom* econômico regional sempre foi altamente exclusivo, tendo impacto bastante modesto sobre o emprego, assim como sobre um desenvolvimento endógeno.

O principal beneficiário do *boom* da soja é o agronegócio, cada vez mais concentrado nas mãos de poucas empresas nacionais e multinacionais e de um grupo de agricultores de sucesso, cuja maioria migrou, há apenas algumas décadas, do Sul para o Centro-Oeste do Brasil e que, com seu sucesso econômico, virou a cultura regional e as elites locais de cabeça para baixo. Entretanto, seu sucesso econômico regional é extremamente frágil, influenciado pela cotação de preços das *commodities* comercializadas globalmente nas bolsas de valores de Chicago e em outras partes do mundo, bem como pelos preços dos bens intermediários (máquinas agrícolas, sementes, fertilizantes e pesticidas) e custos de transporte, até mesmo porque, apesar de toda a aceleração, o fator distância ainda é uma desvantagem crucial da região Centro-Oeste.

O rápido aumento dos fluxos de imigrantes para as várias sub-regiões inexploradas do estado do Mato Grosso, que totaliza cerca de 900.000 km², contribuiu para o surgimento de frentes pioneiras que se diferenciaram a partir de suas estruturas econômicas internas, atores

predominantes e sua origem (planejada ou não planejada, pública ou particular) (COY; LÜCKER, 1993). Mas, para além da total reconfiguração das áreas rurais que se verificou à medida que as frentes pioneiras se expandiam, o desenvolvimento de centros urbanos, como a capital mato-grossense Cuiabá e o estabelecimento de novos assentamentos pioneiros ao longo das rodovias, formando corredores de desenvolvimento, contribuíram igualmente para o expressivo crescimento populacional e de importância ainda não vistos (COY, 1997). O último censo oficial da população brasileira, realizado em 2010, mostra que o estado de Mato Grosso alcançara a marca de quase três milhões de habitantes, sendo que em 1970 possuía uma população de apenas 600.000 habitantes. Segundo estimativas mais recentes (2015), Mato Grosso já conta com aproximadamente 3,3 milhões de habitantes, pouco mais de 1,6% da população total do País. Entretanto, devido ao *boom* da soja e da expansão do agronegócio, sua importância econômica em nível nacional é desproporcionalmente superior à sua participação populacional.

Em particular, o norte de Mato Grosso que, em grande parte, pertence à região amazônica, se tornou uma das áreas pioneiras mais dinâmicas, sendo que as mais afetadas por esse *boom* foram as da zona de influência das rodovias BR-163 (Cuiabá–Santarém) e BR-158 (Barra do Garças–Marabá), ambas construídas na década de 1970. O norte de Mato Grosso, ao contrário dos assentamentos localizados na Transamazônica ou na vizinha Rondônia, pode ser considerado um excelente exemplo de fronteira de desenvolvimento privado. Por um lado, a região se tornou, a partir dos anos 1970, uma das áreas mais importantes da pecuária extensiva em grandes propriedades que se beneficiaram de incentivos fiscais. Por outro lado, foram instalados projetos de colonização privados por empresas da Região Sul, visando colonos provenientes da mesma região, sendo os maiores Alta Floresta, Sinop, Sorriso, bem como Canarana e Água Boa na região do Araguaia (COY; LÜCKER, 1993). De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no final da década de 1980, os 85 projetos de colonização privada de Mato Grosso, operados por mais de 50 empresas de colonização, a maioria do Sul e Sudeste, somavam mais de 3 milhões de hectares de terra vendidos (COY; LÜCKER, 1996).

A partir dos anos 1980, o espaço econômico e social do norte-mato-grossense passa a ser caracterizado, principalmente, pela expansão do cultivo de soja, modernizado e voltado para o mercado mundial. No Brasil, o boom da soja começou nos anos 1960 e 1970, inicialmente no Sul do País e, ao longo dos últimos 30 anos, teve sequência com o sucessivo avanço sobre diversas áreas do Centro-Oeste brasileiro. Em poucos anos, áreas interioranas antes consideradas periféricas, em particular o norte de Mato Grosso, passaram para o grupo das mais importantes regiões produtoras de soja, não apenas do Brasil, mas de toda a América do Sul (BLUMENSCHHEIN, 2001).

Dados do último levantamento agrícola brasileiro, realizado em 2017, demonstram que o Mato Grosso produz pouco mais de 29 milhões de toneladas de soja, o que representa mais de 28% da produção nacional (IBGE s.a.). Foi principalmente nas áreas de Cerrado que a agricultura modernizada determinou sua paisagem. No entanto, os custos ecológicos (descaracterização da paisagem, erosão, poluição das águas, etc.) e sociais desse boom são enormes. Os produtores cultivam soja geralmente em fazendas com centenas de hectares de terra arável. Dessa forma, surgiram ilhas de modernização que foram se expandindo na forma de enclaves sul-brasileiras – espaços de inclusão, que, como “regiões vencedoras”, moldaram, desde então, a economia e a sociedade mato-grossense. Em 1996, foram cultivados no estado dois milhões de hectares de terra de soja, sendo que no ano-safra de 2017/18, mais de nove milhões de hectares já estavam produzindo 32,5 milhões de toneladas de soja. Segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), a produção estadual (assim como a área plantada), no período entre 2000 e 2018, mais que triplicou (IMEA, 2019a). Vide Tabela 2. A agricultura, altamente modernizada e focada nos mercados globais (especialmente soja, mas também milho e algodão), se tornou, há muito, o principal motor econômico para o estado de Mato Grosso. Entre 2000 e 2018, enquanto a área agrícola total utilizada aumentou três vezes, o volume total da produção agrícola mais que quintuplicou (IMEA, 2019a). Segundo o IMEA, o agronegócio contribui com mais de 50% do Produto Interno Bruto mato-grossense, percentual extremamente relevante se comparado ao nacional, que é de cerca de 23%.

Tabela 2: Plantio e produção de soja em Mato Grosso (2000 a 2019).

Ano agrícola	Área cultivada (arredondado, em ha)	Produção (arredondado, em t)
2000/01	3.100.000	9.600.000
2005/06	6.200.000	16.700.000
2010/11	6.400.000	20.600.000
2015/16	9.200.000	27.500.000
2018/19	9.600.000	31.900.000

Fonte: Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (2019a).

Nas regiões particularmente dinâmicas do cultivo de soja em Mato Grosso, a dimensão das propriedades se diferencia por meio do tamanho e tipo de propriedade (altamente mecanizadas). Nesse estado, áreas que no passado eram consideradas periféricas, remotas e tecnologicamente ultrapassadas do Brasil, atualmente presenciam a introdução da agricultura de alta precisão tecnológica executada em larga escala e planejada em todos os aspectos. Todos os dados climáticos essenciais, características químicas e físicas do solo são de conhecimento dos agricultores, não só o controle das máquinas via GPS é extremamente comum, como o emprego de maquinário agrícola ultramoderno, capaz de formular as mais eficientes combinações de sementes, fertilizantes e pesticidas, aliado ao quase único método de plantio direto. Embora quase 80% da terra arável do estado seja utilizada para o cultivo da soja, a agricultura absorve apenas 2% da mão de obra do estado, valor extremamente baixo e que define bem a problemática agrária e social deste *boom* de desenvolvimento desordenado.

Nos últimos anos, a produção de soja continuou a se expandir para o noroeste nas áreas periféricas da Amazônia e para o Nordeste do Brasil (região conhecida por MATOPIBA, acrônimo que remete aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Essa expansão cíclica do cultivo da soja se encontra relacionada aos seguintes fatores: (i) disponibilidade de grandes reservas de terra; (ii) condições iniciais favoráveis para limpeza e mecanização (áreas planas e facilidade para processar o solo); (iii) criação de novas espécies adaptadas às condições climáticas;

(iv) preços da terra muito mais baixos em comparação com os do Sul do Brasil; (v) imigração de agricultores do Sul do Brasil que conseguiram adquirir um múltiplo de terras nas novas regiões de cultivo com a venda de suas terras; e (vi) introdução do plantio direto, baseado no uso de altos níveis de pesticidas (glifosato e produtos Roundup) e sementes geneticamente modificadas (Roundup Ready, soja RR).

Com sua complexa estrutura econômica e social, o norte de Mato Grosso não apenas testemunhou a alta dinâmica de desenvolvimento regional típica de todas as fronteiras, como também experimentou inúmeros conflitos sobre o acesso à terra e o uso de recursos ao longo desse desenvolvimento. Nesse contexto, deve-se fazer referência ao violento deslocamento da população indígena, sua dizimação e parcial extinção como parte do desenvolvimento das frentes pioneiras do norte mato-grossense. Como resultados dessa trajetória de desenvolvimento, este apresenta uma das maiores taxas de erosão pluvial da região amazônica, e, conseqüentemente, um dos mais arrefecidos conflitos ambientais e político-ecológicos dos ecossistemas amazônicos (KOHLHEPP; COY, 2010).

O caso Sinop: como um projeto de colonização é alterado pelo triunfo do agronegócio

O projeto de colonização privada de Sinop está localizado no Cerradão, zona de transição entre o Cerrado e as florestas tropicais da Amazônia. Trata-se este de um dos maiores e mais antigos projetos de colonização do norte de Mato Grosso. Na transição da década de 1960 para a de 1970, sua implantação teve início com a aquisição de terras em larga escala por Ênio Pipino, dono da Colonizadora Sinop que, nos anos 1950 e 1960, já havia acumulado experiência no negócio de assentamentos no norte do Paraná, condição que explica o nome Sinop, enquanto abreviatura de Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná. A empresa vendeu aproximadamente 650.000 hectares de terra, um total de 6.200 lotes individuais de 100 ha (em média), principalmente para pequenos proprietários e arrendatários que antes cultivavam café em suas terras de origem no Paraná, particularmente nos anos 1970 e início dos anos 1980. O exame de registros internos da empresa de colonização revelou que os cerca de mil vendedores de terras que, durante a década de 1970, trabalhavam

para a Colonizadora Sinop, deliberadamente concentraram suas atividades no norte e oeste do Paraná. Estas regiões passaram, na época, por profundas mudanças estruturais, sociais e agrárias (crise do cultivo de café, expansão do cultivo modernizado da soja) e que causaram forte deslocamento nas áreas rurais. No final, os corretores costumeiramente vendiam as terras na área de assentamento no Norte do Mato Grosso às mesmas famílias para as quais já haviam vendido terras no Paraná décadas antes. Isso demonstra, claramente, que a colonização privada no Norte Mato-grossense pode ser definitivamente descrita como um negócio lucrativo, se aproveitando das consequências agrárias e sociais da modernização conservadora nas áreas rurais do Sul do Brasil.

O Norte do Mato Grosso e, por conseguinte, também a área de colonização de Sinop, não representa o ponto final de uma sequência sucessiva típica do ciclo de desenvolvimento (em sua maioria, de pequena escala), que remete à mudança no método de produção com concentração de propriedade e subsequente deslocamento da agricultura e das áreas rurais. Pelo contrário, esse ciclo continua na região. Assim, no final da década de 1980, cerca de 15 anos após a chegada dos primeiros colonos, a taxa de ocupação real de todas as parcelas da Gleba Celeste (área de assentamento rural da Colonizadora Sinop) era de apenas 40 % a 50%. Muitos dos colonos pioneiros já haviam vendido suas terras após alguns anos, migraram para as cidades, se mudaram ou voltaram para suas regiões de origem. Essa taxa de ocupação, que está relacionada às parcelas individuais, diminuiu ainda mais nos últimos anos, o que pode estar ligado a diferentes ciclos de mudança no uso da terra, cada um associado a mudanças socioespaciais abrangentes. Pelo menos quatro desses ciclos de mudança de uso da terra (vide Figura 1) podem ser identificados atualmente:

Ciclo 1: No decorrer da década de 1970, a empresa de colonização em referência divulgou as condições supostamente favoráveis do Norte do Mato Grosso para o cultivo de café. Isto foi apoiado pelos bancos, que forneceram linhas de crédito facilitadas. Com isso, pretendia-se copiar a história de sucesso das regiões de origem dos sulistas brasileiros. Muitos agricultores investiram em plantações de café financiadas pela via do crédito bancário (entre 5 e 20 ha de café robusta). No entanto, ficou logo claro que, devido à baixa fertilidade do solo e às condições

econômicas de então (preços, dificuldades de comercialização, etc.), o sucesso prometido não se concretizaria. Muitos colonos tiveram que vender suas terras, entre outras coisas, para cumprir os compromissos assumidos com os bancos. O resultado desta primeira “crise agrícola” na área de Sinop foi a crescente emigração para as novas cidades pioneiras. Desse modo, os deslocados perderam qualquer chance de viver como pequenos agricultores em sua própria terra, razão pela qual tinham migrado para o Centro-Oeste. Poucos anos depois da chegada à região, com a perda de sua autonomia, a maioria entrou em uma espiral de relações dependentes de trabalho até se tornarem trabalhadores assalariados em empresas locais ou no setor informal urbano.

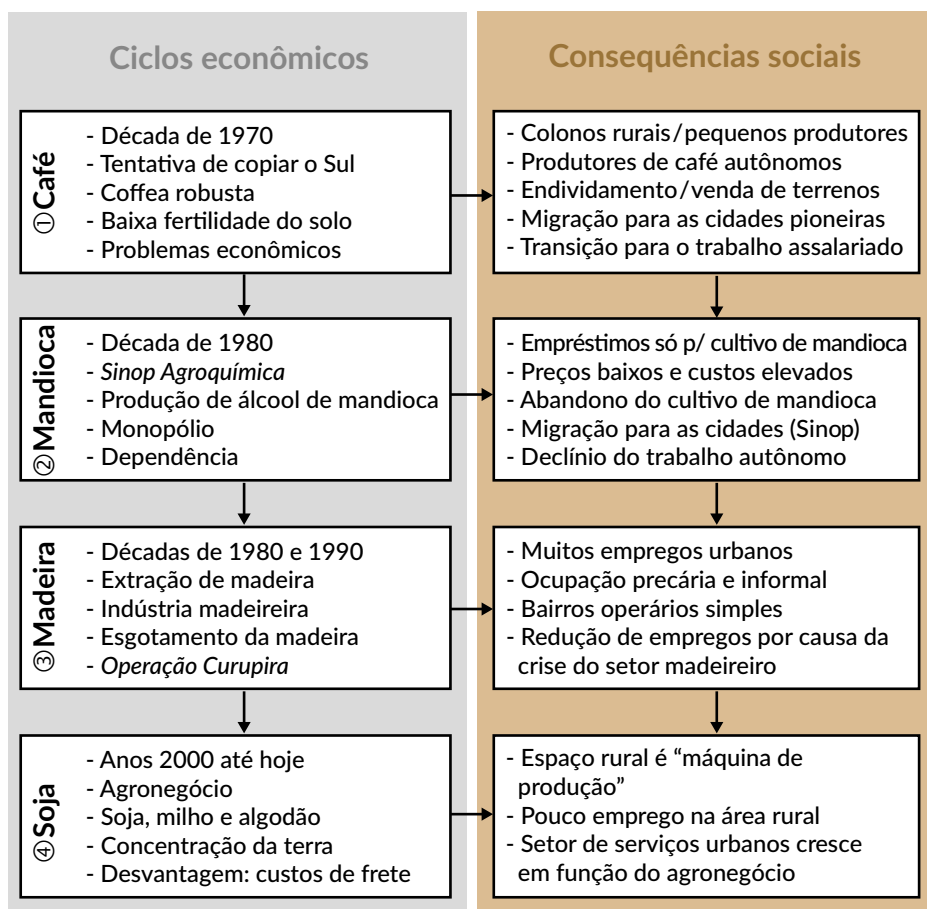


Figura 1: Ciclos de desenvolvimento em Sinop e região e suas consequências sociais. Elaboração própria.

Ciclo 2: Um sucesso mais duradouro foi prometido no início dos anos 1980 por uma fábrica implementada pela empresa colonizadora e apoiada pelo Governo Federal que produzia álcool à base de mandioca. Por sua parte, os assentados deveriam produzir a “matéria-prima”, a mandioca, com o apoio por meio de linhas de crédito oferecidas por bancos locais. Os colonos foram praticamente forçados a cultivar mandioca, já que, naquela época, não havia opções de financiamento para nenhum outro produto agrícola. No entanto, a condição de monopólio da fábrica de álcool resultou em uma total dependência dos agricultores. Os baixos preços, aliados aos altos custos trabalhistas, e os riscos agrícolas novamente ocasionaram o abandono de numerosos colonos, que partiram para as cidades pioneiras ou voltaram para o Sul do Brasil. Este segundo ciclo mostra, de forma drástica no caso de Sinop, como se reproduzem as relações de dependência bastante típicas no Brasil. Todos os camponeses que poderiam permanecer ativos na agricultura foram forçados, em uma espécie de “sistema compulsório”, a um cultivo economicamente duvidoso da mandioca, que em poucos casos se mostrou rentável. Todavia, a maioria dos que sobreviveram à crise no cultivo de café local, acabou, por fim, pagando um elevado preço: a venda de suas terras e a perda de sua autonomia.

Ciclo 3: As crises socioagrícolas das supracitadas décadas de 1970 e 1980 deixaram a produção agrícola na área de Sinop em segundo plano por quase 20 anos, devido à crescente extração de madeira. Em 1988, cerca de 250 serrarias podiam ser contadas na própria cidade de Sinop e circunvizinhança, empregando quase 8.000 trabalhadores, oferta expressivamente maior que a da agricultura na ocasião (COY; LÜCKER, 1993). Nesse contexto, Sinop se tornou um dos centros madeiros mais importantes em toda a região amazônica (HUBER, 2015). Quase todas as serrarias, inclusive algumas que empregavam até 400 funcionários, eram originárias do Sul ou Sudeste do Brasil. Algumas dessas serrarias chegaram à região com os primeiros colonos, enquanto outras foram recrutadas pela empresa de colonização, como de costume no desenvolvimento da fronteira. As conexões dominantes com o Sul foram comprovadas pelo fato de que o fornecimento de madeira se dava,

quase exclusivamente, para a indústria de móveis e construção civil. No entanto, a crise do ramo madeireiro, que teve início na década de 2000 e foi intensificada a partir de 2005, já não poderia ser menosprezada. Na paisagem urbana de Sinop, hoje, chamam atenção as “ruínas” das numerosas serrarias fechadas e terrenos abandonados. Contagens recentes (incluindo as contagens próprias realizadas em 2011) revelaram a permanência de bem menos que a metade das serrarias existentes nas décadas de 1980 e 1990 (HUBER, 2015). Fábricas de compensados, assim como os simples assentamentos de trabalhadores em suas instalações conhecidos por colônias, desapareceram quase completamente. As razões que motivaram a crise foram, por um lado, o esgotamento das reservas de madeira. As áreas de extração se encontravam a 100 km ou mais de distância das serrarias e, por outro lado, a crescente pressão das políticas de contenção do desmatamento, conservação de recursos e sustentabilidade implantadas no início do governo do ex-presidente Lula sobre as serrarias que operam à margem da legalidade (ou ilegalmente). Foi nesse contexto que a Operação Curupira, realizada pelo IBAMA e pela Polícia Federal no ano de 2005, resultou no fechamento de muitas empresas da região. Diversos empreendedores cessaram definitivamente suas atividades, emigraram ou optaram por outros ramos de atuação (HUBER, 2015). Em vista do exposto, fica clara a elevada vulnerabilidade da indústria madeireira às restrições locais ou regionais (inclusive à disponibilidade de madeira nas imediações) e externas (demanda por madeira na indústria moveleira do Sul do Brasil e, sobretudo, mudanças na política ambiental brasileira). As condições de trabalho bastante precárias (salários baixos com elevada carga de trabalho, trabalho infantil, alto risco de acidentes no trabalho, etc.) foram desmanteladas, o que gerou uma inequívoca tensão no mercado de trabalho local. A opção daqueles que ficaram desempregados durante a crise das serrarias foi a de emigrar ou buscar um novo emprego – em geral, não menos precário – em outros segmentos.

Ciclo 4: O agronegócio globalizado, baseado no plantio de soja em propriedade de médio e grande porte, ocupa hoje vastas áreas no Cerrado mato-grossense ao longo da rodovia BR-163 assim como também

a área rural da Gleba Celeste. Vale destacar que a área de influência da BR-163 entre Diamantino e Nova Mutum, ao sul, e Sinop, ao norte, responde atualmente por cerca de 34% da área total de soja e 37% da soja e milho do Mato Grosso (IMEA, 2019b, 2019c). Levando em conta as condições favoráveis do mercado mundial das oleaginosas, cada vez menos influenciadas pela demanda europeia e, cada vez mais, pela crescente procura chinesa, a rotação da soja, como cultura principal, e milho, como cultura associada, oferece de fato a melhor opção para os agricultores. Os custos de transporte continuam a representar a principal desvantagem das áreas de produção mato-grossenses. Os lobistas da indústria da soja indicam, por exemplo, que o custo do transporte de uma tonelada de soja de Sorriso (MT), via Santos, para a China é de US\$ 117, enquanto a mesma exportada de Iowa (EUA), via New Orleans, para a China, é de US\$ 58, e até mesmo da província de Córdoba (Argentina), via Rio de la Plata, para a China é de apenas US\$ 52 (IMEA, 2018). Durante anos, os grupos de interesse dos produtores de soja, em particular a APROSOJA, reivindicaram investimentos substanciais em infraestrutura, essenciais para enfrentar definitivamente esse problema de “desvantagem competitiva”. Mesmo em tempos de preços não muito favoráveis ao desenvolvimento do “complexo do milho e da soja”, as pastagens são substituídas pela agricultura mecanizada e globalizada. Novos sistemas de produção, especialmente o uso de sementes geneticamente modificadas aliado ao método de plantio direto, ultrapassaram os limites das grandes fazendas e alcançaram as fazendas de tamanho médio, que já prevalecem na área de Sinop como resultado da colonização privada. No entanto, como resultado da expansão do agronegócio, as fazendas também aumentaram significativamente em tamanho com a compra e venda. Assim, pouco resta do passado camponês do projeto de colonização original. Por exemplo, o mapeamento de uma seção típica da área de colonização rural na área de Sinop (Estrada Roberta), realizado entre 1988 (ciclo da madeira) e 2011 (ciclo da soja), resultou em um decréscimo dos domicílios de 31 para apenas 19 (COY; KLINGLER, 2014; COY; LÜCKER, 1993). Esse declínio teve graves implicações nos ambientes de trabalho locais e regionais. Embora uma quantidade significativa de trabalho familiar tenha sido registrada em pequenas

e médias fazendas (antes do plantio de soja), apenas alguns empregos formais de trabalho assalariado (cada vez mais informais) permanecem sendo ofertados pelas fazendas, altamente mecanizadas, de cultivo de soja em larga escala. E para aqueles que não conseguem mais encontrar emprego nas áreas rurais, a migração para os centros urbanos é a única maneira de encontrar trabalho – muitas vezes em condições precárias (baixos salários, empregos temporários, etc.). Contudo, vinculadas ao agronegócio moderno, surgiram novas opções de emprego: serviços em assessoria agropecuária, na área de insumos técnicos, financeiros e agroquímicos, bem como em logística de armazenamento e transporte. Esses campos de atuação diretamente relacionados ao agronegócio, assim como muitos outros indiretamente (varejo, saúde, educação, etc.), exibem tanto o leque de opções de emprego gerado pelo agronegócio, como também e, sobretudo, a elevada dependência dos ambientes de trabalho das cidades do agronegócio periféricas, que oferecem poucas alternativas à agricultura modernizada.

Em função da crescente concentração de propriedades no curso dos ciclos descritos, houve um esvaziamento das zonas rurais. A manutenção de infraestruturas rurais já não vale a pena, porque o cultivo altamente mecanizado da soja pode ser operado, em grande parte, diretamente das cidades rurais. O abandono das infraestruturas sociais (escolas, por exemplo) faz com que as áreas rurais percam atratividade, condição que, por sua vez, promove a emigração e a concentração de propriedades. Segundo muitos observadores locais, trata-se de uma realidade que, dadas as condições favoráveis do mercado, tende a se perpetuar. A “competição acirrada” entre a agricultura modernizada e a pecuária, que empurrou esta última para as florestas tropicais da Amazônia, deve continuar. Por outro lado, os esforços para “integrar” o uso de pastagens na rotação já estabelecida de milho e de soja, inauguram uma terceira fase que combina a pecuária com a agricultura modernizada visando aumentar ainda mais o valor agregado. Nesse diapasão, vislumbra-se o “aprimoramento” da produção local de rações e frangos de corte em larga escala ou de viabilizar grandes confinamentos em parceria com os frigoríficos, objetivando aumentar o valor agregado regional.

Tal tendência segue ao lado de uma crescente “capitalização” da agricultura regional, que nem todos conseguem acompanhar, especialmente as unidades de produção familiares que, anteriormente, integraram o grupo alvo da colonização e depois foram substituídas, em grande parte, por “empreendedores agrícolas”, principal grupo de interessados.

As consequências para a economia regional, especialmente na área urbana de Sinop, podem ser facilmente observadas: de um lado, o abandono de oficinas e encolhimento gradual do setor madeireiro e, por outro lado, o surgimento dos grandes silos e fábricas de processamento das corporações nacionais (Amaggi) e transnacionais (Bunge, ADM e Cargill), com dominância visível do agronegócio. Além disso, há um setor de serviços urbanos com inúmeras concessionárias de produtos agrícolas, caminhões, caminhonetes, lojas de agroquímicos, empresas de consultoria, bancos, etc., que se beneficia da conjuntura da agricultura modernizada e, assim, torna-se, cada vez mais, parte importante da cadeia de valor local e regional (Figura 2).

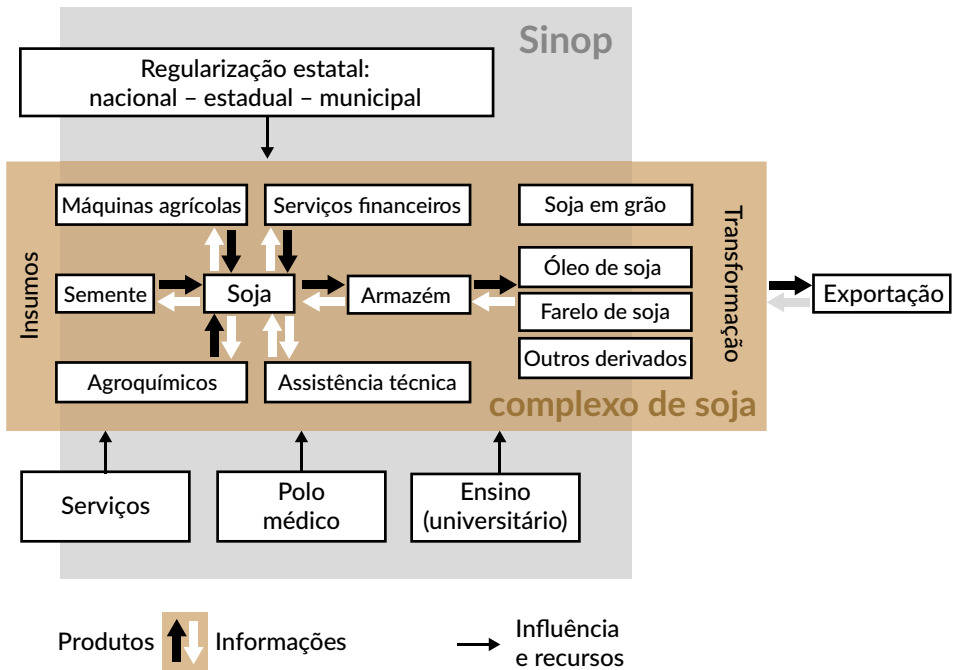


Figura 2: Cadeia produtiva do complexo de soja em Sinop e região.
Elaboração própria.

A evidência mais direta da ligação econômica e funcional entre o setor rural agrícola e a estrutura urbana de Sinop na BR-163 que, de certa forma (pelo menos econômica), representa a “espinha dorsal” da cidade, como em todas as cidades fundadas a partir da década de 1970. A razão para tal é a clara separação espacial e funcional que, desde o início, foi a base da estruturação da cidade, sendo esta mantida até hoje. A rodovia sempre foi a “artéria” principal da cidade. Agora esta possui quatro faixas, cruzando estradas paralelas em ambos os lados. O enorme fluxo do transporte de longa distância, bem como a ausência de outros aspectos de função social de espaço público, como por exemplo mobilidade e paisagem, torna pelo menos 20 km da rodovia em uma “zona problemática” no que diz respeito à urbanidade.

Até o início da década de 2000, as serrarias dominavam a BR-163 – também na área relativamente central –, além dos comuns postos de gasolina e da indústria de reparos. O desmantelamento ou realocação do setor madeireiro – e a consequente crise local – ainda hoje pode ser verificado nas inúmeras ruínas de serrarias e em grandes terrenos baldios mapeados (COY; KLINGLER, 2014). No entanto, um detalhado mapeamento realizado em 2018 mostra claramente que as atividades diversificadas mais orientadas ao agronegócio mudaram consideravelmente esse quadro (vide Figura 3). Silos de soja (ou milho) e secadores, que reivindicam grandes áreas, dominam o ambiente periurbano da BR-163, ao sul e ao norte da cidade. Embora o local seja pouco utilizado fora do período de safra, quando tem vital importância para a entrega, armazenamento e transporte, a conexão rodoviária para transporte pesado (quase exclusivamente caminhões de sete ou nove eixos com mais de 50 toneladas de capacidade que são usados para o transporte de soja e milho) é o “fator decisivo de localização”. Nesse diapasão, a maioria das áreas periféricas da rodovia é reservada aos grandes depósitos de empresas do setor de logística, onde centenas de grandes caminhões articulados ficam estacionados. O desenvolvimento da área de logística é igualmente atribuído às chamadas Centrais de Frete, geralmente localizadas nos postos de gasolina, que repassam encomendas de frete (em grande parte atribuíveis ao agronegócio ou ao restante do setor madeireiro) aos numerosos motoristas de caminhão autônomos.

Nas áreas mais centrais da BR-163, destacam-se, em particular, as grandes e numerosas concessionárias de máquinas agrícolas. Todos os *players* globais do setor estão representados localmente (John Deere, Case, New Holland, Valtra, Ford e Massey Ferguson, por exemplo). Os equipamentos mais importantes ofertados são os tratores altos, colheitadeiras, máquinas de plantio direto, pulverizadores – todos equipamentos de expressivo valor monetário.

A área de abrangência dessas empresas sediadas em Sinop geralmente se estende para além dos municípios vizinhos até União do Sul, Feliz Natal e principalmente ao norte de Sinop. Além da venda e financiamento de máquinas agrícolas, que muitas vezes ocorrem por meio dos bancos corporativos, equipes itinerantes oferecem serviços de manutenção e reparos. Afora as grandes concessionárias dominantes, também se estabeleceu, ao longo da BR, um setor de máquinas agrícolas usadas e oficinas. Outra área diretamente relacionada ao agronegócio é o setor de insumos (sementes, fertilizantes e pesticidas) (vide Figura 3). Na localidade em referência, há hoje inúmeros escritórios de representação de grandes empresas agroquímicas (Bayer, Syngenta, Dow, Basf, etc.), geralmente agências de vendas, empresas de consultoria e grandes comerciantes, que combinam entre eles os pacotes de insumos oferecidos. Da mesma forma, há também numerosas concessionárias de veículos instaladas na BR-163, situação que, se não guarda relação direta, o faz ao menos de forma indireta com o agronegócio. Não é de surpreender que uma grande variedade de pickups de todas as marcas desempenhe um papel central em Sinop. A praticidade na operação da fazenda, mas também a simbolização do sucesso econômico e status social, provavelmente terão igual relevância para a popularidade dos respectivos modelos. Desse modo, a BR-163 se apresenta como uma “vitrine” para a região e para a cidade de Sinop, atuando na apresentação das atividades econômicas que trarão dinamismo e prosperidade à região e às cidades. Enquanto, por um lado, a rodovia fornece, sem dúvida, a base econômica para muitos moradores urbanos, esta perdeu importância no desenvolvimento urbano mais recente do município, com seus principais distritos comerciais e residenciais fora do eixo da BR-163.

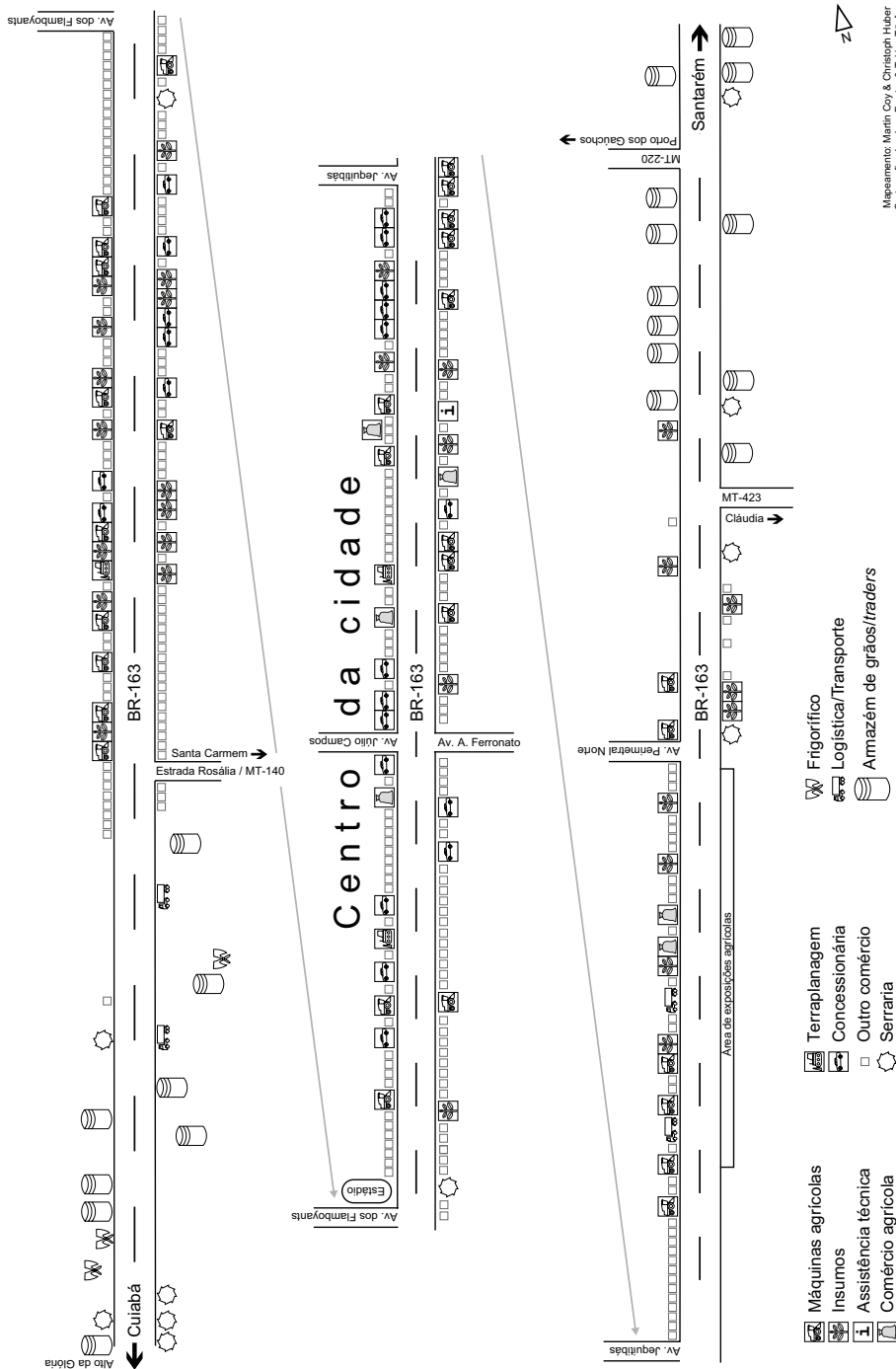


Figura 3: Mapeamento funcional da BR-163 em Sinop – MT (2018).
Elaboração própria.

Com base nessa cadeia de valor local/regional, cada vez mais diferenciada do agronegócio globalizado, as relações campo-cidade mudaram significativamente. A área rural preenche cada vez mais a função de “máquina de produção”, como descrito, e cada vez menos a função “espaço de vivência”. A cidade, por sua vez, se tornou uma verdadeira “central de comando” da economia regional. A cidade é também o lugar onde o fazendeiro realiza a maior parte de suas atividades diárias: negociando com os comerciantes, que muitas vezes oferecem pacotes completos para o complexo milho/soja, consultores, transportadores e outros prestadores de serviços, bancos, etc. Não apenas por conveniência e por razões sociais, como também por razões econômicas, agricultores preferem, cada vez mais, a vida na cidade à vida na fazenda, que termina, por fim, sendo deixada aos cuidados de administradores e empregados.

É curioso observar a percepção dos próprios atores locais quanto às mudanças nas relações campo-cidade ocorridas na região de Sinop e ao papel que atribuem à expansão do agronegócio nesse contexto. Em agosto de 2018, foi realizada pesquisa cuja base empírica foi constituída por aproximadamente 100 entrevistados (vide Figura 4). Do ponto de vista dos entrevistados, restou claro (concordância de 92%) que o agronegócio se tornou o fator de desenvolvimento dominante na zona rural de Sinop. As mudanças sociais associadas às áreas rurais se refletem em um nível decididamente alto de concordância (de 73% dos entrevistados) com a afirmação de que as áreas rurais são, cada vez mais, “máquina de produção” de commodities agrícolas e menos um ambiente de vida camponesa e/ou de produção familiar, população esta originalmente base do projeto do assentamento da Gleba Celeste. Por fim, isso revela que os entrevistados estão bastante cientes da problemática inerente à expansão do agronegócio nas áreas rurais e o correspondente efeito de deslocamento de sua função enquanto espaço social. Assim, quase dois terços dos entrevistados associam a expansão do agronegócio com o aumento do êxodo rural. No entanto, na visão de uma proporção significativa (mais de 70%) dos entrevistados, o agronegócio é vantajoso para Sinop e região e contribui para uma melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. Esses resultados criam uma

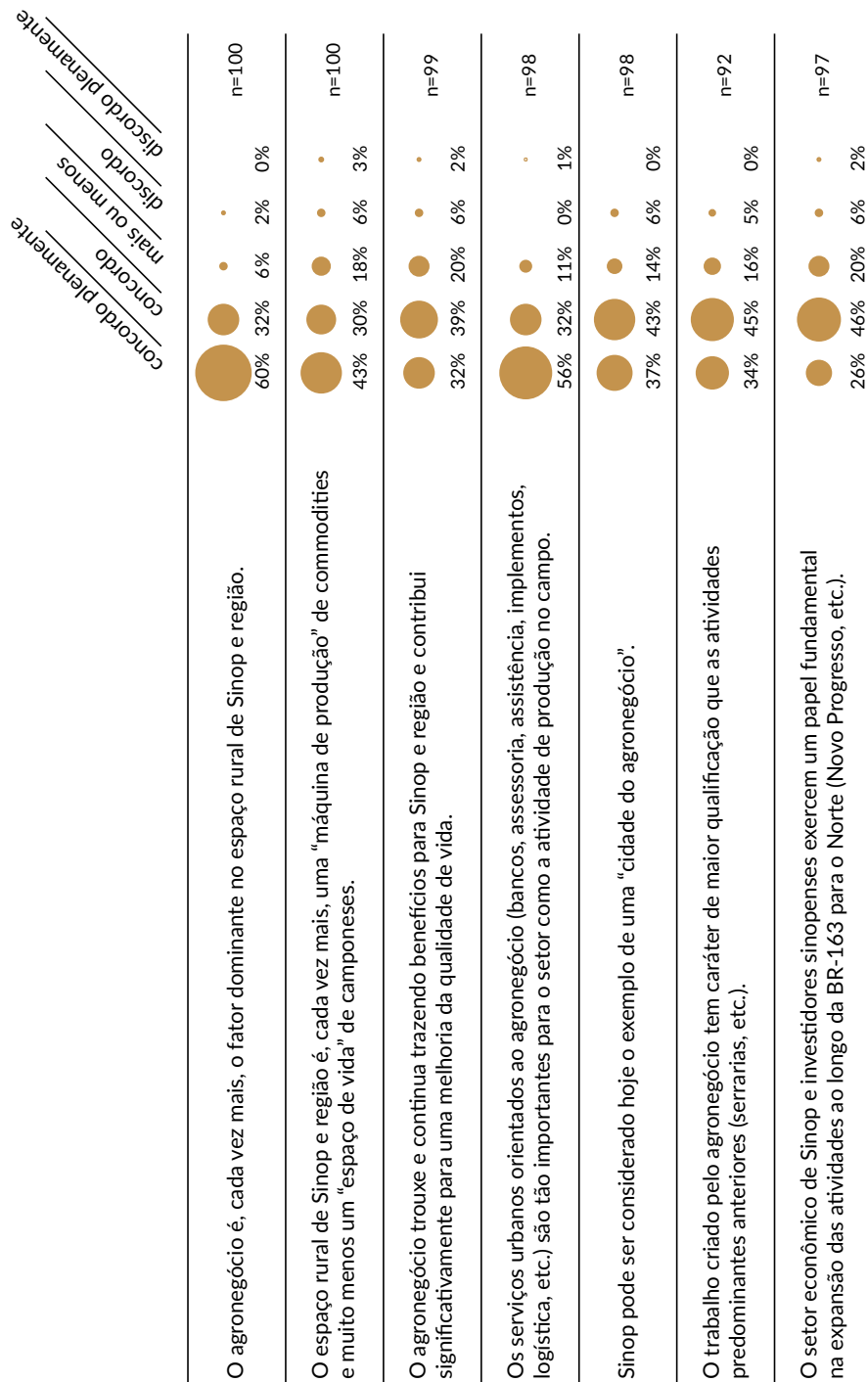


Figura 4: Percepção das relações campo-cidade e da importância do agronegócio em Sinop e região. Elaboração própria.

ambivalência que levanta a questão sobre os “vencedores” e “perdedores”. Embora não tenha sido explicitamente mencionado, é razoável supor que o sucesso econômico do agronegócio é visto como tendo impacto sobre os vários setores a montante e a jusante e é fortemente atribuído à economia urbana. Afinal, na opinião de quase todos os entrevistados (88%), os “fornecedores e prestadores de serviços locais” da cidade e do agronegócio são pelo menos tão importantes quanto as atividades de produção que ocorrem nas áreas rurais. Dessa forma, não surpreende que 80% dos entrevistados concordem com a afirmação de que Sinop possa ser hoje descrita como “cidade do agronegócio”. Comparando-se aos tempos em que Sinop ficou sob o domínio do setor madeireiro, é creditado ao agronegócio um efeito relativamente positivo nos mercados de trabalho locais/regionais (especialmente no que diz respeito à qualidade dos empregos). Por último, mas não menos importante, Sinop também é vista como “ponta de lança” na rede (sobretudo econômica) das cidades mais ao norte e ao longo da BR-163 (Novo Progresso, no estado do Pará, por exemplo).

Mais de 40 anos após sua fundação, a cidade de Sinop, com cerca de 143.000 habitantes (IBGE, 2019), se tornou o mais importante centro regional do norte de Mato Grosso, com um comércio urbano altamente diferenciado e uma oferta de saúde e educação bem estruturada. Assim, a cidade possui atualmente quatro universidades (duas públicas e duas privadas) com mais de 5.000 alunos, não sendo surpresa que os cursos na área agrícola desempenhem um papel protagonista.

Em uma perspectiva espacial, o “sucesso” da antiga cidade pioneira pode ser visto nos cinco condomínios fechados (Flamboyant, Mondrian, Carpe Diem, Portal da Mata e Quinta da Pampulha), morada das elites da cidade, tanto político, comercial e de agricultores bem-sucedidos. Estes gozam da maior popularidade, até porque lhes permite uma réplica de um estilo de vida vivido nas grandes cidades. O “sucesso do urbano” também se reflete no fato de que a Colonizadora Sinop, que anteriormente fazia negócios com a venda de terrenos rurais para imigrantes, transformou-se em uma empresa imobiliária “normal”, cuja área de atuação é exclusivamente o espaço urbano – em Sinop e em outras partes do País. Vários ciclos de desenvolvimento da cidade

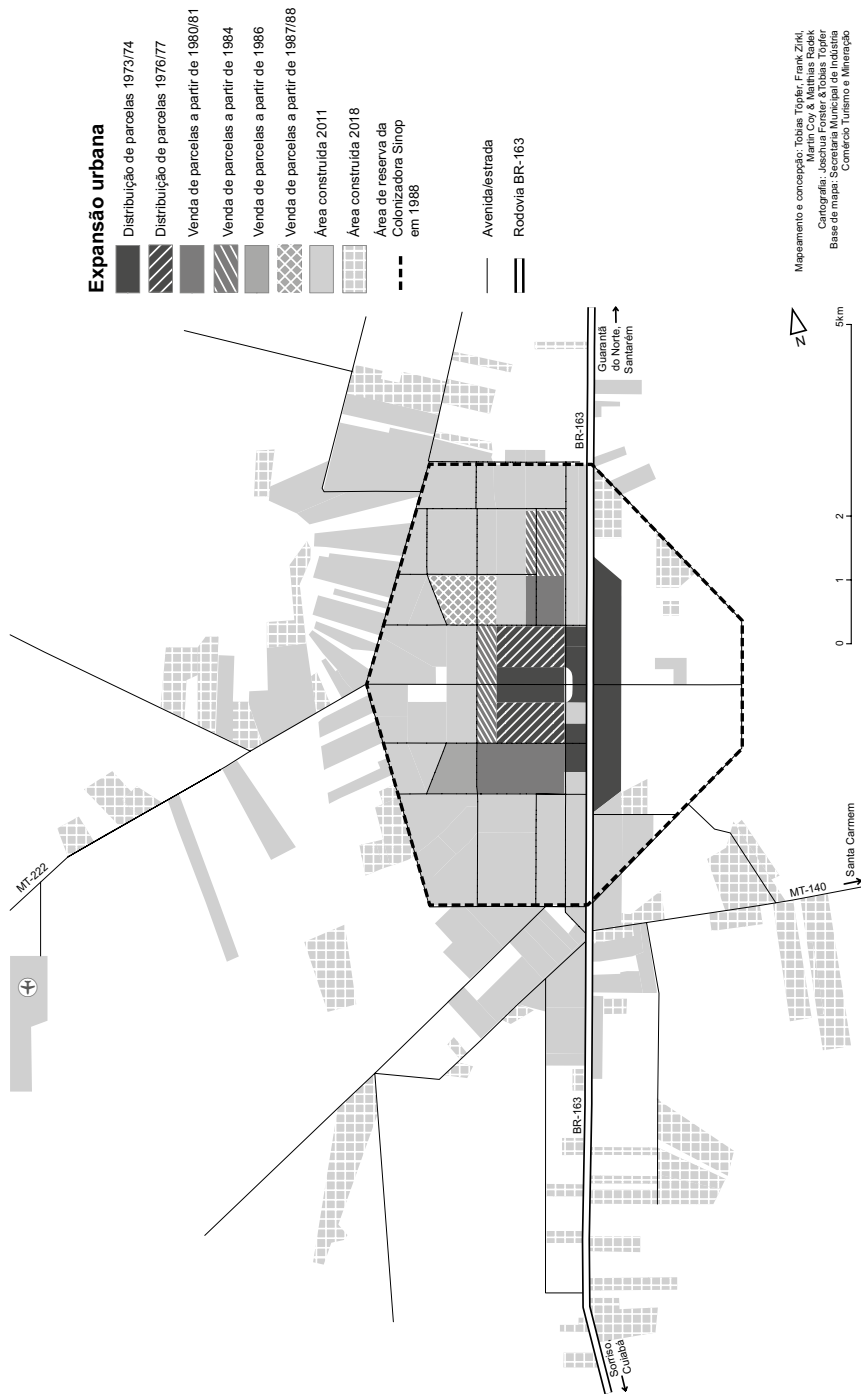


Figura 5: Desenvolvimento da cidade de Sinop – MT (1973–2018).
 Elaboração própria.

de Sinop mostram como o antigo núcleo de assentamentos dos anos 1970 transformou-se em uma cidade regional em rápido crescimento (vide Figura 5). Vale destacar que os limites da área de assentamento definida pela Colonizadora Sinop foram superados há muito tempo, com a área periurbana, inicialmente chamada de “cinturão verde”, sendo gradualmente superimplantada e urbanizada por novas áreas residenciais. Observe que os desenvolvimentos dos anos 1990 e 2000 podem ser vistos no mapa, motivado pela expansão urbana dispersa ao redor da cidade e por um grande número de lotes vazios.

No levantamento (vide Figura 6) mais recente, realizado em 2018, observou-se o surgimento de novos bairros, especialmente na área periurbana da cidade, onde além de condomínios fechados de alta qualidade, foram implantados diversos projetos de habitação social. Os arredores ocidentais da cidade (em direção ao aeroporto) oferecem agora os bairros de mais alta qualidade de vida, e, conseqüentemente, os maiores preços de terras e propriedades são alcançados nessa região. Menos luxuosos e com menor oferta de infraestrutura, são as áreas ao norte e particularmente ao sul de Sinop. Além dos usos comerciais, essas áreas (periurbanas) incluem novos complexos residenciais, construídos a partir de 2008 como parte do programa nacional de promoção habitacional “Minha Casa Minha Vida” (MCMV). Também em Sinop, assim como acontece com as diferentes áreas residenciais no ambiente periurbano, observam-se processos emergentes de segregação e fragmentação, como ocorre em muitas cidades brasileiras. Os condomínios fechados no oeste da cidade são orientados para as classes média e alta, sendo que nas proximidades desses complexos residenciais são ofertadas opções de hospedagem mais exclusivas. Além disso, novas instalações universitárias estão sendo implantadas nessa parte da cidade (novos prédios da UNEMAT e do Judiciário, etc.), de modo que atuais e futuros residentes as encontrem em suas imediações. No entanto, a construção planejada de um *shopping center* está prevista, surpreendentemente, em outra área da cidade, a leste da BR-163, o que pode decorrer dos interesses de diferentes investidores e construtores. Os processos de desenvolvimento periurbanos podem ser distinguidos dos desenvolvimentos do centro da cidade. Além da densificação (por meio

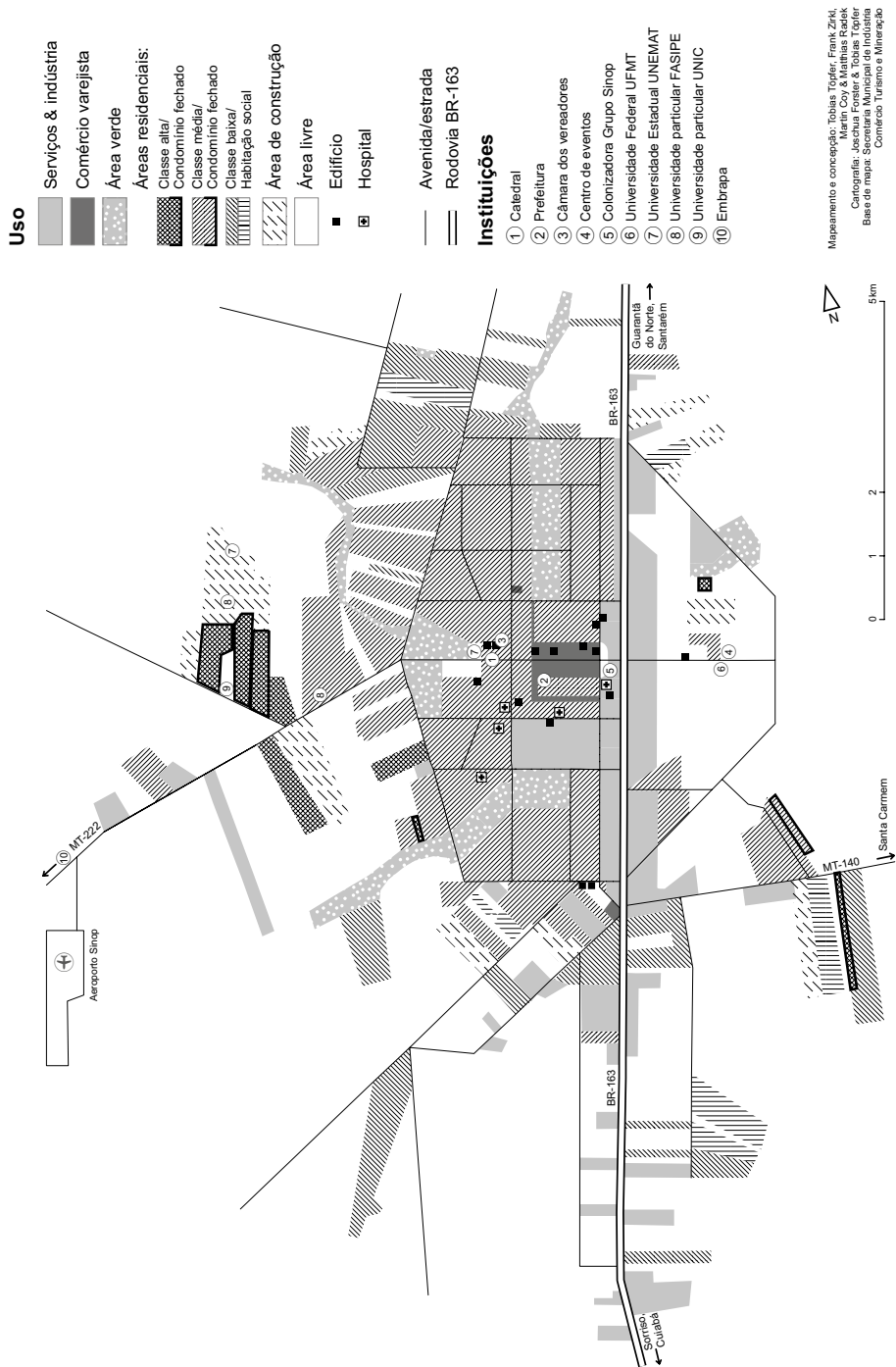


Figura 6: Estrutura funcional da cidade de Sinop - MT (2018).
Elaboração própria.

da ocupação de terrenos baldios existentes), houve recentemente uma crescente verticalização na paisagem urbana. Nesse meio tempo, cerca de uma dúzia de edifícios surgiu em uma área central, número que deve aumentar significativamente nos próximos anos.

Sinop não é mais a cidade pioneira dos primeiros anos. Mas se tornou, assim, uma cidade brasileira “normal”? Na visão política e social de seus habitantes – e aqui, em particular, nos principais grupos da elite política e econômica local –, a cidade é uma das “futuras metrópoles” do País (SOUZA, 2013). A dinâmica de crescimento e o sucesso econômico ainda são a expressão e o resultado de um “espírito pioneiro” que sempre moldou o discurso de fronteira no Brasil e em outros lugares. Frequentemente, esquece-se que a realidade cotidiana da fragmentação socioespacial chegou há muito tempo à cidade de Sinop com formas de marginalização, como ocorre em todas as cidades brasileiras. Não é de surpreender, por exemplo, que as condições de vida em algumas partes periféricas da cidade sejam extremamente precárias. Mesmo os bairros de moradias sociais construídas, que à primeira vista parecem bem organizados, e que claramente ganharam visibilidade em Sinop com o programa de financiamento “Minha Casa, Minha Vida”, são, em última instância, uma prova do arrefecimento da fragmentação urbana: por um lado, as áreas residenciais de alta qualidade dos ricos e bem-sucedidos, e, por outro lado, vastas áreas de habitantes menos privilegiados da “futura capital do norte de Mato Grosso”.

Em resumo, para Sinop – que é representativa de muitas cidades do agronegócio, não apenas do norte matogrossense –, pode-se dizer que o desenvolvimento urbano é acompanhado apenas de forma limitada pelos padrões de desenvolvimento sustentável. Muito embora a cidade, que do ponto de vista demográfico e espacial esteja em franca expansão e seja, hoje, a maior da região, possa ser considerada um excelente exemplo de um imponente desenvolvimento econômico, igualmente apresenta um grande número de problemas em seu desenvolvimento. Seu mercado de trabalho local está intimamente ligado e altamente dependente do agronegócio. Ambos os empregos diretos e indiretos estão expostos à vulnerabilidade da economia agrícola predominantemente global, sendo que as alternativas para esse

modelo econômico ainda não estão disponíveis. Não há escassez de perspectivas em potencial: por exemplo, a provisão de alimentos para a população urbana, que até então tem sido principalmente proveniente de outras localidades remotas no Brasil (incluindo Paraná ou São Paulo, a cerca de 2.500 km de distância), poderia ser mais viável pela produção local de alimentos. Esse poderia ser um passo em direção a uma economia local mais diversificada que, por sua vez, impulsionaria o mercado de trabalho urbano e, em última análise, contribuiria para um desenvolvimento regional mais sustentável.

REFERÊNCIAS

BLUMENSCHNEIN, M. **Landnutzungsveränderungen in der modernisierten Landwirtschaft in Mato Grosso, Brasilien**. Die Rolle von Netzwerken, institutionellen und ökonomischen Faktoren für agrarwirtschaftliche Innovationen auf der Chapada dos Parecis. (Tübinger Geographische Studien, H. 133). Tübingen. 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**. Sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo. 2015.

CASTILHO, A. L. **Partido da Terra**. Como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo. 2012.

CASTILLO, R. et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. In: **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 12, n. 18, p. 265-288. 2016.

COY, M. **Stadtentwicklung an der Peripherie Brasiliens**. Wandel lokaler Lebenswelten und Möglichkeiten nachhaltiger Entwicklung in Cuiabá (Mato Grosso). Tübingen (Tese de habilitação não publicada). 1997.

COY, M.; KLINGLER, M. Pionierfronten im brasilianischen Amazonien zwischen alten Problemen und neuen Dynamiken. Das Beispiel des „Entwicklungskorridors“ Cuiabá (Mato Grosso) – Santarém (Pará). In: **Innsbrucker Geographische Gesellschaft: Innsbrucker Jahresbericht 2008 – 2010**. p. 109-129, Innsbruck. 2011.

_____. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. In: **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 1-26. 2014.

COY, M.; KLINGLER, M.; KOHLHEPP, G. Von der Frontier zur Post-Frontier. Pionierregionen in Brasilien im zeitlich-räumlichen und sozial-ökologischen Transformationsprozess. In: **Die Welt verstehen – eine geographische Herausforderung**. Eine Festschrift der Geographie Innsbruck für Axel Borsdorf, Innsbruck, p. 325-376. 2016.

COY, M.; LÜCKER, R. **Der brasilianische Mittelwesten**. Wirtschafts – und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes. Tübingen. 1993.

_____. Transformações recentes no meio rural brasileiro. O Centro-Oeste como espaço periférico em processo de modernização. In: **Población y Sociedad – Revista Regional de Estudios Sociales**, v. 4, p. 31-54. 1996.

COY, M.; NEUBURGER, M. Aktuelle Entwicklungstendenzen in ländlichen Räumen Brasiliens. In: **Petermanns Geographische Mitteilungen**, v. 146, n. 5, p. 74-83. 2002.

_____. Amazonien: Straße Cuiabá – Santarém. Ein Großprojekt im politisch-ökologischen Kontext. In: **Geographische Rundschau**, v. 60, n. 12, p. 10-17. 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo. 2007.

HUBER, C. **Transformationen in der Holzwirtschaft im brasilianischen Amazonien**. Fallbeispiel Sinop/BR-MT. Innsbruck (Dissertação de mestrado não publicada). 2015.

IBRD (Banco Mundial). **Commodity markets outlook** (Oct. 2017). Washington D.C. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “Cidades”. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sinop/panorama>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017. Resultados preliminares**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=21858&t=resultados>>. Acesso em: 23 set. 2019.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. **Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso**. 2018. Disponível em: <http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/Apresentacao_20180212.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. **Soja**. 2019a. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/imea-site/indicador-soja>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. **Boletim Semanal da Soja**, nº 540, 15 de fevereiro de 2019. 2019b. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/18022019180553.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. **Boletim Semanal do Milho**, nº 540, 15 de fevereiro de 2019. 2019c. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/18022019180515.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

KOHLHEPP, G.; COY, M. Amazonien: Vernichtung durch Regionalentwicklung oder Schutz zur nachhaltigen Nutzung? In: Costa, S. et al. (Ed.): **Brasilien heute**. Geographischer Raum, Politik, Wirtschaft, Kultur. p. 111-134. Frankfurt am Main. 2010.

LANGTHALER, E. The Soy paradox: the Western nutrition transition revisited, 1950–2010. In: **Global Environment**, v. 11, n. 1, p. 79-104. 2018.

LEGUIZAMÓN, A. Disappearing nature? Agribusiness, biotechnology and distance in Argentine soybean production. In: **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 313-330. 2016.

OLIVEIRA, G.; HECHT, S. Sacred Groves, Sacrifice Zones, and Soy Production: globalization, intensification and neo nature in South America. In: **Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 251-285. 2016.

PEQUENO, R.; ELIAS, D. (Re)Estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. In: **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 10-39. 2015.

SCHOLZ, F. **Entwicklungsländer**. Entwicklungspolitische Grundlagen und regionale Beispiele, Braunschweig. 2006.

SILVA, M. S. da et al. Organização socioespacial em cidades do agronegócio no norte mato-grossense: um estudo em Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum. In: **Pracs (Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap)**, v. 8, n. 2, p. 191-207. 2015.

SOUZA, E. A. **O poder na fronteira**. Hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso. Cuiabá. 2013.

STATISTISCHES BUNDESAMT. **Brasilien**. Statistisches Länderprofil. 2018. Disponível em: <https://www.destatis.de/DE/ZahlenFakten/LaenderRegionen/Internationales/Staat/Profile/Laenderprofile/Brasilien.pdf?__blob=publicationFile>. Acesso em: 30 set. 2018.

TURZI, M. The Soybean Republic. In: **Yale Journal of International Affairs**. Spring-Summer, p. 59-67. 2011.

VOLOCHKO, D. Terra, poder e capital em Nova Mutum – MT: elementos para o debate da produção do espaço nas “cidades do agronegócio”. In: **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 40-67. 2015.

WESZ JÚNIOR, V. J. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. In: **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 286-312. 2016.



SINOP-MT – A CIDADE COMO NEGÓCIO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Edison Antônio de Souza

Doutor em História (UFF), professor da Unemat, *campus* de Sinop, MT. Pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (Neru). UFMT/CNPq

Introdução

Procurando ser coerente com o tema desta coletânea que aborda a fronteira consolidada em Mato Grosso: Rodovia Federal Cuiabá-Santarém (BR-163), trago como recorte espaço-temporal a cidade de Sinop, polo de desenvolvimento regional: econômico, político e social da região norte de Mato Grosso. Estratégia esta, construída pela classe dirigente e as forças políticas locais, é objeto de estudo de pesquisadores de diversas matizes teóricas, metodológicas e conceituais. Mas qual é a sua importância no cenário da expansão da fronteira capitalista contemporânea? Como se dá a relação das pessoas entre si e com o meio ambiente? De que forma a sua expansão material é expressada pela velocidade de criação e habitação de novos bairros? Quem vende terrenos nesse lucrativo mercado imobiliário que concentra dezenas de empresas e profissionais desse ramo de atuação? Quem habita esses bairros que são estrategicamente selecionados pela condição social? Nessa perspectiva, a cidade de Sinop representa problemáticas sociais do ponto de vista histórico, como campo de lutas e disputas pela hegemonia política, econômica e discursiva, como no *slogan*: “Sinop: a Capital do Nortão”.

No contexto das nossas pesquisas, percebemos a necessidade de análise crítica advinda das necessidades concretas impostas pelos desafios de compreensão daquela realidade, ou seja, pensá-la a partir do espaço socialmente produzido, que busca problematizar a complexidade sócio-histórica em sua totalidade. Para entender Sinop, é necessário delinear os processos de sua organização e explicar a extensão

do fenômeno urbano-rural em nossa época, a dialética relação do capitalismo com as cidades contemporâneas, em seus aspectos físicos e sociais em uma região de fronteira. A crise econômica e social que vivemos manifesta-se como crise do Estado brasileiro e de suas políticas públicas. Em Sinop, enquanto uma cidade de negócios, essa crise se manifesta pelas disputas por novos espaços, inclusive algumas pessoas invadindo áreas ambientais de proteção permanente. Essas contradições também ganham visibilidade nos espaços públicos. Essa crise se origina na desigualdade e na luta por justiça espacial e o direito à cidade. Nossos estudos sobre as cidades de fronteira fundamentam-se em um diálogo necessário com outras disciplinas, como a geografia, que tem como um dos seus principais objetos de estudo o espaço. Este, em sua complexidade, não é apenas o que podemos ver como o lugar onde vivemos ou o meio ambiente impactado pela exploração para fins comerciais e recreativos. O espaço urbano é também produto das práticas históricas e sociais, ou seja, do processo civilizatório. Nosso objetivo neste artigo também é expressar o esforço interpretativo de análise de uma região em processo de transformação rural-urbana, ou seja, concentração rural (impactada pela expansão do agronegócio, a chamada agricultura empresarial de produção em grande escala) e especulação imobiliária no espaço urbano. Essa afirmação baseia-se em nossas pesquisas empíricas e de convivência nesta cidade a qual escolhi para viver e desde então procuro estudá-la, contribuindo, assim, para a sua compreensão à luz das Ciências Humanas.

Agronegócio e a Expansão Territorial Urbana de Sinop – MT

Nas áreas chamadas de expansão da fronteira agrícola, a terra não é só para cultivo, venda ou aluguel, mas também usada para a construção de núcleos urbanos. Os espaços são simulados, viabilizados pela técnica e poder, são transformados e apropriados pelo capital monopolista sob o aval do Estado. As cidades são “inventadas”, produzidas pelas colonizadoras particulares, e os seus espaços comercializados. (ARRUDA, 2007, p. 127). A estruturação da cidade de Sinop teve, a partir de 2005, com a “nova fronteira do agronegócio”, um dos principais meios norteadores para a expansão da urbanização nas áreas que

foram colonizadas por empresas privadas. Estas tiveram o capitalismo como fomentador de ações ideológicas no período militar com discursos de desenvolvimento e integração do território nacional. É o caso de Sinop, Alta Floresta e muitas outras cidades fabricadas com o intento de organizar a produção. Essas cidades nascem e crescem como polos planejados para servirem aos grandes capitais. Por outro lado, os que vinham por meio dos projetos de colonização privada, nessas terras eram tidos como os “desbravadores”, “pioneiros” e “bandeirantes do Século XX” e viam na apropriação capitalista no campo a esperança de melhoria de vida e crescimento financeiro de suas famílias.

A instalação de cidades que eram vistas como sinônimos de progresso e desenvolvimento, pela lógica da ampliação do capital, fez com que muitas pessoas deixassem de trabalhar com atividades no campo, impulsionadas por discursos desenvolvimentistas do progresso que a cidade demonstrava, sendo um aspecto ideal para quem buscava um crescimento financeiro por meio do trabalho. Esse sonho era possível de ser alcançado nas cidades recém-instaladas. Entretanto, é a ampliação e re-produção do capital o elemento que norteou e ainda induz tais ações, que idealizavam o signo de progresso nas cidades fabricadas. As cidades do norte de Mato Grosso, principalmente Sinop e Alta Floresta, impõem-se no contexto, sob o signo de progresso, como “modelos” de desenvolvimento bem-sucedidos e pilotados pela iniciativa privada. Nessas cidades de fronteira, os fatores capital e trabalho são tidos como “valores”, a pressa para fazer e construir revela uma aceleração do capitalismo enquanto ordem para acumular e ampliar os seus lucros, concentrando renda, poder e riqueza.

É válido considerar que as desigualdades sociais e também os danos e prejuízos ambientais vivenciados, desde os tempos do início das práticas de colonização na região analisada até os dias atuais, fazem e são parte do sistema capitalista de produção espacial. O agronegócio, nesse sentido, pode ser caracterizado como um sistema econômico que é implantado para dar continuidade a esse modo de produção do espaço que intensificou o processo de urbanização sob a égide da re-produção do capital. Cidades como Sinop tiveram o espaço urbano consolidado a partir de demandas vinculadas às práticas da produção agrícola

moderna que a região apresenta, servindo essas cidades para fornecerem as condições exigidas pelas demandas geradas pelo agronegócio. Apresento um panorama amplo das principais atividades que as cidades proporcionam e como se relacionam com o agronegócio: o espaço urbano estruturado pela agricultura moderna está voltado para o fornecimento das condições gerais exigidas por essa produção agrícola, constituindo o suporte material onde se instalam as atividades comerciais voltadas para a agricultura, a exemplo das representações para a venda de insumos e máquinas, de serviços indispensáveis, como consultorias, escritórios de planejamento, as redes de informação, a sede do fornecimento de crédito, assegurando as atividades de circulação, comercialização e gestão, para que se possam realizar as atividades de produção no campo. São cidades que constituem pontos de concentração de mão de obra, energia, capitais, mercadorias, lugares de interconexão e coordenação de fluxos (aeroporto), proporcionando ganhos de aglomeração.

A construção de núcleos urbanos significou a materialização das condições gerais necessárias à reprodução do capital industrial no campo, assim como a inserção desse espaço no contexto da escala mundial de relação capital-trabalho. O capitalismo não só apreendeu o espaço preexistente, a terra – como meio de produção –, mas produziu o seu próprio espaço por meio do processo de urbanização da fronteira agrícola. (ARRUDA, 2007, p. 126).

Cidades como Sinop, por meio do agronegócio, tiveram como resultado desse modo de produção capitalista no campo o crescimento territorial urbano, muitas vezes criando periferias do capital na espacialidade da cidade, marcadas por bairros periféricos e carentes em infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e também viabilizando áreas com supervalorização espacial residencial e/ou comercial na espacialidade da cidade. São características que mostram a lógica da ampliação do capital no espaço urbano local, as relações entre o agronegócio e a maneira como este induz à produção espacial de maneira que conduz às desigualdades socioespaciais implícitas no tecido urbano.

Em suma, os processos geradores de novas formas espaciais urbanas, fundados em estratégias de ação associadas à expansão da agricultura moderna, à difusão do processo de industrialização vinculado ao

agronegócio, à criação de serviços especializados e expansão comercial e à formação de redes, significam transformações nas tradicionais relações campo/cidade, resultando na intensificação das desigualdades e conflitos socioespaciais. As novas estruturas socioespaciais são reveladoras de que não podemos ter um olhar homogêneo sobre a urbanização desses espaços, porque esse fenômeno implica em uma expansão excludente, que se constrói impossibilitando os espaços de pobres, controlando a presença da mão de obra excedente e dos assentados dos pequenos produtores, pois todas as terras devem estar disponíveis para a agricultura moderna. A formação dos bairros, ruas, etc. revela os novos produtores estratificando-se nos espaços de acordo com as relações sociais dominantes, produzindo um novo tecido urbano, o que se vincula em parte ao preço do solo, sendo emblemáticas dessa situação algumas cidades surgidas nos últimos 20 anos ao longo da BR-163, como Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sinop e Nova Mutum.

O avanço técnico-científico-informacional, evidenciado nos últimos anos, também no meio rural, fornece uma base material e imaterial indispensável à formação de uma economia empresarial sob o rótulo de agronegócio, que passa a operar em redes profundamente interdependentes e articuladas capazes de ampliar a base produtiva e os lucros provenientes do setor. (ARRUDA, 2007, p. 8).

Nesse contexto, entendemos a globalização como um processo vigente de internacionalização da economia que impulsiona a conectividade de atividades da economia capitalizada como o agronegócio. Entretanto, nesse processo, verifica-se a lógica envolvida, a ampliação e reprodução do capital, que interferem no prisma das contradições socioespaciais da cidade de Sinop.

Sinop: Cidade da fronteira consolidada em Mato Grosso: (BR-163)? Uma breve discussão.

*“De fato, não se mora em um bairro de uma cidade, mas no poder.
Se mora em algum lugar da hierarquia”*

(Guy Debord, 1992).

No contexto de expansão e ocupação das cidades contemporâneas, Carlos (2011) afirma, que, na maioria das vezes, a “urbanização é entendida como resultado de desenvolvimento econômico nas cidades”. A autora sustenta que o espaço é entendido não mais apenas como matéria-prima e meio de produção, mas como “mercadoria que se valoriza segundo dinâmicas propriamente urbanas/espaciais e financeiras”. Sinop, enquanto cidade capitalista da fronteira norte mato-grossense, caracteriza-se por ter seu espaço urbano fragmentado e altamente valorizado, que dá origem a uma concorrência imobiliária com áreas de diferentes tamanhos, formas e distâncias entre as áreas habitadas e os devidos locais de trabalho, como indústria, comércio e serviços. Realidade esta gerada por distintos processos espaciais e agentes sociais ao longo do processo de migração viabilizada pelas políticas públicas do Estado brasileiro a partir da década de 1970, no contexto das políticas de ocupação da Amazônia brasileira.

Em relação à exploração comercial dos espaços públicos de Sinop, pergunta-se: por que poucos se beneficiam desse tipo de espaço teoricamente comum a todos? Como ocorrem as práticas (interesses e disputas) políticas como estratégia de intervenção urbana e como mercadoria para consumo de poucos? Essa questão para mim é central, pois ela envolve agências da sociedade civil (empresas imobiliárias) e agentes públicos no sentido de apropriar-se ou criar condições de defender os interesses desse setor dentro da sociedade política – a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores. A comercialização do espaço urbano de Sinop constitui um elemento central do processo de acumulação capitalista e, portanto, de justificativas de ações do poder público municipal em direção à criação de novos bairros com investimentos básicos em locais valorizados economicamente, contribuindo, dessa forma, para a reprodução do capital privado. É importante destacar que, a partir da década de 1990, a questão urbana de Sinop, principalmente o monopólio de compra e venda de terras, e abertura de novos loteamentos pela Coloniadora Sinop (hoje Grupo Sinop) perde a sua exclusividade para outras imobiliárias.³

³ Ver Figura 5 , p. 35 – Desenvolvimento da cidade de Sinop – MT (1973-2018), artigo de Coy et al. nesta coletânea.

Esse crescimento imobiliário fez surgir importantes e significativas mudanças na área urbana, como condomínios fechados, prédios, ultrapassando limites e abrangendo áreas rurais e de antigas serrarias e madeiras (como no caso específico do Bairro São Cristóvão) que entraram em decadência a partir de 2005.

Assim como outros pesquisadores, afirmamos que a cidade, enquanto objeto de estudos das ciências humanas, é uma atividade muito complexa, com realidades e contextos diversos e, portanto, a nossa opção e o recorte socioespacial para análise requer um esforço teórico e metodológico no sentido de abordar questões relevantes e fundamentadas em pesquisas empíricas. Alguns estudos indicam as cidades médias brasileiras como os melhores lugares para realização de investimentos e negócios, com melhores índices de qualidade de vida, facilidades de transporte e menores índices de violência e de degradação ambiental, além de maior segurança. Por isso, muitas dessas cidades se destacam e atraem um crescente fluxo de pessoas, mercadorias, capitais e informações, abarcando novas formas de morar e de uso do espaço urbano. O surgimento de condomínios fechados promoveu o confinamento de um determinado grupo social da vida urbana, privando sua essência e sua diversidade, mascaradas por valores conceituais com relação ao espaço de morar. Autores como William R. da Silva e Maria E. Beltrão Sposito (2019) afirmam que esse modelo contemporâneo habitacional e suas implicações são possíveis detectar e, *a posteriori*, vislumbrar problemas catalisados por esses empreendimentos como: segregação socioespacial, especulação imobiliária, crescimento urbano desordenado, vazios urbanos e, concomitantemente, a degradação ambiental. Observamos também que a implantação dos condomínios fechados tem interferido na dinâmica e no desenvolvimento de Sinop, no sentido de que atrai para esses locais novas práticas socioespaciais engendradas por essas edificações.

Geógrafos como Ana Fani Alessandri Carlos & Isabel Pinto Alvarez (2015) têm observado que os condomínios horizontais fechados ganharam extensas porções das cidades brasileiras, atreladas à lógica de acumulação do capital imobiliário. A expansão dessa modalidade de habitação rompeu os limites metropolitanos e atualmente encontra-se nas paisagens urbanas das cidades médias. Nesse caso,

procuramos analisar o contexto do surgimento dos condomínios horizontais fechados a partir da reestruturação urbana de Sinop/MT. Trata-se de uma cidade média que, entre outras modificações, vivencia uma nova dinâmica do capital imobiliário, trazendo transformações no contexto urbano e novos padrões de consumo imobiliário, tanto na questão da moradia como no comércio e consumo. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e de campo. Verificamos que os condomínios horizontais fechados são construídos em localizações que já se encontram em processo de especulação imobiliária e são direcionados a uma parcela privilegiada da população.

A cidade como negócio de um espaço residencial para abrigar a força de trabalho ligada às atividades comerciais e de serviços resultantes do crescimento urbano: horizontal e vertical é condição importante para a reprodução da acumulação capitalista. Carlos (2011) afirma ainda que essa

compreensão e distinção é importante no debate de muitas questões analisadas, entre as quais: a revisão e atualização do tratamento teórico sobre o tema; a produção contemporânea do espaço urbano e da própria cidade no movimento de mundialização financeira; as transformações no setor imobiliário e na propriedade privada do solo (como, por exemplo, a privatização do sistema de água e esgoto); as novas particularidades do processo de valorização do espaço; as novas políticas de espaço e de planejamento urbano (Plano Diretor da Cidade), articuladas à reprodução capitalista e às novas fronteiras de acumulação representadas pelas imobiliárias e incorporadoras.

Cidades de fronteira do norte mato-grossense, como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, onde a BR-163 atravessa no sentido Norte-Sul, foram fundadas na década de 1970/80 no contexto histórico de ocupação da Amazônia brasileira, com forte incentivo do governo brasileiro e com a participação de empresas privadas de colonização, exceto a cidade de Lucas do Rio Verde. Sinop teve sua ocupação a partir de 1972/04 e uma de suas características marcantes foi a influência da

colonizadora Sinop no sentido de definir e influenciar a direção e expansão urbana da cidade, destacando o interesse imobiliário privado, como agente modelador do espaço urbano e de sua estrutura fundiária.

Por meio do Programa de Integração Nacional (PIN), da década de 1970, destinou-se um conjunto de incentivos fiscais e financeiros para a região amazônica, a partir da atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Dessa forma, Sinop é um exemplo do uso dos fundos públicos e territoriais e do deslocamento da força de trabalho, principalmente das fronteiras do Paraná para as fronteiras de Mato Grosso, como foi o caso de Sinop e Alta Floresta.

Segundo Vitle Neto (2007, p. 78, apud Silva, 2015), para o processo de migração e colonização, o alvo foi o Sul do Brasil:

Aquela região do Brasil foi escolhida como alvo da propaganda, pois ali existia grande número de pessoas que havia realizado acumulação de capital e aquelas áreas, principalmente as do Paraná, estavam supervalorizadas. Por isso tais colonos terem sido considerados ideais. Eles foram forçados ou induzidos a se deslocarem-se para o território mato-grossense, onde se utilizaram da experiência já adquirida para abrir a nova área.

A ocupação dessas terras reuniu diversos e diferentes objetivos, entre eles: a expansão do capital internacional em busca de terras para *commodities*, os conflitos e disputas por terras, principalmente na Região Sul, o que pressionava o Governo Federal por respostas em nome de uma possível reforma agrária e o desenvolvimento tecnológico no nível das mudanças profundas no solo, nas sementes e no maquinário (no que ficou conhecido como Revolução Verde) e o interesse dos planos geopolíticos de ocupação das terras amazônicas. Ianni (1979, p. 25) afirma que, ao contrário do que se esperava em termos de políticas públicas de distribuição de terras, ocorreu na verdade uma contrarreforma agrária na Amazônia, com concentração de terras e desvios de dinheiro público. Martins (2016, p. 52) sustenta que a fronteira amazônica foi ocupada com base na expropriação e violência contra o trabalhador

naquilo que ele chamou de crise social e humana – encontros e desencontros, a fronteira no seu limite existencial. Já para Oliveira (2007, p. 18), esse modelo de ocupação da Amazônia produziu uma enorme concentração de terras, grilagem, degradação do meio ambiente e corrupção envolvendo agentes públicos e empresas privadas.

Esses objetivos foram estrategicamente alcançados por meio de diversos planos de incentivos estabelecidos pelo Governo Federal, das mudanças tecnológicas que permitiram às terras do Cerrado se tornarem atraentes, e da propaganda em massa para atrair colonos. O *slogan* “integrar para não entregar”, que fazia parte do Programa de Integração Nacional, também financiou obras de infraestrutura e aberturas de rodovias federais: BR-163, Cuiabá – Santarém; BR-364, Cuiabá – Porto Velho; BR-070, Rio Araguaia – Cuiabá; BR-080, Rio Araguaia – Cachimbo; BR-168, Barra do Garças – São Félix do Araguaia e a BR-174, Cáceres a Rondônia. (MOURA, 2013, p. 18). A abertura e a pavimentação da BR-163 (Cuiabá–Santarém) permitiram uma articulação de interesses entre a empresa

Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) e o governo militar, que concedeu a preços e condições excepcionais para que esta empresa adquirisse uma área de terras localizada a 500 km ao norte de Cuiabá, chamada à época de Gleba Celeste, com o objetivo de implantar seus projetos de colonização, que incluíam outros municípios, como Santa Carmem, Vera e Cláudia, estas fora do eixo da BR-163. A ocupação da Gleba Celeste começa em 1972 com a chegada dos colonos, o distrito de Sinop é criado em 1976, subordinado ao município de Chapada dos Guimarães, e em 1979 é elevado à categoria de município.

No esforço intelectual de compreendermos a problemática histórica de ocupação da Amazônia no contexto da História contemporânea, valemo-nos das análises de Harvey (2005), nas quais destaca as “relações de transformação do espaço técnico-informacional, ao analisar a produção do espaço pelo capital”, contribuindo, dessa forma, para pensarmos as condições políticas que permitiram a ocupação do território norte mato-grossense. Segundo o autor, “a racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias-primas e das demandas do

mercado em relação à indústria, e da tendência inerente à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital. No entanto, essa tendência exige, para sustentá-la, a inovação tecnológica” (HARVEY, 2005, p. 2).

Ao analisarmos a configuração socioespacial da cidade de Sinop e como atuam os agentes produtores do espaço, afirmamos que o setor imobiliário foi (e ainda é) um importante agente no comércio imobiliário, pois tem se mostrado predominante nas decisões da direção do desenvolvimento urbano da cidade, desde seu plano de ocupação até os dias atuais. A questão da criação de novos bairros e a localização das habitações em relação ao acesso à infraestrutura deixam claros os projetos e interesses naquilo que Martins (2016) chamou de terra de trabalho para muitos e terra de negócios para poucos traçando uma relação entre a segregação gerada pelo mercado formal e seus preços. A cidade é construída de modo tão peculiar que uma pessoa pode morar nela durante anos e anos, ir e vir todos os dias e nunca passar perto de um bairro operário ou mesmo de operários. (ENGELS apud NESBITT, 2008, p. 416).

Sempre que se ocupa o espaço, e que se edifica, é para alguém, com recursos de alguém e para determinadas finalidades e interesses. É no processo de transformação do solo em glebas, das glebas em lotes e dos lotes em mercadoria cobiçada que vivem as imobiliárias e incorporadoras. Os custos da infraestrutura são sempre socializados, pagos por todos os seus habitantes, porém, sua apropriação não, pois o lucro fica nas mãos das empresas empreendedoras desses serviços e dos proprietários dos terrenos, que se beneficiam com vantagens advindas da valorização das áreas contempladas. Seja por infraestrutura básica, como pavimentação, águas pluviais, etc., ou pela instalação de centros universitários, centro de pesquisa, aeroportos, etc., todos esses empreendimentos valorizam o solo e seus arredores. Esses locais com infraestrutura acabam se tornando inacessíveis para boa parte da população que, sem recursos para comprar lotes, vai para ocupações irregulares. Nesse quadro de desigualdade no acesso ao uso da comercialização do solo urbano, desempenham papéis predominantes o poder público (ação ou omissão) e as incorporadoras e imobiliárias, em um processo dialético de exclusão socioespacial.

Apoiado na estrutura fundiária rural e urbana complexa e excludente, que permite a expansão urbana em solo rural a custos mínimos para os investidores e com retornos privados imensos, o Plano Diretor passa a ser um campo de disputa mediado por interesses privados e estratégias políticas de controle das decisões e direções que deverão ser tomadas.

A estrutura fundiária está relacionada ao acesso à terra, ao solo, ou seja, a primeira condição para habitação e produção autônoma. Aqui o foco é a estrutura fundiária urbana que, sem dúvidas, está intimamente relacionada à agrária, ainda mais em uma cidade com economia agroindustrial em construção. Nesse caso, a terra teve um único proprietário no início, a Colonizadora SINOP, uma concentração absoluta de poder e renda. Conhecer como esse espaço urbano foi e é loteado configurando o espaço da cidade, nos auxilia a entender a lógica que existe no lugar. Nas palavras de Rossi (2016, p. 57)., ao tratar do tema fundiário: “A forma dos lotes na cidade, formação, sua evolução, representam a longa história da propriedade urbana e a história das classes profundamente ligadas à cidade”.

Estamos cientes de que o espaço registra e materializa a forma de produção capitalista na qual vivemos. As consequências do nosso modelo de produção econômico estão presentes na estrutura fundiária e que se apresenta a nossos olhos de muitas formas, entre elas: a fragmentação do espaço, os conflitos, as pressões políticas por privilégios, etc. Ao tratar da relação espaço-capital, Moreira (1982, p. 3) sustenta que:

o que afirmamos, então, é que o arranjo espacial brota tanto do processo de produção e distribuição quanto do controle que se exerce sobre as relações existentes entre as classes. Como o processo de produção-distribuição se faz sob o condicionamento das formas como se travam as relações entre as classes, pode-se afirmar que o arranjo espacial, na verdade, em uma sociedade de classes, reproduz em síntese as relações de classes da formação econômico-social.

O projeto inicial de Sinop concebido pela Colonizadora tinha por objetivo a implantação de um município com foco no setor agropecuário. O mapa elaborado quando de sua criação previa um cinturão verde de chácaras em volta do núcleo urbano a fim de produzir alimentos para a população local. Contudo, os planos de produção em larga escala de café não foram bem-sucedidos e outras soluções econômicas foram sendo implantadas, como a indústria agroquímica e a extração de madeira. Até que com as modificações realizadas no solo e a introdução de novas técnicas permitiu-se a plantação de soja e outros produtos agrícolas com valor de exportação.

O plano urbanístico da cidade foi pensado dentro de um rigoroso traçado geométrico, mas a proposta acabou não sendo seguida à risca, pois os rumos que os agentes produtores do espaço tomam, como bem fala Lobato (1995), nunca são simples. A realidade material é sempre mais complexa que os planos urbanísticos geométricos. O plano pensado para a cidade de Sinop, dividido em setores residencial, comercial e industrial, não foi totalmente seguido conforme os objetivos da Colonizadora. No desenvolvimento das ocupações e das decisões políticas e econômicas, esses setores se alteraram de alguma forma, conforme a dinâmica capitalista de comercialização das diversas áreas urbanas. Os sujeitos excluídos do mercado imobiliário ocuparam lotes não edificados próximos às indústrias; os sujeitos que possuíam grandes lotes os desmembraram em outras áreas; e ainda há aqueles que buscaram no distanciamento da cidade a criação de seus loteamentos.

Os pesquisadores Guilherme de Almeida e Kamila Damo afirmam que no projeto inicial da cidade de Sinop destaca-se a sua localização, cortada pela BR-163, determinando as áreas industrial, residencial e comercial, em uma divisão socioespacial. Em um lado da rodovia, nordeste, encontramos a cidade com melhor infraestrutura, bairros e lotes valorizados e, do outro lado, sudeste, a cidade para operários, migrantes pobres do Norte e Nordeste, nas proximidades da zona industrial. Com a implantação da UFMT na região, existem hoje loteamentos de médio padrão na região também. Outras cidades em MT da BR-163 apresentam em geral essa mesma característica, como Sorriso, de dividir a cidade pela BR-163.

Ao tratarmos do tema de divisão ou segregação socioespacial, consideramos importante destacar o que ensina Romancini (2009, p. 57) ao elaborar uma síntese do significado de segregação:

de uma maneira geral, os autores que abordam em seus estudos a temática segregação concordam em afirmar que esta nada mais é que a manifestação espacial de desigualdades sociais. Seja qual for o motivo que tome um dado espaço urbano melhor que outras áreas da cidade, pois é para lá que os indivíduos da classe mais abastada com maior prestígio, poder e *status* vão se agregar. Ainda que não haja atributos naturais especiais, ou mesmo que se localize na periferia da cidade, este espaço será transformado, equipado com infraestrutura e equipamentos públicos que atendam aos anseios dessa classe social que ali se concentra.

Essa problemática habitacional, em parte, demonstra os diferentes interesses que estão em jogo no processo de expansão dos espaços em um emaranhado de forças políticas, ideológicas e econômicas.

Em relação à legislação, ela normatiza o planejamento, implantação e fiscalização do município de Sinop onde se tenta cumprir o Plano Diretor e as leis complementares para sua efetivação. Aqui entra um dado importante, pois os interesses na valorização da terra impedem o avanço de certas leis, sendo que grande parte dos vereadores são representantes diretos ou indiretos das empresas imobiliárias.

Nesse sentido, podemos notar o papel crucial que as imobiliárias exercem na dinâmica de vida das cidades da BR-163, em especial em Sinop. A questão da expansão da cidade coloca-se prioritariamente para o campo especulação do solo urbano, apresentando forte especulação imobiliária principalmente com a vinda das universidades e da expansão do agronegócio. As observações sobre o número de loteamentos à venda, das revistas com divulgação de lotes e os artigos específicos sobre a região é um exemplo desse fenômeno urbano. Podemos concluir o enorme poder e tamanho que o mercado imobiliário de Sinop possui hoje. Estudá-lo torna-se então um ponto importante

para entendermos a dinâmica daquela cidade em processo de consolidação regional.

A implantação de novos loteamentos segue a lógica de valorização imobiliária e de especulação por valorização da terra urbanizada. A professora Rosana Ravache, ao estudar algumas das cidades do estado de MT ao longo da BR-163, afirma que os “programas de construção da casa própria, para os cidadãos de baixa renda, como meio de compensar os altos valores cobrados pelos aluguéis, ainda são precários, [...], e excluem um grande número de famílias que necessitam de moradia. Como referência a essa discriminação velada que acontece na maioria das cidades capitaneadas pelo agronegócio em Mato Grosso [...]. (RAVACHE, 2013, p. 200).

A cidade de Sinop atingiu nos últimos anos um índice de crescimento exorbitante, 13% entre 2011 e 2015/6, o setor imobiliário está em ascensão e concentra um poder econômico, o que o transforma em um dos principais agentes de produção do espaço daquela cidade. Contudo, não atende a todos. Esse processo de loteamento na cidade foi possível graças a um conjunto de fatores, que, segundo Santos, “isso aconteceu sob a influência do capital subsidiado pelo poder público, acarretando uma nova organização socioespacial das cidades, motivadas pela especulação imobiliária, onde seus agentes utilizam vários meios para obter lucro sobre o solo urbano, provocando a segregação socioespacial e impossibilitando as classes com baixo poder aquisitivo de usufruir de espaços bem estruturados. (SANTOS apud ROMANCINI, 2009, p. 256)

Considerações finais

Esse é o nosso esforço intelectual para compreender por meio de estudos e pesquisas as cidades contemporâneas e os seus diversos problemas em uma época de crise na qual o capitalismo central impõe à periferia do capital novas formas de explorar as pessoas e o meio ambiente. Destaco ainda que este texto é resultado de um trabalho de pesquisa e de reflexão (sempre aberto ao debate e a questionamentos), onde busco entender em profundidade a História Social de Sinop (MT), no contexto de sua intensidade, a velocidade (produção e

reprodução) dos processos e dos acontecimentos que marcam as relações das pessoas com o espaço. Dessa forma, à luz das Ciências Humanas, procuro pensar a problemática das cidades de fronteira em seus fundamentos sociais que dão sentidos à vida humana. Para isso, estudiosos em geografia urbana como Ana Fani Alessandri Carlos & Isabel Pinto Alvarez (2015) afirmam que as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões e contradições. As transformações na cidade de Sinop trazem novas articulações viárias entre os seus habitantes, de modo que produz uma velocidade expressa no trânsito rápido e desorganizado, trazendo um desencontro e muitos conflitos entre a vida cotidiana e a busca pelo trabalho em diferentes pontos da cidade.

Destaco ainda o papel das imobiliárias e dos incorporadores enquanto principais agentes de negociação do mercado de imóveis na cidade de Sinop, implantando bairros planejados e de alto valor comercial e segregação social a partir da classe social que se propõe a pagar alto por tais imóveis. Por meio de acordos com as construtoras, os poderes públicos constituídos decidem e contribuem para a criação de demanda pela especulação da terra, entre outras estratégias de controle e domínio do solo urbano. Essas ações sobre o solo urbano criam o que alguns estudiosos chamam de “geografia de oportunidades” (CUNHA, 2010). A forma do espaço urbano é uma dimensão da vida social, que vai refletir a estratificação socioeconômica de nossa sociedade. Nessa dinâmica complexa da produção do espaço urbano como negócio lucrativo, as práticas políticas expressam o jogo de interesses e disputas no campo econômico e social envolvendo agentes e agências da sociedade civil e política em âmbito local e regional.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. Z. **Onde está o Agro deste Negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio.** Tese (Doutorado em Geografia) – Campinas/SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2007.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. SPOSITO, M. E. B.; SOUZA, M. L.; CARLOS, A. F. A. (Org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

IANNI, O. **Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

MARTINS, J. de S. **Frenteira: a degradação do outro nos confins do humano**. SP: Contexto. 2016.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. MOREIRA, R. (Org). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, U. de A. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, 2007.

RAVACHE, R. L. **Migração e Modernização em Cidades Médias da Amazônia Legal**. *Área de Abrangência da BR-163*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP. 2013.

ROMANCINI, S. R. (Org). **Novas Territorialidades em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2009. 274p.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. Lisboa: Edições70, 2016. 240 p.



LOGÍSTICA DE ESCOAMENTO DA AGROPRODUÇÃO MATO-GROSSENSE E SEUS IMPACTOS NA REDE URBANA REGIONAL²

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa

Doutora em Geografia, professora de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Coordenadora do Grupo de Estudos Regionais Sul-americanos – Gersa. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – Neru

Flávio Gatti

Professor de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Pesquisador do Grupo de Estudos Regionais Sul-americanos – Gersa. Pesquisador do Grupo de Estudos Territoriais da Amazônia Meridional – Getam

Introdução

A análise sobre a “Logística de escoamento da agroprodução mato-grossense e seus impactos na rede urbana regional” remete, inicialmente, à reflexão sobre o papel das Políticas Públicas na dinamização do processo ocupacional de Mato Grosso, assim como às articulações de caráter regional mundial em que o estado se encontra inserido. É importante, também, contextualizar as diferentes fases produtivas que caracterizaram sua trajetória econômica.

No âmbito dos interesses governamentais, Mato Grosso cumpriu, ao longo de sua história, diferentes papéis, moldados por agentes públicos e privados, que marcaram, diferentemente, o processo ocupacional de seu território e seus aspectos produtivos. Assim, no Século XVIII, a contribuição econômica de Mato Grosso se deu pela explora-

² Pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Cuiabá, com a participação do geógrafo Flávio Gatti, no desenvolvimento de seu estágio pós-doutoral.

ção de espécies vegetais nativas, como a erva-mate e a poaia, e pela exploração das minas auríferas.

Na sequência, destaca-se a importância da pecuária, da borracha, da cana-de-açúcar, das minas de diamantes e, finalmente, na segunda metade do Século XX, ocorreu a rápida inserção de Mato Grosso ao dinâmico sistema produtivo nacional voltado para o mercado externo, em que vem se destacando a produção de grãos e de carne.

Inicialmente, nos primeiros momentos econômicos de Mato Grosso, o escoamento de sua produção foi feito por pequenas cargas transportadas por animais e por transporte fluvial, via Rio Cuiabá, Rio Paraguai e outros rios de acesso às cidades e aos portos do Sul do País. Rotineiramente, a produção era destinada, também, para o Norte do País, com a utilização, sobretudo, do Rio Guaporé, Rio Mamoré, Rio Madeira e Rio Amazonas.

Gradativamente, com o aumento e a melhoria dos veículos automotores, especialmente caminhões de carga, e com as políticas de abertura de estradas e apoio e incentivo ao transporte rodoviário, o escoamento da produção de Mato Grosso passou a ser feito, até a década de 1990, quase exclusivamente por essa modalidade de transporte.

Nesse processo, o intenso crescimento da produção de grãos no território mato-grossense e as decorrentes dificuldades de embarque nos portos do Sul do País, especialmente o porto de Santos, em São Paulo, e o porto de Paranaguá, no Paraná, estimularam a busca por alternativas de escoamento, o que levou à adoção de novos modais e de rotas alternativas em direção aos portos do Norte do País.

Dinâmica Regional e Políticas Públicas

A inserção da economia brasileira no mercado internacional, com ênfase na exportação de produtos do setor agropecuário, provocou, a partir da década de 1970, a rápida expansão das áreas de cultivo no estado de Mato Grosso, sobretudo com a soja, que, em menos de três décadas, avançou sobre extensas áreas do Cerrado. Além da soja, entre os produtos comerciais cultivados no território mato-grossense, destacam-se, também, o milho, o algodão e a cana-de-açúcar. Nesse

cenário, ressalta-se, ainda, a produção de carne, com destaque para a bovinocultura, a suinocultura e a avicultura.

O processo dinâmico de expansão do agronegócio em Mato Grosso foi impulsionado pela junção das ações dos governos, federal e estadual, que tomaram uma série de iniciativas decisivas para o setor agropecuário se expandir em larga escala no estado. Bernardes (2002, p. 327-328), referindo-se ao processo ocupacional do Centro-Oeste brasileiro, afirma:

A criação de infraestrutura para desenvolvimento da agropecuária regional se dá com a criação de instrumentos, como o PRODOESTE e o PLOCENTRO (1975), que previam ocupação regional dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial, com apoio no crédito favorecido.

Além disso, foram somadas a essas medidas muitas outras ações que dotaram o estado de Mato Grosso de condições para atrair capital empresarial e milhares de migrantes, o que repercutiu, diretamente, sobre a intensificação do processo ocupacional e a interiorização da economia. Assim, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por expressivas taxas de crescimento populacional, pela criação de dezenas de novos municípios, pelo rápido processo de urbanização e pela crescente participação do Estado na produção agropecuária e exportação de *commodities*.

No final da década de 1970, a partir dos municípios de Rondonópolis e Itiquira, situados no sudeste do estado, o agronegócio se expandiu pelos municípios adjacentes e logo alcançou a área central do território mato-grossense, acompanhando a BR-163 e outras rodovias que lhes dão acesso. Os demais cultivos, como o milho, o algodão, a cana-de-açúcar e, também, a pecuária intensiva passaram a dominar novos territórios. Sequencialmente, a complexidade produtiva instalada fez surgir a cadeia leiteira, a cadeia sucroalcooleira, a cadeia de carne e grãos, a cadeia dos biocombustíveis, enfim, Mato Grosso passou a assumir importante papel no cenário produtivo do País voltado para o mercado internacional.

Ressalta-se, em relação aos aspectos produtivos de Mato Grosso, que as condições físicas de seu território, especialmente a combinação do relevo, solos e clima, favorecem o desenvolvimento da agricultura em grande escala. Além disso, o capital empresarial investido e os estímulos advindos das políticas públicas foram fundamentais para tornar o estado um dos maiores produtores e exportadores de grãos e carne do País.

Dessa forma, constata-se que o crescimento do setor agropecuário de Mato Grosso é resultante de diferentes interesses políticos e econômicos e de suas articulações locais, nacionais e globais, os quais determinam a modalidade e o ritmo de crescimento dos grandes sistemas de produção mundial. Nesse contexto, áreas produtivas e mercados consumidores se articulam na formação de uma teia de sustentação regional. Assim, Mato Grosso se coloca entre as condições específicas de produção local e as demandas mundiais, confirmando as afirmações de Agnew (2008, p. 215-216):

A economia mundial, hoje, é verdadeiramente global, em um grau nunca visto antes, no seu âmbito geográfico; o ritmo das transações vincula lugares amplamente dispersos dentro dela e se desenvolve diferentemente de simples formas territoriais de autoridade política em toda uma vasta gama de domínios (econômico, social e político).

Visto nessa perspectiva, Mato Grosso se insere em um contexto regional amplo, requerendo para sua compreensão a adoção de diferentes escalas de análise, o que possibilita a identificação dos diferentes fatores e atores que articulam a composição regional. Dessa forma, compartilhamos as reflexões de Egler (2002, p. 186) que apresenta a região como uma escala geográfica de análise. Para o autor, trata-se de

[...] um nível de abstração do raciocínio espacial em ciências sociais. Possui o mesmo estatuto lógico dos níveis global, nacional e local, que são sincronicamente articulados através da dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Ainda de acordo com esse autor:

A região é a resultante de um duplo movimento: de um lado a regionalização, entendida como a divisão de um determinado espaço em territórios econômicos com finalidades diversas, desde distritos fiscais até áreas de mercado. De outro, o regionalismo, onde os agentes sociais localizados em um determinado território, aí incluídas as firmas nele estabelecidas, procuram exercer pressão sobre o estado para dispor de tratamento político diferenciado do restante do espaço econômico em que se inserem.

Nesse processo, as políticas públicas adotadas têm assumido importante função na dinamização dos fluxos socioeconômicos, pois entre outras repercussões, essas políticas interferem na intensidade e na distribuição das unidades produtivas, estruturam novas redes, influenciam a dinâmica dos movimentos migratórios, interferem no mercado imobiliário, inclusive o rural, e alteram o papel das cidades no contexto regional, levando ao surgimento de novos polos.

Em geral, a adoção de políticas públicas repercute de forma multiescalar, impondo mudanças de efeito local, regional e mundial. Nesse contexto, pode-se inserir o estado de Mato Grosso, cujo território, nas últimas décadas, especialmente após a década de 1950, foi alvo de uma grande variedade de políticas públicas, efetivadas por diversos planos e programas, como colonização, incentivos fiscais, abertura de estradas, e outros, que impulsionaram inúmeras correntes migratórias para o estado e dinamizaram sua ocupação e economia. Em relação às políticas públicas adotadas a partir de 1950, Souza-Higa (2001, p. 85) afirma:

Diante da nova política adotada, os programas de colonização contribuíram de forma decisiva para a expansão ocupacional de Mato Grosso, não só por sua ação colonizadora específica, mas principalmente em função de terem propiciado uma infraestrutura mínima local, particularmente em relação à construção de vias de acesso.

Foi também de grande importância a implantação dos núcleos urbanos nesses projetos, os quais, em função dos serviços básicos que começaram a oferecer, como escolas, postos de saúde e outros, atraíram mais população e recursos para a região. Assim, estava criada e em expansão a frente pioneira de Mato Grosso.

As transformações socioterritoriais representam o lado mais palpável e objetivo dos efeitos das políticas públicas. Nesse aspecto, as mudanças socioeconômicas ocorridas em Mato Grosso atestam a importância que as políticas públicas tiveram no processo de crescimento de sua população, no dinamismo da economia e no fortalecimento do processo de urbanização e surgimento de novos polos. Assim, concorda-se com Souza (2006), citando Peters (1986), “a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”.

Nos últimos anos, a dinamicidade do agronegócio mato-grossense e do Centro-Oeste do Brasil tem exigido uma maior e melhor estrutura, em termos de redes e logística, compatível com o montante da produção obtida e com a capacidade de exportação de suas empresas. A malha rodoviária mostra-se insuficiente para escoar a produção até os mercados consumidores nacionais e aos portos de embarque para exportação. Nesse contexto, as condições ruins das estradas, o alto preço do frete e as distâncias das áreas produtoras aos portos do Sul do País têm estimulado a busca por alternativas de escoamento que otimizem a economia do setor.

Logística atual de escoamento da agroprodução Mato-Grossense

O sistema viário mato-grossense teve seus principais eixos de articulação implantados na segunda metade do Século XX, como parte das políticas efetivadas pelos governos militares. Assim, ainda na década de 1960, no contexto dos ideais de integração nacional, foi dado início aos projetos de construção dos grandes eixos rodoviários, que permitiram acessar extensas áreas do território mato-grossense e interligar o estado com as demais regiões do País.

A partir dessa década, foram abertas as rodovias federais, BR-364 e a BR-070, que ligam, respectivamente, Cuiabá a Porto Velho e Cuiabá ao Distrito Federal; a BR-163, que liga Cuiabá à cidade de Santarém – Pará e a BR-158 que corta o território leste de Mato Grosso, no sentido longitudinal. Várias estradas estaduais e municipais, que se articulam com essas rodovias federais, têm cumprido importante papel no processo de interiorização da população e da economia. O traçado do sistema viário estadual atuou na convergência de todos os fluxos em direção a Cuiabá, capital de Mato Grosso, e de Rondonópolis, cidade localizada no sudeste do estado, que desempenha o papel de centro dispersor de fluxos. A partir dessas cidades, especificamente Rondonópolis, as cargas para exportação são encaminhadas para os portos do Sudeste e Sul do País, com maior destaque para o porto de Santos em São Paulo e o porto de Paranaguá no Paraná.

Ao longo das últimas décadas, o impacto da grande produção agropecuária e a dinâmica do fluxo de cargas repercutiram na rede urbana estadual, configurando polos regionais, que se fortaleceram pelo vigor da economia local, quase sempre apoiada no agronegócio e pela oferta de diferentes serviços urbanos, como educação, saúde, comércio e outros.

Para Souza-Higa, Romancini e Nunes (2011, p. 368), fazendo referência à rede urbana de Mato Grosso, afirmam:

É importante ressaltar que embora predomine no estado o padrão de pequenas cidades, com populações bastante reduzidas, há uma intensa dinâmica de caráter produtivo e econômico pautada no agronegócio que tem impulsionado o contínuo e crescente desenvolvimento dos pequenos núcleos urbanos, os quais, desde que mantido o vigor da economia regional, poderão alcançar novos patamares de crescimento e expansão, dando lugar à formação de novos polos e subpolos regionais.

Nessa perspectiva, no espaço do agronegócio mato-grossense, observa-se que muitas pequenas cidades, com população inferior a 100.000 habitantes, têm projetado seu raio de influência, polarizando

áreas adjacentes, com as quais mantêm significativas relações que ajudam a dinamizar a economia regional.

O Papel das redes na Configuração Urbano-Regional

A implantação e o crescimento de uma cidade depende, entre outros fatores, de seu relacionamento com o entorno e com outras cidades, vista na perspectiva das relações estabelecidas de complementaridade. Nesse processo, as redes sustentadoras dos fluxos que permitem essas articulações têm singular importância.

Assim, as primeiras cidades que surgiram em Mato Grosso, como Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres, Rosário Oeste e outras, estavam situadas às margens de rios o que facilitava as relações com outros povoados e cidades e permitia o fluxo de pessoas e a entrada e saída de mercadorias. Esse desenho configurou a primeira rede urbana do território mato-grossense.

No bojo da discussão sobre rede urbana, destaca-se o pensamento de Corrêa (2005, p. 93) que afirma:

Em termos genéricos, a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações (são) os diversos fluxos entre esses centros.

Gradativamente, os interesses na efetiva conquista do território levaram à abertura de caminhos e estradas e à formação de outros povoados, muitos dos quais vieram a se tornar cidades. Esses incipientes aglomerados, particularmente muitos daqueles situados na confluência de estradas, prosperaram mais rapidamente, conformando, ainda que de forma precária e incompleta, os primeiros polos regionais. A concentração dos poderes econômicos e políticos na capital, deu a Cuiabá destaque ímpar na rede urbana estadual.

Após a divisão do antigo território mato-grossense, em 1977, o novo estado de Mato Grosso contava com apenas 38 municípios,

cujas cidades-sede se encontravam, em sua maioria, localizadas ao sul do paralelo de 14°. O número de municípios cresceu rapidamente à medida que a ocupação se expandiu provocando o surgimento de novas unidades administrativas. Dessa forma, em 1980, o número de municípios chegou a 55 unidades; em 1990, a 95 unidades, contando na atualidade com 141 municípios, dos quais 67 cidades-sede se encontram ao norte do paralelo de 14°S, em área Amazônica ou de sua influência direta.

No bojo de uma rede urbana, a importância de uma cidade está estreitamente relacionada com o seu desempenho econômico e a sua capacidade de oferecer serviços, o que é mensurado por sua atração e atendimento às demandas advindas de sua área circunvizinha ou complementar. Nessa concepção, os núcleos urbanos maiores e mais bem estruturados, com melhor capacidade de atender às demandas do seu entorno, inclusive outros núcleos urbanos menores, passam a exercer um poder hierarquizador, de dependência ou de complementaridade, conformando um espaço regional.

Ressalta-se, que a expansão ocupacional ocorrida em Mato Grosso nos últimos 40 anos, particularmente na área amazônica, e o expressivo processo de urbanização decorrente, é fruto do intenso processo ocupacional estimulado por políticas públicas de estímulo à interiorização da economia e de parcelas da população, o que mudou a trajetória econômica do estado. Em relação a esse processo, Ribeiro (1998, p. 41) afirmou que “o processo de urbanização na Amazônia, nas três últimas décadas, está ligado à apropriação capitalista da fronteira, intensificada pela atuação sucessiva de medidas oficiais”.

A rede urbana do estado, gradativamente, se ajustou à intensificação do dinâmico processo ocupacional, com o surgimento de cidades-polo regionais e sub-regionais, dispostas ao longo dos principais eixos rodoviários, especialmente aqueles que sustentam o escoamento da produção em direção aos portos do Sul e Sudeste do País.

Assim, constata-se que os principais eixos rodoviários do estado, representados pelas BR-163, 158 e 364, têm papel dos mais importantes no surgimento das cidades e na formação e expansão dos polos regionais, pois essas rodovias funcionam como esteio dos mais

diferentes fluxos materiais que têm na cidade, um ponto de redistribuição ou de apoio.

A Reconfiguração da logística de escoamento e seus reflexos na rede urbana regional

As políticas de transportes do País têm privilegiado o modal rodoviário, razão pela qual essa modalidade de transporte supera todas as demais. Em Mato Grosso, o transporte de carga tem sido feito, em sua quase totalidade, via transporte rodoviário e só recentemente foi acrescido com outros modais. Assim, a partir de 2001, entrou em operação o terminal intermodal do Alto Taquari, situado a sudeste do estado, a partir do qual, por via ferroviária, a carga alcança o porto de Santos em São Paulo.

Posteriormente, em 2003, foi inaugurado o terminal intermodal de Alto Araguaia, em 2011, o de Itiquira, e, em 2013, o de Rondonópolis, todos no sudeste do estado. A inclusão desses terminais no sistema de transportes, apesar de ainda insuficiente diante da grande demanda, mostrou-se muito eficiente, o que tem estimulado o governo estadual e a classe produtora, em geral, a buscar meios para conectar outros pontos do estado à rede ferroviária.

As dificuldades no escoamento da produção de Mato Grosso em decorrência das condições das estradas que dão acesso a outras regiões do País e, especialmente aos portos de embarque para exportação, situados no Sudeste e Sul do Brasil, têm estimulado a busca por meios e trajetos alternativos que possam baratear o custo do transporte, propiciar maior rapidez e aumentar o lucro do produtor. Assim, há anos vem sendo feito o escoamento por portos do Norte do País, que integram o reconhecido “Arco Norte”.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em sua página oficial, publicada em 31/01/2017, apresenta a seguinte definição para o termo “Arco Norte”:

Fruto de discussões do setor produtivo o Arco Norte é definido por uma linha imaginária que atravessa o território brasileiro no Paralelo 16° Sul, passando próximo

as cidades de Ilhéus (BA), Brasília (DF) e Cuiabá (MT). Os portos de principal interesse do agronegócio que compõem esse segmento logístico são os de Itacoatiara (AM), Santarém e Barcarena (PA), Santana (AP), São Luís (MA), Salvador e Ilhéus (BA).

Resumidamente, são apresentados, aqui, três trajetos, no âmbito do Arco Norte, que vêm sendo utilizados para o escoamento da produção estadual. Esses trajetos, ainda em fase de consolidação, são considerados promissores pelos produtores, pois reduzem gastos e o tempo para a efetiva entrega da carga. Esses novos eixos de exportação deverão alterar bastante a logística de escoamento da produção de Mato Grosso e provocar mudanças significativas na rede urbana regional.

Um dos trajetos utiliza o Rio Madeira, a partir do qual chega-se ao porto de Itacoatiara, no Rio Amazonas. Nesse caso, o transporte entre a área produtora e o porto fluvial do Rio Madeira na cidade de Porto Velho é feito por rodovia, com o emprego de caminhões. Com a utilização de barcas, a carga desce o Rio Madeira até Itacoatiara, onde passa para navios, que fazem o transporte até o destino final. Esse vetor de escoamento atende, prioritariamente, aos municípios do centro-oeste mato-grossense, como Sapezal, Campos de Júlio, Campo Novo dos Parecis e outros adjacentes.

Sobre o escoamento pelo Rio Madeira, a Conab (2017, p. 21) comenta que: “Os produtos chegam ao porto de Porto Velho pelo modo rodoviário, onde sofrem um transbordo para o modo hidroviário, seguindo para um novo transbordo no porto de Itacoatiara – AM”.

Nesse mesmo sentido, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (2017), em seu site oficial, afirma:

A Hidrovia do Rio Madeira é um corredor estratégico do Arco Norte. Começa em Porto Velho e termina 1.100 km depois, em Itacoatiara, no Amazonas. Ali, parte da soja é embarcada para o exterior. Outra parte segue direto para Santarém pelo Rio Amazonas. A hidrovia, vital para o escoamento da safra do Oeste do Mato Grosso, movimentou 6 milhões de toneladas desses grãos em 2016.

O trajeto mais amplamente utilizado tem sido o modal que integra o Rio Tapajós. A produção agropecuária obtida nos municípios do centro-norte do estado, como Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop e Vera, entre outros, tem sido, em parte, escoada pelos portos do Norte do País. Utilizando esse trajeto, inicialmente, o transporte da carga é feito por caminhões por meio da BR-163, por onde segue até o porto de Miritituba, no Rio Tapajós, no distrito homônimo, no estado do Pará.

Em referência à Hidrovia do Rio Tapajós, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, em sua página oficial, em publicação do dia 29 de junho de 2016, afirma:

Combinada com a BR-163, a hidrovia pode potencializar as atividades ligadas ao agronegócio na região. A produção de grãos no Norte e Centro-Leste de Mato Grosso e Sudoeste do Estado do Pará poderia atingir os portos da calha do Amazonas e lá embarcar em navios graneleiros direto para o exterior, em vez de se dirigir ao Sudeste do Brasil.

Além da capacidade de carga, a hidrovia pode liberar rotas alternativas para o escoamento da produção pelo Centro-Sul do país e descongestionar modais de transporte e a infraestrutura portuária. O sistema Tapajós – Teles Pires pode, então, ser o de maior vocação à circulação de mercadorias para o abastecimento e implementação do comércio exterior do Norte e Nordeste de Mato Grosso e Sul do Pará.

A partir de Miritituba, a carga segue por barcaças pelo Rio Tapajós até os portos de Santarém ou Vila do Conde, em Barcarena, no Pará, e o porto de Santana no Amapá. Nesses portos, a carga é passada para navios graneleiros, nos quais segue para o destino final de exportação.

A importância estratégica do porto de Itaquí para a exportação do agronegócio é destacada pela agência de notícias do governo do Maranhão, em nota publicada em seu site em 22 de abril de 2018, que afirma:

Embarcações de diversas partes do mundo – como China, Espanha e Holanda – atracaram no Itaqui para levar a soja produzida não só no Maranhão, mas também em Tocantins, Mato Grosso, Piauí e Pará. Isso mostra como o Porto do Itaqui se tornou um empreendimento estratégico para os Estados vizinhos escoarem a produção.

Para os empresários da área do agronegócio, essas novas rotas são consideradas promissoras, com condições de tornar mais competitivos os produtos exportados pelos portos do Norte e meio Norte do País. A utilização de modais hidroviários nos trajetos que levam aos portos de embarque das cargas para exportação, representa uma das mais significativas formas de barateamento do custo de transporte, o que é assegurado pelo uso de barcaças que suportam grandes volumes de carga.

Ainda em relação à redução de custos, é importante considerar, também, que as cargas embarcadas nos portos do Arco Norte, com destino à Europa, Ásia e América do Norte, fazem uma viagem mais curta quando comparada ao embarque nos portos do Sudeste e Sul do País.

Em relação ao escoamento da produção do leste e nordeste mato-grossense, as exportações, em volume significativo, têm sido feitas via porto de Itaqui no Maranhão. Para chegar a esse porto, as cargas saem do estado por caminhão, percorrendo, inicialmente, a BR-158, a partir da qual acessa outras rodovias e finaliza o percurso pela estrada de ferro Vale do Rio Doce ou pela estrada de ferro Norte-Sul, que chegam a Itaqui.

Resumidamente, o Quadro 1, elaborado com base nos Boletins Semanais publicados pelo Instituto Mato-grossense de Economia e Pecuária – IMEA, mostra alguns dados do escoamento da produção do estado, particularmente da soja e do milho, pelos principais portos do País, no período entre 2016 e 2018.

Quadro 1: Quantitativo do escoamento portuário da produção de grãos de Mato Grosso entre 2016 e 2018 – (em toneladas)

PORTOS	2016		2017		2018	
	Milho	Soja	Milho	Soja	Milho	Soja
Paranaguá/PR	340.213	624.566	411.265	586.098	120.720	934.435
São Francisco do Sul/SC	331.729	433.949	87.047	226.658	80.520	84.214
Imbituba/SC	202.497	294.666	123.760	256.843	29.002	134.398
Rio Grande/RS	-	1.543	-	54.164	-	20.794
Santos/SP	8.140.092	7.148.055	8.231.128	8.405.165	7.743.156	8.761.293
Manaus/AM	808.512	1.434.849	1.249.916	1.567.584	660.011	1.717.901
Vitória/ES	1.263.447	895.465	290.312	662.639	525.108	536.660
Aracaju/SE	-	-	-	-	-	-
São Luís/MA	511.235	1.320.970	-	1.332.396	-	1.254.222
Barcarena/PA	1.172.442	1.782.531	2.171.624	3.305.332	<u>1.911.831</u>	<u>3.901.930</u>
Santarém/PA	689.693	1.248.532	1.517.319	1.218.088	<u>1.627.159</u>	<u>1.974.208</u>
Porto Velho/RO	-	-	5.236	-	3.268	-
Outros	2.262	3.239	970.721	173.195	703.566	77.479
TOTAL/Ton.	13.462.124	15.188.365	12.518.637	17.788.164	13.404.341	19.333.472

Fonte: Adaptado de IMEA (2019)

Nesse quadro, constata-se que o escoamento da produção de milho e soja em 2018, pelos portos de Barcarena e Santarém, no Pará, somou 3.538.990 toneladas de milho e 5.876.138 toneladas de soja, totalizando 9.415.128 toneladas de grãos. Considerando que um caminhão bitrem graneleiro carrega 45.000 toneladas, o volume de carga total de soja e milho exportado pelos portos de Barcarena e Santarém retiraram das estradas 209.000 caminhões, especialmente em direção ao Sul e Sudeste do País.

A Figura 7 evidencia as principais rotas de escoamento da produção de grãos mato-grossense pelos diversos portos do País, com a utilização de modais rodoviário, ferroviário e fluvial. Destaca-se o escoamento pelo Norte do País, com a utilização das hidrovias dos rios Madeira, Amazonas e Tapajós, as quais são as grandes viabilizadoras das rotas para o Norte do Brasil.

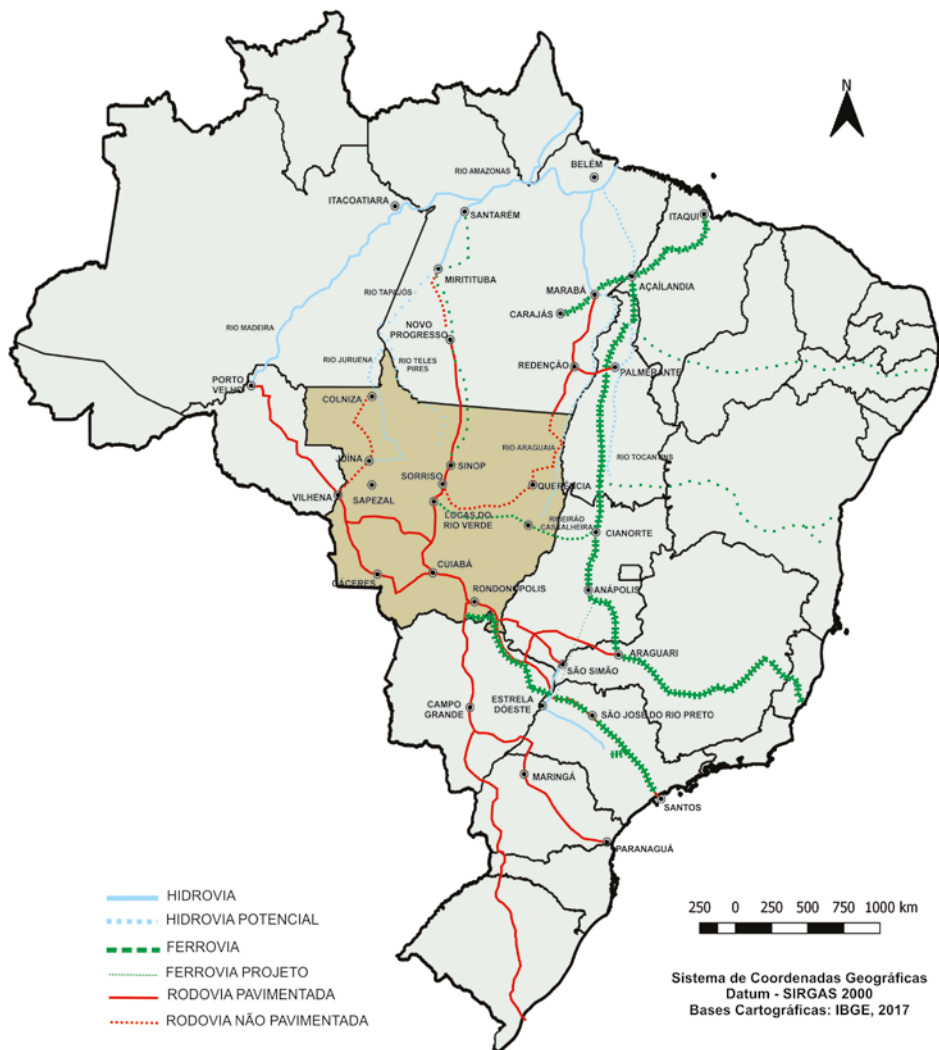


Figura 7: Principais rotas de escoamento para exportação de grãos produzidos em Mato Grosso – 2018. Fonte: Adaptado da publicação do Movimento Pró-logística (2014)

Ressalta-se que os trajetos de exportação que vêm sendo adotados já começam a produzir mudanças na atual configuração da rede urbana, com o surgimento de novos polos ao longo das rotas de escoamento que levam aos portos do Arco Norte. Nesse processo, as cidades do sul do estado, que, pelo menos em parte, tiveram seu crescimento e destaque regional relacionado ao intenso tráfego de cargas pertinentes ao agronegócio, começam a se deparar com um fluxo

menor, cuja tendência é diminuir ainda mais nos próximos anos, à medida que o escoamento para o Norte se consolidar.

A cidade de Rondonópolis, que ainda é o principal entroncamento por onde passam as cargas dirigidas para os portos do Sul e Sudeste do Brasil e por onde entram equipamentos e insumos para atender o setor agropecuário do estado, deverá sentir, nos próximos anos, o impacto das mudanças das rotas de escoamento.

Em Rondonópolis, esses impactos, provavelmente, serão observados pelo declínio da taxa de crescimento da população urbana, pela expansão mais lenta da área da mancha urbana, pela estagnação temporária ou lento crescimento dos setores de serviços, particularmente o comércio. Essa mesma linha de comportamento, mas em ritmo mais acentuado, deverá ser observada em outras cidades localizadas ao longo das rodovias que convergem para o entroncamento de Rondonópolis, a exemplo de Jaciara, Juscimeira, Pedra Preta e Alto Garças.

Considerações Finais

O crescimento socioeconômico observado em Mato Grosso nas últimas décadas tem sido fundamental para a formação de áreas polarizadas e a consolidação de sua rede urbana. Os elevados índices de urbanização que ocorreram em quase todo o estado, o aumento da oferta e consumo de serviços urbanos e o crescente fluxo de pessoas, serviços e mercadorias fazem parte das novas características do território mato-grossense que estão definindo sua posição no cenário econômico e social nacional.

A cidade de Cuiabá, em muitos estudos, é classificada como uma metrópole regional que se destaca pela concentração das funções administrativas, como centro comercial atacadista e varejista, e pela prestação de serviços especializados, cuja área de polarização se estende por todo o estado de Mato Grosso, sul do Pará e parte do estado de Rondônia e leste da Bolívia. A cidade de Várzea Grande, que faz parte do aglomerado urbano de Cuiabá, é integrada à condição de metrópole regional.

As cidades de Rondonópolis, Sinop, Cáceres, Tangará da Serra, Sorriso e Barra do Garças, em razão dos serviços que conseguem oferecer para o entorno e pelo papel de destaque que têm assumido

diante do dinamismo socioeconômico do estado, são também reconhecidas como polos regionais e sub-regionais.

Contudo, perante o dinamismo conduzido pelo agronegócio, que continuamente avança sobre novas áreas do território mato-grossense e diante da adoção dos novos corredores de exportação em direção aos portos do Norte do País, a atual configuração da rede urbana estadual começa a se modificar apontando a tendência de cidades do norte e nordeste do estado se transformarem em polos regionais e sub-regionais. A confirmação dessas mudanças depende da consolidação das novas rotas de exportação, que se encontram em curso e, dificilmente, serão revertidas.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. A nova configuração do poder global. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 53, p. 215-216. 2008. Disponível em: <<https://portal-seer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18969/12326>>.

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2002.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. **Estimativa do escoamento das exportações do complexo soja e milho pelos portos nacionais** – safra 2016/2017. Brasília-DF. Compêndio de Estudos Conab, v. 6, 2017.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. **Arco Norte**. Dnit. Página oficial. Publicado em 31 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/5088-come%C3%A7a-a-dragagem-o-rio-madeira.html>>.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit. **Hidrovia do Tapajós**. Dnit. Página oficial. Publicado em 29 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/hidrovias/hidrovias-interiores/hidrovia-do-tapajos>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. **Infraestrutura e Logística**. Mapa. Página oficial. Publicado em 31 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/infraestrutura-e-logistica/infraestrutura-e-logistica>>.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2005.

EGLER, C. A. G. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil**: questões atuais da organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2002.

GOVERNO DO MARANHÃO. Porto de Itaqui aumenta exportação de soja e movimentação de navios de diversos continentes. **Agência de Notícias**. Página oficial. Publicado em 22 de abril de 2018. Disponível em: <[http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/porto-do-itaqui-aumenta-exportacao-de-soja-e-movimentacao-de-diversos-continentes](http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/porto-do-itaqui-aumenta-exportacao-de-soja-e-movimentacao-de-navios-de-diversos-continentes)>.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Relatórios de Mercado**. Cuiabá. 2019. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/imea-site/#>>. Acesso em: out. 2019.

MOVIMENTO PRÓ-LOGÍSTICA. **Logística em Mato Grosso**. Cuiabá. 2014.

RIBEIRO. M. A. C. Amazônia: a dimensão do urbano e a qualidade ambiental. **Revista Brasileira de Geografia**. RJ. IBGE, v. 57, n. 2, p. 45-65. 1998.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>.

SOUZA-HIGA, T. C. C. O papel das políticas regionais na produção do espaço da área Amazônica de Mato Grosso – Brasil: processo e reflexos. In: LUZÓN, J. L.; SPINOLA, N. D. **Desarrollo Regional**. Medamérica. Barcelona. Espanha.

SOUZA-HIGA, T. C. C.; ROMANCINI, S. R.; NUNES, M. A. Mato Grosso: dinâmica urbano-regional do estado. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. **Dinâmica Urbano-Regional**: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

THIAGO, F.; TRIGUEIRO, F. M. C.; SILVA, M. A. P. da. **Criação de Novos Terminais Intermodais e seus Impactos**: um estudo na região de Alto Araguaia. ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA, 2014. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/442.pdf>>.



NOVO PROGRESSO: A PERSISTÊNCIA DO MITO DA TERRA LIVRE NA (PÓS)FRONTEIRA

Michael Klingler

Doutor em Geografia, pesquisador de Pós-Doutorado do Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck e do Instituto para o Desenvolvimento Econômico Sustentável da Universidade de Recursos Naturais e Ciências da Vida (BOKU), Viena

Philipp Mack

Doutorando em Geografia, Universidade de Freiburg, Alemanha, Faculdade de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Introdução: O mito (duradouro) da terra livre na Amazônia

Por muitos anos, o fenômeno *frontier*⁴ tem sido foco de inúmeras discussões científicas sobre o desenvolvimento regional da Amazônia. *Pionierfront* (COY, 1987), “frente de expansão” (MARTINS, 1975), “frente pioneira” (BECKER, 1988) ou *pioneer frontier* (FOWERAKER, 1981) são termos que refletem a vasta amplitude de conceitos teórico-conceituais. Nessas interpretações, referem-se amiúde a uma simbólica “ponta de lança do progresso” com o objetivo de ocupação e integração geoestratégica da periferia isolada do centro, do interior. Trata-se exemplarmente de uma fase de desenvolvimento regional que se caracteriza por uma forte dinâmica de extração de recursos naturais e colonização agrícola. A imigração dos chamados “pioneiros”, os incorporadores do “novo” com distintas identidades culturais, percepções e práticas de valorização da natureza, revela-se decisiva (MARTINS, 2012). Nessa compreensão espaço-temporal, predominantemente linear, o ciclo da fronteira estende-se entre as fases de abertura e consolidação (COY; LÜCKER, 1993).

Coloca-se a questão se o conceito da fronteira na interpretação espaço-temporal dos fenômenos socioeconômicos, ecológicos e

⁴ O termo *frontier* é posteriormente traduzido como fronteira.

culturais nas periferias rurais não terá sido suficientemente discutido. O objetivo deste artigo é destacar a índole da fronteira que aponta um poderoso conjunto de narrativas, metáforas e imagens relacionadas ao “mito [persistente] colonial dos espaços vazios” (BECKER et al., 1990, p. 10). Do nosso ponto de vista, esse mito revive hoje uma inscrição acentuada na Amazônia brasileira, especialmente em vista da retórica nacionalista de Jair Bolsonaro, o suposto “Eldorado” da Amazônia experimenta uma inscrição repetitiva de recursos naturais inesgotáveis e reservas livres de terra que devem ser valorizadas. O modelo de desenvolvimento da periferia rural refere-se a um ideal de progresso que se concentra em particular na expansão da infraestrutura, na extração de matérias-primas, na extensão da fronteira agrícola e na vinculação aos mercados de exportação.

Ao mesmo tempo, um alto número de estudos publicados sobre a Amazônia mostra que esse modelo de desenvolvimento convencional segue criando numerosos problemas – incluindo o aumento de desmatamento e degradação ambiental e as associadas emissões de CO₂, perdas de biodiversidade, e ameaças para os povos indígenas e tradicionais. Com base nos discursos ambientais e climáticos internacionais, as narrativas de crise estão se desdobrando de forma muito mais eficaz nas mídias sociais de hoje (com referência aos incêndios na Amazônia em 2019 e à popularidade de #prayforamazonia e #EA-Amazonia). O clamor (inter)nacional mostra o quanto o fenômeno do corte e da queimada se alterou de uma prática de conquistar o espaço natural para um antônimo de proteção e regularização da fórmula de sustentabilidade. Desse modo, a imagem da fronteira representa uma manifestação de disparidades espaciais, relações assimétricas de poder, conflitos e processos repressivos. Em consequência, o ideal de progresso é percebido, e criticado, como uma continuação da crise das “relações societais com a natureza” (GÖRG, 1999).

Com relação a essas condições contraditórias, o modelo convencional de valorização da fronteira não é mais plenamente reproduzível – embora a mudança de política realizada desde janeiro de 2019 e o contínuo abrandamento das metas de sustentabilidade tenham abalado severamente essa tese. Levando em conta o



Figura 8: Expansão da zona de combate. O bloqueio da BR-163 como uma forma política-performativa de protesto indígena (KLINGLER, 2014)

desenvolvimento socioambiental histórico da Amazônia – especialmente nos anos de declínio do desmatamento entre 2005 e 2012 –, é óbvio que o ideal da fronteira se adaptou às novas estruturas “verdes”, gerando alternadas formas de acesso, apropriação e controle de recursos naturais e terras, inscrevendo-as discursivamente e legitimando-as socialmente. Descarbonização, Crescimento Verde ou Regularização Ambiental apareceram como narrativas dominantes do “novo” progresso para enfrentar os problemas ambientais contemporâneos. Diante dessas dinâmicas atuais, definimos o surgimento da pós-fronteira, que exige também a continuação ou reativação do debate de fronteira.

Novo Progresso: um estudo de caso

O município paraense de Novo Progresso, no sudoeste do Pará, é um espaço-chave para discutir a ambivalência de progresso sob o signo da (pós-)fronteira. Para a população local, o nome do município simboliza a referência ao lema positivista “Ordem e Progresso” até hoje

há “possibilidade de redesenhar a ideia de progresso” (NPAK⁵, 2014). O mito dos espaços “vazios” motivou desde os anos 1970 investidores e grupos de migrantes – predominantemente descendentes dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (MARINHO, 2008) – a se mudarem para as terras devolutas paraenses (veja o lema do Programa de Integração Nacional (PIN): “Terra sem homens para homens sem terra”). O Decreto 1.164/71 declarou essas terras devolutas, na faixa de 100 km de cada lado da BR-163, para o fomento da segurança nacional e das atividades econômicas. Enquanto até 1988 o tamanho máximo das terras devolutas alienadas foi de 3.000 ha, a posse legítima foi reduzida para 2.500 ha. Nesse ponto de vista histórico, o PIN criou critérios específicos para ocupar, apropriar e valorizar em grande escala as terras não regulamentadas da região.

A fronteira reflete, assim, uma compreensão do espaço em que a disponibilidade de terra livre é um pré-requisito para a apropriação e transformação dos recursos em propriedade. As estratégias da fronteira são profundamente imperialistas, e a lógica da apropriação de terras é apoiada por uma narrativa fortemente heroizada dos colonos pioneiros: “Fomos fundadores, nunca fomos grileiros” (SCHUMANN et al., 2015, p. 27). Isso ilustra o quanto o mito dos “espaços vazios” vive da atribuição que as chamadas terras devolutas não têm dono (*res nullius*) – embora fossem e sejam o *habitat* de numerosos povos indígenas (etnias indígenas da região de estudo: Paraná, Mekrãgnoti, Kayapó, Kayabi, Munduruku, Kuruáya e Xipaya) que foram ou são diretamente afetados pela invasão do “homem branco” e formas de expropriações violentas e domesticações culturais (TORRES et al., 2005, p. 201-36).

O mito proclamava a soberania sobre as terras devolutas por meio do direito de ocupação imposto pelo Estado com o objetivo de incorporar e valorizar o “selvagem” (engl. *wilderness*), (TURNER, 1920, p. 3-4) ideologizado. Como consequência, os motivos econômicos e políticos legitimados pelo Estado alimentavam a invasão de espaços de sobrevivência da população indígena e tradicional e, dessa forma,

⁵ NPAK refere-se a uma entrevista anonimizada. A abreviação contém informações sobre lugar, nome e data da entrevista.

reproduziam continuamente as relações coloniais de dominação e exploração. Vinculando os processos da “deslocalização da expansão da fronteira” (MARTINS, 1996) com as teorias do geógrafo Haesbaert (1994) sobre o território e identidade, as colonizações espontâneas de grupos extremamente heterogêneos de colonos, pecuaristas, agricultores capitalizados, madeireiros e operadores de serrarias, garimpeiros, grileiros e até trabalhadores escravos provocavam de imediato um reflexo das dinâmicas de segregação social das zonas de origem.

Até hoje, os pontos focais da degradação socioambiental são encontrados nas áreas em que o mito dos espaços vazios ou não consolidados está reproduzido e materializado por projetos de expansão de infraestrutura, extração de recursos naturais e colonização agrícola (Figura 9). Após o colapso das indústrias da madeira e da serração em 2005, a pecuária extensiva e a extração de ouro são consideradas as fontes de rendimento mais rentáveis no sudoeste do Pará (HOELLE; KLINGLER; RICHARDS, 2016; KLINGLER; RICHARDS; OSSNER, 2017).

Quando o lobby do agronegócio reconheceu o potencial da BR-163 como um corredor de exportação para *cash crops*, ficou claro o quanto o paradigma da modernização e crescimento está reaparecendo no Século XXI no contexto da fronteira. Essa situação é ainda mais reforçada pela proximidade dos portos novos de carregamento (Santarém e Miritituba), bem como pela crescente demanda nacional e internacional por recursos naturais e *commodities* agrícolas. Bloqueado durante anos pela moratória da soja, o plantio de soja e milho está avançando no sudoeste do Pará – especialmente entre Cachoeira da Serra e Moraes de Almeida –, onde na maioria dos casos ocorre no contexto da recuperação de pastagens degradadas.

Por um lado, Novo Progresso pode ser considerado como uma fronteira não “consolidada” (COY; LÜCKER, 1993), ainda não regularizada e imaginada como não planejada no sentido da definição de Tsing (2003, p. 5100): “A frontier is an edge of space and time: a zone of not yet – not yet mapped, ‘not yet’ regulated. It is a zone of unmapping: even in its planning, a frontier is imagined as unplanned.” Por outro lado, a área é continuamente monitorada por satélites, zoneada e regularizada por instrumentos de mapeamento georreferenciado. A dimensão da

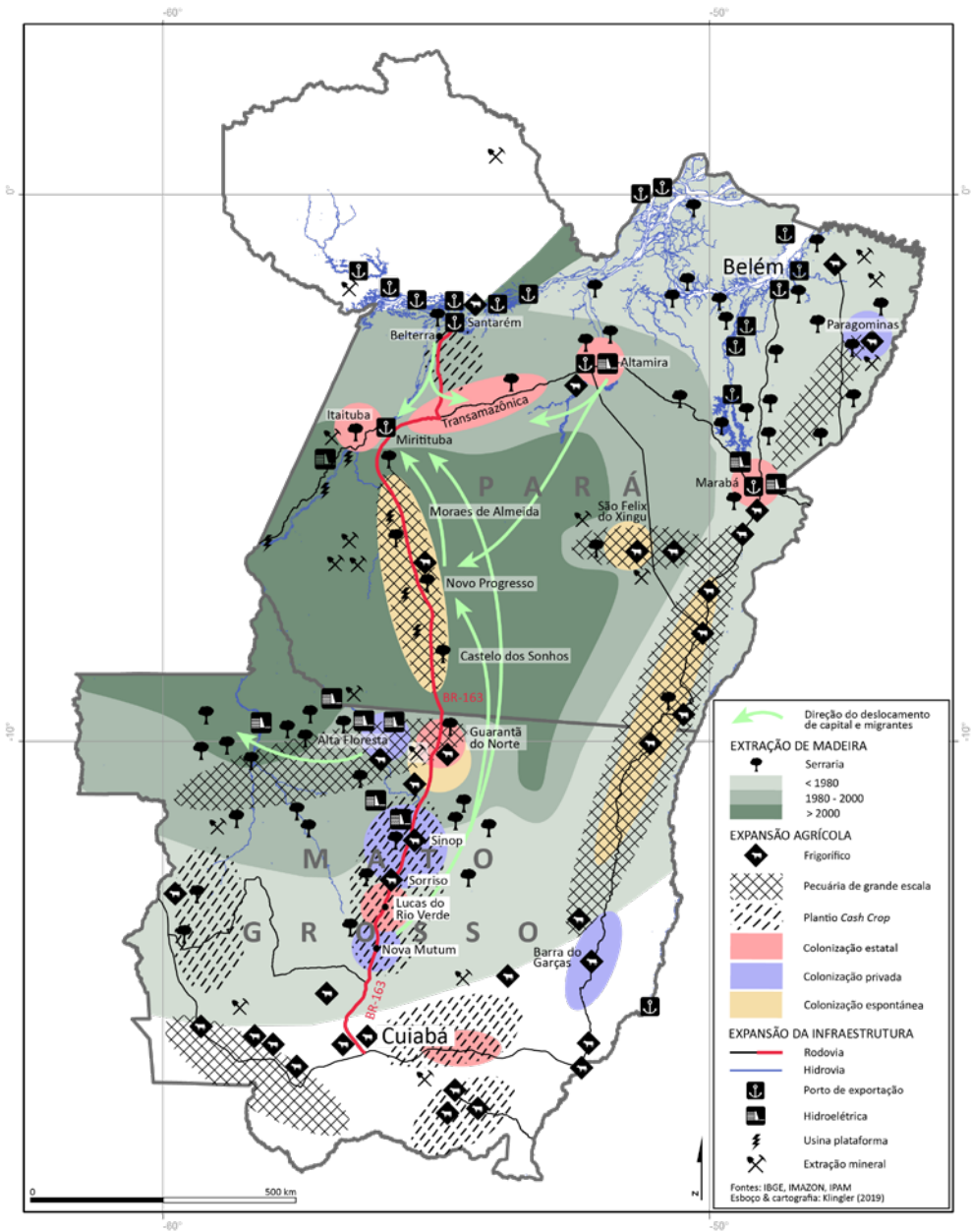


Figura 9: Processos de ocupação, apropriação e valorização da terra ao longo da BR-163

demarcação de reservas naturais, terras indígenas ou zonas de exploração sustentável dos recursos naturais pode ser verificada a qualquer momento por meio de plataformas *on-line* (e.g. www.terrabrasilis.dpi).

inpe.br). Nessas condições, examinamos que o sudoeste do Pará está profundamente entrelaçado com as características constitutivas da pós-fronteira. Elas começaram a emergir do discurso do desenvolvimento sustentável e estão se desdobrando na formulação de políticas institucionais mediante a avaliação das florestas tropicais nas arenas políticas (inter)nacionais. De fato, os mecanismos de participação internacional para proteção e uso sustentável começaram a surgir já na década de 1980, no âmbito do Programa Nossa Natureza, e alcançaram grande relevância na Conferência do Rio em 1992. Logo a agenda foi institucionalmente ampliada por meio do debate sobre serviços ambientais e compensação financeira para a proteção dos recursos naturais no longo prazo (BÖRNER et al., 2010; WUNDER et al., 2008). Devido ao discurso global de proteção do clima, os conteúdos das políticas ambientais estavam cada vez mais condensados em políticas de mitigação das emissões de GEE e no comércio de carbono. Como resultado, a valorização da floresta intacta conduzia ao discurso da modernização ecológica, que combina estratégias de objetivos de mitigação eficientes em termos de custos e eficácia das estratégias de desenvolvimento sustentável.

A fase da pós-fronteira deve ser considerada como uma re-contextualização da governança fronteira tendo em vista a transformação das dinâmicas de incorporação espacial tanto como as condições constitutivas para a negociação de acesso, uso e controle da terra. O ambiente da pós-fronteira dirige a mudança narrativa que a governança fronteira discute entre exploração orientada pela modernização e valorização até modalidades de proteção dentro do âmbito de desenvolvimento sustentável. Novo Progresso entrou em um período de “greening” (SCHMINK et al., 2017, p. 2) e, dessa forma, as florestas de Novo Progresso foram sendo gradualmente transformadas em “florestas políticas” (*political forests*), (VANDERGEEST; PELUSO, 2015). Elas indicam classificações detalhadas entre categorias florestais de produção e proteção, territorializações de acesso e uso restrito, ou valores de biomassa e estoques de carbono. O fim de manter a “floresta em pé” e reduzir as emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação florestal é influenciado progressivamente por interesses políticos e econômicos.

A implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) em 2004 foi decisiva e teve um grande impacto no nível local. Com base nisso, uma combinação de planos de uso e ocupação do solo – Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE), Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), Distrito Florestal Sustentável (DFS) e Plano BR-163 Sustentável – garantiu a expansão de áreas protegidas, levando sempre em conta parâmetros sustentáveis.

A inclusão de Novo Progresso na lista de municípios prioritários da Amazônia em 2008 implicou medidas de políticas de comando e controle fortemente restritivas (CISNEROS; ZHOU; BÖRNER, 2015a; MMA, 2008). As áreas florestais ilegalmente desmatadas e degradadas – identificadas por sistemas de monitoramento (p. ex. Prodes, Deter e SAD) – estiveram sujeitas a embargo (veja novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012). Operações do Ibama e Polícia Militar foram intensificadas (p. ex. Operações Boi Pirata, Carne Fria, Onda Verde, Castanheira ou Rios Voadores) e marcaram a base para sanções por infrações ambientais. Se o produtor rural tiver passivo ambiental – o registro georreferenciado das informações ambientais das propriedades e posses rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi instituído pelo novo Código Florestal –, o acesso ao crédito agrícola e às cadeias produtivas é impedido.

Impacto das tecnologias, práticas e instituições de regularização da pós-fronteira no sudoeste do Pará

Em respeito à governança pós-fronteira, salienta-se a importância do monitoramento por meio de dados georreferenciados, oriundo de imagens de satélites de sensoriamento remoto. Assim, os dados espaciais representam a base para a implementação de instrumentos regulatórios com o objetivo de re-territorializar a periferia rural (Tabela 3). As práticas relacionadas mostram o amplo espectro das modalidades de governança pós-fronteira. Os impactos resultantes devem ser vinculados a interpretações críticas em direção ao que está ocorrendo “*behind the pixel*” (port. atrás do pixel). Refletimos a “objetividade” de dados espaciais, a sua importância para ações e planejamento de políticas públicas e as associadas consequências no nível local da área de estudo no sudoeste do Pará.

Tabela 3: Dados espaciais no âmbito da pós-fronteira

DATA	OBJETIVO	FONTES E DATA DO DOWNLOAD
Limites administrativos e infraestrutura	Ordenamento territorial	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (06/2018)
Área Militar	Ordenamento territorial	Ministério do Meio Ambiente (MMA) (06/2018)
Unidades de Conservação	Ordenamento territorial	MMA (06/2018)
Terras Indígenas	Ordenamento territorial	MMA (06/2018)
Assentamentos	Ordenamento territorial	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (06/2018)
Terra Legal (2011–2018)	Regularização fundiária	Incra (11/2018)
Taxa anual de desmatamento (Prodes 2000–2018)	Monitoramento florestal por satélite	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (11/2018)
Embargo ambiental (2000–2018)	Controle e fiscalização ambiental	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (11/2018)
Cadastro Ambiental Rural [CAR]	Regularização ambiental	Serviço Florestal Brasileiro (SFB) (11/2018)
Programa de Regularização Ambiental [PRA]	Regularização ambiental	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará (11/2018)

Para poder melhor entender o impacto das tecnologias, práticas e instituições de regularização da pós-fronteira foi compilada uma série de dados em respeito a (a) ordenamento territorial, (b) regularização fundiária, (c) monitoramento florestal por satélite, (d) controle e fiscalização ambiental, e (e) regularização ambiental. As suas implicações espaço-temporais no sudoeste do Pará são demonstradas na Figura 10.

A análise dos dados correlaciona com as fases de implementação do PPCDAm, lançado em 2004, que combina quatro áreas temáticas: (PPCDAm-1) ordenamento territorial e regularização fundiária [2004–2008], (PPCDAm-2) monitoramento e controle ambiental [2009–2011], (PPCDAm-3) fomento às atividades produtivas sustentáveis [2012–2015],

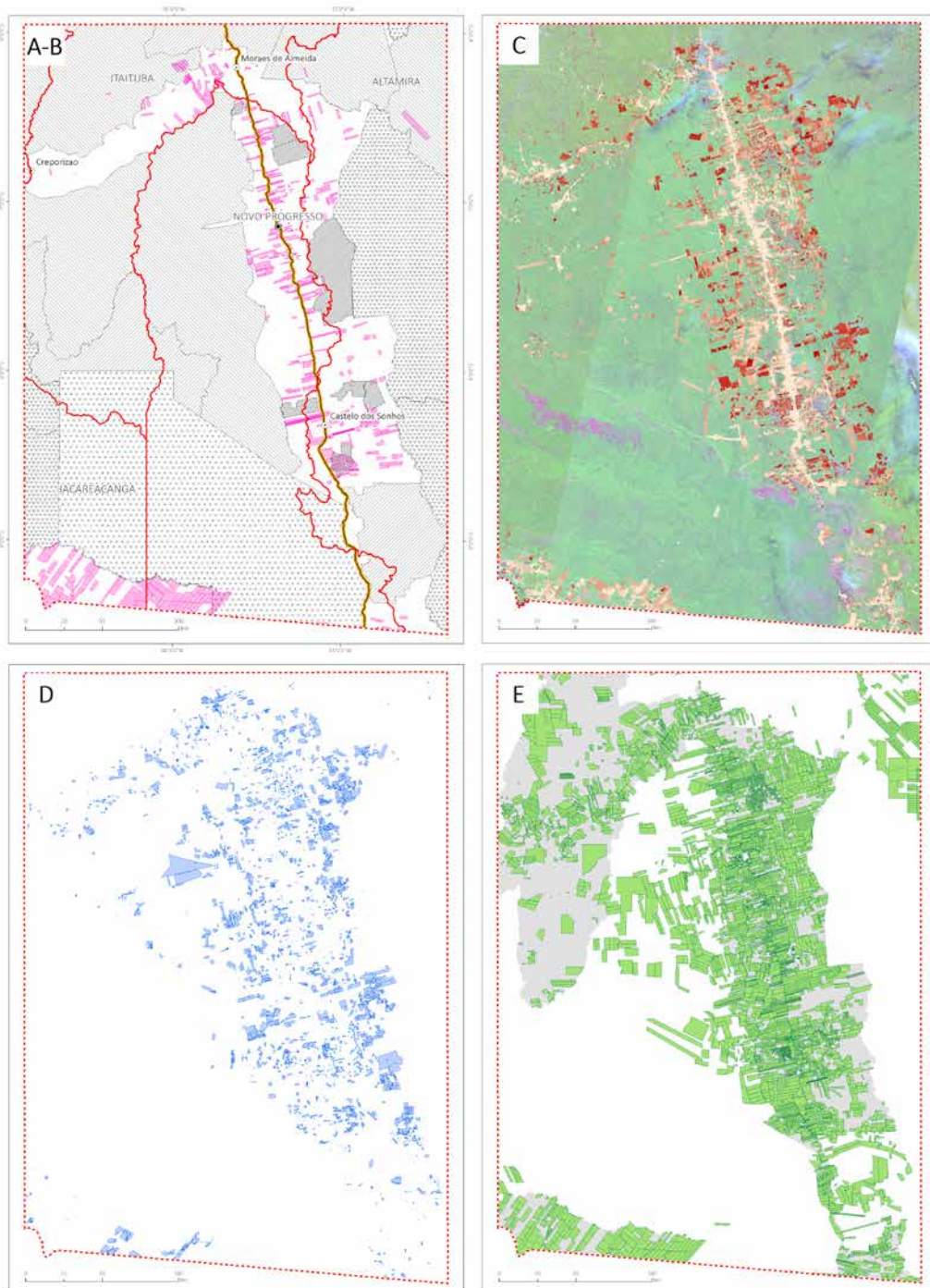


Figura 10: O sudoeste do Pará mapeado por tecnologias, práticas e instituições da pós-fronteira.



(A) Ordenamento Territorial

- Localidade
- Rodovia BR-163
- Estado
- ▭ Sudoeste do Pará
- ▭ Limite Municipal
- ▭ Assentamento
- ▭ UC de Proteção Integral
- ▭ UC de Uso Sustentável
- ▭ Terra Indígena
- ▭ Área Militar

(B) Regularização Fundiária

- ▭ Terra Legal

(C) Monitoramento florestal por satélite

Desmatamento (PRODES 2018)

- ▭ antes 2000
- ▭ 2000
- ▭ 2001
- ▭ 2002
- ▭ 2003
- ▭ 2004
- ▭ 2005
- ▭ 2006
- ▭ 2007
- ▭ 2008
- ▭ 2009
- ▭ 2010
- ▭ 2011
- ▭ 2012
- ▭ 2013
- ▭ 2014
- ▭ 2015
- ▭ 2016
- ▭ 2017
- ▭ 2018

(D) Controle e Fiscalização Ambiental

- ▭ Embargo Ambiental

(E) Regularização Ambiental

- ▭ Cadastro Ambiental Rural [CAR]
- ▭ Área Cadastrável

Fontes: IBAMA, IGBE, INCRA, INPE, MMA, SFB, SEMAS-PA (2018)
 Autores: M. Klingler, P. Mack
 Cartografia: M. Klingler
 Data: Junho 2019
 Projeção: GCS WGS 84 UTM 21S

e (PPCDAm-4) instrumentos econômicos e normativos [2016-2020]. Junto à fase definida Pré-PPCDAm [2000-2003], o período de observação se refere aos anos 2000 até 2018. Cabe destacar que as fases do PPCDAm 1-4 se sobrepõem, respectivamente, e em parte dependem uma da outra na visão espaço-temporal. Em conjunto, a implementação do PPCDAm teve forte impacto nas dinâmicas da governança pós-fronteira que são apresentadas de forma diferenciada às mencionadas áreas temáticas.

Ordenamento territorial e regularização fundiária

Só nos quatro anos da primeira fase do PPCDAm, foram designados quase 40.000 km² para Unidades de Conservação (UCs). Nesse contexto, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) diferencia entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. No sudoeste do Pará, 76% do território cai na categoria das Unidades de Uso Sustentável. Mais de 12.000 km² foram demarcados como Terras Indígenas nesse período. Além das áreas que hoje em dia podem ser vistas sob proteção ambiental, foram designados 2.262 km² como assentamentos da reforma agrária. Junto à área militar da Serra do Cachimbo, 76% da área de estudo representa territórios de acesso restritivo (Figura. 10-A).

A regularização fundiária foi principalmente impulsionada pelo programa Terra Legal, lançado em 2009 pelo Governo Federal para fortalecer e acelerar a titulação

de terras públicas (Lei 11.852/2009, e posteriormente revogada pela Lei 13.465/2017). Desde o começo, o programa sofreu muitas críticas e acusações de legalizar a apropriação ilegal de terras públicas (BRITO; BARRETO, 2011; SAUER; ZUNIGA; LEITE, 2017). Com a medida provisória 759/2017, foi reforçada essa preocupação, aumentando a área máxima registrável de 1.500 para 2.500 hectares. Das 713 (3.985 km²) propriedades registradas no Sistema Terra Legal, a titulação está pendente em 77% dos casos (Figura 10-B). Enquanto a área média alcança 1.300 hectares, a concentração de posse é refletida pela alta porcentagem de grandes propriedades⁶ registradas (Figura 11). O fato que 40% da área registrada no Sistema Terra Legal corresponde a propriedades rurais maiores que 1.500 hectares, ainda respalda essa tendência.

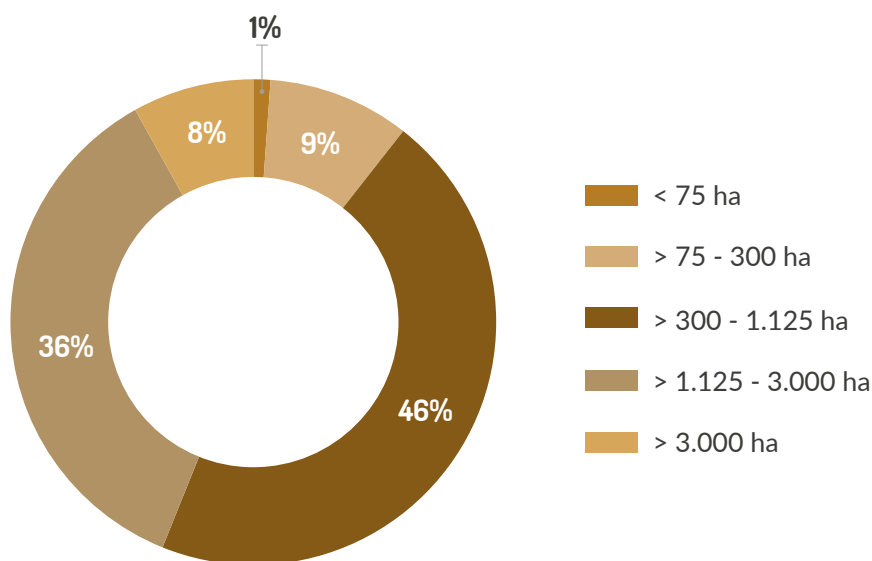


Figura 11: Concentração de posse no processo da regularização fundiária no sudoeste do Pará

⁶ A categorização pelo Incra se baseia na Lei 8.629/1993. O tamanho de um módulo fiscal varia por município. Para o Novo Progresso, um módulo fiscal equivale a 75 hectares, sendo o maior tamanho de um módulo fiscal no Pará. O tamanho é definido principalmente pelo tipo de exploração e renda obtida predominante no município.

Apesar dessas iniciativas governamentais de demarcar e regularizar o sudoeste do Pará, a disputa pelo acesso, apropriação e valorização das áreas continua. Durante os 14 anos do PPCDAm, as perdas florestais ascenderam a 7.903 km² (Figura 12). Ainda assim, o período 2004-2005 marca uma mudança grave no desenvolvimento do desmatamento (-54%). A diminuição do desmatamento concentra-se por 39% nas Unidades de Conservação. Porém, hoje em dia, enquanto as taxas de desmatamento em Terras Indígenas e na área militar estão próximas de zero, as UCs estão sob constante pressão de exploração de recursos naturais e a conversão de florestas para pastos. Somente em 2018, 28% (115 km²) do desmatamento total aconteceu em UCs. Nesse contexto, já antes da criação da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim em 2006, a área era altamente contestada no foco de invasões e ocupações de grandes propriedades e da expansão da pecuária com características especulativas (CAMPBELL, 2015; COY; KLINGLER, 2013; FRANCISCO et al., 2009; MARTINS et al., 2012; MARTINS; RIBEIRO; SOUZA JR., 2017; MELO et al., 2009). Não obstante, o processo da demarcação “intransigente” da área protegida em cima de áreas de produção parcialmente já povoadas, é hoje também criticado pela autoridade responsável, o ICMBio. Em vista de sua legitimidade historicamente argumentada de “integrar para não entregar” a Amazônia, os, por lei, ilegítimos proprietários recusam a aceitar a demarcação dessas áreas com o objetivo de promover o ideal da sustentabilidade. O ICMBio, por sua vez, não consegue evitar as intenções especulativas que estão sendo alimentadas pelas discussões sobre a redução da área da Flona (MARTINS et al., 2017). Ao contrário, a situação de ordenamento territorial parece mais consolidada nas Terras Indígenas e na área militar. Com apoio da Funai e ONGs, os povos indígenas aproveitam das tecnologias baseadas em imagens de satélites para monitorar as áreas demarcadas.

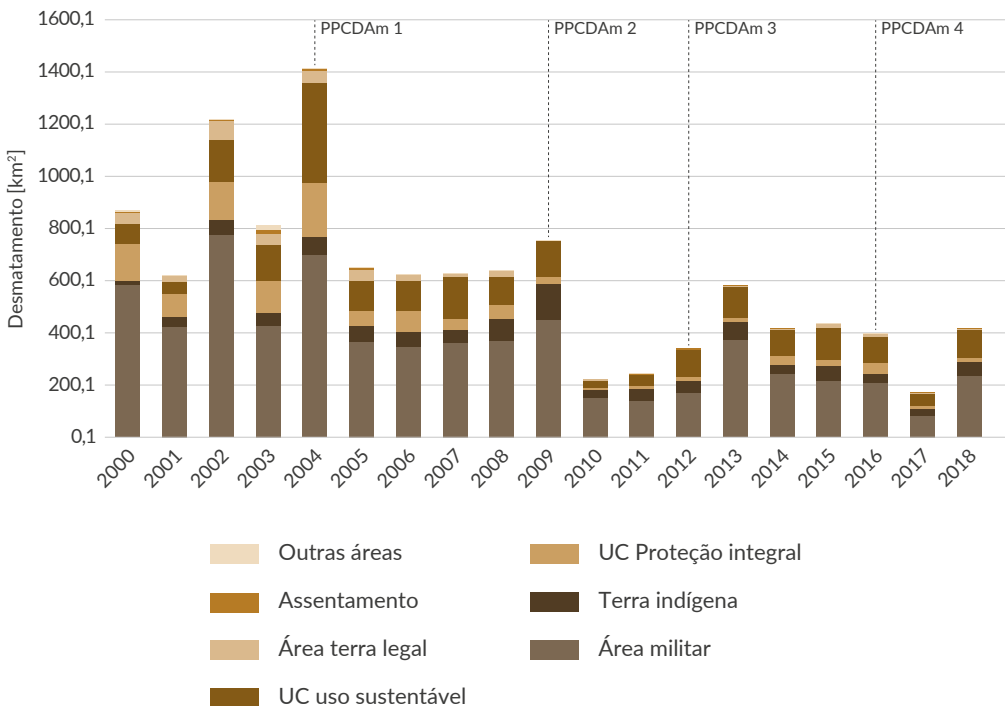


Figura 12: Desenvolvimento da taxa de desmatamento no sudoeste do Pará

A baixa presença de autoridades estatais devido à falta de capacidade institucional, reflete-se no baixo nível da regularização fundiária. Na percepção dos produtores locais, o título da terra desempenha um papel subordinado no direito à propriedade. Isso se deve ao problema de transparência – que foi respaldado em uma pesquisa da ONG Imazon (CARDOSO; OLIVEIRA; BRITA, 2018) – e aos numerosos processos pendentes de regularização (550 casos). O resultado da pesquisa qualitativa no ano 2018 mostra que 58% dos entrevistados (n=60) sentem-se donos da terra porque, em primeiro lugar, cultivam a “sua” terra. Um terço dos entrevistados não se sentem dono da terra, principalmente por falta de titulação.

Monitoramento, controle e fiscalização ambiental

O sucesso na redução do desmatamento tem que ser visto em respeito ao monitoramento florestal por sensoriamento remoto do

Inpe e à fiscalização ambiental por órgãos públicos. O monitoramento do Inpe se implementa por meio de imagens de satélites do Landsat com uma resolução de 20–30 metros. As taxas de desmatamento anuais são medidas entre o período de 1º de agosto (t-1) e 31 de julho do ano referente (t) por intermédio do programa Prodes. Esses dados espaciais são utilizados na certificação de cadeias produtivas (p. ex. Moratória da Soja e TAC da Pecuária) e nos acordos intergovernamentais de mitigação das mudanças climáticas. Em 2004, o monitoramento anual foi acrescentado por um monitoramento em tempo real por meio do programa Deter, cuja resolução foi melhorada no ano de 2015 para três hectares. A fiscalização ambiental é principalmente conduzida pelo Ibama, frequentemente apoiada por unidades da Polícia Militar ou da Força Nacional. Baseados em monitoramento florestal por satélite, os agentes do Ibama conduzem a fiscalização ambiental em respeito à conformidade do novo Código Florestal. Se uma prática do ilícito for verificada (p. ex. desmatamento não autorizado, caça sem licença, etc.), infratores ambientais podem ser penalizados com embargos pelos agentes do órgão ambiental. As consequências são ligadas ao acesso restrito ao mercado e financiamento, multas monetárias, cancelamento de registros ou confiscação de equipamento de trabalho.

Enquanto 11.402 km² foram desmatados na área de estudo (Figura 10-C), uma área total de 7.042 km² foi fiscalizada por agentes dos órgãos públicos entre 2000 e 2018 (Figura 10-D). Os dados de desmatamento relacionados com áreas embargadas indicam um aumento na eficiência dos embargos devido à crescente proporção de áreas embargadas no ano do desmatamento. Especialmente no começo da fase PPCDAm-2 entre 2009 e 2010 ocorreu uma redução do desmatamento de 71%. Não obstante, mais de 1.300 km² foi desflorestado até 2013, o que expressa um aumento de 165%. Enquanto as missões de fiscalização diminuíram 75% entre 2009 e 2012, elas rapidamente refletiram nas dinâmicas de desmatamento, atingindo o auge de 554 embargos registrados em 2013. Essa tendência continuou durante a fase do PPCDAm-3 com a emissão de 1.612 embargos e mais 797 durante a fase do PPCDAm-4 (Figura 13).

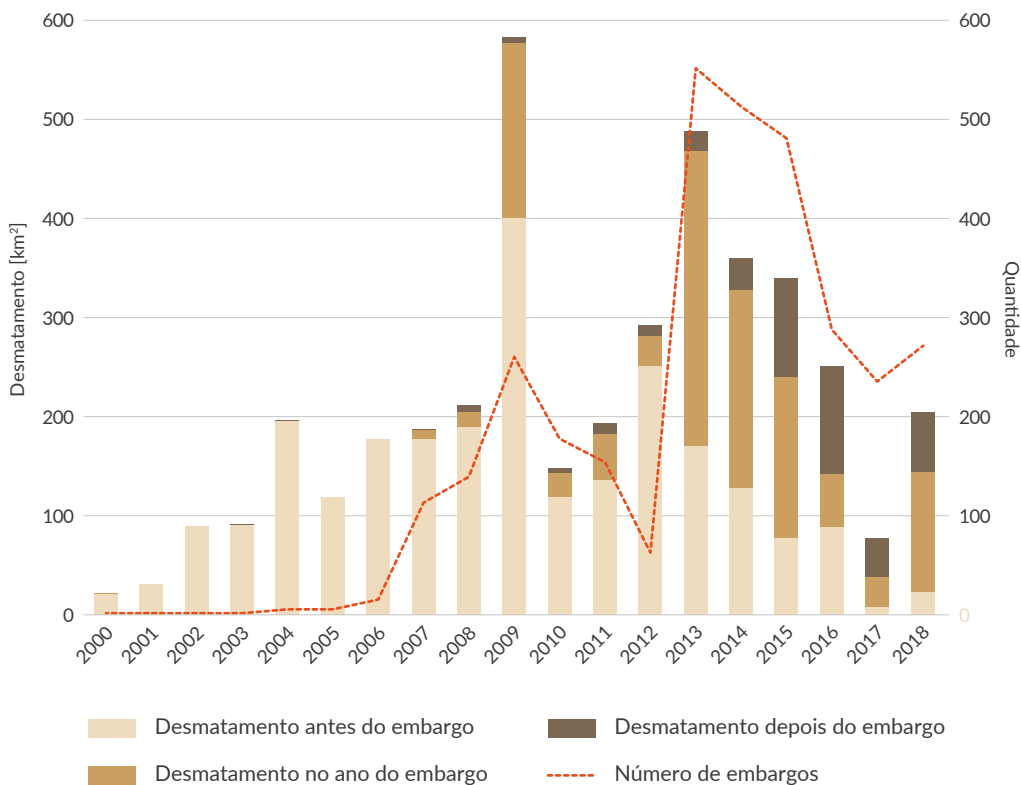


Figura 13: Desmatamento em áreas embargadas (2000-2018)

Observamos que a fiscalização ambiental se inscreve como fator forte no conflito entre os paradigmas de modernização e da sustentabilidade no sudoeste do Pará. Percebe-se por meio de entrevistas com produtores de Novo Progresso que o Ibama é a única instituição governamental com presença local. Na argumentação dos produtores, essa presença serve principalmente para implementar medidas restritivas à mão forte da fiscalização ambiental que inibem o desenvolvimento econômico da região: “Multa tudo bem, mas deixem-nos trabalhar para poder pagar. Crime é pegar gado como o Ibama faz.” (NPAF, 2018). Existe uma profunda desconfiança em relação ao Ibama por parte da comunidade local que se baseia na falta de transparência, no caráter desproporcional das penalidades, na natureza intransigente do procedimento, e na atribuição geral como “delinquentes ambientais”. Revela-se que as

múltiplas manifestações no processo da reivindicação de espaços produzem novas formas e conflitos de territorialidade.



Figura 14: Agentes do Ibama na queima de carreta de madeira na APA do Tapajós (MACK, 2018)

O Ibama, por outro lado, argumenta que, devido à falta de recursos e limitadas missões de campo para verificar a prática do ilícito, a crescente proporção de desmatamento em áreas embargadas a partir de 2013 indica uma diminuição na eficácia da fiscalização (Figura 13). Um outro fator que reforça a aparente impunidade refere-se à extremamente pequena proporção de multas pagas (5%) (BRITO; BARRETO, 2006; CUNHA et al., 2014) e aos longos processos judiciais (IBAMA, 2018). Nesse contexto, Schmitt (2015) fala de “crime sem castigo”. Na área de estudo, somente um terço dos produtores entrevistados afetados confirmou que os embargos conduziram a restrições (p. ex. acesso ao apoio financeiro e ao mercado), enquanto 60% estavam recorrendo ao auto de infração.

Regularização ambiental

Através da Lei 12.651/2012, a partir de uma abordagem geográfica e espacial utilizando bases cartográficas, o registro do CAR virou mandatório para todas as propriedades rurais. A plataforma *on-line* Sicar serve como base de registro dos imóveis rurais, que são principalmente executados por fornecedores privados no sudoeste do Pará. Depois do registro, o CAR vira ativo com a aprovação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas-PA). A Semas verifica a conformidade dos imóveis rurais com a área “cadastrável” do CAR – referência adotada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), no sudoeste do Pará, a área cadastrável não abrange as UCs, as Terras Indígenas ou a área militar. Além disso, devem ser aprovadas as informações referentes às limitações da propriedade, à Área Consolidada (AC), e aos requisitos ambientais como a Área de Proteção Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL).

Nos últimos anos foram efetuadas restrições referentes às informações personificadas e à data do cadastro dos dados do CAR fornecidos publicamente. No nível municipal, o CAR foi instrumentalizado como importante pré-requisito para sair da lista de municípios prioritários (CISNEROS; ZHOU; BÖRNER, 2015b). A participação de Novo Progresso no Programa de Municípios Verdes desde 2011 (GUIMARÃES et al., 2011) não forneceu as condições para que o município saísse da lista de municípios prioritários: manter a taxa de desmatamento anual abaixo de 40 km² e possuir 80% da área municipal no CAR.

Em 2018, na área de estudo foram identificados 5.359 registros no Sicar (3.038 ativos, 2.294 pendentes e 27 cancelados), totalizando uma área cadastrada de 31.414 km² (Figura 10-E). Em novembro de 2018, 79,8% da área cadastrável foi registrada, enquanto a taxa de desmatamento naquele ano alcançou 194,6 km². 85% dos imóveis rurais indicam que 53% da área registrada corresponde à RL. Não obstante, os dados obtidos mostram problemas sérios de sobreposições (2.046 km²), e as autorizações pela Semas do Pará estão pendentes ou canceladas em quase na metade dos registros (42,8%). Como resultado, a análise dos dados relativiza a exigência de sair da lista prioritária. Se as sobreposições são erradicadas, todos os registros totalizam apenas 76,2% da área cadastrável.

Levando em conta a área cadastrável, que representa 38% do território total, encontramos 768 registros (8.059 km²) fora da área cadastrável, a maioria deles na Flona do Jamaxim (396; 4.806 km²). Esse elevado número de registros ilegítimos mostra o quanto se tornou uma ferramenta de grilagem das terras públicas. A fim de promover a legalização da propriedade das terras, são apresentadas provas materiais de ocupação da terra pelos fazendeiros mediante o CAR. Além disso, os dados do CAR reforçam as tendências de concentração de posse da terra indicada pelos dados do Terra Legal: os imóveis grandes (>1.125 ha, 15 módulos fiscais), que estão na mão de 573 produtores, representam uma área total de 13.948 km² (44% da área registrada), enquanto apenas 12% da área são atribuíveis a 3.003 propriedades pequenas (<300 ha). 47% dos proprietários entrevistados indicaram também que o tamanho total da fazenda original da família (“conjunto familiar”) é composto por várias áreas: umas que são registradas principalmente em nome de diferentes membros da família no sistema CAR, e outras que ocorrem vazias. Outro resultado prova que o tamanho médio dos imóveis registrados na Flona do Jamaxim (1.214 ha) acentua a estratégia de reclamar áreas dentro de Unidades de Conservação de Uso Sustentável por meio do uso do CAR, mesmo que os registros ainda sejam ilícitos em 2018 – no ano 2016, a Medida Provisória 756 estabelecia a mudança de parte da Flona para a categoria APA com menor grau de conservação e a permissão de imóveis. Em junho de 2017 essa MP foi vetada (MARTINS; NUNES; SOUZA, 2018).

Embora nomeada como “fomento às atividades produtivas sustentáveis”, o debate público centra-se sobretudo no fato de que a inscrição no CAR foi especialmente instrumentalizada para excitar a eficiência da fiscalização ambiental. O CAR virou um instrumento poderoso para “personificar” áreas não tituladas e transformou o procedimento dos órgãos de fiscalização na emissão de autos de infração. Enquanto para o Ibama essa automatização reforçou o argumento da incorruptibilidade, ao mesmo tempo a grave diferença de qualidade na base de dados dos registros destaca a necessidade de uma abordagem cautelosa para evitar o risco da crítica política-ecologista “*flirting with objectivism*” (ROBBINS, 2015).

No que diz respeito à regularização ambiental, o CAR representa o primeiro passo para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA (SOARES FILHO et al., 2014). Aderir a esse programa é necessário em caso de passivos ambientais existentes no imóvel rural. Porém, o CAR ainda não conseguiu cumprir as expectativas da regularização ambiental no sudoeste do Pará. Em 2018, 43% do desmatamento ocorreu em áreas registradas no CAR. Dos 3.038 registros ativos, aproximadamente 2.000 imóveis não possuem APP ou RL acima de 50%. Porém, somente 31 casos são registrados no PRA, tendo o objetivo de recuperar passivos ambientais.

Entre os produtores entrevistados, apenas 30% ouviram falar do PRA, que se tornou obrigatório a partir do final de 2019. Nesse caso, percebemos uma falta de informação sobre a necessidade e as exigências para recompor as áreas degradadas. Em vez de ver benefícios na regularização ambiental, os produtores temem mais a exposição acrescida à fiscalização ambiental. “Só chegou cobrança, mas cada demanda deve ter um incentivo, um apoio.” (NPAJ, 2018). É fato que todas as informações disponíveis, como as dos embargos feitos pelo Ibama, os dados do CAR ou das Guias de Trânsito Animal (GTA) – as quais controlam o transporte do gado entre fazenda e frigorífico – são cruzadas para aumentar o controle efetivo das cadeias produtivas. O TAC da pecuária, existente desde o ano de 2009, é um acordo setorial exemplar entre o Ministério Público Federal, grandes frigoríficos e varejistas, que prevê evitar o desmatamento ilegal na cadeia produtiva de carne bovina. Embora a aplicação do TAC tenha muitas falhas (p. ex. vazamento e lavagem de gado), (BARRETO et al. 2017; GIBBS et al., 2016; KLINGLER et al., 2017), o CAR tornou-se não apenas um documento obrigatório para vender bois a frigoríficos, virou um símbolo importante para promover a sustentabilidade da cadeia produtiva da carne e garantir produtos legais ao mercado e, conseqüentemente, ao consumidor.

Conclusão

Observamos no sudoeste do Pará que as modalidades de governança pós-fronteira demonstram um conjunto de novas tecnologias, regimes e práticas moduladas pelo dispositivo da sustentabilidade. Esses

mecanismos mitigadores vão desde a demarcação de áreas protegidas, a regularização da posse e propriedade da terra, o monitoramento de mudanças na cobertura e uso da terra, o controle e a perseguição de crimes ambientais, até a promoção de práticas sustentáveis no uso da terra. Na sua definição materializada e simbólica, servem para limitar práticas ilícitas de ocupação, apropriação e valorização de terras públicas. A pressão socioambiental não apenas será absorvida pelos mecanismos legais e regulatórios institucionais, mas também preenchida em termos de sustentabilidade, que criam uma nova base para a reconstrução dos espaços públicos e as formas de controle. Ao mesmo tempo, Novo Progresso é continuamente influenciado pelo imperativo de acumulação capitalista, sendo o estímulo essencial para o domínio da natureza. O município representa uma imagem, na qual o “fechamento” da fronteira não se completa, o desmatamento e a degradação das florestas tropicais estão longe de ser zero, e a justiça social continuará a ser uma questão controversa. A ocupação física por desmatamento e pastagens permanece ser o passo regulatório essencial para a formação da propriedade privada da terra. Ao mesmo tempo, a incorporação informal, ou seja, a invasão e grilagem de terras públicas são mesmo reforçadas pela questão fundiária em grande parte não resolvida pela baixa eficiência dos processos judiciais e pela corrupção (veja a detenção do “maior desmatador da Amazônia” no curso da “Operação Castanheira” em 2015, e a atual investigação do MPF em relação ao “Dia do Fogo” em 2019). Dessa maneira, as lógicas de expansão da fronteira espontânea e especulativa transformam constantemente as relações sociais com a natureza e, devido ao aumento de exposição e grau de violência, provocam uma vulnerabilidade social alta – sobretudo dos pequenos produtores e trabalhadores rurais.

O quadro extremamente desigual da distribuição espacial da terra reflete assim as relações críticas entre apropriação ilegal e especulação de terras públicas, e processos de deslocamento e marginalização. Embora as novas modalidades de governança determinem que a imaginação da fronteira não é mais consistente com a ideia de um potencial ilimitado de invadir e ocupar terras públicas e explorar recursos naturais, a persistência de desmatamento e grilagem de terra

mostra a ambivalência de progresso sob o signo da pós-fronteira. O exemplo do CAR, concebido como uma ferramenta de apoio à gestão do monitoramento imobiliário rural, tornou-se na prática uma forma para legalizar a grilagem de terras. Essas interdependências revelam até que ponto a pós-fronteira representa um paradoxo que, em parte, até reforça o mito da terra “livre” com condições legítimas, ecológica e socialmente aceitáveis, mas, no seu âmago, corre o risco de promover apenas a valorização e a distribuição desigual dos recursos naturais.

Reconhecimentos

Queremos agradecer a todas as pessoas e instituições envolvidas em nossa pesquisa, especialmente às comunidades do sudoeste do Pará e ao parceiro de pesquisa brasileiro Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS (UnB) pela estreita colaboração.

REFERÊNCIAS

AVIZ, R.; ALBAGLI, S. Desenvolvimento sustentável, informação e comunicação: o caso Paragominas, p. 1692-1710. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Ancib; Unb. PPGCI. 2011.

BARRETO, P. et al. **Os Frigoríficos vão ajudar a zerar o Desmatamento da Amazônia?** Belém, Cuiabá: Imazon, Instituto Centro da Vida. 2017.

BECKER, B. K. Significância Contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira, p. 60-89. In: **Fronteiras**, edited by C. 1988.

BÖRNER, J. et al. Direct Conservation Payments in the Brazilian Amazon: scope and equity implications. **Ecological Economics**, v. 69, n. 6, p. 1272-82. AUBERTIN, C. Brasília: Universidade de Brasília (UNB)/Orstom. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lista de Municípios Prioritários da Amazônia**. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov>>

br/informma/item/8645-lista-de-municípios-prioritários-da-amazônia>. Acesso em: 15 out. 2013.

BRITO, B.; BARRETO, P. **A Eficácia da aplicação da lei de crimes ambientais pelo Ibama para proteção de florestas no Pará**. Belém. 2006.

_____. **A Regularização Fundiária Avançou na Amazônia?** Os dois anos do programa Terra Legal. Belém. 2011.

CAMARGOS, D. 2019. Justiça Solta 3 Sem-Terras acusados por “Dia do Fogo” após investigação apontar para fazendeiros e empresários. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/10/justica-solta-3-sem-terra-acusados-por-dia-do-fogo-apos-investigacao-apontar-para-fazendeiros-e-empresarios/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CAMPBELL, J. M. Speculative Accumulation: property-making in the Brazilian Amazon. **Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 19, n. 2, p. 237-59. 2014.

_____. The Land Question in Amazonia: cadastral knowledge and ignorance in Brazil’s Tenure Regularization Program. **Polar: Political and Legal Anthropology Review**, v. 38, n. 1, p. 147-67. 2015.

CARDOSO, D.; OLIVEIRA, R.; BRITA, B. **Transparência de Órgãos Fundiários Estaduais na Amazônia Legal**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). 2018.

COY, M. Junge Pionierfrontentwicklung in Amazonien. Rondônia: ursachen und konsequenzen des neuen „Marcha para Oeste.” p. 275-302. In: **Tübinger Geographische Studien**, v. 93. Tübingen: Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Tübingen. 1987.

COY, M.; KLINGLER, M. Novo Progresso: Ein Emblematischer Ort Der Widersprüchlichkeiten Amazoniens.” p. 310-19. In: **Widerständigkeiten im Land der Zukunft**. Andere Blicke auf und aus Brasilien. Edited by ARAÚJO, S. H. de; SCHMITT, T.; TSCHORN, L. Münster: Unrast Verlag. 2013.

COY, M.; LÜCKER, R. **Der Brasilianische Mittelwesten: wirtschafsts – und sozialgeographischer wandel eines peripheren agar-**

raumes. Tübingen: Tübinger Geographische Studien, 108 (= Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerika-Forschung, H. 9). 1993.

CUNHA, D. S. et al. A Lei de Crimes Ambientais e Análise da Efetividade Jurídico-Econômica a partir de Modelos Econométricos. **Biota Amazônia**, v. 4, p. 50-64. 2014.

ELÍAS, C.; ZHOU, S. L.; BÖRNER, J. Forest Law Enforcement through District Blacklisting in the Brazilian Amazon. In: **Agriculture in an interconnected world**. Milan: International Conference of Agricultural Economists. 2015a.

_____. Naming and Shaming for Conservation: evidence from the Brazilian Amazon. Edited by Webb, E. **Plos One**, v. 10, n. 9, e0136402. 2015b.

FOWERAKER, J. **The Struggle for Land: a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the Present Day**. Cambridge. Cambridge, U. K.: Cambridge University Press. 1981.

FRANCISCO, A. de L. et al. **Estudo Técnico de Revisão dos Limites da Floresta Nacional do Jamanxim – Relatório Final**. Brasília. 2009.

GIBBS, H. K. et al. Did Ranchers and Slaughterhouses Respond to Zero-Deforestation Agreements in the Brazilian Amazon? **Conservation Letters**, v. 9, n. 1, p. 32-42. 2016.

GÖRG, C. **Gesellschaftliche Naturverhältnisse**. Münster: Westfälisches Dampfboot. 1999.

GUIMARÃES, J. et al. **Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade**. Belém: Imazon. 2011.

HAESBAERT, R. **Território e Identidade: o encontro entre “gaúchos” e nordestinos no Brasil**. Niterói. 1994.

HOELLE, J.; KLINGLER, M.; RICHARDS, P. D. Gold Glimmers in the Amazon. **Sapiens**. 2016. Disponível em: <<http://www.sapiens.org/culture/amazon-gold-mining/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

IBAMA. **Relatório de Gestão 2017**. Brasília. 2018.

KLINGLER, M.; RICHARDS, P. D.; OSSNER, R. Cattle Vaccination Records Question the Impact of Recent Zero-Deforestation Agreements in the Amazon. **Regional Environmental Change**, v. 18, n. 1, p. 33-46. 2017.

MARINHO, Z. **Brasileiros da BR-163 no Sul do estado do Pará**. Novo Progresso. 2008.

MARTINS, H.; NUNES, S.; SOUZA, C. **CAR – Cadastro Ambiental em Áreas Protegidas**. Belém: IMAZON. 2018.

MARTINS, H.; RIBEIRO, J.; SOUZA JÚNIOR, C. **Evolução da Pressão Jamaxim (2006 a 2017)**. Belém. 2017.

MARTINS, H. et al. **Critical Protected Areas in the Brazilian Amazon**. Belém: IMAZON. 2012.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1975.

_____. O Tempo da Fronteira. Retorno à Controvérsia sobre o Tempo Histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n.1, p. 25-70. 1996.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto. 2012.

MELO, R. F. et al. **Estudo Técnico de Revisão dos Limites da Floresta Nacional do Jamaxim**. Brasília. 2009.

ROBBINS, P. The Trickster Science. p. 89-101. In: **The Routledge Handbook of Political Ecology**. Edited by PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. London, New York: Routledge. 2015.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 14-40. 2017.

SCHMINK, M. et al. From Contested to “Green” Frontiers in the Amazon? A Long-Term Analysis of São Félix do Xingu, Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 6150, p. 1-23. 2017.

SCHMITT, J. **Crime sem Castigo**: a efetividade da fiscalização ambiental para o controle do desmatamento ilegal na Amazônia. Universidade de Brasília. 2015.

SCHUMANN, C. et al. **Sempre pra Frente. Histórias de Vida da BR-163**. São Paulo: Editora Olhares. 2015.

SOARES FILHO, B. et al. Cracking Brazil's Forest Code. **Science**, v. 344, p. 363-64. 2014.

THALER, G. M.; VIANA, C.; TONI, F. From Frontier Governance to Governance Frontier: the political geography of Brazil's Amazon transition. **World Development**, v. 114, p. 59-72. 2019.

TORRES, M. et al. **Amazônia Revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Edited by TORRES, M. Brasília: CNPQ. 2005.

TSING, A. L. Natural Resources and Capitalist Frontiers. **Economic and Political Weekly**, v. 38, n. 48, p. 5100-5106. 2003.

TURNER, F. J. **The Frontier in American History**. New York: Henry Holt and Company. 1920.

VANDERGEEST, P.; PELUSO, N. L. Political Forests. p. 162-75. In: **The International Handbook of Political Ecology**. Edited by BRYANT, R. L. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishing. 2015.

VIANA, C. et al. **From Red to Green**: achieving an environmental pact at the municipal level in Paragominas (Pará, Brazilian Amazon). In: ISEE 2012 CONFERENCE – ECOLOGICAL ECONOMICS AND RIO +20: CHALLENGES AND CONTRIBUTIONS FOR A GREEN ECONOMY. Rio de Janeiro. 2012.

WUNDER, S. et al. **Pagamentos por Serviços Ambientais**: perspectivas para a Amazônia Legal. Série Estu. Brasília: MMA. 2008.



CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL NO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL: AÇÃO DO ESTADO E EXCLUSÃO HUMANA (1970-2016)

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa

Doutora em História, professora no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *campus* de Rondonópolis e membro do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (Neru) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/Cuiabá)

Introdução

Entrando no estado de Mato Grosso do Sul, para o viajante que vem de Mato Grosso, a paisagem e os odores remetem ao avanço da propriedade monocultural de cana-de-açúcar. O ar que envolve a primeira das cidades do estado no sentido Norte – Sul tem o aroma de um resíduo proveniente do cultivo da cana, denominado “vinhoto”⁷, líquido resultante da transformação da cana-de-açúcar em álcool e açúcar.

A cidade plantada no meio do canavial é herdeira de uma história narrada pelos “pioneiros” da região como sendo de progresso, que possibilitou um avanço técnico criando paisagens monoculturais nas quais o humano praticamente inexistente.

O discurso em favor da grande propriedade exalta o formato produtivo, enquanto a redução do elemento humano, que cada vez ocupa a paisagem em menor número, é entendida como um efeito colateral do progresso.

⁷ O vinhoto também é conhecido pelos nomes **vinhaça**, **tiborna** ou **restilo**. Ele representa um resíduo pastoso e malcheiroso que sobra após a destilação fracionada do caldo de cana-de-açúcar (garapa) fermentado para a obtenção do etanol (álcool etílico). Para cada litro de álcool produzido, 12 litros de vinhaça são deixados como resíduo. Disponível em: <<https://www.novacana.com/cana/uso-vinhaca-cultura/>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Avançando pelo estado, ainda no sentido Norte – Sul, a paisagem cansa o olhar, o cultivo monocultural, primeiro de cana-de-açúcar e depois de soja, revela a existência dos “Desertos Verdes”, expressão que ganhou destaque nos últimos anos, especialmente nos ambientes virtuais, onde uma mídia alternativa passou a ganhar força, denunciando a existência de grandes propriedades no Brasil, com alto investimento em tecnologia, intensa mecanização das práticas agrícolas e com pouca utilização de mão de obra.

Do início do estado de Mato Grosso do Sul até o município de São Gabriel do Oeste, no sentido Norte – Sul, são 225 quilômetros de uma paisagem dominada pela monocultura, reflexo dos investimentos nesse formato de propriedade vivenciado historicamente no Brasil.

A escolha dos cinco municípios no norte do estado não se deu por acaso, intentamos analisar os processos de modernização daquele território, entendendo que a lógica dos Governos Militares (1964-1985) era criar mecanismos para integração do espaço, e a construção da rodovia BR-163 cumpria essa função. Por esse motivo, dois dos municípios da microrregião do Taquari, Alcinópolis e Camapuã, não foram contemplados neste estudo, nosso foco são os municípios da região que foram atravessados pela rodovia, no intuito de dar visibilidade aos projetos de modernização criados pelo Estado Militar que favoreceram a criação de grandes propriedades rurais.

As Agências Estatais e a Redefinição dos Espaços no Norte de Mato Grosso do Sul

Os deslocamentos humanos em direção ao território mato-grossense, considerando o marco temporal anterior à divisão do estado, foram alvo de estudo produzido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral (Seplan/MT) em parceria com o Ministério do Interior (Minter) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). No ano de 1978, o estudo intitulado “As Migrações Internas e Trabalhador Rural em Mato Grosso”, apontou que “conforme dados censitários, verificou-se que a população migrante, isto é, as pessoas não naturais dos municípios onde residiam

à época do Censo, representam 43% da população total do estado em 1970”.⁸

As políticas de ocupação conduzidas pelo Governo Federal criaram um quadro de deslocamentos internos que levaram à chegada à região dos novos atores sociais. O estudo produzido pela Seplan em parceria com a Sudeco aponta que “[...] no nível global de tendência demográfica, nota-se que o crescimento, não apenas relativo, mas também absoluto, não se apresenta uniforme em todas as microrregiões ou em todos os municípios”.⁹

A fronteira sempre em movimento nega ao trabalhador sua permanência no local de origem, “[...] algumas microrregiões destacam-se pelo crescimento populacional mais acelerado. Verificou-se, por exemplo, que as frentes de colonização apresentaram índices mais rápidos de crescimento do que as médias microrregiões do estado”.¹⁰ Os destinos desses trabalhadores foram traçados, de certa forma quando historicamente, sobretudo no período posterior ao “Milagre Econômico”, quando houve a opção por parte do Estado brasileiro em particularizar o acesso à terra. Naquele contexto de modernização das atividades agrícolas, houve a opção pela grande propriedade que resultou nas atuais empresas rurais altamente lucrativas nas quais a terra em si não possui valor, constituindo-se apenas em instrumento de reserva e produto para especulação com garantia de financiamentos e de empréstimos bancários.

A dinâmica da fronteira impõe trajetórias humanas que transcendem o limite do material, constituindo-se no *locus* de realização do sonho. A documentação oficial dá conta dos deslocamentos, permite compreender que os projetos criados pelo Governo Federal coincidiam com a chegada de contingentes humanos a esses territórios, porém, o que motiva tais movimentos em sua origem extrapola os limites da documentação,

⁸ SUDECO. **As Migrações Internas e Trabalhador Rural em Mato Grosso**. Documento Complementar, 1978, p. 01. Disponível no arquivo do Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

⁹ SUDECO. Documento Complementar, 1978, p. 8.

¹⁰ SUDECO. Documento Complementar, 1978, p. 3.

[...] em nível de observações gerais, identifica-se que inúmeros migrantes se deslocaram com as frentes pioneiras. Assim é que, alguns pioneiros, por ocasião da abertura da região de Dourados, posteriormente deslocaram-se para a sub-região de Coxim, Rondonópolis, Cáceres, Tangará da Serra, e atualmente deslocam-se rumo ao extremo norte do estado e território Federal de Rondônia.¹¹

Entre a documentação acessada no Centro de Documentação Regional da Universidade da Grande Dourados (CDR/UFGD) está a Proposta para Implantação de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (Cetremi).¹² A localização dos Cetremi, aponta para a preocupação dos órgãos do governo em selecionar os migrantes que fariam a ocupação dos territórios. Havia sete unidades desses centros espalhadas em pontos estratégicos da Região Centro-Oeste cuja função era selecionar os migrantes que acessariam terras: um em Mato Grosso (Três Lagoas); três em Goiás (Itumbiara, Araguaína e Anápolis); um em Minas Gerais (Paracatu); um na Bahia (Barreiras) e um em Rondônia (Vilhena).

O controle da população migrante era realizado por tais centros e fundamentado em discursos do Governo Militar, segundo os quais a transferência de agricultores para o núcleo de colonização na Amazônia era apresentada como um processo de reforma agrária.¹³ A alusão a tais políticas de ocupação como se constituindo em alternativas para os problemas populacionais fica explícita na apresentação do documento elaborado pelo Ministério do Interior juntamente com a Sudeco,

O presente trabalho é o resultado da integração iniciada entre Sudeco e o Governo do Distrito Federal – Secretaria de Serviços Sociais –, no sentido de encaminhar estudos

¹¹ SUDECO. Documento Complementar, 1978, p. 4.

¹² Proposta para Implantação de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes – Cetremi – SUDECO, 1970.

¹³ BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX).** São Leopoldo e Cuiabá: EdUFM / EdUNISINOS / OIKOS Editora, 2010. p. 17.

e propostas de soluções para os problemas populacionais do Centro-Oeste e da Região Geoeconômica de Brasília e sua área de influência direta. Teve-se em vista sempre os planos oficiais de desenvolvimento para a Região.¹⁴

Um relatório organizado pela Sudeco em 1984, intitulado “Balances Migratórios dos Estados do Centro-Oeste: 1970-1980”, permite concluir que os principais fluxos interestaduais para o território eram oriundos do Paraná para Mato Grosso do Sul e Rondônia. Esses fluxos migratórios eram provavelmente compostos de pequenos agricultores, cujo destino permanecia rural, ao menos em um primeiro momento, mesmo se encontravam dificuldades para obter a terra ou manter explorações agrícolas em condições difíceis.¹⁵

De acordo com os “Balances Migratórios dos Estados do Centro-Oeste/1970-1980”, produzido pela seção de Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro-Oeste” no ano de 1984, os fluxos interestaduais que levavam pessoas ao Mato Grosso do Sul, eram oriundos, sobretudo do Paraná. As entradas de migrantes provenientes de São Paulo, vêm na sequência, com a entrada de 74.885 e saída de 68.428 pessoas.

O conjunto de tabelas (12 no total) que consta no documento foi produzido com base nos dados do Censo Demográfico de 1980, “Dados Gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade”, relativo ao conjunto do País. Apresentam balanços migratórios para cada estado do Centro-Oeste, e para os demais estados e regiões do País as análises são mais sintéticas. A explicação para isso está no fato de que a Região Centro-Oeste foi a área de atuação da Sudeco, o que justifica a preocupação em mapear a entrada de migrantes no período entre 1970 e 1980.

Tais dados denotam que a ocupação da região no período pós-1970 teve como protagonista o desenvolvimento sustenta-

¹⁴ PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA. (Pladesco, Poloamazônia, Polocentro). Sudeco, referência 137, p. 1.

¹⁵ SUDECO. Referência 146, p. 2-4.

do no deário da produção agrícola amplamente disseminado por aquela superintendência.

A criação da Superintendência denota a preocupação do Governo Federal em gerir uma grandeza territorial que acumulava “[...] grande potencial consubstanciado em recursos hídricos, minerais e solos de alta e média fertilidade”.¹⁶

A partir de 1974, a Sudeco passou a contar com um instrumento de política econômica, os Programas Especiais. A criação em 1974 do Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan) e em seguida o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e do Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran) levou a Sudeco a ter que participar da elaboração dos documentos básicos desses programas, e a ter que acompanhar a execução dos projetos aprovados.

Para se ter uma ideia da dimensão dos recursos a serem administrados, no documento “A ação da Sudeco no Mato Grosso do Sul”, consta o seguinte registro: “No balanço das realizações da Sudeco, registramos a aplicação do valor de Cr\$4,8 bilhões, no período 1974/1978, em projetos de transportes, energia, desenvolvimento urbano, setores produtivos, promoção humana e recursos naturais”.¹⁷

Coube à Sudeco a administração dos recursos específicos para apoio aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em função da redivisão territorial. Assim, nas áreas não atingidas pelo Prodepan, Prodegran e Polocentro, havia a intervenção do Programa de apoio para o Estado de Mato Grosso do Sul (Prosul), que visava apoiar a implantação organizacional do estado de Mato Grosso do Sul, bem como favorecer o seu desenvolvimento econômico e social.¹⁸

A estrutura fundiária que se organizou nos territórios com atuação da Sudeco foi sendo concentrada, o que se pode constatar por

¹⁶ AÇÃO DA SUDECO EM MATO GROSSO, 1979, S/P.

¹⁷ A ação da Sudeco no Mato Grosso do Sul. Sudeco, 1979. S/P.

¹⁸ SUDECO, referência 730, 1979.

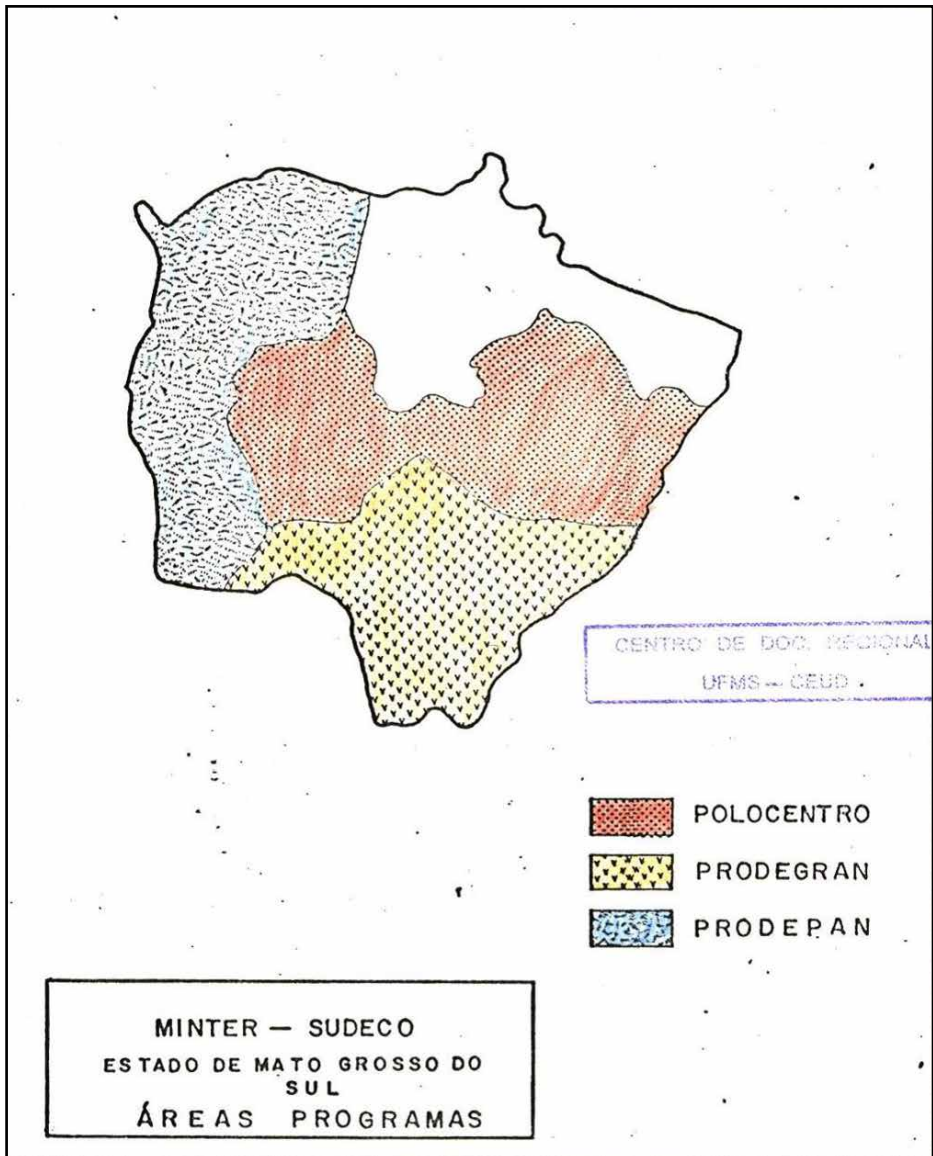


Figura 15: A ação da Sudeco no MS (1979)
 Fonte: Arquivo do CDR/UGD.

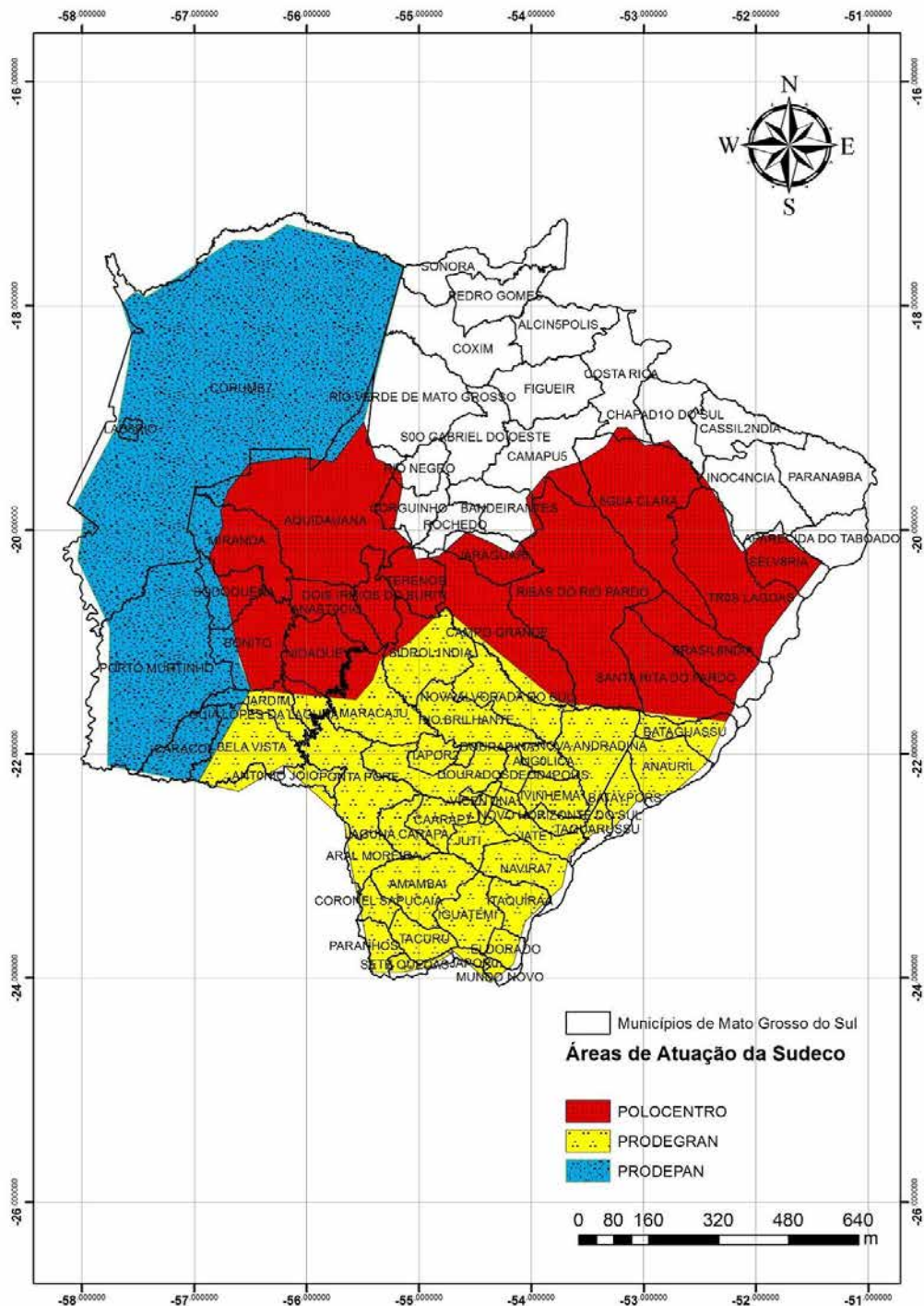


Figura 16: Desenho Cartográfico atualizado da atuação da Sudeco no MS
 Fonte: Dados utilizados: IBGE (2010); DNIT (2016). Estagiária do setor de Cartografia da UFMT - Rondonópolis. OLIVEIRA (2016).

meio da análise da “Proposta para o Desenvolvimento Rural da Colônia Taquari e São Romão Coxim – MS”, documento que compõe parte do *Corpus Documental* da Sudeco sediado no CDR da UFGD. O material, resultado de trabalho de campo realizado por um grupo de pesquisadores, problematizou os dados do IBGE para o período, mostrando que houve uma significativa redução do número de pequenos estabelecimentos no município de Coxim no período entre 1975 e 1985, com um decréscimo de 707 para 384 estabelecimentos com menos de 10 hectares, que correspondiam a apenas 3,6% dos imóveis do município, ocupando uma área equivalente a 0,1% do total dos imóveis cadastrados no período.¹⁹

Considerando os dados atualizados publicados pelo IBGE²⁰, os cinco municípios da região norte do estado, atravessados pelo eixo da rodovia BR-163, considerando o ano de 2005 como marco temporal, é possível verificar concentração territorial. Naquele ano, eram 118 mil hectares de soja cultivados na cidade de São Gabriel do Oeste, 10.400 hectares em Coxim, onde as áreas de criação extensiva de gado são as maiores responsáveis pela concentração territorial, 20 mil hectares de cultivo de soja em Rio Verde, e no município de Pedro Gomes eram 13.100 hectares para plantio de soja. Em Sonora, a concentração territorial se divide entre áreas de pastagem, cultivo de cana-de-açúcar, 14.034 hectares, e soja com 66.870 hectares de área cultivada. As dimensões territoriais das propriedades rurais variam entre 40 hectares e 17 mil hectares, sendo que o modelo dominante se concentra em torno de grandes propriedades.

A redefinição das áreas agrícolas foi amparada em um ideal de progresso, entretanto, o discurso do progresso deve ser lido hoje sob a ótica da contradição considerando que nos espaços constituídos sob propagandas de desenvolvimento foram formadas unidades agrícolas nas quais as atividades agropecuárias exigem cada vez

¹⁹ PORTELA et al., 1988, p. 10. Arquivo Sudeco/CDR. Documento 338.43:63 (817.1)c 977.

²⁰ Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: mar. 2015.

menos o esforço humano, os trabalhadores empregados nos canaviais da Região Norte, até o ano de 2005, tornaram-se na concepção de Bauman,²¹ “lixo humano”, considerando-se que as atividades do corte da cana foram substituídas pelas máquinas que desempenham tal trabalho.

Um elemento central na discussão sobre o uso de novas tecnologias no espaço territorial do qual nos ocupamos é a problemática da inserção de insumos e equipamentos agrícolas, responsáveis pelo aumento da produção, mas que devem ser olhados sob uma perspectiva crítica de uso e alteração do solo e dos espaços rurais.

Entre as novas tecnologias ligadas a essa cultura, visando à intensificação produtiva e ao aumento dos lucros, tem-se o uso de plantas modificadas geneticamente. Existem vários tipos de soja transgênica sendo desenvolvidas atualmente. A mais conhecida e plantada comercialmente é uma planta que recebeu, por meio de técnicas da biotecnologia, um gene de outro organismo capaz de torná-la tolerante ao uso de um tipo de herbicida, o glifosato.

O glifosato é um produto comumente utilizado pelos agricultores no controle de plantas daninhas e limpeza de áreas antes do plantio de uma cultura. Suas moléculas se ligam a uma proteína vital da planta, impedindo seu funcionamento e ocasionando sua morte. Esse gene foi extraído de uma bactéria do solo, conhecida por *Agrobacterium*, e patentado por uma empresa privada com o nome CP4-EPSPS. Estruturalmente, é muito parecido com os genes que compõem o genoma de uma planta. Quando inserido no genoma da soja, tornou a planta resistente à aplicação do herbicida.²²

Essa novidade chegou ao campo pela primeira vez nos Estados Unidos, na safra de 1996. No ano seguinte, os agricultores argentinos também já aderiram à novidade. Com a nova tecnologia, ficou mais fácil para os agricultores controlarem a planta daninha sem afetar a

²¹ BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

²² OLIVEIRA, E. S. de (Engenheiro Agrônomo). Entrevista. [Abril de 2015, por e-mail]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

soja²³. O lado positivo do uso dessa tecnologia é a redução no uso de inseticida e o menor tráfego de máquinas na área decorrente da não necessidade de aplicação de inseticidas.²⁴ Entretanto, *pari passu* com a menor aplicação de inseticida, houve a intensificação do uso do glifosato, “Entre 1996 e 2011, o tão difundido uso de cultivos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) Roundup aumentou o uso de herbicidas nos Estados Unidos em 243 milhões de kg [...]”.²⁵ Na mesma reportagem do editor da Organic Consumer Fund, publicada na revista Carta Maior, são listadas 25 doenças que podem ser causadas pelo uso indiscriminado do herbicida glifosato, que foi levado ao mercado com o nome comercial de Roundup, que, de acordo com Baden-Mayer (2015), se massificou no final dos anos de 1990 devido a uma engenhosa estratégia de *marketing* da Monsanto.

Quanto ao sistema de implantação da cultura, as semeadoras utilizadas são constituídas por unidades de semeadura que variam de 7 a 48 unidades de semeadura, sendo esse número dependente do relevo e do tamanho da área a ser cultivada e do capital disponível para investimento. Em termos de custos, os valores de uma semeadora de grande porte podem atingir 820 mil reais, sendo elas dotadas de um sistema pneumático de semeadura (sistema mais preciso). Equipamentos inviáveis para a pequena propriedade, tanto pela dimensão de alcance na área de cultivo quanto pelo capital investido, o que denota que o espaço rural foi dominado pelo produtor agrícola capitalizado.

²³ Outra tecnologia é a Soja Intacta RR2 PRO®, uma cultivar que, além da resistência ao glifosato, possui em seus tecidos vegetais a proteína tóxica CryIAc, o que resulta em proteção contra as principais lagartas da cultura da soja: lagarta da soja (*Anticarsia gemmatilis*), lagarta falsa medideira (*Chrysodeixis includens* e *Rachiplusia nu*), lagarta das maçãs (*Heliothis virescens*) e broca das axilas ou broca dos ponteiros (*Crocidosema aporema*), além de supressão às lagartas do tipo Elasm (*Elasmopalpus lignosellus*) e Helicoverpa (*H. zea* e *H. armigera*). Informações da entrevista realizada no mês de abril de 2015 com o engenheiro agrícola, Dr. em Agricultura Tropical, Everton Santos de Oliveira.

²⁴ OLIVEIRA, E. S. de (Engenheiro Agrônomo). Entrevista. [Abril de 2015, por e-mail]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

²⁵ BADEN-MAYER, A. Monsanto: 25 doenças que podem ser causadas pelo agrotóxico glifosato. **Carta Maior**. Set. 2015.

São as grandes propriedades que demandam intenso uso de agrotóxicos nas áreas da produção monocultural, e que utilizam tecnologia específica para a aplicação de veneno. A esse respeito, a entrevista com o agrônomo, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Agricultura Tropical da UFMT, e as informações técnicas aqui descritas, atendem à necessidade que entendemos existirem de chamar atenção para o acesso à terra que ocorreu de forma excludente, resultando em grande propriedade monocultural em que a produção altamente especializada é um elemento a mais para a inserção do trabalhador.

Na aplicação de veneno na grande propriedade são utilizados diversos tipos de pulverizadores, sendo os mais comuns os de barras, com larguras que variam de 14 a 35 metros. Os valores desses equipamentos variam em função da tecnologia embarcada, existindo modelos autopropelidos dotados de sistema GPS, com controle de sobreposição de aplicação de produto, que chegam a custar meio milhão de reais.

A variação de tecnologia também ocorre nas colhedoras, existindo modelos mais simples, com sistema de trilha radial e plataforma de corte com 15 pés de largura, até modelos mais avançados, com controle de perda na colheita, cabine com ar-condicionado e plataformas de corte com 61 pés (18,30 metros), com rendimento de 90 toneladas/hora de grãos e 28 hectares de área por hora de colheita, com preços chegando à ordem de um milhão de reais. Esses valores referem-se às máquinas que possuem tecnologia de ponta em sua constituição.²⁶

As informações resultantes da entrevista com o doutor em Agricultura Tropical permitem visualizar que os projetos em desenvolvimento direcionados pelos Governos Militares atingiram o campo brasileiro beneficiando apenas os grandes proprietários rurais, entretanto os danos resultantes do uso das tecnologias que maximizam a produção e os lucros dos proprietários rurais são socializados por todos que consomem ar e água contaminados.

²⁶ OLIVEIRA, E. S. de (Engenheiro Agrônomo). Entrevista. [Abril de 2015, por e-mail]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

A inserção dos pacotes tecnológicos no meio rural é outro importante fator para a redefinição do mundo do trabalho agrícola na região estudada onde praticamente inexistem postos de trabalho que foram substituídos pelo corte mecanizado da cana-de-açúcar. Nas fazendas de cultivo de soja, a tecnologia que atingiu o campo nos últimos anos levou à drástica redução dos postos de trabalho. Essa situação que deveria ser temporária acabou se tornando permanente por falta de alternativas de emprego em suas regiões de origem. Nesse cenário de negação das condições materiais de existência, a atuação das Casas de Passagem cumpre um importante papel.

As Casas de Passagem: a voz de quem tem os discursos negados

O estudo das condições de trabalho vigentes durante o advento da Revolução Industrial nos permite deduzir que o uso de máquinas para substituir certas modalidades de trabalho foi benéfico, visto que o trabalho em minas, por exemplo, usurpava dos trabalhadores a maior parte de suas existências, assim a tecnificação poderia servir para tornar a humanidade mais livre, libertando-a de trabalhos estafantes.

A mecanização agrícola que eliminou o corte da cana-de-açúcar, atividade altamente insalubre com grande número de registros de morte por exaustão, não é o alvo da crítica proposta neste texto. A questão a ser problematizada diz respeito ao paradoxo resultante dos processos de modernização agrícola, que, ao negar o trabalho, mesmo que em atividades das mais insalubres, em vez de permitir a liberdade do trabalhador, tira-lhe as condições de existência.

Os discursos de desenvolvimento e progresso, historicamente produzidos para a região, saem em defesa de um modelo de propriedade concentrador de capital, terra e renda fundamentados na cultura do capital.

A questão central é a sujeição do trabalhador “[...] O progresso constituiu em uma metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista”.²⁷ O progresso que,

²⁷ MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, v. 1. Tradução de Regina Sant’Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 837.

sob a lógica discursiva, deveria representar a libertação do trabalhador, criou um paradoxo por meio da inserção dos mecanismos de modificação das condições de trabalho via inserção tecnológica que, em última instância, traduziu-se em drástica redução de emprego. Na nota 193, da referida obra de Marx, há uma alusão à fala de Thomas Morus, da existência de um país singular em que “as ovelhas devoram os seres humanos”.²⁸

A sujeição inicial provocou a exclusão paulatina, cuja relação com os processos de tecnificação está imbricada. Ao olhar para a problemática do desemprego em regiões onde a inserção de um conjunto de tecnologias no campo provocou profundas alterações no formato de produção e nas relações de trabalho rurais, procuramos relacionar os processos de modernização da agricultura com a redução dos postos de empregos rurais e a conseqüente ampliação do número de migrantes que atravessam a rodovia BR-163 em busca de trabalho e de espaços de sobrevivência.

Buscando ouvir os trabalhadores historicamente silenciados, durante o ano de 2016 realizamos entrevistas com migrantes em Casas de Passagem localizadas nos municípios de São Gabriel do Oeste e Coxim. As entrevistas gravadas no dia 23 de fevereiro de 2016 com a equipe da Associação dos Leigos Acolhedores de Cristo (Alac)/Centro de Apoio ao Migrante, na cidade de São Gabriel do Oeste, e no dia 24 de fevereiro de 2016 com a responsável pela Comunidade Kolping/Casa de Passagem da cidade de Coxim, denotam uma necessidade de atender pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, “[...] que estejam em trânsito e sem condições de autossustento e que buscam acolhimento provisório[...]”. São os “redundantes” do progresso que chegou a essas regiões.

Como afirma Andreia Soares Flores, presidente da Casa de Passagem de Coxim, “[...] Quando chega aqui pra gente, normalmente o primeiro direito violado dessas pessoas é a saúde, e a falta de emprego

²⁸ MORUS, T. In: MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, v. 1. Tradução de Regina Sant’Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 841.

ou desestabilidade”.²⁹ Essa fala pode ser lida em interface com a forma como Mía Couto tratou da miséria humana, em “Terra Sonâmbula”³⁰. O autor moçambicano nos possibilita vivenciar uma Moçambique assolada por guerras civis, na qual dois personagens migram por espaços ora reais, ora imaginários em que a paisagem transformada pela nova configuração política do lugar é negadora de vida.

[...] A paisagem se mestiçara de tristezas nunca vistas, em cores que se pegavam à boca. Eram cores sujas, tão sujas que tinham perdido toda a leveza, esquecidas da ousadia de levantar asas pelo azul. Aqui, o céu se tornara impossível. E os viventes se acostumaram ao chão, em resignada aprendizagem da morte.³¹

As pessoas que atravessam o estado de Mato Grosso do Sul pelo trajeto da rodovia BR-163 também encontram experiências de morte, em lugar do sonho de um emprego que lhes garanta a humanidade, são as Casas de Passagem que possibilitam as condições básicas para a continuidade da viagem. Passando pelos “desertos verdes”, entre o período em que a soja começa a germinar até a fase de amadurecimento da planta, quando a paisagem se torna ainda mais desoladora, a vegetação fica marrom e nesses campos as grandes máquinas colhedoras ocupam o cenário de um cultivo que vai para os armazéns locais, onde se estoca uma produção que não serve para alimentar o coletivo, mas garante a manutenção de um formato produtivo cada vez mais segregador.

Nos cinco municípios, o cultivo de soja aparece como atividade motora, produzida para atender ao mercado externo como *commodity*. Houve uma ampliação das áreas para cultivo de milho que, historicamente fazia parte da produção de pequenas propriedades rurais, mas que por conta da demanda também do mercado externo passou

²⁹ Entrevista concedida no dia 24 de fevereiro de 2016.

³⁰ COUTO, M. **Terra Sonâmbula**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

³¹ *Ibid.* p. 2.

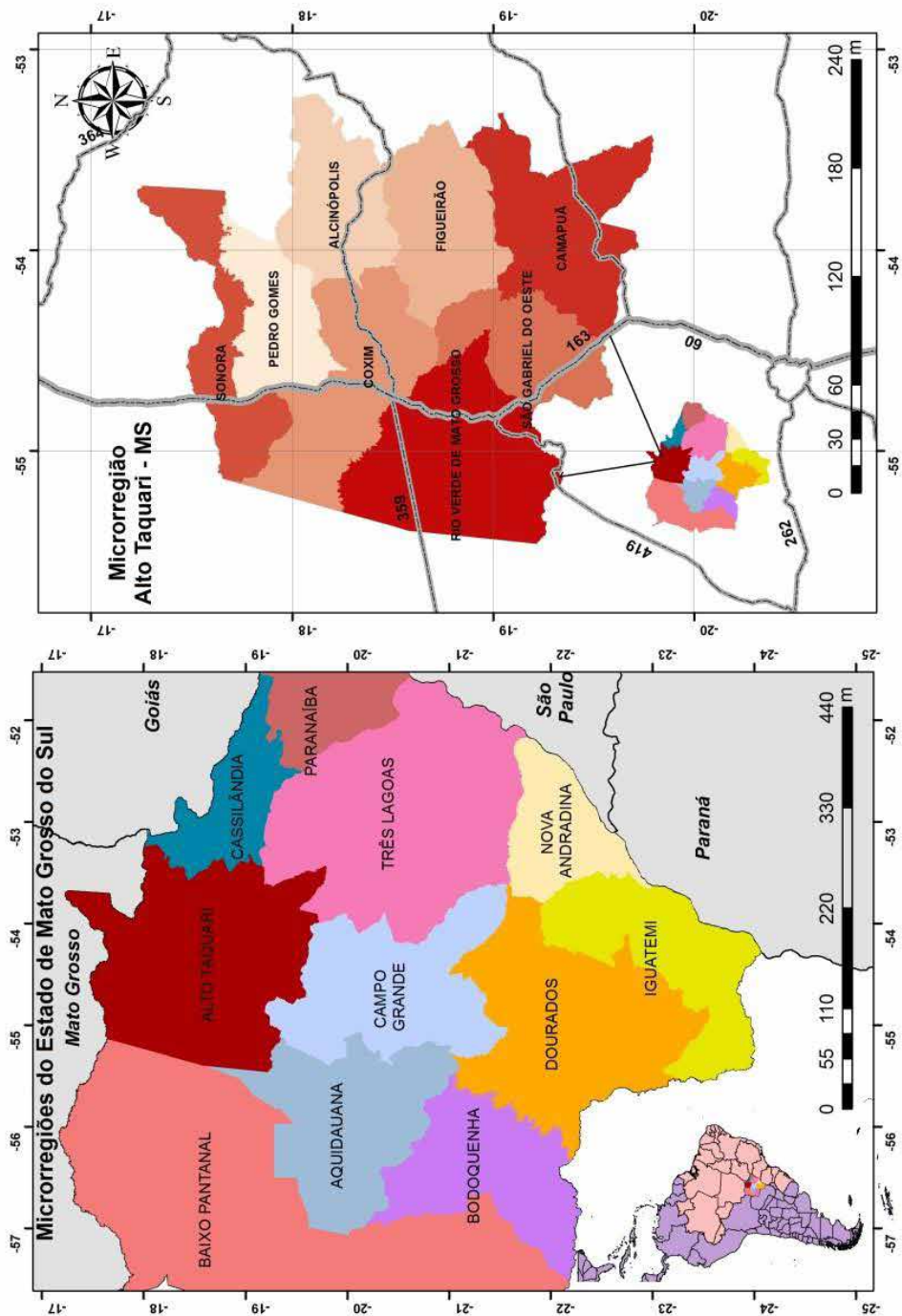


Figura 17: Microrregiões do Estado de Mato Grosso do Sul com destaque para a Microrregião do Alto Taquari-MS

Fonte: Dados utilizados: IBGE (2010); DNIT (2016). Estagiária do setor de cartografia da UFMT/ Rondonópolis. OLIVEIRA (2016).

a ser cultivado nas grandes unidades agrícolas no período de entressafra do cultivo da soja.

Os dados da pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produzem indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, em médio e longo prazos, no mercado de trabalho. Entretanto, não recorreremos a tais indicadores, considerando que a abrangência geográfica da pesquisa se limita às Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre³².

A problemática do desemprego atravessa o período de vigência do estabelecimento de uma cultura do capital. O advento das máquinas, inseridas no processo produtivo, provocou condições distintas de vida para trabalhadores no campo e na cidade,

Aplicadas à agricultura, a cooperação e a concentração em poucas mãos dos instrumentos de trabalho provocaram transformações grandes, súbitas e violentas no modo de produção e, conseqüentemente, nas condições de vida e nas possibilidades de trabalho da população rural, em muitos países e bem antes do período da indústria moderna.³³

O episódio do cercamento dos campos ingleses com a substituição dos homens por ovelhas, cena que inicia o filme “Tempos Modernos”, utiliza a ficção para discutir os efeitos da Revolução Industrial na vida do trabalhador, com a modificação do sistema produtivo que deixou de ser artesanal e passou para a produção de mercadorias em série. Nesse novo formato produtivo, imperava a total sujeição do trabalhador em que o ritmo de produção não levava em conta as condições físicas e psicológicas do trabalhador e sem a produção de lucro resultante do processo produtivo.

³² Informações disponíveis em: <<http://www.asdfree.com/search/label/pesquisa%20mensal%20de%20emprego%20%28pme%29>>.

³³ MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, v. 1. Tradução de Regina Sant’Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 490.

A referida produção cinematográfica é uma leitura da obra de Marx, que entende o cercamento dos campos ingleses como o mecanismo para a constituição das grandes propriedades na Inglaterra. A leitura que Chaplin fez da problemática da inserção tecnológica no processo de produção aponta para a competição entre o trabalhador e a máquina, cujas consequências foram apontadas por Marx.

A História não oferece nenhum espetáculo mais horrendo que a extinção progressiva dos tecelões manuais ingleses, arrastando-se durante decênios e consumindo-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome; muitos vegetaram por longos anos com suas famílias, com uma renda de 2½ pence por dia.³⁴

Os mecanismos criados durante o Século XIX para atender essa população de desabrigados mostram as permanências históricas se comparados com as Casas de Passagem do norte de Mato Grosso do Sul, “[...] A competição entre a tecelagem à mão e a tecelagem à máquina prolongou-se na Inglaterra, antes de introduzir-se a nova lei de assistência à pobreza de 1834, porque se completava com subsídios paroquiais os salários que caíam muito abaixo do mínimo”.³⁵

Entre 1852 e 1862, houve considerável aumento na fabricação inglesa de lã, enquanto o número de trabalhadores empregados ficou quase estacionário³⁶. As narrativas de redução dos postos de trabalho ao longo do Século XIX podem ser confundidas com as mesmas narrativas na contemporaneidade. Na nota 228 do volume I de “O Capital”, Marx trata de uma pergunta que o inspetor Redgrave havia feito no ano de 1871 a um fabricante que ministrou palestra em Bradford e a resposta do fabricante teria sido: “[...] No velho sistema, eu empregava 63 pessoas; depois de introduzir maquinaria aperfeiçoada, consegui

³⁴ Ibid. p. 491.

³⁵ MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, v. 1. Tradução de Regina Sant’Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 491, nota 198.

³⁶ Ibid. p. 510.

reduzi-las para 33, e, recentemente, em virtude de novas e extensas modificações, pude diminuí-las de 33 para 13”³⁷.

É possível notar permanências históricas analisando a fala do superintendente da Usina Sonora, empresa agrícola situada no município de Sonora, um dos cinco da região norte de Mato Grosso do Sul. De acordo com as narrativas do empresário, “[...] hoje trabalhando no processo produtivo da usina nós temos 700 pessoas mais ou menos. Mas nós chegamos a ter 2.800”³⁸, revela que a cultura do capital possui permanências do ponto de vista de sua historicidade.

Contrariando a assertiva de Marx de que “A História não oferece nenhum espetáculo mais horrendo que a extinção progressiva dos tecelões manuais ingleses”, o movimento histórico, que sustenta o campo de experiência, possível pela passagem do tempo histórico, permite-nos perceber que os espetáculos horrendos que afetam as trajetórias humanas são atuais, intensificaram-se com os mecanismos de reorganização da cultura do capital, atravessaram o período de produção da obra “O Capital” e chegaram à contemporaneidade. As narrativas de trabalhadores que passam pelas Casas de Passagem da região norte de Mato Grosso do Sul diariamente apontam para a recorrência de um espetáculo de negação humana, ainda muito atual.

Estes são os motivadores da movimentação de pessoas em busca de territórios que comportem seus sonhos de mudanças, de garantia da dignidade, os sonhos permeiam os ideais, mas são as condições materiais em última instância que motivam o movimento. A busca pela sobrevivência alimenta os sonhos de pessoas que passam diariamente pelas duas Casas de Passagem do norte de Mato Grosso do Sul.

O caminho que percorremos é o mesmo trajeto dos migrantes, a ponte sobre o Rio Corrente tantas vezes atravessada no percurso da pesquisa realizada durante o Doutorado em História, de onde olhava para o cenário do qual nos ocupamos, e a visão exuberante do rio cheio pela ação da barragem construída no seu leito. Seguindo o traçado da

³⁷ Ibid. p. 511, nota 228.

³⁸ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2016.

rodovia BR-163, vamos adentrando o território marcado pelo discurso do progresso, buscando por meio das narrativas ouvidas ao longo da pesquisa, entender quem são as pessoas, personagens históricas que passam por esse território, mas não se fixam, “[...] meu nome ... Raimundo. Saí do Maranhão já tem muito tempo. Saí procurando emprego e aí fiquei nessa situação. A pessoa que não tem trabalho não é gente”³⁹.

Foi para trabalhar com essas pessoas que se veem sem humanidade que as Casas de Passagem foram criadas. A Associação dos Leigos Acolhedores de Cristo/Centro de Apoio ao Migrante começou como Centro de Apoio. Passou a ser Casa de Passagem que se destinaria ao atendimento emergencial, no intuito de suprir as necessidades básicas das pessoas que buscavam aquele espaço.

Eles chegam até a instituição e são recebidos por um profissional treinado para recebê-los. Funciona de domingo a domingo, então é um serviço que não para. É feita a acolhida do usuário no serviço público, normalmente são migrantes que vêm de todos os lugares do Brasil e até do exterior por conta do município ser cortado pela BR-163. Temos um fluxo bastante grande, nossa capacidade hoje é de 175 atendimentos mês, mas janeiro e fevereiro já está se concretizando, em janeiro a gente teve 200 atendimentos, já passou do limite. E em fevereiro agora eu já contei até hoje de manhã e já estava em 145 atendimentos antes do almoço antes de fechar o mês.⁴⁰

O número de atendimentos realizados foi apontado pela presidente do Centro de Apoio ao Migrante como sendo resultante da falta de emprego que também é responsável pela quebra de vínculos com a família. O trabalho de pesquisa no arquivo da instituição permitiu constatar que entre a população que já passou pela instituição, a baixa escolaridade e o desemprego são condições determinantes dessas populações.

³⁹ ARAÚJO, R. Entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2015, na Casa de Passagem São Francisco das Chagas.

⁴⁰ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

O nosso público geralmente vem dessa origem: do desemprego e do abandono familiar, que resultam na falta de oportunidade, por não ter o lugar onde residir, aí eles começam essa migração de município a município atrás de uma oportunidade. O grande problema é que neste período eles acabam buscando meios de conforto e de ajuda que acabam sendo às vezes bebidas, drogas, então a gente tem um problema muito sério com os nossos migrantes que passam por aqui. A maioria deles vêm com esse problema de alcoolismo ou drogadição.⁴¹

As fichas organizadas em arquivo pela instituição têm o objetivo de coletar o maior número de informações possível em relação à família e endereço correlacionado dos migrantes com parentes. Os funcionários verificam a documentação e fazem um questionário para saber onde pretendem chegar.

A atuação das Casas de Passagem minimiza a tragédia humana dessas populações, não alterando a condição social da maioria delas. A documentação consultada permitiu perceber que se trata de pessoas que migram do Nordeste, que, em geral, querem migrar para o Mato Grosso pela ilusão de que há serviços na lavoura. A chegada ao norte de Mato Grosso do Sul se explica pela procura de emprego na suinocultura em São Gabriel do Oeste e no corte da cana-de-açúcar em Sonora. Buscam ainda atividades como construção de cercas. Uma das questões que a documentação nos permitiu deduzir foi que a submissão se deve, em geral, à baixa escolarização. Muitas são as ilusões que alimentam a viagem.

Aqui, por exemplo, tem a questão do frigorífico. Eles vem numa ilusão, mas como tem que estar muito bem documentado, então a maioria acaba vindo e se frustrando. Outra questão é porque tem que começar, por exemplo, com comprovante de residência. Por mais que eles possam usar o nosso endereço como referência, vai se instalar um Centro de Apoio ao migrante. Já sabe que não

⁴¹ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

têm moradia fixa, então acaba sendo um empecilho pra eles. Até nós tínhamos um problema em tirar o boletim de ocorrência, nós temos um encaminhamento pronto pra retirada do boletim de ocorrência pela dificuldade porque a maioria acaba utilizando boletim de ocorrência como documentação. É muito comum perderem a documentação, então a gente acabou fazendo um documento nosso até pra viajar de ônibus.⁴²

A prática de conceder passagens para a população migrante em condição de rua foi institucionalizada nos municípios, sendo que o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) passou a ser o órgão responsável pela licitação para a compra de passagens. “[...] Nós aqui fornecemos as passagens também até a próxima cidade, ou, dependendo do caso, já o retorno à família. Em caso de doença, a gente encaminha pra assistente social e aí ela coloca o parecer nosso aqui, então muitas vezes se consegue articulação com a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura”⁴³

A consulta ao livro contendo as informações com dados de origem e destino da população atendida, e os lançamentos de doação de passagens nos últimos quatro anos, apontam que um número muito pequeno dessas pessoas fica no município, inseridas pelo trabalho. A maioria recebeu passagens para continuar a viagem.

Aqui nós temos duas empresas que são licitadas pela prefeitura: a Andorinha e a Mota e o nosso único problema com a Andorinha é que ela exige documento com foto ou boletim de ocorrência. Até este ano, em conversa com a gestora da assistência, nós estamos tentando articular pra ter uma carteirinha da própria assistência, documento com foto, assim eles poderiam viajar tranquilos porque sabem que foi feito atendimento aqui; é uma forma de documento pra coletar as informações.

⁴² KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

⁴³ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

Quem tiver acesso à carteirinha, vai poder ligar aqui e tirar informações do usuário. É um instrumento a mais pra eles terem acesso a todas as políticas públicas que muitas vezes eles não têm por estarem nessa situação.⁴⁴

Conversamos com dez migrantes, sendo seis entrevistados no Centro de Apoio ao Migrante em São Gabriel do Oeste, e quatro na Unidade de Passagem São Francisco das Chagas em Coxim. Em geral, as narrativas são muito breves, não há interesse de falar de si, a autorrepresentação diz muito acerca dos preconceitos com os quais se deparam cotidianamente, “[...] eu cheguei aqui muito doente, mas quando me mandaram pro hospital, o médico não quis me atender porque eu tava sujo e bêbado”⁴⁵.

O Centro de Apoio ao Migrante de São Gabriel do Oeste foi fundado por padres, porque a igreja católica era o lugar que a população desassistida buscava como espaço de apoio. A presidente da associação ressalta que o que acontece ali não é assistencialismo e sim política pública. Interessante notar que o poder público considera fazer assistência social ao financiar minimamente associações como Alac e Comunidade Kolping, quando são espaços com pouco financiamento público e que trabalham com doações da sociedade.

[...] instituição hoje ela é mantida por convênio municipal e convênio estadual, além de algumas pessoas, e alguns comércios do município que contribuem. Por exemplo, alguns pagam uma conta de água; outros pagam a conta de luz, além de doações mínimas, mas que existem por exemplo, na conta de água que os padrinhos pagam e promoções. Porque sem elas não tem como sobreviver porque é uma instituição sem fins lucrativos.⁴⁶

⁴⁴ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

⁴⁵ DEUS, J. H. de. Entrevista [23 de fevereiro de 2016]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

⁴⁶ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

Mesmo quando os projetos de investimento são aprovados pelo poder público, o orçamento não paga as despesas. Além da sociedade civil, Organizações não Governamentais (ONGs) são responsáveis pela manutenção financeira desses espaços.

A localização das duas Casas de Passagem pesquisadas são pontos estratégicos para o atendimento ao migrante, “[...] quando cheguei na rodoviária, o moço que trabalha na Andorinha me mostrou onde eu podia encontrar um lugar pra ficar, comer, dormir, antes de seguir viagem, foi fácil achar!”⁴⁷

Os relatos de trabalho escravo também são recorrentes, e atingem a população com baixa qualificação profissional, pouca escolaridade e desempregada, “[...] eu fiquei 20 anos na fazenda, trabalhava e não ganhava nada”. Gilberto Luís da Silva foi resgatado em uma fazenda no Mato Grosso do Sul há cinco anos. Não é normal que os migrantes permaneçam por muito tempo na Casa de Passagem, mas com Gilberto a situação foi diferente. Ele trabalha na casa até hoje, ajudando no trabalho que permite servir quatro refeições diariamente e manter um ambiente para pouso. Gilberto compõe a equipe de 09 funcionários que trabalham no Centro de Apoio ao Migrante de São Gabriel do Oeste.

A chegada de pessoas egressas da escravidão contemporânea às Casas de Passagem na região é recorrente.

[...] aqui na região norte que eu posso falar e a gente até conseguiu diminuir um pouco por conta da nossa atuação mesmo e por isso até sofremos ameaça; diz respeito à questão das carvoarias. É desumano o tratamento lá e as condições de trabalho. Lá tem muita essa questão de bebidas e drogas para manter o trabalhador nas carvoarias, que mantém o sistema de escravidão por dívida. O salário fica lá. Trazem o trabalhador toda semana e o deixam na cidade pra não correr dia de trabalho no final de semana, aí deixa um crédito no bar pra ele beber. Busca na segunda ou terça-feira e leva de volta pra trabalhar.

⁴⁷ NASCIMENTO, J. do. Entrevista [23 de março de 2016]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

Tinha muito essa situação até em parceria com fórum, a gente conseguiu pontuar, teve duas que desativaram em São Gabriel, uma está até no registro nacional da triagem que eles fazem. Outra que desativou também disse que era muita exigência que nem uma empresa teria. Nosso trabalho foi importante pra controlar um pouco, mas ainda existe registro desse sistema de trabalho. Irregular e bem escondido, mas tem.⁴⁸

O vício aparece com um facilitador do agenciamento, como mostra a narrativa de Carlos Roberto dos Anjos, de que recebeu apoio da Casa de Passagem e recorreu ao Cras e ao Creas, conseguiu um encaminhamento ao hospital e ficou um mês fazendo tratamento, “[...] aí veio um desespero, uma vontade muito grande de beber e eu voltei pra rua, o patrão veio me buscar e me levou de volta pra carvoaria”.⁴⁹

O trabalho com essa população envolve questões da complexidade do humano que é “[...] a um só tempo, plenamente biológico e plenamente cultural, que traz em si a unidualidade originária. [...] Exprime, de maneira hipertrofiada, as qualidades egocêntricas e altruístas do indivíduo [...] o *Homo Sapiens* é também *Homo Demens*”.⁵⁰ Ao narrar a reinserção familiar, Soraia Krung nos permite vislumbrar essa complexidade do humano de que trata Morin, “[...] a família tinha condições financeiras, mas, mesmo assim, ele foi explorado e devolvido para as ruas”.⁵¹

Entre as narrativas, também aparecem os casos de sucesso da atuação das Casas de Passagem, aliás elas são fundamentais para justificar o trabalho realizado nesses espaços, “[...] teve senhor que esteve conosco que saiu do presídio. Ele era caminhoneiro, teve uma questão e ele acabou matando uma pessoa e ficou preso. E a gente

⁴⁸ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

⁴⁹ ANJOS, C. R. dos. Entrevista [25 de fevereiro de 2016]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

⁵⁰ MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Janne Sawaya. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. 47.

⁵¹ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

retornou o benefício e o ajudamos a montar a casinha e aí está inserido na sociedade hoje”.⁵²

Os benefícios aos quais Soraia Krun se referem dizem respeito ao Seguro-Desemprego⁵³, benefício temporário que, com a intervenção da Casa de Passagem, é pago a uma parcela bastante pequena dessa população, lembrando que a maioria não permanece na cidade e tem sua viagem custeada por passagens pagas pela prefeitura.

São inúmeras as situações que caracterizam o trabalho feito por essas associações como de alta complexidade “[...] em cada dia é uma história diferente, uma história de negação diferente”.⁵⁴

Um dos muitos relatos ouvidos se trata de uma família toda em situação de rua, o que chamou atenção da presidente da Alac foi o cuidado da mãe com os filhos.

[...] um capricho dela com as crianças, assim, maravilhoso. Agora ele está trabalhando, a gente tinha conseguido aqui por causa da escola das crianças, mas ele tem um sistema de educação muito rígido e eles estavam nessa situação mesmo pela falta de emprego, de oportunidade mesmo. Ela é uma mãe primorosa e cozinha bem, já veio até trazer frango caipira, isso é o reconhecimento deles. Estavam naquela situação por falta de oportunidade.⁵⁵

⁵² KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

⁵³ Garantido pelo art. 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente. No Brasil, foi introduzido no ano de 1986 e, após a Constituição de 1988, passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego, criado com o objetivo de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, mas também auxiliar o trabalhador na manutenção e busca de emprego, por meio de ações integradas de intermediação de mão de obra e qualificação profissional. A instituição do Programa, por intermédio da Lei n.º 7.998/90, definiu também a sua fonte de custeio, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o que permitiu a criação de critérios de concessão mais acessíveis aos trabalhadores e mudanças substanciais nas normas para o cálculo dos valores. Disponível em: <[⁵⁴ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016](http://ces.ibge.gov.br/base-dedados/metadados/mte/seguro-desemprego.htmlbases de dados»metadados»MTE»>http://ces.ibge.gov.br/base-dedados/metadados/mte/seguro-desemprego.htmlbases de dados»metadados»MTE»>>.</p></div><div data-bbox=)

⁵⁵ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

Eis onde a formação territorial elitista e excludente nos levou, um regime democrático onde trabalhadores se tornam marginalizados por falta da condição mínima de existência pela negação do trabalho: “[...] meu irmão morreu nas ruas, meu pai bebia muito, minha mãe acabou bebendo também, meu pai morreu na sarjeta e minha mãe acabou morrendo com câncer [...]”.⁵⁶

A análise das fichas contendo informações sobre o lugar “de onde vem” e “para onde vai”, mostra grande reincidência de populações que vêm de Mato Grosso e para lá voltam, mostra que as Casas de Passagem recebem uma população que já passou por ali mais de uma vez, o que denuncia uma situação de transitoriedade e fluxo. Migram em busca de emprego, mas, ao empreenderem tal busca, mergulham em novas degradações humanas como uso de álcool e entorpecentes, “[...] vai alguém pedir um emprego pra você embriagado ou sob efeito de entorpecente, como que você vai empregar, mesmo que esteja precisando [...] Na minha opinião, é muito mais que a questão do desemprego é uma necessidade de humanização”.⁵⁷

O ciclo de desumanização é alimentado pela tentativa de emprego, ao não conseguir, cai no vício e já não consegue mais voltar para casa. O sucesso é o que motiva a migração, como não é alcançado, a vergonha impede o retorno e o mantém no caminho.

[...] a pobreza não é um pecado, é a verdade. Sei também que a embriaguez não é nenhuma virtude. Mas a miséria, meu senhor, a miséria... essa sim, essa é pecado. Na pobreza ainda se conserva a nobreza dos sentimentos inatos; na miséria não há nem nunca houve nada que os conserve. A um homem na miséria quase que o correm a paulada; afugentam-no a vassouradas da companhia dos seus semelhantes [...].⁵⁸

⁵⁶ COUTINHO, P. O. Entrevista [25 de fevereiro de 2016]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa

⁵⁷ KRUN, S. Entrevista concedida em 23 de fevereiro do 2016.

⁵⁸ DOSTOIEVSKY, F. **Crime e Castigo**. Tradução de Carlos Heitor Cony. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p. 256.

Essa população de “redundantes” é decorrente da cultura do capital e, além de ser objeto dos estudos históricos, foi tratada na literatura como na famosa obra de Victor Hugo “Os Miseráveis”⁵⁹, que, ao propor uma narrativa sobre a tragédia humana, com personagens como Jean Valjean, discute lugares sociais que são atribuídos a diferentes grupos sociais ao longo da história.

A visita à Comunidade Kolping de Silviolândia/Unidade de Passagem São Francisco das Chagas, na cidade de Coxim, nos colocou em contato com protagonistas das mesmas narrativas ouvidas em São Gabriel do Oeste. O perfume do feijão cozinhando que tomava o lugar no horário de nossa chegada representa a única possibilidade alimentar que aquela população de passagem terá ao longo do dia; o cheiro do alimento misturado aos vários perfumes de corpos migrantes com poucas perspectivas de vida. Aquele espaço se apresenta como *locus* de recarga das energias para dar continuidade à viagem, em direção ao incerto, ao duvidoso, diante da negação de espaços para existência e dignidade. As Casas de Passagem garantem a manutenção da vida, logo, a permanência dos sonhos.

Enquanto conversávamos com uma mulher que estava na Casa de Passagem havia uma semana, com quatro filhos aguardando o ônibus que sairia naquele dia às 23h que a levaria à cidade de Nova Mutum em Mato Grosso onde mora a irmã, a televisão ligada no canal local transmitia a reportagem sobre a operação “Lava Jato” e a notícia de desvio de 59 milhões de reais em dinheiro público, além da declaração de desvio de 7 milhões de reais feito pelo marqueteiro João Santana, que havia sido preso ao longo daquela semana. Ouvimos de um dos moradores que estavam por ali à espera do almoço: “[...] meu Deus! Sete milhões e nós não temos um real, sete milhões e nós dormindo na rua”.

A presidente da “Comunidade Kolping” desde junho de 2014, Andreia Flores, relatou o histórico da casa, construída por uma instituição da sociedade civil em parceria com o município de Coxim. A instituição atende pessoas em situação de rua e vulnerabilidade, que

⁵⁹ CHANOIS, J.-P. **Os Miseráveis**. Direção de Jean-Paul Chanois. Alemanha, França, Itália, 1958.

migram de outros municípios em busca de emprego. O perfil da população também é bastante similar àquela recebida pelo “Centro de Apoio ao Migrante” de São Gabriel do Oeste.

[...] fazemos a entrevista, aí a gente fornece pra ele todo o material de higiene básica [...] e quando tem alguma pessoa com problema de doença, alguma coisa que a gente vê, assim, que não está certo, aí encaminhamos pro hospital. Nós temos assistente social do Hospital Regional e ainda uma assistente social dentro de uma unidade de saúde aqui. Quando chega aqui pra gente, normalmente o primeiro direito violado dessas pessoas é a saúde e a falta de emprego ou desestabilidade. Tem um ponto muito forte que a gente vê aqui de muitas das pessoas que a gente recebe que é o problema do álcool e da droga [...]. Este é o nosso maior público: pessoas que têm problema com álcool e que usam drogas.⁶⁰

O poder público participa da vida dessas populações por meio de pequenas doações, aliadas ao financiamento via comércio. Outra forma de presença do Estado na vida dos migrantes acontece por meio da disponibilização de passagens para seguir viagem, por mais que a presidente da Unidade de Passagem afirma que não há interesse em mandar o que chama de “problema” para outros municípios. Ao longo da entrevista, o mecanismo de compra de passagem apareceu como uma prática recorrente.

O desemprego é o caminho para o descarte de pessoas, está posta a contradição, em uma sociedade fundada no discurso do trabalho, que classificava o emprego como uma chave. A batalha posta pela contemporaneidade é contra a carência de postos de trabalho. Em Coxim, as medidas são paliativas, por meio da Unidade de Passagem o migrante que permanece na cidade pode acessar atividades de cunho informal, como auxiliar de pedreiro ou de pintor, ou no plantio de eucalipto, ou no ensacamento do carvão. Em geral, o trabalho temporário, em

⁶⁰ FLORES, A. Entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2016.

última instância, possibilita os recursos para manutenção dos vícios de álcool e de outros entorpecentes.

Essas pessoas se tornaram redundantes. “[...] Ser ‘redundante’ significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso [...]. ‘Redundância’ compartilha o espaço semântico de ‘rejeitos’, ‘dejeito’, ‘lixo’ – com refugo”⁶¹. São decorrências da transição de uma sociedade de produtores para a sociedade de consumidores, em que a tecnificação proporcionou a ampliação da produção de mercadorias, mas, em consequência, eliminou os postos de trabalho. Ser desempregado na sociedade de produtores podia tornar o trabalhador um desgraçado, miserável, mas seu lugar era seguro e inquestionável. Porém, a nova modalidade dos desempregados se insere em uma categoria denominada por Bauman de “Consumidores falhos”, estes perderam a segurança de um lugar.

[...] O progresso era apregoado sob o slogan de mais felicidade para um número maior de pessoas. Mas talvez o progresso, marca registrada da era moderna, tivesse a ver, em última instância, com a necessidade de menos (e cada vez menos) pessoas para manter o movimento, acelerar e atingir o topo, o que antes exigiria uma massa bem maior para negociar, invadir e conquistar.⁶²

A ação das Unidades de Passagem não altera o quadro, e a pouca participação do Estado no seu financiamento constitui-se em “[...] esmolas fornecidas pelo Estado, reguladas pelo Estado ou por ele promovidas e testadas em relação ao meio [...]”⁶³.

A analogia entre produção de excedentes de trabalhadores e geração de lixo humano é chocante, mas os relatos de moradores em condição de trânsito e de rua mostram que o olhar a eles dirigido pelas outras pessoas é de estranhamento e mesmo de repulsa, como o comportamento diante de rejeitos, “[...] eu vim do Pernambuco, da cidade

⁶¹ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. P. 20.

⁶² BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 24.

⁶³ Ibidem. p. 21.

de Barreiros. [...] eu tinha uma roça, mas me separei da família e vim pra cá. Hoje tô sozinho, [...] sô tratado como lixo [...]”⁶⁴ Em geral, essa população encontrada pelas cidades, nas praças, ruas, rodoviárias são alvo de estranhamento.

O trabalho feito pelas Unidades de Passagem minimiza esse estranhamento ao proporcionar a humanização promovida pela alimentação e a higiene pessoal, constitui-se em possibilidades de acessar empregos temporários nas cidades e nas fazendas.

Então a gente liga e diz que tem gente, tem uma pessoa com esse perfil para atender diárias. Só que quando a pessoa vem aqui, já sabe que vai encontrar um morador apresentável. Ontem, por exemplo, foram 5 pessoas que foram levadas pro trabalho na fazenda, mas porque tava apresentável, sem aquele aspecto de rua, de morador de rua que assusta. Porque é a aparência que dá impressão, aquela primeira impressão de que você não é nada, você não me serve.⁶⁵

Entre os meses de julho e dezembro de 2015 foram atendidas 483 pessoas na Unidade de Passagem São Francisco das Chagas, para as quais foram servidas 5.379 refeições entre café da manhã, almoço, jantar e marmitas, e foram doadas 184 passagens.⁶⁶ A analogia com as discussões feitas por Bauman, torna possível comparar as Unidades de Passagem ao espaço que cuida do lixo humano que a sociedade do consumo produziu, “[...] O refugio é o segredo sombrio e vergonhoso de toda produção. De preferência permaneceria como segredo. [...] a fronteira que separa o ‘produto útil’ do ‘refugio’ é uma zona cinzenta: um reino de indefinição, da incerteza – e do perigo”.⁶⁷

⁶⁴ LIMA, M. F. de. Entrevista [24 de fevereiro de 2016]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

⁶⁵ FLORES, A. Entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2016.

⁶⁶ Dados produzidos com base na documentação do arquivo da Unidade de Passagem.

⁶⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 38-39.

A casa durante o mês de janeiro esteve com população máxima, “[...] essa noite eu tive que dispensar duas pessoas porque não tinha espaço na casa, não tinha onde colocar. Hoje nós temos 23 pessoas aqui, fora as marmitas que nós fornecemos no portão porque não cabe na casa, nós temos 20 colchões só [...]”.⁶⁸

O relato de escravidão contemporânea também apareceu na Unidade de Passagem do município de Coxim, em 2014, após fiscalização da Polícia Federal em uma fazenda do município, sendo liberados 20 trabalhadores. De acordo com a presidente da unidade, é a única situação de que tem conhecimento. Em geral, as diárias em fazendas não se caracterizam como escravidão contemporânea, porque é comum trabalharem 15 ou 20 dias, ganharem o dinheiro para pagar a cachaça e as drogas e voltarem para a cidade. Dificilmente ficam nas fazendas mais que esse período. De acordo com Andreia Flores, os relatos trazidos são de realização de atividade na construção de cercas e no roçado, mas nenhuma experiência de escravidão.

A migração que constitui essas trajetórias humanas pode ser ouvida nos relatos do migrante e na documentação produzida pelas Unidades de Passagem, a maioria é de nordestinos, transeuntes entre os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, “[...] eu? (Demonstração de surpresa em ver alguém interessado em sua trajetória) Vim de Balsas, no Maranhão. (Interrompe a narrativa). Aqui no Mato Grosso do Sul já fui em Alcínópolis, São Gabriel, Coxim e Sonora”.⁶⁹

Como o retorno dos migrantes é recorrente, foi imposta uma regra de só conceder passagens a cada três meses “[...] porque se eu for dar uma passagem pra cada um por semana, aí eu não consigo”.⁷⁰

O trabalho com essas narrativas permite historicizar um movimento iniciado no Século XVIII com a Revolução Industrial, que promoveu o refinamento das técnicas produtivas, o aumento da produção

⁶⁸ FLORES, A. Entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2016.

⁶⁹ PINTO, M. B. Entrevista [24 de fevereiro de 2016]. Entrevistadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

⁷⁰ FLORES, A. Entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2016.

e, em contrapartida, reduziu os postos de trabalho. Na contemporaneidade, o formato agrícola no estado de Mato Grosso do Sul concentra-se em torno da produção para o agronegócio, em grandes propriedades agrícolas, altamente tecnificadas, nas quais a utilização de mão de obra é bastante baixa.

É preciso destacar o papel do Estado como financiador da grande propriedade rural, especialmente no período pós-1970, quando os projetos de desenvolvimento para a região resultaram em financiamento de grandes extensões territoriais. A lógica do acesso à terra na região foi de restrição, restando ao trabalhador descapitalizado a possibilidade de venda da força de trabalho. O que esta narrativa buscou apontar foi a lógica modernizadora que formatou a propriedade rural na região promovendo a exclusão humana.

Considerações Finais

Os agentes sociais em trânsito, desterritorializados que aqui observamos a partir de uma historicidade da exclusão, proporcionada por certo formato de propriedade dinamizado no Brasil após 1970, são pessoas cuja existência foi negada, pessoas assistidas pelas Unidades de Passagem que são instituições não governamentais, com poucos recursos dos governos Municipal, Estadual e Federal, espaços nos quais o trabalho de assistência dá condições de humanidade a essas pessoas.

Essas trajetórias dizem muito do que foram os projetos de desenvolvimento pensados para a região, que resultaram na produção de discursos da prosperidade e da produtividade, que reforçam a ideia de que o norte de Mato Grosso do Sul é uma região altamente produtiva, de grãos e de biocombustível. Mas o paradoxo é humano e diz respeito à inserção humana nesse processo, que apresenta duas pontas, de um lado o grande produtor capitalizado e, de outro, a população migrante que denuncia a falácia do progresso.

A ideia é dar visibilidade a esse paradoxo, que a realidade das Casas de Passagem torna explícita. A documentação com a qual trabalhamos, sejam os relatos orais, os arquivos consultados e o material acessado nos ambientes virtuais, permite ver que a produção de lixo

humano existe, ela é real. E coloca a questão essencial para as próximas gerações ainda pensando no “horizonte de expectativa”, que constitui esta narrativa.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: Dieese; Nead; MDA, 2011.

CHANOIS, J.-P. **Os Miseráveis**. Direção de Jean-Paul Chanois. Alemanha, França, Itália, 1958.

CHAPLIN, C. **Tempos Modernos**. Direção de Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936.

DOSTOIEVSKY, F. **Crime e Castigo**. Tradução de Carlos Heitor Cony. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KOSELLECK, R. **Crítica e Crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Eduerj; Contraponto, 1999.

_____. **Estratos do Tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, v. 1. Tradução de Regina Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Janne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011.

NASCIMENTO, M.; BORGES, L. **Clube de Esquina**. Emi-Odeon, 1972.



A NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA: O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM BUSCA DA TERRA EM MOÇAMBIQUE

Christoph Huber

Doutorando em Geografia. Bolsista do DOC da Academia Austríaca de Ciências no Instituto de Geografia, Universidade de Innsbruck, Áustria

Introdução

Ocorreu no Brasil um crescimento excepcional na produção agrícola nas últimas décadas, tornando-o um líder global de produção e exportação de várias *commodities* agrícolas (por exemplo, soja, milho, açúcar, carne, café, etanol, etc.). A importância econômica do setor do agronegócio (incluindo atividades industriais e de distribuição) mostra a contribuição de 23%-24% no PIB brasileiro (MAPA, 2017). O aumento da produção agrícola foi fortemente vinculado à integração das periferias brasileiras do Cerrado e da Amazônia desde a década de 1960, acompanhada pela enorme extensão espacial das terras agrícolas (de 150.531.000 hectares em 1961 para mais do que 283.546.000 hectares em 2016 – FAO 2018) e valorizada para uma agricultura modernizada. Esse foco no modo de produção do agronegócio é particularmente evidente no estado do Mato Grosso, onde o setor do agronegócio contribui com 50,5% do PIB do estado (IMEA, 2018).

A produção de *commodities* agrícolas está conectada às redes globais de produção, que são dominadas por *traders* e empresas agroquímicas transnacionais, resultando em uma forte dependência externa das regiões brasileiras ao agronegócio. Ao mesmo tempo, no entanto, surgiram também grandes produtores brasileiros e megaempresas do agronegócio brasileiro, incorporados verticalmente às redes globais de produção, cujos proprietários se tornaram as novas elites, ocupando importantes posições políticas, não apenas regionais, mas também federais.

As atuais estruturas socioeconômicas contribuem para uma concentração dos produtores em larga escala e, além disso, o agronegócio brasileiro, juntamente com o interesse geopolítico (OLIVEIRA, 2015), está, cada vez mais, ganhando controle sobre a terra nos países vizinhos da América do Sul e até mesmo em alguns países africanos. Enquanto alguns economistas neoclássicos veem o modelo do agronegócio brasileiro como um modelo de melhor prática de crescimento agrícola e apoiam a expansão do *know-how* e a transferência de tecnologia para outros países por meio de atores privados e estatais brasileiros, a proliferação de atividades brasileiras em investimentos/projetos de terras agrícolas está cada vez mais associada ao conceito de *land grabbing*, com os impactos socioambientais negativos.

Um caso ilustrativo em que essas visões diferentes sobre o agronegócio brasileiro se tornaram óbvias é o projeto ProSAVANA, em Moçambique, que começou em 2011. O ProSAVANA é um projeto trilateral entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão e foi inspirado no Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecer), implementado pela primeira vez em 1979. No entanto, a ideia de transformar o norte de Moçambique em uma combinação de apoio estatal estrangeiro (Brasil e Japão) e investidores privados em um espaço de produção agrícola semelhante ao Cerrado brasileiro ainda não foi realizada. Este artigo mostra, no caso do projeto ProSAVANA, que a complexa integração de redes de produção globais não pode ser facilmente replicada, especialmente quando contextos culturais, geográficos e históricos são ignorados.

O “modelo do Cerrado”

Desde a década de 1960, o Estado federal brasileiro tem impulsionado ativamente a expansão da produção agrícola por meio da extensão espacial das terras agrícolas para o interior brasileiro, orientada nas ideias da revolução verde. Esse desenvolvimento foi impulsionado por meio da implementação de políticas agrícolas baseadas em pesquisa agrícola (pela Embrapa) e pela difusão de inovações agrícolas por programas setoriais (por exemplo, Prodecer) e por programas de desenvolvimento regional (por exemplo,

Polocentro) (COY; NEUBURGER, 2002). Especialmente na fase inicial da integração de áreas periféricas do Cerrado e da Amazônia, o Estado federal desempenhou um papel central como facilitador da expansão agrícola. No entanto, na década de 1980, a expansão foi severamente prejudicada pela instabilidade econômica e pela hiperinflação, resultando em uma diminuição dos recursos públicos. Posteriormente, o Estado começou agir mais indiretamente, principalmente por meio de uma política de liberalização econômica e de ajustes estruturais, que tinha a intenção de fortalecer a integração do setor agrícola no mercado global. Essas novas condições estruturais favoreceram o estabelecimento de um modelo de agronegócio, resultando na mudança do poder regional dos atores estatais para as empresas transnacionais (IORIS, 2016).

A expansão agrícola no Cerrado brasileiro foi fortemente vinculada à ascensão da produção da soja, que hoje é cultivada em monocultura de grande escala, sendo a sua comoditização integrada em redes globais de produção. Os fatores para o rápido aumento do cultivo de soja são internos (nacionais) e externos. A pesquisa estatal (Embrapa) e a criação de novas variedades de soja, que foram adaptadas ao clima e aos solos tropicais, possibilitaram o cultivo de soja no Cerrado. Também importante foi a chegada de novos colonos, especialmente os do Sul. Os estados do Sul do Brasil foram as primeiras regiões do cultivo de soja e, portanto, para os migrantes do Sul, o cultivo de soja não era uma novidade. Devido à incorporação das novas regiões, grandes reservas de terra ficaram disponíveis e novos colonos puderam comprar, relativamente baratas, grandes áreas de terra. Os chapadões do Centro-Oeste, devido às suas amplas planícies, eram particularmente adequados para introduzir a agricultura mecanizada (COY; KLINGLER, 2011). Além disso, a conversão das áreas de Cerrado, que são mais rápidas de desmatar do que as florestas amazônicas, por causa da menor biomassa, foi extremamente rápida. Estima-se que o Cerrado brasileiro já tenha perdido mais de 50% de sua vegetação natural (BEUCHLE et al., 2015). O sistema nacional de monitoramento brasileiro do desmatamento do Inpe (2018) no bioma Cerrado mostra que em meados dos anos 2000

o desmatamento anual no estado de Mato Grosso estava bem acima de 5.000 km², com desmatamento acumulado entre 2001-2017 atingindo mais de 43.000 km² (ou seja, 16% do total de desmatamento no Cerrado nesse período).

Mais tarde, a expansão da soja foi catalisada cada vez mais por fatores externos. Novas técnicas de cultivo, como plantio direto, e sementes geneticamente modificadas (vendidas em pacotes com pesticidas) foram trazidas para o Brasil por empresas transnacionais, que ampliaram ainda mais as possibilidades de métodos agrícolas mecanizados, impulsionado pelo forte aumento da demanda mundial de soja, principalmente na produção de carne (WEIS, 2013). Somente uma pequena parte da soja é usada para a indústria de alimentos. Nos últimos anos, a soja tornou-se mais importante em termos de processamento em biodiesel. Por causa desses usos múltiplos, a soja é chamada de cultura flexível (inglês: *flex crop*) (BORRAS et al., 2015), o que a torna particularmente interessante para os *traders*, porque eles podem atender aos diferentes mercados dependendo das demandas atuais.

Nos últimos anos, a China tem contribuído para grandes mudanças nos padrões de demanda global, quando se transformou, na década de 1990, de exportador de soja para importador. Hoje, a China importa cerca de 60% do volume total de soja comercializada globalmente (BANCO MUNDIAL, 2018) e assim domina o mercado de demanda de soja.

A expansão da produção de soja no Cerrado brasileiro (e em menor parte também na Amazônia brasileira) contribuiu significativamente para que o Brasil se tornasse o segundo maior produtor de soja e o maior exportador mundial do produto. A ascensão da soja é particularmente evidente no estado de Mato Grosso, que é o estado brasileiro com a maior produção de soja – 9,2 milhões de hectares e 30,4 milhões de toneladas em 2017 – (IBGE, 2018).

As principais regiões de produção de soja em Mato Grosso podem ser divididas em quatro áreas: Chapada dos Parecis, BR-163, Vale do Araguaia e região sudeste, locais onde o modelo de agronegócio fortemente domina as estruturas espaciais. A produção agrícola no

agronegócio se diferencia consideravelmente da agricultura familiar. Os agricultores são substituídos por gerentes rurais, especializados em administração, muitas vezes com um mestrado acadêmico (OLIVEIRA, 2015). O novo tipo de agricultor não mora necessariamente no campo, mas nas cidades regionais de onde controla os processos de produção altamente técnicos (COY et al., 2020). O acesso ou o controle da terra é um fator-chave para o agronegócio e suas estratégias de expansão, especialmente porque o modo de produção do agronegócio está subjacente à lógica da expansão capitalista. Como consequência, a produção de soja é caracterizada pela alta absorção da terra e inevitavelmente resultou na concentração da terra pelos agricultores capitalizados e à exclusão dos pequenos agricultores.

Os atuais corredores de expansão espacial do cultivo da soja estão no norte de Mato Grosso, ao longo da BR-163, e também nas regiões mais ao norte; já no Pará, nas áreas que fazem parte do bioma Amazônia. Outra expansão da soja é observada no Vale do Araguaia, onde a conversão de pastagem em terra arável é um processo em andamento (BARROZO, 2020). Devido à orientação para exportação do agronegócio, os corredores de exportação são motores da expansão espacial da soja (HIGA; GATTI, 2020). As redes globais de produção de soja do agronegócio são controladas principalmente por empresas transnacionais. Grandes empresas agroquímicas e de sementes, como a Bayer (incluindo Monsanto), Syngenta (afiliada da ChemChina), DuPont e Basf, bem como *traders*, como ADM, Bunge, Cargill, Cofco e Louis Dreyfus, estabeleceram suas bases no Brasil, com principal foco econômico em Mato Grosso.

Apesar do domínio das empresas transnacionais, alguns produtores brasileiros também viraram grandes empresas de agronegócios. Essas empresas não são apenas grandes produtores, controlando 100.000 hectares de terra e mais, mas também conseguiram ganhar participação de mercado em redes globais de produção por meio da integração vertical (Amaggi, Bom Futuro, etc.). Os proprietários dessas empresas representam a elite econômica e tornaram-se uma forte influência política, não só em nível regional, mas também em nível federal (CASTILHO, 2012).

O “modelo do Cerrado”: solução para os problemas alimentares mundiais ou o motor para *land grabbing*?

O recurso de terra terá um papel crucial nas futuras questões alimentares mundiais, considerando que as estimativas da FAO (2009) supõem que a produção de alimentos deve aumentar cerca de 70% até 2050 para atender à demanda mundial. Embora as tendências projetadas da FAO esperem que a maioria (90%) do aumento da produção agrícola possa ser alcançada por meio da intensificação das terras aráveis existentes, também a área de terra arável precisa se expandir. Considerando que em alguns países do Norte Global a terra arável está em declínio, a FAO projeta um aumento necessário de 1.200.000 km² (mais do que o tamanho da Colômbia) de terras aráveis na África e América Latina. No entanto, acrescentar o aumento nos biocombustíveis, cujas áreas de produção estão em concorrência direta com as áreas de produção de alimentos, pode significar que muito mais terras agrícolas são necessárias (FAO, 2009).

A narrativa de alimentar o mundo até o ano 2050 começou a evoluir logo após os preços globais dos alimentos terem atingido um máximo histórico em 2008. Para resolver o problema alimentar global, os economistas neoclássicos se referem a exemplos de “melhores práticas” de nações emergentes, como o Brasil, que conseguiu um crescimento significativo na produção agrícola nas últimas décadas. Em 2010, o periódico inglês *The Economist* relatou sobre o “milagre do Cerrado” ao saudar a expansão territorial da produção agrícola na remota savana brasileira e o consequente crescimento na produção de grãos. De acordo com o artigo, o surpreendente desenvolvimento da antiga região pobre do Brasil, que se tornou um dos grandes celeiros do mundo, poderia ser um modelo para outras regiões do planeta, especialmente para países da África Subsaariana.

Outro exemplo da representação positiva da expansão agrícola no Cerrado brasileiro é o livro “Development for Sustainable Agriculture” (Desenvolvimento para a Agricultura Sustentável – (HOSONO et al., 2016) publicado por pesquisadores que participaram do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos

Cerrados (Prodecer, ver também acima). O Prodecer foi apoiado pelo Japão (Agência de Cooperação Internacional do Japão – Jica) e contribuiu consideravelmente para a expansão da produção do agronegócio com base na soja no Cerrado brasileiro. O programa começou em 1979 e teve duas fases subsequentes com o Prodecer II (iniciado em 1985) e o Prodecer III (iniciado em 1995 até 1999) e facilitou inovações tecnológicas e institucionais na expansão agrícola das áreas do Cerrado (HOSONO et al., 2016).

Os defensores do modelo de desenvolvimento agrícola do Cerrado veem nesse modelo de agronegócio não apenas uma história de sucesso econômico, mas, também, uma contribuição para a redução da pobreza, uma solução para problemas alimentares mundiais e até mesmo uma garantia para a paz mundial (RODRIGUES, 2018). Por essa perspectiva, é desejável exportar o mencionado modelo. Segundo Borlaug (2006), um dos mais importantes representantes da Revolução Verde e ganhador do prêmio Nobel, “a tecnologia do Cerrado ou uma similar a ela se moverá para os *llanos* da Colômbia e da Venezuela e, esperançosamente, para a África Central e Austral, onde os solos são semelhantes. Isso transformará dezenas de milhões de hectares anteriormente marginais para a agricultura em agricultura de alto rendimento” (BORLAUG, 2006, tradução nossa).

No entanto, existe também uma perspectiva oposta a essa percepção de desenvolvimento do Cerrado. Após a crise mundial de preços de alimentos em 2008, quando surgiu o debate sobre como alimentar o mundo em 2050, ONGs internacionais chamaram atenção para um aumento nas aquisições globais de terras, chamando esse fenômeno empírico de um “*global land grab*” (GRAIN, 2008). O termo *land grabbing*⁷¹ deve indicar que esses negócios de terras não são geralmente o resultado de uma transferência justa da terra e causam impactos negativos, como expulsão da população local e/ou destruição natural. Aspectos de segurança alimentar motivaram a primeira onda de aquisição de terras. Países que sentiram os efeitos

⁷¹ O termo não tem definição exata, e o conceito de *land grabbing* também não há tradução adequada em português (veja mais sobre essa discussão em Castilho et al. (2017) ou Sauer e Borras (2016))

do aumento dos preços dos alimentos em 2008 procuram caminhos para ser mais independentes dos preços globais dos alimentos e começaram a buscar formas de comprar ou de ganhar controle sobre a terra em outros países. Associados a essa prática estão países como China, Índia, Japão, Malásia, Coreia do Sul, Egito, Líbia e Estados do Golfo, Barein, Jordânia, Kuwait, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (GRAIN, 2008).

Além disso, o crescente interesse dos mercados financeiros em investimentos e especulações em terras agrícolas e cadeias de produção agrícola contribuiu também para as novas apropriações de terras. A desconfiança nos derivativos altamente arriscados após a crise financeira global em 2008 levou a um realinhamento das “coisas reais” nos mercados financeiros com expectativas de lucro de longo prazo (OUMA, 2016). O investimento em terras e produção agrícola, em particular, são vistos como investimentos seguros, devido a um aumento de demanda dos produtos agrícolas esperado no médio e longo prazo. Embora a aquisição de terras em nome da segurança alimentar tenha abrandado nos últimos anos, a expansão do agronegócio, apoiada por investimentos dos mercados financeiros, é agora a agenda dominante das aquisições globais de terra (GRAIN, 2016).

O foco principal na apropriação de terras é na África, mas é um problema global, como mostram os casos na Ásia, América do Sul e também na Europa Oriental (LAND MATRIX, 2018⁷²). Em particular, interessante é a origem dos investidores de tais negócios de terras (Tabela 4). Isso mostra que esses negócios de terras não só seguem as relações clássicas Norte-Sul, onde os investidores do Norte Global adquirem terras no Sul Global, mas cada vez mais o capital de investidores do Sul Global também está envolvido (RODRIGUEZ-LABAJOS et al., 2015). Como Hecht (2005, p. 391-392, tradução nossa) já mencionou: “o hábito de analisar fontes de capital como geralmente derivadas do ‘norte imperial’ precisa ser reformulado”.

⁷² Land Matrix é a plataforma mais ambiciosa para monitorar *global land grabs*. O autor reconhece também os problemas e a incerteza dos números (veja mais em Edelmann (2013), Hafner e Rainer (2017)), mas os números mostram tendências interessantes que valem a pena discutir.

Na base de dados do portal Land Matrix, o Brasil ocupa o quinto lugar em termos de origem dos investidores envolvidos em transações de terras agrícolas (considerando só investimentos concluídos). A participação de capital brasileiro é direcionada para terra nacional, mas também para terra no exterior⁷³.

Embora o Brasil seja visto como um país com ainda grandes áreas de terras agrícolas potencialmente disponíveis, devido à alta demanda por terras agrícolas brasileiras e aumento dos custos da terra, empresas/investidores brasileiros estão frequentemente procurando possibilidades de investimentos em países estrangeiros (CLEMENTS; FERNANDES, 2013). A influência brasileira é primariamente reconhecível no Paraguai, onde os brasileiros controlam entre 50% e 80% da cadeia produtiva de soja (TURZI, 2011). A alta posse de terra dos brasileiros no Paraguai está enraizada em um contexto histórico mais longo.

A concentração da terra nos anos 1970 nos estados do Sul do Brasil não apenas resultou na migração para as novas fronteiras no Centro-Oeste brasileiro, mas também na migração para o Paraguai. A produção de soja constitui a atividade econômica predominante dos emigrantes brasileiros (os chamados “brasiguaios”), que se estabeleceram principalmente próximos às áreas de fronteira (BLANC, 2014). Além do Paraguai, especialmente o agronegócio de soja no departamento de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, está sob a influência de brasileiros (DE LA VEGA-LEINERT; HUBER, 2019; MCKAY; COLQUE, 2016). Nem todas essas aquisições de terras são consideradas *land grabs*, mas as atividades brasileiras no exterior também têm sido cada vez mais ligadas a esse fenômeno. No banco de dados do *Land Matrix* estão listados casos de aquisições de terra com participação do capital brasileiro no Paraguai, Uruguai, Angola, Gana, Sudão, Moçambique e Zâmbia.

⁷³ O conceito de *land grabbing* não se limita aos investimentos estrangeiros.

Tabela 4: Os 10 principais países investidores no setor agrícola

ORIGEM DOS INVESTIDORES	HECTARES*
Malásia	6.326.974
Rússia	4.577.815
EUA	3.202.880
China	2.748.723
Brasil	2.601.496
Argentina	2.414.536
Chipre	2.143.361
Cingapura	2.093.947
Reino Unido	1.991.781
Arábia Saudita	1.932.455

Fonte: Land Matrix 2019, Banco de dados filtrado por investimentos em agricultura e investimentos concluídos - Acesso em: 29 ago. 2019)

* *Land grabs* definido pelo Land Matrix (1) implicam uma transferência de direitos de uso, controle ou propriedade da terra por meio de venda, arrendamento ou concessão; (2) foram iniciados desde o ano 2000; (3) cobrem uma área de 200 hectares ou mais; (4) implicam no potencial de conversão da terra da produção de pequenos produtores, uso da comunidade local ou serviços ecossistêmicos para uso comercial.

O projeto ProSAVANA

Um caso ilustrativo em que essas visões mútuas se encontram, de um lado os defensores do agronegócio e os críticos, que temem a expulsão da população local e, do outro, a devastação natural devido à proliferação do agronegócio, foi no projeto ProSAVANA em Moçambique.

Contexto da origem do projeto ProSAVANA

As origens do projeto ProSAVANA remontam aos anos posteriores à crise financeira e à crise mundial de preços em 2008 e à posterior discussão sobre como alimentar o mundo em 2050. Em 2009, uma reunião de cúpula do G8 (Alemanha, França, Itália, Japão, Canadá,

Rússia, Reino Unido e EUA) ocorreu na cidade italiana de L'Aquila, e no decorrer desse evento também foi planejado um diálogo com os países do G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Depois de graves crises globais, foram discutidos novos rumos nas políticas de desenvolvimento e também como os exemplos de melhores práticas de crescimento econômico dos países emergentes podem ser estendidos aos países desenvolvidos. Assim, a reunião foi uma etapa ideal para apresentar um novo projeto nipo-brasileiro em Moçambique, que se referiu às experiências do programa de cooperação de Japão e Brasil no Cerrado brasileiro (o projeto Prodecer acima mencionado). A ideia desse projeto baseou-se no simples pressuposto de que o norte de Moçambique está localizado nas mesmas latitudes que o Cerrado brasileiro e, por conseguinte, são dadas condições prévias semelhantes para a introdução de um agronegócio de larga escala como no Cerrado (Figura 18).

O surgimento do projeto ProSAVANA também deve ser visto com o aumento da atividade brasileira na África durante o governo Lula da Silva (2003-2011). O estabelecimento de novas relações Sul-Sul foi uma estratégia para cumprir as ambições do Brasil de desempenhar um papel maior em uma ordem mundial global em mudança. Parceiros tradicionais como Estados Unidos, Europa e Japão continuaram sendo parceiros importantes, mas, além disso, a integração com os países sul-americanos, novas alianças em escala global (por exemplo, com os chamados Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e cooperações com os países africanos foram intensificadas e estabelecidas.

A concertação nas relações Sul-Sul na África resultou em projetos de educação e saúde e também em laços econômicos mais fortes. Durante o governo Lula da Silva, as vendas brasileiras para os países africanos quintuplicaram (SEIBERT, 2009). No setor agrícola, o Brasil se apresentou como um especialista e se ofereceu a compartilhar o *know-how* com os países africanos. Os antigos projetos agrícolas brasileiros, tanto para agricultura familiar como para o setor de agronegócio, tornaram-se modelos para o engajamento do Brasil na África. O Instituto Nacional de Agricultura Embrapa

desempenhou um papel fundamental nas atividades agrícolas na África. Em 2006, a Embrapa África fundou a sua sede dentro do Conselho de Pesquisa Científica e Industrial em Acra. O estabelecimento da Embrapa África foi estrategicamente significativo para participações em importantes projetos agrícolas internacionais, como no projeto Cotton-4, e, ao mesmo tempo, criou canais potenciais para o agronegócio brasileiro entrar nos mercados africanos (AMANOR; CHICHAVA, 2016).

A promoção de relações políticas com os países africanos também resultou em investimentos de empresas da indústria, mineração, construção e logística. No caso de Moçambique, empresas brasileiras, como Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, etc., participaram de grandes projetos. Em 2004, a mineradora brasileira Vale obteve a concessão para a mina de Moatize, a maior mina de carvão em Moçambique, e começou a extração em 2011. Um corredor logístico para a exportação do carvão da mina de Moatize passa pelo corredor norte de Moçambique, o chamado Corredor de Nacala. A área do projeto do ProSAVANA funciona exatamente ao longo desse corredor logístico (Figura 19). A Vale também está envolvida no desenvolvimento de expansão desse corredor logístico, e a Odebrecht construiu um aeroporto internacional com crédito financeiro do BNDES em Nacala. Nesse contexto, o projeto brasileiro de interesse na agricultura ProSAVANA no norte de Moçambique também precisa ser visto no contexto desses projetos brasileiros de mineração e construção já existentes.

A estrutura institucional do projeto ProSAVANA

O projeto ProSAVANA começou oficialmente em 2011 e a área do projeto compreende 19 municípios em 3 províncias (Nampula, Zambezia e Niassa), em uma área de 107.000 km². O tamanho já indica que o ProSAVANA é mais um projeto de desenvolvimento agrícola territorial do que um único projeto de investimento. A coordenação é compartilhada pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação), Jica (Agência de Cooperação Internacional do Japão) e pelo Masa (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique). No

entanto, o ProSAVANA está estruturado em três projetos: o Projeto da Pesquisa (ProSAVANA-PI), o Projeto do Modelo de Desenvolvimento e da Extensão Rural (ProSAVANA-PEM) e o Projeto de Apoio ao Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola (ProSAVANA-PD). O ProSAVANA-PI visa a fornecer a base necessária para o desenvolvimento agrícola por meio de pesquisa agrícola. Para o Brasil, a Embrapa esteve envolvida durante a fase de pesquisa entre 2011-2015. O ProSAVANA-PEM desenvolve exemplos de melhores práticas com os agricultores locais, o que deve servir como um efeito multiplicador. Os parceiros brasileiros são a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Este subprojeto foi executado até 2019. No entanto, a parte mais importante do ProSAVANA é o Plano Diretor (ProSAVANA-PD) e sua implementação. É essa parte do projeto que chama mais atenção. O Plano Diretor já deveria ter sido concluído, mas devido à oposição de organizações da sociedade civil moçambicana e internacional contra os planos desse projeto, a criação do plano foi adiada.

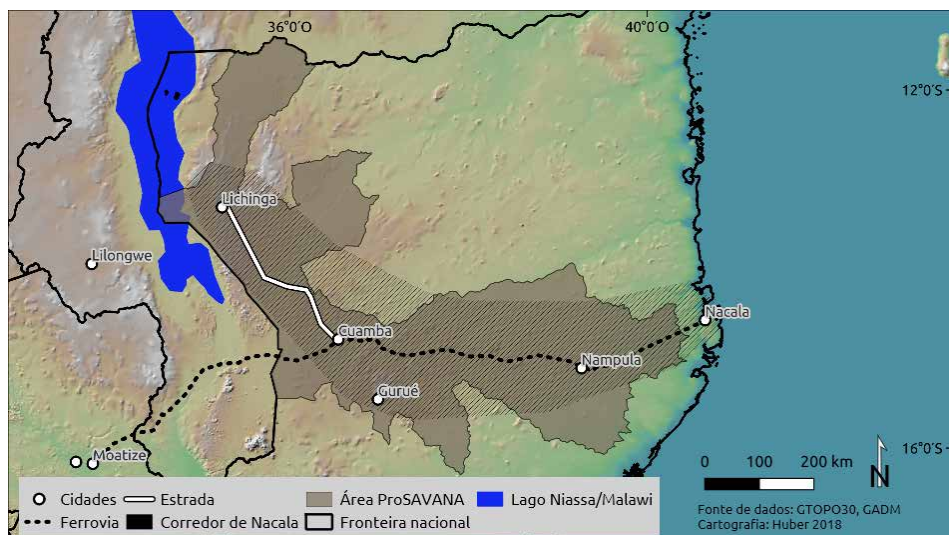


Figura 18: Comparação da localização: Cerrado e área do projeto ProSAVANA

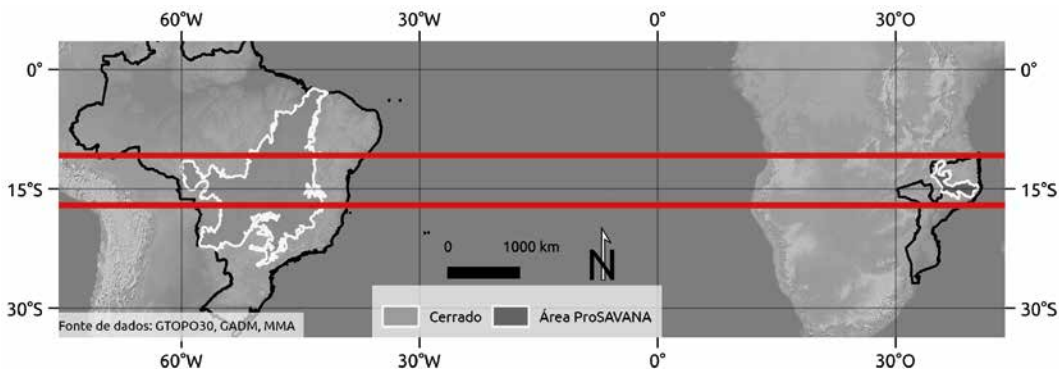


Figura 19: Mapa geral da área do projeto ProSAVANA

Resistência contra o projeto ProSAVANA

Em 2013, uma rede de organizações moçambicanas e internacionais formou resistência contra o ProSAVANA. O projeto, oficialmente declarado como programa de cooperação para o desenvolvimento, foi associado como uma plataforma potencial para a apropriação de terras porque desde o início estava estreitamente ligado ao setor privado do agronegócio, e as organizações locais da sociedade civil foram excluídas do processo do projeto. Para a elaboração do plano de desenvolvimento, o sócio brasileiro foi a FGV Agro, que está fortemente ligada ao setor privado do agronegócio brasileiro. Já antes do início oficial do ProSAVANA, foram organizadas visitas como a da delegação da CNA em 2010 ao norte de Moçambique para atrair potenciais investidores do agronegócio brasileiro. Outra evidência da tentativa de atrair investidores do setor de agronegócio brasileiro foi a conferência “Agronegócio em Moçambique – Cooperação Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento” em São Paulo, em 2011, e outras similares em Maputo. Além disso, o então coordenador da FGV Agro procurou, em uma carta publicada na Folha de São Paulo, investidores para a Savana moçambicana (RODRIGUES, 2011) e a FGV também criou um fundo (o Fundo Nacala) para investimentos em Moçambique.

Quando os movimentos e as organizações camponesas locais começaram a conhecer o ProSAVANA, a resistência surgiu. O alvo atingiu o seu pico quando um primeiro esboço do Plano Dire-

tor do ProSAVANA vazou em 2013. Para importantes organizações civis internacionais e moçambicanas, isso era a prova que o ProSAVANA tem um grande risco de apropriação de terras por meio de investimentos do agronegócio brasileiro. Além disso, a “história de sucesso” dos Cerrados brasileiros, que deve agora ser repetida no norte de Moçambique, foi desconstruída por uma contrarrepresentação da exclusão social de pequenos agricultores e do vasto desmatamento no Cerrado brasileiro. Surgiram novas redes internacionais de resistência. A Associação Camponesa de Moçambique (Unac), que faz parte da rede internacional Via Campesina, criou novos laços com movimentos e organizações brasileiras, como o MST e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Durante uma visita das associações de pequenos agricultores moçambicanos, Unac, e a Associação Rural de Ajuda Mútua (Oram) ao Mato Grosso, o problema da agricultura em grande escala que levou à expulsão de pequenos agricultores foi documentado no filme “ProSAVANA e face oculta do Prodecer”. Depois que o Plano Diretor do ProSAVANA se tornou público, uma carta assinada por organizações moçambicanas, japonesas, brasileiras e outras organizações internacionais (no total 83 organizações assinaram) com o pedido de parar o ProSAVANA foi entregue aos governos de Moçambique, Japão e Brasil. O movimento de resistência obteve sucesso considerável. Hanlon (2016), um dos principais investigadores em desenvolvimento em Moçambique, considera a campanha entre as de maior sucesso da sociedade civil em Moçambique. Devido à pressão de organizações civis internacionais e japonesas, o parlamento japonês aplicou uma suspensão temporária do ProSAVANA e iniciou uma investigação independente do projeto. Esses processos resultaram em uma revisão do Plano Diretor anterior. No entanto, o processo de revisão dividiu as sociedades civis moçambicanas. As organizações civis baseadas em Maputo não confiam no processo de revisão e não querem o ProSavana e, portanto, continuarão a fazer campanha, enquanto grupos no norte de Moçambique estão agora a trabalhar cautelosamente com a Jica para tentar criar algo que ajude as comunidades rurais locais.

O papel atual do Brasil no ProSAVANA

O Brasil praticamente não está envolvido neste processo de revisão. O País desempenhou um papel importante no ProSAVANA, principalmente por meio da participação da Embrapa, que deve levar o conhecimento agrícola brasileiro do Cerrado para Moçambique. A participação do Brasil na implementação do Plano Diretor de longo prazo deveria ter sido principalmente por meio do setor privado. No entanto, os investimentos não foram feitos. O ProSAVANA foi fundamentalmente mal orientado, porque o corredor de Nacala é muito diferente do Cerrado. Os solos são bons e a zona é densamente povoada (densidade populacional é 39 habitantes/km² na área do projeto do ProSAVANA. No estado de Mato Grosso a densidade populacional é 3,5 habitantes/km²), de modo que os grandes investimentos envolveriam deslocamentos de milhares de famílias (HANLON, 2016). Isso deu início aos protestos, que culminaram na campanha “Não ao ProSAVANA”. A resistência nacional e internacional contra o ProSAVANA foi certamente um fator para impedir os investidores.

No entanto, outra razão pela qual os investidores não investiram em Moçambique é porque esses investimentos representam riscos elevados, cujo sucesso econômico não se autoperpetua. Por exemplo, a FGV Agro criou o Fundo Nacala e esperava atrair investidores, mas não havia interesse, e o fundo foi fechado. Uma peculiaridade na legislação moçambicana é que a terra não pode ser comprada, mas só pode ser utilizada por meio de concessões por um prazo máximo de 50 anos. A população local, que já cultiva terras na região, tem o direito de usar a terra devido à lei consuetudinária, também sem documento de terra escrito. Essa situação legal quase sempre leva a conflitos de terra no decorrer de projetos agrícolas de grande escala. Além disso, as redes de produção regionais, não estão disponíveis. O maquinário agrícola e as demais infraestruturas para a fazenda, bem como os pacotes agroquímicos de sementes, fertilizantes e pesticidas, devem ser adquiridos em regiões distantes.

Outro aspecto é que a legislação moçambicana não permite transgênicos, como nas grandes áreas produtoras de soja no mundo são usados. Em termos de possibilidades de exportação de soja, há falta de infraestrutura de exportação adequada e uma ausência de *traders* transnacionais. A única participação brasileira (o surgimento dessa

fazenda foi independente do ProSAVANA) em uma grande fazenda de soja dentro da área do projeto do ProSAVANA não teve sucesso, e a empresa, que passou por processo de falência no Brasil, retirou-se das atividades em Moçambique. Os brasileiros estão envolvidos apenas como empregados, como técnicos ou agrônomos, nas poucas grandes fazendas de soja no Corredor de Nacala.

Além disso, a redução da participação do Brasil no ProSAVANA também foi ampliada devido à crise política e econômica no Brasil. Durante o governo Lula da Silva, as relações internacionais foram ativamente intensificadas. O surgimento do ProSAVANA remonta a essa época, embora a fase de implementação do Programa já tenha ocorrido durante a presidência de Dilma Rousseff, que buscou relações internacionais mais pragmáticas. A redução financeira e a diminuição do interesse econômico privado desmantelaram a ofensiva comercial e diplomática do Brasil na África. O orçamento dos programas de cooperação do governo brasileiro na África caiu 25% entre 2012 e 2015, e vários projetos foram paralisados (MELLO, 2015). Também o apoio da Embrapa África foi significativamente reduzido e a Embrapa abandonou escritórios permanentes e estações de pesquisa naquele continente.

Discussão

O fracasso da participação brasileira no ProSAVANA resultou de uma combinação de vários fatores. Em primeiro lugar, a ideia geral do projeto do ProSAVANA já era questionável e baseava-se em um processo de cima para baixo. A esperança de que a semelhança climática e natural poderia trazer a “história de sucesso” do Cerrado resultou em uma inobservância das outras especificidades regionais. Em segundo lugar, desconsiderando o contexto específico e excluindo a sociedade civil local no processo de implementação do projeto, criou-se uma forte resistência contra o ProSAVANA. Como resultado, possíveis investimentos em grande escala viraram assuntos críticos internacionais. Em terceiro lugar, além da resistência social, os investimentos agrícolas em grande escala no norte de Moçambique representam um grande risco econômico, principalmente devido à falta de infraestruturas agroindustriais e aspectos legais. E, por fim, as crises econômica

e política no Brasil contribuíram para uma diminuição significativa da participação em projetos de cooperação internacional.

O projeto ProSAVANA mostra que não é fácil replicar um modelo de desenvolvimento do agronegócio de determinada região em outra, como os defensores do modelo Cerrado assumiram. Além disso, independentemente do desenvolvimento do agronegócio nos Cerrados ser visto positivo ou negativo, modelos universais estão condenados ao fracasso, quando especificidades culturais, históricas e geográficas são ignoradas. O perigo da apropriação de terras não terminou em Moçambique, mas a situação mudou. A realidade econômica, a campanha contra o ProSAVANA e os renovados programas do governo moçambicano para garantir os direitos dos camponeses dificultam aos investidores as apropriações de terras em grande escala (HANLON, 2016).

REFERÊNCIAS

AMANOR, K.; CHICHAVA, S. South-South Cooperation, Agribusiness, and African Agricultural Development: Brazil and China in Ghana and Mozambique. **World Development**, v. 81, p. 13-23. 2016.

BANCO MUNDIAL. **Commodity Markets Outlook (October)**. Washington D.C. 2018.

BEUCHLE, R. et al. Land cover changes in the Brazilian Cerrado and Caatinga biomes from 1990 to 2010 based on a systematic remote sensing sampling approach. **Applied Geography**, v. 58, p. 116-127. 2015.

BLANC, J. Enclaves of inequality: brasiguaios and the transformation of the Brazil-Paraguay borderlands. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 145-158. 2014.

BORLAUG, N. **Cerrado**. 2006. Disponível em: <[https://www.worldfoodprize.org/en/laureates/20002009_laureates/2006_lobato_mcclung_paolinelli/cerrado/]. Acesso em: 31 out. 2018.

BORRAS, S. M. et al. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agropecuária puxa o PIB de 2017**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>>. Acesso em: 31 out. 2018.

CASTILHO, A. L. **Partido da Terra**. Como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo. 2012.

_____. O controle de terras por estrangeiros no Brasil. **Análise** 35. Friedrich Ebert Stiftung. 2017.

CESARINO, L. Brazil as an Emerging Donor in Africa's Agricultural Sector: Comparing Two Projects. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 4, n. 3, p. 371-393. 2015.

CLEMENTS, A. E.; FERNANDES, B. M. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 41-69. 2013.

COY, M.; NEUBURGER, M. Aktuelle Entwicklungstendenzen im landlichen Raum Brasiliens. **Petermanns Geographische Mitteilungen**, v. 146, n. 5, p. 74-83. 2002.

COY, M.; KLINGLER, M. Pionierfronten im brasilianischen Amazonien zwischen alten Problemen und neuen Dynamiken. Das Beispiel des „Entwicklungskorridors“ Cuiabá (Mato Grosso) – Santarém (Pará). **Innsbrucker Jahresbericht 2008-2010** (Innsbrucker Geographische Gesellschaft, 2011), p. 109-129. 2011.

DE LA VEGA-LEINERT, C. A.; HUBER, C. The Down Side of Cross-Border Integration: the case of deforestation in the Brazilian Mato Grosso and Bolivian Santa Cruz Lowlands. **Environment: science and policy for sustainable development**, v. 61, n. 2, p. 31-44. 2019.

EDELMAN, M. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 485-501. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Global agriculture towards 2050**. How to feed the world in 2050. Rome. 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAOSTAT Statistics Database**. 2018. Rome. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data>>. Acesso em: 31 out. 2018.

GRAIN. **Seized! The 2008 land grab for food and financial security**. Barcelona. 2008.

GRAIN. **The global farmland grab in 2016**. How big, How bad? (Against the Grain). Barcelona. 2016.

HAFNER, R.; RAINER, G. Resourcing salta. Viticulture, soy farming and the contested commodification of land. **Die Erde**, v. 148, n. 2-3, p. 121-133. 2017.

HANLON, J. **Comment on 'No to ProSavana' Victory**. Mozambique, News, Reports and Clippings. 2016. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/ProSavana_Victory-Mozambique_329-26June2016.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

HECHT, S. B. Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier. **Development and Change**, v. 36, n. 2, p. 375-404. 2005.

HOSONO, A.; ROCHA, C. M. C. da.; HONGO, Y. **Development for Sustainable Agriculture**. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro. 2018.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. **Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso**. 2018. Disponível em: <http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/R405_Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20MT_Portugu%C3%Aas.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Inpe divulga dados sobre o desmatamento do bioma Cerrado**. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/inpe-divulga-dados-sobre-o-desmatamento-do-bioma-cerrado>>. Acesso em: 31 out. 2018.

IORIS, A. R. Rent of agribusiness in the Amazon: a case study from Mato Grosso. **Land Use Policy**, v. 59, p. 456-466. 2016.

LAND MATRIX. **The Online Public Database on Land Deals**. Disponível em: <http://www.landmatrix.org/en/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MCKAY, B.; COLQUE, G. Bolivia's soy complex: the development of 'productive exclusion. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 583-610. 2016.

MELLO, P. C. Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África. **Folha de São Paulo**, v. 22, n. 03, São Paulo. 2015.

OLIVEIRA, G. de L. T. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 348-372. 2015.

OUMA, S. From financialization to operations of capital: historicizing and disentangling the finance-farmland-nexus. **Geoforum**, v. 72, p. 82-93. 2016.

RODRIGUES, R. Agricultura. PINSKY, J. (Ed.): **Brasil: o futuro que queremos**, p. 203-222. 2018.

RODRIGUEZ-LABAJOS, B.; TEMPER, L.; ARGÜELLES, L. Die neuen Akteure im Kampf um Land. Warum globale Umweltkonflikte zunehmen und wie traditionelle Subsistenzwirtschafts zerstört wird. **Atlas der Globalisierung: weniger wird mehr**, p. 70-71. 2015.

SAUER, S.; BORRAS, S. M. „Land Grabbing“ e „Green Grabbing“: uma leitura da „corrida na produção acadêmica“ sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária** (edição especial), p. 6-42. 2016.

SEIBERT, G. Brasilien in Afrika: globaler geltungsanspruch und rohstoffe. **Giga - Focus Afrika 2009**, n. 8, p. 1-8. 2009.

THE ECONOMIST. The miracle of the cerrado. **The Economist**, 26-08-2010, Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16886442>>. Acesso em: 31 out. 2018.

TURZI, M. The soybean republic. **Yale Journal of International Affairs**, v. 6, n. 2, p. 59-68. 2011.

WEIS, T. The meat of the global food prices. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, p. 65-85. 2013.

PARTE II:
BR-158
VALE DO ARAGUAIA



INTRODUÇÃO – NORTE DO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE: EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO

João Carlos Barrozo

Doutor em Sociologia, professor do PPGHis / UFMT, pesquisador associado da UFMT, coordenador e pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (Neru) e professor visitante (PVNS) da Unir, campus de Rolim de Moura, Rondônia

Paulo Sergio Delgado

Doutor em Antropologia, professor do PPGAS, Supervisor do Museu Rondon Etnologia e Arqueologia e pesquisador do Neru

O agronegócio se instalou no eixo da BR-158, que atravessa a região conhecida como Araguaia de Mato Grosso, no final da década de 1960, atraído pelas políticas de incentivos promovidas pelo Governo Federal. Naquele momento, o agronegócio era representado pelas empresas agropecuárias que ocupavam grandes áreas de terras no Araguaia para a criação de bovinos, no sistema extensivo. A partir do início da década de 2000, as culturas de soja e milho em grande escala começaram a se expandir nos municípios de Água Boa, Canarana e Querência, no sul da região e, nos últimos anos, essas culturas avançaram em direção ao norte da região, ocupando áreas das antigas fazendas de gado e desmatando áreas de Cerrado. Atualmente, quase todos os municípios do médio e norte Araguaia têm culturas de soja e milho, sendo que nas novas áreas de cultivo no início a produtividade é inferior às outras áreas de Mato Grosso, mas depois de alguns anos, o cultivo atinge altos índices de produtividade.

Antes dessa expansão, no início da década de 1940, a Expedição Roncador-Xingu abriu uma picada interligando Aragarças a Xavantina, à margem do Rio das Mortes. Foi a primeira estrada no Araguaia. Ao norte de Xavantina havia apenas três povoados (São Félix, Mato Verde e Santa Terezinha), os quais dependiam exclusivamente do Rio Araguaia para se comunicar com outras localidades. Ao longo dos anos foram abertas

novas estradas interligando os povoados que se constituíram na região, mas eram estradas precárias, que se transformavam em atoleiros no período das chuvas. Recentemente, com a chegada da soja, chegaram os empresários, que pressionaram o governo para asfaltar a estrada. Com o asfalto e algumas pistas de pouso para pequenas aeronaves, o Araguaia de Mato Grosso pode se comunicar com o Pará e Tocantins e com o Sul e Sudeste. A produção de soja e milho da região é exportada pelo Pará e Maranhão e pelos portos do Sudeste incorporando-se ao mundo globalizado. Essa incorporação cria dependência em relação às oscilações do mercado, das bolsas de mercadorias e de valores.

A apropriação do espaço para a instalação de grandes empreendimentos do agronegócio no Araguaia de Mato Grosso transformou e/ou criou um novo espaço. O desmatamento da floresta e do Cerrado, o uso generalizado e intensivo do solo, a introdução de novas sementes e culturas, o uso de máquinas pesadas, de agrotóxicos e de novas tecnologias não só transformaram o espaço como causaram um grande impacto ambiental, social e econômico naquela região. Esse reordenamento do espaço pelos novos empresários provocou a desorganização e/ou destruição do espaço anteriormente organizado pelas populações originais do Araguaia (indígenas e não indígenas). Essa reorganização e destruição estão diretamente relacionadas à expansão do agronegócio na região, o qual, por meio do desmatamento da floresta e do Cerrado, destrói parte da biodiversidade, contamina os solos e mananciais de água e expulsa as populações tradicionais.

A região norte do Araguaia, que antes era território de populações indígenas, disputado por diferentes povos, passa a ser percorrida, explorada e ocupada por não índios, os quais buscavam terra para plantar e morar, para pequenas criações de gado, a floresta para o extrativismo, ouro para garimpar e outras formas de uso da terra e da natureza. Porém, na segunda metade do Século XX, novos agentes sociais entram em cena com o avanço estimulado pela “Marcha para Oeste” e intensificado pelos governos militares e pelos incentivos fiscais oferecidos para as empresas agropecuárias se instalarem na região. Nesse contexto, ocorreu a apropriação de grandes extensões de terra como propriedade privada, muitas delas por meio de falsificação de títulos – os

grilos – ou pela tomada de posse e expropriação de grupos indígenas, sertanejos, agricultores, criadores de gado e outros agentes sociais.

Nas décadas de 1980 a 2000, os povoados de Mato Verde, São Félix do Araguaia e Santa Terezinha foram emancipados, tornando-se sedes de novos municípios. A partir das primeiras décadas do Século XXI, com o avanço da agricultura moderna e do agronegócio, novas cidades foram criadas. Dessa forma, a região norte do Araguaia mato-grossense conta atualmente com 14 municípios cujos limites geográficos se sobrepõem aos territórios indígenas e às terras de uso comum. As divisas municipais atravessam áreas demarcadas, como Terras Indígenas (TI), Unidades de Conservação (UC) e de propostas de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

O discurso dos promotores do agronegócio propaga a ideia de que este promove o “progresso”, criando na população a expectativa de que a situação econômica e social da população local vai melhorar. Porém, sabemos por analogia o que ocorreu em outros lugares de Mato Grosso, onde a soja se tornou uma cultura dominante, que o seu cultivo em grandes áreas causa sérios impactos ambientais, sociais e econômicos, concentração fundiária e concentração da riqueza e renda, ou seja, o “progresso” não é para todos, ou melhor, é para poucos.

Os novos atores são os técnicos, os empresários do agronegócio, e ligados ao complexo de carne e grãos, como os compradores de soja, vendedores de agrotóxicos, adubos, máquinas e implementos agrícolas, operários especializados na construção de silos, e os administradores e donos das empresas. Os agentes sociais que chegaram antes, como posseiros, pequenos sítiantes e indígenas, estão encurralados ou migraram para as cidades, ou ainda para uma nova fronteira, aonde o agronegócio ainda não chegou.

Até recentemente, as estradas da região eram quase todas com pavimento de terra encascalhadas, de modo que no período da estiagem havia muita poeira e nas chuvas havia buracos, lama e atoleiros. A rodovia BR-158, que interliga Barra do Garças a Vila Rica, foi asfaltada recentemente, porém, o trecho que corta a Terra Indígena Marãiwatsédé permanece com o pavimento de terra, até ser decidido o seu traçado definitivo. O processo de produção do espaço no Araguaia está relacionado à chegada

dos forasteiros. Os migrantes vieram do Pará, Goiás e Maranhão, depois as agropecuárias, com os funcionários administrativos e os peões para abrir a mata e executar o trabalho braçal. Nos últimos 10 anos, o agronegócio, liderado pela cultura da soja, está redefinindo o espaço no Araguaia.

Com algumas especificidades, as três microrregiões do Araguaia sofrem um processo de ocupação e expansão do agronegócio semelhante ao processo ocorrido no norte de Mato Grosso e no Chapadão dos Pareci. A principal diferença é que o Araguaia tem uma população tradicional significativa, indígenas e migrantes, que até recentemente viviam predominantemente para o autoconsumo.

A expansão do agronegócio na Microrregião Norte do Araguaia ocorreu três décadas depois da expansão do agronegócio nas terras situadas no eixo da BR-163. No Araguaia, a infraestrutura e o asfaltamento da BR-158 ocorreram muito tempo depois da BR-163, assim como o processo de consolidação das cidades que, no eixo da BR-163, tiveram como motor os projetos de colonização, públicos e privados, que reconfiguraram a região.⁷⁴

A produção de soja, milho, carne bovina e algodão no Araguaia ainda é menor que a dos municípios situados às margens da BR-163, mas a produtividade tem aumentado, de acordo com os dados oficiais do IBGE analisados por Barrozo e Rosa (2017)⁷⁵.

O avanço do agronegócio sobre novas áreas é fruto, sobretudo, de uma estratégia de maximização de lucros e expansão de grupos econômicos oriundos de outras áreas de plantio e/ou criação de gado em Mato Grosso, sobretudo aqueles situados às margens da BR-163. Esses grupos econômicos e investidores individuais ou coletivos têm se apropriado de áreas de terras utilizadas pela pecuária extensiva,⁷⁶ transformado o espaço através do plantio de áreas extensas de soja e

⁷⁴ Projetos de Colonização mais importantes no eixo da BR-163: Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Terra Nova, Alta Floresta e Guarantã do Norte (Peixoto de Azevedo).

⁷⁵ BARROZO, J. C.; ROSA, J. C. O norte do Araguaia mato-grossense como uma nova fronteira de expansão da soja (2000 a 2015). *Diálogos Latino-americanos*, v. 26, p. 172-188, 2017.

⁷⁶ Os sojicultores que estão migrando para o Araguaia estão comprando antigas fazendas de gado que se instalaram naquela região nas décadas de 1970 e 1980, com incentivos da SUDAM (BB e BASA).

milho, bem como com a prática do confinamento de gado bovino, por vezes, dentro de uma única propriedade.

Destaca-se, também, como estratégia dos atores do agronegócio, a prática do arrendamento de grandes extensões de terras para plantio e/ou criação de gado bovino, com o reaproveitamento de áreas degradadas pela pecuária extensiva com o objetivo de investir capital na mecanização e em tecnologia de produção e não na compra de terra, sobretudo em áreas de litígio como em parte significativa do norte do Araguaia. Tais arrendamentos também adentram as bordas de assentamentos rurais de agricultores familiares que consideram mais proveitosa a obtenção da renda da terra através do arrendamento do que pelo investimento em produção e criação de animais.

Em contraposição, existem áreas onde diferentes modelos e práticas agroecológicas e agroflorestais estão sendo implementados por outros atores, com uma lógica de uso da terra sem prejuízo para a natureza, mas que encontram dificuldades para a comercialização de produtos, e as contaminações por agrotóxicos trazidos pelo vento depois das pulverizações por meio de aeronaves agrícolas utilizadas nas grandes lavouras de soja e milho.

Reafirmando o que foi dito anteriormente, o espaço do norte Araguaia mato-grossense foi configurado por meio da apropriação da terra e da natureza por diferentes agentes sociais, com a delimitação de novos municípios, cujos territórios se sobrepõem às Terras Indígenas (TI), Unidades de Conservação (UC) e outras formas de domínio da terra para além da propriedade privada. Essa situação resulta em diferentes conflitos socioambientais, como a desintrusão dos não índios do distrito do Posto da Mata em 2012, cujas terras foram demarcadas como TI Marãiwatsédé, ou ainda, como o “estado de sítio” no qual se encontrou Luciara em 2013, motivado pela proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho que englobaria parte do território daquele município.

Diante desse processo de apropriação da terra e da natureza, novas pesquisas são necessárias para a compreensão da historicidade desse processo e de suas peculiaridades, de modo que essa parte do livro apresenta algumas contribuições de análises e reflexões sobre alguns elementos e casos que compõem esse amplo processo.



PERCURSO DO GADO: DO VALE DO SÃO FRANCISCO AO VALE DO ARAGUAIA

João Carlos Barrozo

Doutor em Sociologia, professor do PPGHis / UFMT, pesquisador associado da UFMT, coordenador e pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (Neru), professor visitante (PVNS) da UNIR, campus de Rolim de Moura, Rondônia

O nordeste de Mato Grosso, classificado pelo IBGE como Microrregião Norte do Araguaia, está distante de Cuiabá e é pouco conhecido. Desde os bandeirantes, os governantes de Mato Grosso se voltaram para o Pantanal e para o vale do Guaporé, interessados nas riquezas minerais dessa região e preocupados com a fronteira com os espanhóis. O Araguaia, situado a leste de Cuiabá, ficou relegado ao esquecimento até as primeiras décadas do Século XX.

Até o final da década de 1950, o município de Barra do Garças, situado no Alto Araguaia, tinha um território com quase 200 mil quilômetros quadrados, desconhecido pela própria população daquela região. O ponto mais avançado ocupado por populações não indígenas ao norte de Barra do Garças era Xavantina, base da Expedição Roncador Xingu. O espaço situado ao norte de Xavantina, entre o Araguaia e o Xingu, era o território de várias etnias indígenas.

No extremo norte do Araguaia, além das populações indígenas, tinha os povoados de Santa Terezinha, Luciara, São Félix do Araguaia e Santo Antônio do Rio das Mortes, nos varjões do Araguaia. Esses povoados não tinham ligação alguma com Cuiabá, mas apenas com Goiás e o sul do Pará, por intermédio do Rio Araguaia. Esses povoados foram constituídos por migrantes paraenses e maranhenses e, posteriormente, por goianos a partir da década de 1930. Os paraenses trouxeram os primeiros bovinos para criar nos pastos nativos dos varjões.

No final da década de 1960 e nas décadas de 1970 e 1980, os empresários paulistas, donos das agropecuárias do Araguaia, levaram para a região milhares de cabeças de gado nelore. A partir da década

de 1980, o PRONAF incentivou e financiou gado bovino nos assentamentos rurais do INCRA.

A seguir veremos como os primeiros rebanhos de gado bovino, para chegar aos povoados do norte do Araguaia, em Mato Grosso, percorreram um longo e demorado percurso.

As fazendas de gado no sertão do São Francisco

As primeiras cabeças de gado bovino chegaram ao Recôncavo Baiano no Século XVI, trazidas da Península Ibérica e das ilhas dos Açores e Cabo Verde pelas caravelas portuguesas (SILVA et al., 2012). A partir do Recôncavo Baiano, o gado foi levado para o sertão, até chegar ao Vale do Rio São Francisco, onde havia pastagens naturais. Em Pernambuco, a pecuária bovina estava associada aos engenhos de açúcar, com o objetivo de fornecer animais para tração e para produção de carne.

Capistrano De Abreu (1998, p. 137), referindo-se à extensão das terras ocupadas pelo gado vacum e pelo tamanho do rebanho no sertão, diz que

[...] estende-se o sertão da Bahia até a barra do Rio São Francisco; [...]. Os currais da parte da Bahia estão postos na borda do Rio São Francisco, na do Rio das Velhas, [...] na do Rio Vasa Barris, na do Rio Sergipe [...], por informação tomada de vários, que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais [...].

Continuando, o autor faz referência ao número de currais em Pernambuco e no vale do Rio São Francisco.

[...] os currais hão de passar de oitocentos; e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas para o fornecimento das fábricas dos engenhos desde o Rio São Francisco até o Rio Grande [...]; as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia [...]. As cabeças de gado da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco, [...].

No sertão, onde as condições eram muito adversas, ao longo de dois séculos, o gado bovino sofreu um processo de seleção natural, do qual se originaram as raças sertanejas que se adaptaram às condições naturais. Entre estas destacam-se o “Curraleiro” e o “Pé duro” (SILVA et al., 2012).

O Curraleiro e o Pé Duro caracterizam-se pela resistência e adaptação ao *habitat* extremamente adverso e pela pouca produção de carne. No Século XVIII, o produto de origem bovina de maior valor, no sertão nordestino, era o couro (ABREU, 1998).

No sertão, tudo era fabricado com couro: a porta das cabanas, os leitos, as cordas, o cantil, o alforje e as bainhas de facas. Para enfrentar a Caatinga, os vaqueiros têm o costume de se vestirem de couro: calças, gibão, cinturão, alpercatas e chapéu (ABREU, 1998).

Além da indústria do couro, associada à pecuária, desenvolveu-se uma indústria artesanal de processamento da carne salgada e seca (carne-seca, carne de sol, charque) com o objetivo de conservá-la e para facilitar o transporte, no lombo de muares (SILVA et al., 2012).

Com o crescimento dos rebanhos, os criadores de gado avançaram pelas várzeas do São Francisco, em direção ao interior, até onde havia campos de pasto nativo. Segundo Abreu (1998, p. 137),

O Rio São Francisco, [...] desde a sua barra que faz no mar junto à vila de Penedo, [...] tem às suas beiras várias povoações, umas mais chegadas, outras mais distantes do dito rio; e na mesma forma se vão continuando por ele acima, [...] até se ajuntarem na barra que nele faz o Rio das Velhas, em cuja altura se acham hoje as últimas fazendas de gados de uma e outra banda do dito Rio São Francisco, [...].

A necessidade de mais pastos levou os criadores a transpor o Rio São Francisco, ocupando as áreas de pastos nativos no sul do Piauí. Em 1730, os criadores de gado, vindos da Bahia, atravessaram o Rio Parnaíba, “[...] adentrando o Maranhão pela região de Pastos Bons, no sudeste do estado” (ALMEIDA, 2007, p. 10, apud BEZERRA, 2018, p. 70). Segundo o mesmo autor, até o Século XIX, a região de Pastos Bons era domínio dos fazendeiros.

Abreu (1998, p. 212) registra que em 1751 já havia 44 fazendas de gado em Pastos Bons, de onde, a partir de 1806, partiram as primeiras expedições em direção ao vale do Rio Tocantins, à procura de novas áreas de pastagem nativa (“pastos naturais”) com o objetivo de expandir a pecuária.⁷⁷

A fundação de Imperatriz, em 1852, por militares e criadores de gado, aliados de Frei Manoel Procópio, às margens do Rio Tocantins, no limite com a floresta amazônica, possibilitou a implantação dos últimos currais, ocupando os campos nativos propícios à criação de gado no sul do Maranhão (BEZERRA, 2018, p. 74). Outro grupo de criadores desceu pelo Rio Tocantins em direção ao norte, chegando até Imperatriz, no Maranhão, limite dos campos naturais com a floresta amazônica, área de transição entre a vegetação do Cerrado, da Catinga e a floresta.

Segundo Franklin (2008, p. 39, apud BEZERRA, 2018, p. 74) [...] até a última década do Século XIX, a economia da Vila de Imperatriz esteve baseada fundamentalmente na criação de gado”. Netto (1979, p. 141 apud BEZERRA, 2018, p. 72) corrobora a afirmação de Franklin (2016), acrescentando que o gado dessa região era comercializado no Pará e em Goiás, sendo conduzido em comitivas de milhares de cabeças, em viagens que podiam demorar muitas semanas. No final do Século XIX e início do Século XX, a “estrada do boi” interligava o sul do Maranhão, o norte de Goiás e o sudeste do Pará, por onde transitavam as comitivas de gado (VELHO, 1972).

O avanço das fazendas de gado em direção aos campos nativos no vale do Rio Tocantins foi barrado durante várias décadas pelos índios Gaviões, que ocupavam aquele território. Porém, a aliança entre fazendeiros, comerciantes, governo e parte da Igreja selou o extermínio dos Gaviões abrindo caminho para a expansão das fazendas de gado naquela região (BEZERRA, 2018, p. 82).

⁷⁷ As frentes pastoris tiveram origem no litoral da Bahia e de Pernambuco. Os criadores adentraram o sertão desses dois estados seguindo para oeste pelo vale do Rio São Francisco. Embora o avanço fosse lento, chegaram ao Rio Parnaíba, adentrando os pastos nativos do sudeste do Maranhão. Quase um século depois, essa frente se movimentou ao longo do Tocantins em direção ao norte de Goiás e sudeste do Pará.

O avanço da frente de expansão pastoril, a partir do sul do Maranhão, em direção ao norte de Goiás e sul do Pará, foi favorecido pela existência dos campos de pastagens nativas, que “direcionaram o avanço das frentes de ocupação” territorial no Maranhão, no norte de Goiás e sul do Pará. Nessa mesma época, grupos de criadores do sul/sudeste do Maranhão, desceram o Rio Tocantins até Itacaiúnas, no Pará, onde encontraram os campos de Conceição do Araguaia (VELHO, 1972, p. 29).

Essa “frente pastoril”, constituída predominantemente por maranhenses, se expandiu durante o Século XIX, transpondo o Rio Tocantins e ocupando os “campos naturais” nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia, no norte de Goiás. Segundo Velho (1972 p. 17), “[...] o caráter dessa frente pecuarista tornava-se inseparável dos campos naturais”.

Outros grupos de criadores atravessaram o Rio Araguaia, no norte de Goiás, “[...] entrando no estado do Pará, ao sul de Itacaiúnas, ocupando os campos da Barreira, onde se encontravam os últimos campos naturais no Pará, próximo de Pau d’Arco, que deu origem a Conceição do Araguaia” (VELHO, 1972, p. 30).⁷⁸

Os criadores de gado “pioneiros”, ao contrário do que pensavam, não encontraram grandes áreas de pastos nativos no sul do Pará. Mas, em compensação, no final do Século XIX, eles descobriram os seringais nativos (seringueiras e caucho) no entorno de Itacaiúnas. A descoberta da “borracha” estimulou uma corrente migratória para essa região (VELHO, 1972), a qual atraiu migrantes sobretudo do semiárido nordestino, os quais foram para o Itacaiúnas “em busca do Eldorado”.

Os seringais nativos naquela região foram descobertos em 1897, dando início à exploração do látex (borracha), da seringueira e do caucho, em torno de Itacaiúnas. Ainda no final do Século XIX desenvolveu-se naquela região a exploração da castanha (CARVALHO, 2000, apud BEZERRA, 2018). A limitação dos pastos nativos e a concorrência

⁷⁸ Coudreau (1897, p. 70) registrou o rebanho bovino em Conceição do Araguaia (2.500 cabeças) em 1897.

da exploração da borracha não permitiram que a pecuária tivesse um grande desenvolvimento no Itacaiúnas naquele período (CARVALHO, 2000, apud BEZERRA, 2018).

Na primeira década do Século XX (1911), durante o “boom” da borracha, Conceição do Araguaia tinha “[...] uma população de seis mil almas, e seu território contava mais de quinze mil habitantes, espalhados pelas beiras dos rios, nos campos e nas matas que se estendem em direção do Xingu” (AUDRIN, 1963, apud VELHO, 1978, p. 62).

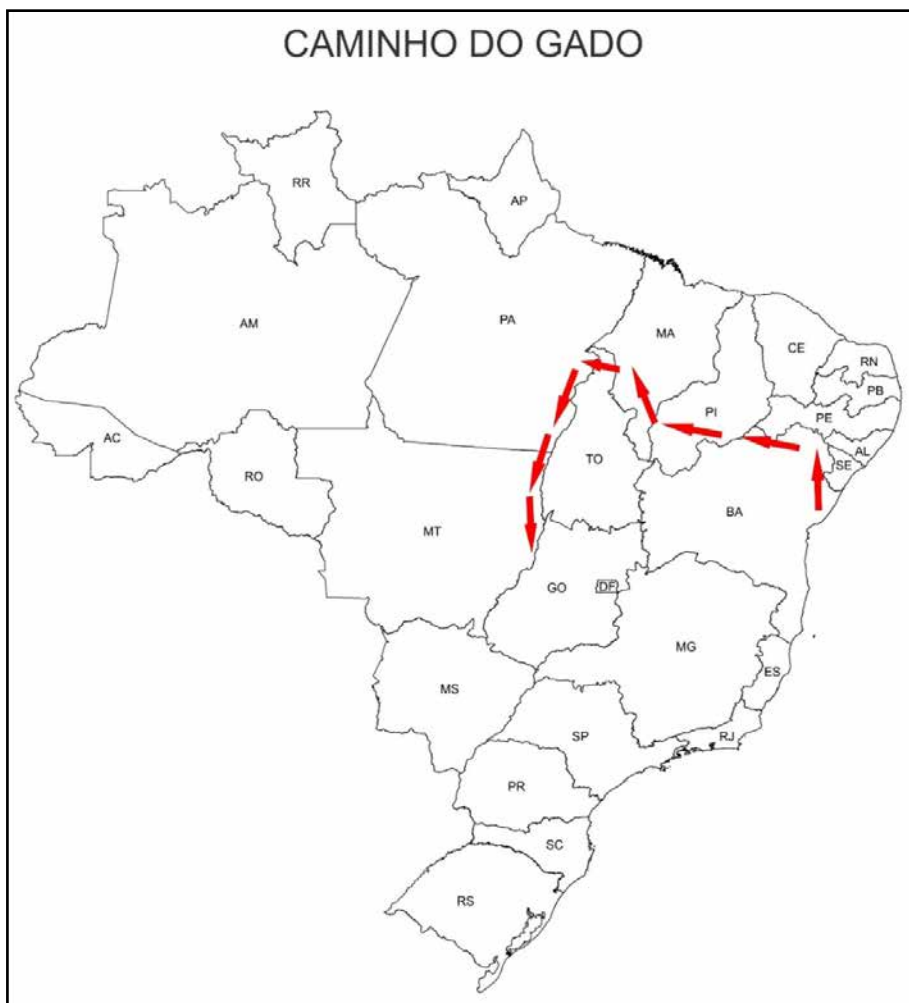


Figura 20: Rota do deslocamento do gado bovino para o Norte do Araguaia de Mato Grosso.

Fonte: Atlas Geográfico, com adaptação de SCCOTI, Anderson A.Volpato.

Com o “boom da borracha”, no final do Século XIX, a população de Conceição do Araguaia cresceu rapidamente (IANNI, 1978). Tal como nos garimpos, a descoberta da borracha atraiu milhares de trabalhadores do Maranhão, de Goiás, do Pará e de outros estados do Nordeste para Conceição do Araguaia.

Porém, a “febre” da borracha, como as outras “febres”, foi passageira. A partir de 1914, ocorreu a crise do comércio da borracha e a consequente desestruturação da economia dos povoados do sul do Pará, particularmente de Conceição do Araguaia, que se destacava como centro comercial da borracha e da castanha. A redução da demanda do látex da seringueira levou à desmobilização de milhares de seringueiros.

A população do município de Conceição do Araguaia que, em 1920, era de 11.000 habitantes, foi reduzida a 4.714 habitantes em 1940 (IANNI, 1978).

Após a crise da borracha no início do Século XX, houve um relativo desenvolvimento da pecuária no sul do Pará, substituindo a borracha na economia local e regional. Com a decadência da borracha, os fazendeiros e criadores de gado substituíram os seringalistas no sul do Pará. Porém, o desenvolvimento da pecuária, atividade econômica que demanda grandes áreas e emprega poucos trabalhadores, expulsou centenas de famílias de lavradores do sul do Pará.

Das fazendas de gado de Imperatriz para os seringais de Marabá

Descendo de barco pelo Rio Tocantins a partir de Imperatriz era possível chegar ao povoado de Itacaiúnas, situado a um pouco menos de 300 quilômetros de distância. Em meados do Século XIX, Itacaiúnas, na confluência do Rio Itacaiúnas com o Rio Tocantins, era um pequeno povoado, cujos moradores viviam da agricultura de subsistência e de pequenas criações de gado. A descoberta de seringais nativos na floresta próxima de Itacaiúnas desencadeou um fluxo migratório extraordinário para as matas no interior do povoado. Os migrantes vieram de outros lugares do Pará, do norte de Goiás, do Maranhão e, sobretudo, de Imperatriz, onde a principal atividade econômica era a criação de gado bovino. As roças e fazendas perderam muitos trabalhadores que foram para os seringais. O “ciclo” da borracha foi até a

primeira década do Século XX, quando, devido à redução drástica da demanda internacional, os seringais foram abandonados. Mas antes da “derrocada” do ciclo da borracha, muitos seringueiros se deslocaram para o extrativismo da castanha, na mesma região de Marabá. Parte dos empresários da borracha passaram a desenvolver a pecuária nos campos nativos da região e várzeas do Araguaia. O extrativismo da castanha deu uma sobrevida à economia do sul do Pará. Com a “decadência” da borracha e da castanha, milhares de trabalhadores voltaram para Imperatriz, reativando a pecuária e a agricultura (AUDRIN, 1963; COUDREAU, 1897; IANNI, 1979; VELHO, 1972).

Fugindo da crise da borracha no Pará para o Araguaia de Mato Grosso

Uma parte dos que migraram do sul do Pará nas primeiras décadas do Século XX (1920) se encaminhou para o vale do Araguaia no nordeste do estado de Mato Grosso. Esses migrantes se deslocaram principalmente através do Rio Araguaia, viajando em batelões de madeira, impulsionados por remos e pela zinga, à época da estiagem. A viagem até Mato Verde demorava em torno de 30 dias (BARROZO, 2018).

O povoado de Furo de Pedra era um ponto de referência para quem viajava do sul do Pará para o norte de Mato Grosso.

Segundo Esterici (1987, p. 13),

[...] o primeiro ponto alcançado pelos camponeses [...], por volta de 1910, foi o chamado Furo de Pedras, durante muito tempo o posto mais importante para os barqueiros que cruzavam o médio Araguaia trazendo sal, tecidos e óleo, e levando, em troca, peles de animais.

Alguns migrantes foram para os garimpos de Baliza, em direção às cabeceiras do Araguaia. Outros grupos, constituídos por famílias, se estabeleceram em lugares ao longo do Rio Araguaia, no estado de Mato Grosso, onde constituíram os primeiros núcleos que foram os embriões dos povoados de Lago Grande, Crisóstomo, Santa Terezinha, Mato Verde, atual Luciara (1934), São Félix do Araguaia (1942) e Porto Alegre do Norte (1946), à margem do Rio Tapirapé (SOARES, 2004).

Na década de 1950, foram constituídos os povoados de Canabrava, no sertão, e Santo Antônio, na confluência do Rio das Mortes com o Rio Araguaia (ESTERCI, 1987).

Em 1939, Wagley passou pelo povoado de Furo de Pedra, sobre o qual fez o seguinte comentário:

Em 1939, Furo de Pedra era um dos maiores povoados [...] do médio Araguaia. Nele moravam cerca de 35 a 40 famílias [...]. Havia duas modestas casas de negócio que serviam mais como entrepostos comerciais, recebendo couro cru e peles (pele de porco selvagem, jacaré e onça) e produtos tais como pirarucu salgado, em troca de artigos manufaturados e comidas enlatadas. Seu estoque de aguardente era farto, mas havia uma falta constante de roupas, implementos agrícolas e outros artigos básicos (WAGLEY, 1988, p. 36).

Na segunda década do Século XX, parte da população de Furo de Pedra se deslocou para o Morro de Areia, ponto inicial do povoado de Santa Terezinha, devido às constantes inundações do Rio Araguaia. Em 1931, os padres dominicanos de Conceição do Araguaia construíram a igreja, a escola e a moradia dos padres no Morro de Areia, impulsionando o povoado. Com o tempo, os moradores ocuparam os arredores do morro, na parte mais baixa, próximo ao Rio Araguaia. O povoado recebeu o nome de Santa Terezinha, em homenagem à padroeira da igreja, se constituindo em um ponto de referência às margens do Rio Araguaia (ESTERCI, 1987, p. 15).

Em 1934, as primeiras famílias vindas do sul do Pará chegaram ao local onde posteriormente se desenvolveu o povoado de Mato Verde (Luciara). A viagem até Mato Verde demorava entre 20 e 30 dias, dependendo do local de onde partiam, do local de destino, assim como da correnteza do Rio Araguaia (BARROZO, 2018). O grupo que se estabeleceu em Mato Verde saiu dos povoados de Conceição do Araguaia, Barreira do Santana, Barreirinha, povoados situados no sudeste do Pará, onde o extrativismo do látex e da castanha havia sofrido uma grande crise e “decadência”. A pecuária e a agricultura perduraram

apenas para o autoconsumo. Mas, à medida que a pecuária se expandia, a disponibilidade de terras para os camponeses diminuía. Esses fatores contribuíram para o deslocamento de muitos grupos familiares de lavradores e pequenos criadores de gado para os varjões do Araguaia em Mato Grosso (SOARES, 2004).

Os migrantes se deslocavam principalmente no tempo da estiagem, de junho a agosto, quando o rio estava na vazante, e a correnteza era mais fraca, facilitando o trabalho dos remadores e “zingadores” dos batelões.

Os migrantes do Pará que levaram seus rebanhos de gado bovino para o Araguaia de Mato Grosso, se deslocaram por terra, margeando o Rio Araguaia. Essa viagem era difícil porque em alguns trechos não tinha a praia do rio, onde era mais fácil caminhar. Quando não tinha praia, era preciso abrir caminho na mata ciliar que margeava o rio. Essa rota foi utilizada pelas comitivas de vaqueiros de Lúcio da Luz, que tocaram o gado do povoado de Barreirinha, no estado do Pará, para o povoado de Mato Verde, em Mato Grosso, no ano de 1935 (SOARES, 2004).

Dona Adauta relata a viagem com a comitiva de Lúcio da Luz, seu pai, levando a tropa de gado de Barreirinha para Mato Verde, Mato Grosso, em 1935. “[...] Meu pai trouxe nós para cá (Luciara) em 1934 e em 35 trouxe a primeira boiada para cá [...]”⁷⁹ Segundo o relato, a viagem demorou 20 dias tocando umas 800 reses até os varjões de Mato Verde.

Quando viajou pelo Araguaia, de Leopoldina, em Goiás, até o Taipirapé, Charles Wagley, passou uma noite na fazenda de Lúcio da Luz, em Mato Verde, em 1939. Segundo Wagley (1988, p. 35),

Lúcio da Luz, homem que vivia isolado no Rio Araguaia por ser procurado, tanto rio acima, em Goiás quanto rio abaixo, no Pará, por assassinato. Mas em sua fazenda, ele encarava a lei e a ordem, pois cercara-se de um grupo bem armado de vaqueiros que o serviam como jagunços e guarda-costas.

⁷⁹ Entrevista realizada por L.A. SOARES com D. Adauta, em agosto de 2000, na cidade de Luciara, MT.

O rebanho bovino se espalhou nos varjões do Araguaia a partir de meados da década de 1930. A maioria dos criadores tinha um pequeno rebanho. Em Luciara, o paraense Lúcio da Luz destacou-se como o maior criador de gado do norte do Araguaia até a década de 1970.⁸⁰ Seus rebanhos pastavam entre os rios Xavantinho ao sul e o Tapirapé ao norte, o Araguaia a leste e o espigão da Serra do Roncador a oeste. Nesse vasto domínio, havia vários retiros onde trabalhavam alguns vaqueiros.

Na década de 1960, grupos familiares de migrantes goianos e maranhenses se estabeleceram na Ilha do Bananal. Alguns deles conduziam algumas cabeças de bovinos. Muitos desses migrantes permaneceram na ilha, que era pouco habitada, e tinha vastos campos de pasto para o gado. Na década de 1970, os migrantes tiveram que sair da ilha devido à criação do Parque Nacional do Araguaia e as Terras Indígenas (T.I.).

Com a criação do Parque Nacional e das T.I. na ilha, os migrantes não indígenas foram obrigados a abandonar suas posses. Muitos grupos familiares transpuseram o Rio Araguaia, adentrando o estado de Mato Grosso, onde ocuparam posses nos varjões, no entorno dos povoados de Santa Terezinha, Luciara e São Félix.

O gado bovino no Araguaia

Em 1966, logo após a criação da SUDAM, essa Superintendência aprovou os primeiros projetos agropecuários no Araguaia. Atraídas pelos incentivos fiscais, pelos financiamentos, e pela oferta de terras abundantes e baratas, várias empresas de “paulistas” adquiriram grandes áreas em Barra do Garças, em Luciara e em Santa Terezinha. As agropecuárias mais conhecidas desse período são a Suiá Missú e a Codeara, pela extensão de suas propriedades, e pelos conflitos causados por essas empresas naquela região.⁸¹

⁸⁰ A partir de 1968, chegaram ao Araguaia as grandes empresas agropecuárias, incentivadas pela SUDAM, as quais introduziram milhares de cabeças de gado bovino naquela região. Destacam-se a Suiá Missú e a Codeara.

⁸¹ Sobre a Suiá Missú, ver ROSA, Juliana Cristina, dissertação de Mestrado, PPGHis, UFMT, 2016. Sobre a Codeara, ver ESTERCI, Neide, 1987.

As agropecuárias aprovadas pela SUDAM, incentivadas e financiadas pelo BASA e Banco do Brasil, tinham como principal ou única atividade econômica a pecuária. A Suiá Missú e a Codeara, assim como as outras empresas agropecuárias daquele período, introduziram no Araguaia o gado nelore para a produção de carne. Esse gado foi levado de São Paulo para o Araguaia, disseminando-se naquela região. Por outro lado, o gado “pé duro”, trazido do Pará pelos primeiros moradores, pouco a pouco está desaparecendo.

Nos primeiros anos nos varjões do Araguaia, em Mato Grosso, os migrantes se dedicaram à agricultura para garantir a subsistência de suas famílias. O gado bovino chegou aos poucos. Na década de 1980, o INCRA e a EMATER incentivaram a pecuária bovina nos assentamentos rurais. Segundo relato do padre Félix⁸², na década de 1980, o governo do estado de Mato Grosso introduziu em Santa Terezinha algumas vacas holandesas mestiças para produção de leite, mas as vacas não se adaptaram ao clima muito quente, e pela falta de assistência veterinária.

Na década de 1980, o PRONAF criou uma linha de crédito para gado leiteiro, financiando muitos assentados. Porém, devido à não existência de laticínios na região e à situação precária das estradas rurais, pouco a pouco os assentados deixaram de criar vacas leiteiras. Eles continuaram financiando gado de corte, embora a solicitação do crédito fosse para vacas leiteiras. Nos últimos anos, após a instalação da rede elétrica na zona rural dos municípios da Microrregião Norte do Araguaia, por meio do programa “Luz para Todos”, foram instalados laticínios nos municípios de Canabrava do Norte, em Confresa e Vila Rica. A partir de então, uma parcela significativa dos assentados passou a criar vacas leiteiras, com financiamento do PRONAF. A melhoria das estradas rurais e a instalação de resfriadores em lugares onde há maior concentração de produtores de leite incentivaram a criação de vacas leiteiras e o consequente aumento da produção de leite.

⁸² Entrevista realizada com o Pe. Félix na casa paroquial em Santa Terezinha, em 24 de setembro de 2004. Esse padre, da prelazia de São Félix do Araguaia, trabalha naquela região há várias décadas, conhecendo bem a população e seus problemas.

O rebanho original cresceu vegetativamente, acrescido do gado trazido pelos migrantes de Goiás e, sobretudo, com o gado levado pelas agropecuárias instaladas naquela região nas décadas a partir de 1970.

No ano de 2012, o rebanho bovino da Microrregião Norte do Araguaia atingiu o número de 3,2 milhões de cabeças. No ano de 2017, o rebanho dessa microrregião decresceu para 2,7 milhões de cabeças. Os municípios com os maiores rebanhos bovinos na Microrregião Norte do Araguaia são Vila Rica, com 613.640 bovinos, Confresa com 399.593 bovinos, São José do Xingu (MT) com 296.058 bovinos e São Félix do Araguaia com um rebanho de 253.776 bovinos (IBGE; SIDRA, 2017). No período de cinco anos (entre 2012 e 2017), o rebanho de gado bovino dessa microrregião sofreu uma redução de 500.000. Os municípios que sofreram a maior redução foram Vila Rica, com redução total de 96.239 bovinos e São José do Xingu, cujo rebanho bovino sofreu uma redução total de 96.228 animais. Alto da Boa Vista sofreu a maior redução percentual. Em 2012, este município tinha um rebanho de 106.565 bovinos, o qual foi reduzido para 24.472 cabeças em 2017. A redução de 82.093 bovinos é, numericamente, inferior aos outros dois municípios, mas, percentualmente, a redução foi de 77%, relativamente maior que a dos outros municípios da região⁸³.

O rebanho de gado leiteiro na Microrregião Norte do Araguaia

Nos últimos cinco anos, o rebanho de vacas leiteiras sofreu um aumento relativo, sobretudo nos estabelecimentos de agricultores familiares da Microrregião Norte do Araguaia. Os municípios com os maiores rebanhos de gado leiteiro na Microrregião são Confresa, Canabrava do Norte e Porto Alegre do Norte. O crescimento do rebanho de vacas leiteiras nesses municípios se deve à instalação de laticínios que ocorreu nos últimos anos, sobretudo depois que foi instalada a rede de energia elétrica rural pelo programa “Luz para todos”. Com a instalação dos laticínios, aumentou a demanda pelo leite, assim como o crédito do PRONAF para gado leiteiro.

⁸³ Grande parte desse rebanho era criado por invasores na área da Marãiwatsédé, território dos Xavante. Com a extrusão dos invasores, o gado criado naquela área foi levado para outros municípios.

Considerações finais

Até o início do Século XIX, o Araguaia tinha sido explorado apenas por alguns aventureiros e cientistas viajantes que entraram na região pelo Pará, ou através de Goiás, a partir da cidade de Leopoldina. A partir de meados do Século XIX, maranhenses e goianos começaram a se deslocar para o sudeste do Pará, fundando povoados ao longo do Rio Araguaia, onde exploravam o látex da seringueira e, no final do século, começaram a coletar a castanha do Pará. O gado chegou depois, sendo levado para o sudeste do Pará pelos criadores originários do Maranhão.

Nas primeiras décadas do Século XX, com o colapso do extrativismo do látex da seringueira e pela escassez de pastos no sul/sudeste do Pará, alguns pequenos criadores expulsos pela crise da borracha se deslocaram com seus rebanhos para o nordeste de Mato Grosso, ocupando campos nativos nas várzeas do Rio Araguaia.

Os primeiros rebanhos de gado bovino chegaram ao Araguaia de Mato Grosso no final da década de 1920. Alguns anos depois os goianos trouxeram alguns animais através do sertão e da Ilha do Bananal, onde estacionaram por meses ou anos. Expulsos da ilha, eles transpuseram o Rio Araguaia, adentrando os varjões de São Félix, de Luciara e de Santa Terezinha.

Na final da década de 1960, os paulistas, com incentivos do Governo Federal, por intermédio da SUDAM, levaram milhares de cabeças de gado nelore para as agropecuárias de Barra do Garças, Luciara e Santa Terezinha. (CARDOSO; MÜLLER, 1977; ESTERCI, 1987).

Os posseiros e assentados dos projetos do INCRA pouco a pouco substituíram a lavoura pela pecuária, com financiamento do PRONAF. Em relação à pecuária de corte, o gado leiteiro, representa muito pouco para os produtores familiares. Nos últimos anos, com a instalação de alguns laticínios naquela região, o rebanho de vacas leiteiras está crescendo.

Em alguns assentamentos rurais, nos municípios de Confresa e Vila Rica, os assentados abandonaram a agricultura, ou pelo menos a reduziram ao mínimo, dedicando-se à pecuária de corte e leiteira.

Como os lotes são pequenos para a pecuária, a criação de gado não garante a segurança alimentar, obrigando os assentados a comprar quase todos os alimentos. Para complementar a renda auferida com o gado, uma parcela dos homens vende sua força de trabalho em propriedades maiores, ou na área urbana.

Com a expansão da soja nos municípios do norte do Araguaia, as grandes fazendas estão intensificando a criação de gado bovino por meio de melhoramento genético, melhoria e rotação de pastagens, e confinamento do gado, técnica esta que ainda é incipiente naquela microrregião. Mas, apesar da modernização da pecuária, houve uma redução de 505.950 cabeças de gado bovino entre 2012 e 2017 (IBGE, PPM, 2017). A redução do rebanho bovino e das culturas alimentares, sobretudo mandioca e arroz, e, por outro lado, a expansão acelerada da soja naquela região, mostram uma tendência que está se acentuando ano após ano. A tendência à redução da produção de alimentos e do rebanho bovino é um indício dos impactos socioeconômicos produzidos pela recente expansão da soja na Microrregião Norte do Araguaia.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1998.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as povoações do Maranhão e de Goiás**. AIL, Impe-ratriz, 2007.

AUDRIN, J. M. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963.

BARROZO, João Carlos. Fluxos migratórios do norte para os var-jões do Araguaia – MT. In: _____. **Norte Araguaia: territórios e conflitos**. Editora do NAEA, UFPA, Belém, no prelo.

BEZERRA, Edimilson Rosa. A Territorialidade Camponesa: os cen-tros agrícolas como um lugar de integração do capital. Gleba Boca da Mata, São João de Lisboa, Maranhão (1950-1987). Tese (Doutorado em

História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2018.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. Imperatriz, Ética, 2000.

COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaya**. Paris, A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1897.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**. Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

FRANKLIN, Adalberto; LIMA, Valdizar. **Repressão e resistência em Imperatriz**. Imperatriz, Editora Ética, 2016.

IANNI, Otávio. **A Luta pela Terra**. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

IBGE, SIDRA. **Produção Pecuária Municipal – PPM**, RJ, 2017.

NETTO, Eloy Coelho. **História do Sul do Maranhão**: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte, Editora São Vicente, 1979.

ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela terra Marãiwatsédé**: Povo Xavante, agropecuária Suiá Missú, posseiros e grileiros do Posto da Mata em disputa. (1960–2012). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Ppghis, UFMT, 2016.

SILVA, Marcelo Corrêa da et al. História do povoamento bovino no Brasil Central. **Revista UFG**. Dezembro 2012 / Ano XIII, nº 13.

SOARES, Luís Antônio Barbosa. **Trilhas e Caminhos**: povoamento não indígena no Vale do Araguaia-MT, na 1º metade do séc. XX. Dissertação (Mestrado em História) – Ppghis, UFMT, 2004.

VELHO, Otávio. **Frente de Expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2009.

WAGLEY, Charles. **Lágrimas de Boas-Vindas**. Os índios Tapirapé do Brasil Central. Belo Horizonte, Edit. Itatiaia: São Paulo, Edusp, 1988.

ENTREVISTAS:

Padre Félix. Membro da Prelazia de São Félix, visita a paróquia de Santa Terezinha periodicamente há várias décadas. Entrevistado por João Carlos Barrozo, em setembro de 2004, na casa paroquial de Sta. Terezinha.

Dona Adauta. Filha de Lúcio da Luz, mora em Santa Terezinha. Foi entrevistada por Luís Antônio Soares, na cidade de Luciara, em agosto do ano 2000.



A DISPUTA ENTRE RETIREIROS, PROPRIETÁRIOS E GRILEIROS PELOS VARJÕES NO MUNICÍPIO DE LUCIARA, MATO GROSSO⁸⁴

Juliana Cristina da Rosa

Cientista Social e Historiadora. Doutora em História.
Pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – Neru

Luciara é um município brasileiro com 4.243,028 km², e que, segundo dados oficiais do censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸⁵, possuía 2.224 habitantes, com uma estimativa de decréscimo para 2.099 moradores em 2018, o que representa uma densidade demográfica de 0,52 hab/km².

O município está localizado no nordeste do estado do Mato Grosso, a 1.167 km de distância da capital, e situado à margem esquerda do Rio Araguaia. Por meio da Figura 21 abaixo é possível visualizar esses rios principais e o baixo relevo:

Uma das principais características físicas do território de Luciara tem relação com sua localização em uma área de baixa altitude, pois

A dominância dos regimes sedimentares fluviais nesta região se dá através de três principais rios: o Xavantinho e o Tapirapé, que são afluentes do Araguaia. O município de Luciara é bordejado a oeste pelo Rio Tapirapé, a leste pelo Rio Araguaia e é cortado pelo Rio Xavantinho, de maneira que não há distinção dos depósitos sedimentares, uma vez que dentro da área de Luciara se encontra a

⁸⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes).

⁸⁵ IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/luciara/panorama>>. Acesso em: 27 set. 2018.

confluência do Xavantinho com o Tapirapé e do Tapirapé com o Araguaia. (OLIVEIRA, 2009, p. 75).

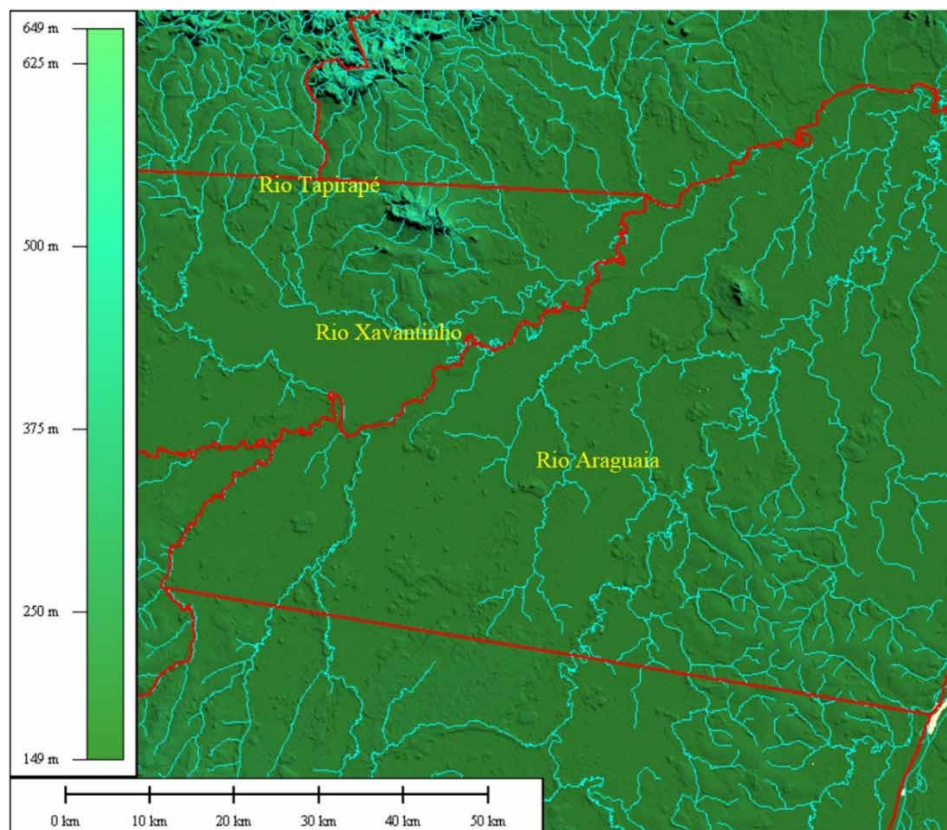


Figura 21: Imagem digital de relevo (SRTM), destacando os principais rios, em direção SW-NE, e o limite de município de Lucíara-MT (Vermelho)

Fonte: Atlas Geográfico, com adaptação de SCCOTI, Anderson A.Volpato.

O resultado do conjunto do baixo relevo e hidrografia específica é a formação da “[...] segunda maior área inundável sazonalmente do planeta, com cerca de 2.000.000 hectares”, segundo Silva (2012, p. 18), formando os “*varjões*”.

Esta área faz parte das planícies dos rios Araguaia e Tapirapé e é drenada na sua parte central pelo Rio Xavantinho, afluente do Tapirapé. Trata-se de uma vasta área alagada no período das cheias dos citados rios. Possui

também pequenas elevações derivadas de afloramentos cristalinos e terrenos sedimentares em formação. Os *varjões* estão recobertos por gramíneas, e nas áreas sedimentares livres das cheias por cerrado. As áreas mais elevadas do cristalino têm a presença de matas. Estas também aparecem como galerias ao longo dos rios e igarapés. (OLIVEIRA, 2009, p. 04).

Dessa forma, o município de Luciara tem parte significativa do seu território formado por áreas planas e alagadiças, que são conhecidas como “varjão”, e que foram sendo historicamente ocupadas por diferentes agentes sociais: inicialmente pelos povos indígenas Karajá e Tapirapé, e, depois, nas primeiras décadas do Século XX, por migrantes que se instalaram como posseiros e que têm intensificado o ritmo de ocupação e uso dos bens naturais presentes nessas áreas.

A ocupação dos *varjões* de Luciara por criadores de gado a partir do Século XX

É fundamental problematizar que a área dos *varjões*, onde mais tarde seria formado o povoado de Mato Verde e a cidade de Luciara, fazia parte de um amplo espaço em disputa e de territorialidades dos povos indígenas Karajá e Tapirapé, além de ser área com a presença dos Kayapó e Xavante.

Entretanto, dinamizando ainda mais a disputa pelos *varjões*, ocorreu um deslocamento de um grupo de famílias nas primeiras décadas do Século XX, por “[...] um caminho terrestre margeando o Rio Araguaia acima, utilizado principalmente pelas comitivas de vaqueiros que tocavam gado do povoado de Barreirinha, no Pará, para o povoado Mato Verde, em Mato Grosso, na década de 1930”, segundo Soares (2010, p. 256). Esse deslocamento foi estimulado pelo criador de gado bovino Lúcio Pereira da Luz, que trouxe um rebanho do sul do Pará e que escolheu aquele local pelas abundantes pastagens naturais características dos *varjões* à margem do Rio Araguaia, onde foi sendo formado o povoado Mato Verde, que mais tarde foi emancipado como município de Luciara.

Após a chegada desses migrantes, a criação de gado passou a ser a atividade principal. Soares (2010, p. 284) averiguou que “[...] o gado vivia

solto, identificado pela marca do proprietário. As pessoas que trabalhavam como vaqueiros na lida com o gado não eram remuneradas em dinheiro. Elas recebiam um percentual de renda do gado (1/4 das crias).” Dessa forma, trazendo um rebanho e tendo vaqueiros para lidar com o gado, Lúcio da Luz foi se consolidando como um importante criador e citado como o “maior fazendeiro” daquela região na primeira metade do Século XX por “novos bandeirantes” como Aureli (1962) e Ribeiro da Silva (1948), e antropólogos como Baldus (1970) e Wagley (1988).

E foi justamente por conta da criação de gado bovino, um animal introduzido, que os *varjões* do Rio Araguaia e de seus afluentes, o Tapirapé e o Xavantinho, passam a ter uma nova dinâmica de ocupação e uso. A partir da atividade com o gado que os *varjões* foram sendo ocupados pelos vaqueiros de Lúcio da Luz em diferentes pontos, por meio de *retiros*, ampliando o domínio do pecuarista sobre uma área significativa que se estendia para além do que mais tarde seria delimitado como território de Luciara.

Nesse contexto, os vaqueiros passaram a desenvolver técnicas para se adaptarem às condições naturais dos *varjões*, significativamente afetadas pelos ciclos de cheia dos rios. A principal estratégia adotada foi a construção de *retiros*, que são acampamentos construídos em lugares mais altos onde a água da inundação dos rios não alcança. O gado é deslocado conforme avança e recua o nível das águas, alimentando-se em áreas onde a pastagem natural cresce depois das enchentes, uma entre outras técnicas de manejo que, para Porto-Gonçalves (2013, p. 108-109), são uma forma de “cultura prática”:

[...] por sua habilidade no manejo de pasto junto com as cheias e vazantes do Araguaia. Trata-se de um conhecimento que se desenvolveu há décadas na região pelo menos desde os anos 1920 [...]. Todo esse acervo de conhecimento tradicionalmente elaborado pelos povos indígenas, pelos retireiros e demais povos ribeirinhos é fundamental para que toda a pujante vida do vale do Araguaia, tão bem descrita no laudo biológico, possa continuar a viver e se desenvolver.

Na sua percepção, a lida com o gado nos *varjões* por meio dos *retiros* havia contribuído para a formação da “identidade retireira”. Para além do *Laudo Biológico* citado pelo autor, também no *Laudo Socioeconômico* (Diagnóstico para criação da Reserva Extrativista) de 2006, consta a descrição dos *retireiros* como população tradicional que fazem o uso adequado dos recursos naturais, conforme pode ser observado na seguinte passagem:

O retireiro é um homem simples. Os retireiros mais velhos, embora não possuam instrução formal, são detentores de um sofisticado conhecimento das características do ambiente que desenvolveram através dos tempos e que lhes permite garantir a conservação dos recursos naturais. Não desmatam, não queimam, não cercam, pois acreditam que o ambiente não suportaria tais ações (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 30).

Tais atividades ligadas à criação de gado foram desenvolvidas desde que os *retireiros* reocuparam áreas às margens dos rios Araguaia, Xavantinho e Tapirapé, e depois de trabalharem como vaqueiros de Lúcio da Luz, muitos formaram um rebanho, construíram seus próprios *retiros* em áreas dos *varjões* que não eram tituladas como propriedade, sendo, portanto, terras da União. Apesar desse processo ter se estendido por décadas, nem Lúcio da Luz e nem os vaqueiros registraram seus domínios, dando margem para a venda das áreas ocupadas a terceiros pelo estado de Mato Grosso, que era o gestor das terras da União.

A venda das áreas de *varjões* por parte do estado de Mato Grosso

A partir da década de 1960, os *varjões* e outras áreas da União passaram a ser comercializadas por parte do estado de Mato Grosso, conforme analisado por Moreno (1993). Sobretudo, durante os governos militares, ocorreu uma política de incentivos fiscais direcionada a empresários para adquirirem terra e desenvolverem atividades econômicas por meio de empresas agropecuárias e colonizadoras, algumas

fomentadas com financiamento estatal, de acordo com estudos realizados por Becker (1990), Cardoso e Müller (1977) e Oliveira (1993).

Nesse contexto, um número expressivo de títulos de terra foi expedido pelo estado de Mato Grosso e ocorreu em paralelo situações de falsificação de documentos, uma prática conhecida como “grilagem” de terras, além da sobreposição de títulos de áreas vendidas mais de uma vez. O resultado desse processo de comercialização, sobreposição e falsificação de títulos de terras foi a expropriação da terra de posseiros e integrantes de populações tradicionais de todo o estado, como ribeirinhos, indígenas e os retireiros, que, sem a escritura da terra, não tinham condições de impedir que o portador do título tomasse posse da área, ou, pelo menos, a cercasse e a comercializasse para terceiros. Entretanto, em muitas áreas, os novos proprietários ou grileiros não tomaram posse da área adquirida, e alguns posseiros, ribeirinhos, indígenas ou retireiros não saíram da área ocupada, o que gerou uma série de conflitos e disputas jurídicas que caracterizam o processo de ocupação e reocupação das terras de Mato Grosso.

No caso dos *varjões* de Luciara, esse processo foi citado no *Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Luciara-MT*, onde foi descrito que:

[...] grande número de títulos cujos seus proprietários nunca se instalaram no município de Luciara, e que demonstra, cabalmente, que o objetivo do acesso aos mesmos não se inscreve no processo produtivo da agropecuária, revelando sua condição de improdutividade. E mais, revela que os mesmos são utilizados apenas como reserva patrimonial para ser usado no sistema financeiro e no acesso a créditos nos programas governamentais. (OLIVEIRA, 2009, p. 113).

O autor descreveu essa situação depois que identificou a presença de 31 “fazendas legais” que possuíam títulos originais, 39 “fazendas ilegais” com indícios de grilagem de terras, além de 56 fazendas que tinham o título, mas que não existiam de fato em sua materialidade, de acordo com Oliveira (2009, p. 524-526). Essa situação fundiária indica

que parte da comercialização de títulos de terras ocorreu de forma irregular em Luciara.

Entretanto, apesar desse problema, foram cercadas diversas áreas de *varjões* e terras altas, como fazenda, deslocando alguns vaqueiros, que mais tarde passaram a se identificar e serem identificados como *retireiros*. E foi justamente diante dessa situação de cercamentos e titulação de áreas de Luciara, que alguns dos *retireiros* do município resolveram se articular e lutar pela permanência na terra, seja de terras altas, seja de *varjões*, onde estão seus *retiros*.

As estratégias de busca pelo direito à permanência nos varjões: de extrativistas à população tradicional

Em 1995, foi constituída a Associação dos Produtores Rurais Mato Verdinho (APRUMAV), e na sua Ata de criação (1995, p. 3) ficou expresso que o objetivo da associação seria: “[...] a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das explorações agropecuárias e para melhorar as condições de vida dos associados”. Um objetivo genérico que não apresentava referências à busca pela regularização fundiária, bem como a ausência do uso da categoria identitária *retireiros*. Segundo o presidente dessa associação:

A associação começou em 1995, aconteceu naqueles primeiros projetos pra gente com intenção de pegar algum recurso do governo federal através da associação. Era recurso pra dividir entre os Retireiros, entre os pequenos produtor, porque era conhecido como pequeno produtor. Assim começou a Aprumav. (Relato Oral de Rubens Taverny Sales. In: SILVA, 2012, p. 62).

Entretanto, diante do desafio de permanecer nas áreas dos *varjões* e nos seus *retiros*, novas alianças foram sendo construídas. A atuação de professores e pesquisadores ligados à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que atuava no município, juntamente com agentes ligados à Prelazia de São Félix do Araguaia, e outros apoiadores,

resultou em uma nova dinâmica pela busca de possibilidades de garantir o direito de permanecer nos *varjões*.

Em outra fonte documental, datada de 01 de maio de 2001, um dos membros da primeira diretoria da APRUMAV, Rubens Taverny Sales, assinou, enquanto presidente de uma nova entidade, a Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA), uma carta dirigida à Marina Silva, à época senadora da República. Nessa carta, ficou declarada a identidade dos *retireiros*:

Nós, *Retireiros*, tal como os seringueiros, Senadora, somos uma população que construímos nossa cultura em íntima relação com a natureza. O nome pelo qual nos identificamos, e pelo qual lutamos para sermos reconhecidos, vem dos Retiros que construímos para cuidarmos do gado, que se constitui na atividade central com a qual ganhamos a vida. (ARA, 2001, p. 1).

Nesse novo documento, estava expressa a categoria identitária de *retireiros*, com a explicação de sua relação com a lida com o gado bovino e de uma cultura construída na “íntima relação com a natureza”, com a descrição dos ciclos de cheia e seca do Rio Araguaia e a importância dos *varjões*:

Nossa cultura, tal como a dos seringueiros, Senadora, se baseia num conhecimento cuidadoso da natureza de que dependemos, da natureza e do nosso conhecimento sobre ela para viver. Aqui, as cheias e vazantes do Araguaia são conhecidas com detalhes para que possamos manejar nosso gado ao sabor dessas águas e das pastagens que nos são propiciadas pela natureza.

Cada desnível no terreno, cada “monchão”, como denominamos as partes um pouco mais elevadas dessas imensas planícies, é fundamental para nós e para o nosso gado. Esses imensos “*varjões*” que, em todo o Araguaia

chega ao montante de 2.000,00 de hectares, abriga lagos, pequenos e grandes, onde se reproduzem peixes, ensejando que o Araguaia se constitua num dos rios mais piscosos do Brasil. (ARA, 2001, p. 2).

A importância do Rio Araguaia e dos *varjões* para a alimentação e o lazer foi destacada apresentando a caça e a pesca como atividades realizadas “somente para nossa alimentação, garantindo, assim, a reprodução biológica das espécies” (ARA, 2001, p. 1), dando ênfase, portanto, à relação não predatória com os animais. O foco estava na argumentação de que seria uma população extrativista, tal qual os seringueiros, destacando que:

Desses “*varjões*” extraímos, também, uma quantidade enorme de frutas: Abacate, Abacaxi, Araçá, Azedinha, Babão, Babaçu (coco), Bacaba, Bacubari, Bacupari, Baru, Buriti, Buritirana, Cabelo de Cutia, Cagaita, Cajá, Caju, Cajuí, Catolé, Pati, Piaçaba, Marajá, Fava Danta, Farinha seca, Ganabum, Goiabinha da Beira D`água, Grão de Galo, Ingá, Inharé, Jatobá, Jenipapo, Laranjinha, Mangaba, Manga, Maracujá, Maracujá de Capoeira, Maracujá Peróba, Macujazão, Marmelada Espinhosa, Marmelada Lisa, Mama cachorra, Massaranduba, Mata fome, Mirindiba, Murici de Curica, Murici, Muricizão do Cerrado, Oiti, Olho-de-boi, Ouricuri, (coco), Pequi, Peróba, Pitomba de leite, Piaçaba (Coco), Pati (coco), Puçá preto, Puçá amarelo, Tucum, Tucum rasteiro, entre outras. (ARA, 2001, p. 2).

Em seguida, a carta apresentava a descrição de como eram utilizados 11 tipos de frutas locais, além da indicação de 22 plantas usadas “medicinalmente” no tratamento de doenças, indisposições, cuidados corporais e uma abortiva, conforme (ARA, 2001, p. 3-4). Também foram descritos mais de 60 tipos de madeiras utilizadas na construção de moradias, *retiros* e móveis, bem como com o mesmo nível de detalhamento, mais de 33 espécies de animais a partir de seus nomes

locais, destacando 8 tipos de cobras e 8 espécies de animais aquáticos, como o jacaré, lontra, tartaruga, entre outros citados. Em se tratando de aves, foram mais de 65 tipos, conforme pode ser lido nesse documento (ARA, 2001, p. 5).

Esse cuidado e detalhamento na descrição da fauna e flora local estava alinhado com a estratégia dos *retireiros* em serem reconhecidos por sua relação com a natureza. Porém, outros elementos que corroboram a perspectiva de uma “comunidade” ou “população tradicional” também foram acionados, como as relações de parentesco, sendo que foi descrito que cada *retiro* “[...] via de regra, abriga mais de uma família convencional (pai, mãe e filhos). Aqui, o mais comum é que cada *retiro* reúna vários membros, quase sempre, mas não exclusivamente, de uma mesma família ampliada (tios-avôs, primos, cunhados e agregados)” (ARA, 2001, p. 1-2). Ademais, a carta citou o que seria uma “prática relativamente generalizada”: os pais deixarem o gado bovino de herança para as filhas mulheres; “[...] consoante a crença de que, assim, a criação dos seus netos e demais descendentes estará melhor assegurada. A mulher tem, portanto, entre nós um papel importante na reprodução de nosso modo de vida”, (ARA, 2001, p. 2). Dessa forma, os *retireiros* estavam reforçando que seu modo de vida tinha como base relações familiares ligadas às suas atividades produtivas da lida com o gado e dos ciclos do rio, complementando com uma descrição de como seria a relação dos *retireiros* com a terra:

Em virtude de nossa atividade se desenvolver de acordo com o balanço das águas do Araguaia e nosso gado se movimentar livremente por essas amplas planícies, não conhecemos propriedade privada da terra. Ao contrário, fazemos uso comum dos recursos naturais, do que muitos nos orgulhamos, por acreditarmos ser essa uma forma de apropriação adequada à dinâmica da própria natureza da nossa região. A nossa cultura já incorporou de tal forma o princípio do uso comum das pastagens que é prática comum entre nós o gado ficar tudo misturado e cada um cuidar do gado que se encontre perto

do seu *retiro*. Também desenvolvemos atividades em comum, quando se trata de arrebanhar o gado anda à larga. É prática comum entre nós a vacinação do gado e também cuidar do gado que está doente, seja de quem quer que for, desde que esteja dentro do seu *retiro*. Os retireiros desconhecem cercas, a não ser aquela que construímos bem juntinho de cada *retiro*, exatamente usada para apartar o gado na lida diária mais imediata. As marcas entre nós são só aquelas com que cada um marca o seu gado e de seus parentes. (ARA, 2001, p. 6).

Alguns elementos importantes foram inseridos na narrativa, entre eles a ideia de que os *retireiros* não conheciam propriedade privada, utilizando-a a partir do “princípio do uso comum das pastagens” ou do “uso comum dos recursos naturais”, ressaltando que essa relação com a terra – os *varjões* e partes altas – já teria sido incorporada pela “nossa cultura”. Certamente, outra lógica de uso e relação com a terra e com os recursos naturais que os colocava em uma situação delicada em termos de garantia jurídica de permanência na terra. A carta expressou essa problemática:

O fato de não termos propriedade privada da terra leva muitos a acreditarem que essas terras sejam terras de ninguém. No entanto, temos como provar pelas denominações de cada recanto, de cada fenômeno da natureza, pelos meios comunicativos que nós utilizamos (quem sabe o que é uma empulca? Por exemplo, a não ser que conviva entre nós, seja de nossa cultura construída nesse nosso espaço de vida), essas terras já estão desde muito tempo sob nossos cuidados e, por terem nomes próprios, são por isso mesmo apropriadas por nossa comunidade *retireira*. (ARA, 2001, p. 6).

O texto argumentava que a terra, mesmo não sendo propriedade privada, não é “terra de ninguém”, pois estava sob os cuidados da comunidade *retireira* que atribuiu seus “nomes próprios”. É preciso

ponderar que a estratégia para enfatizar a identidade do grupo está presente em toda a narrativa dessa fonte documental, e, nesse sentido, pode ser percebida a oposição entre o *nós* e o *outro* presente no trecho acima, ou seja, aquele que conhece signos próprios da sua cultura, como a *empulca*, e os de fora, que não convivem com grupo.

Outra estratégia nesse sentido, que está presente na carta, diz respeito à diferenciação entre os *retireiros* e os “coronéis-fazendeiros” que formaram o povoado de Mato Verde e que mais tarde veio a ser o município de Luciara. Uma nova oposição ficou estabelecida, como é possível identificar no trecho abaixo:

A origem dos retireiros nessa região, Senadora, remota nos anos 30, pelo menos no município de Luciara, quando aqui chegaram alguns coronéis, grandes criadores de gado, provenientes dos sertões nordestinos, e que aqui construíram suas fazendas com gado, também, criado à solta. Nós retireiros somos, na quase totalidade, descendentes não dos coronéis fazendeiros, mas dos seus vaqueiros, que trabalhavam sob o regime de sorte, ou seja, somos descendentes daqueles que ganhavam uma parte dos novilhos que nasciam, sendo a partilha mais comum à da “quarta”. (ARA, 2001, p. 6).

Essa fonte documental pode ser compreendida como um instrumento de luta pela permanência nos *varjões*, e como na época grupos de seringueiros haviam conquistado o direito de extrair castanhas de um amplo território mais ao norte do País, essa estratégia foi considerada como apropriada para os *Retireiros* que se compararam a eles para terem acesso à terra. Porto-Gonçalves (2013, p. 108), que acompanhou a luta pela permanência na terra desses *Retireiros*, explicou que: “À época, os retireiros pleiteavam a criação de uma Reserva Extrativista inspirados nessa unidade territorial que havia sido uma unidade jurídica”.

A partir dessa busca por “unidade jurídica”, os retireiros se organizaram por meio de alianças e ocorreu a elaboração de dois laudos, um biológico e outro socioeconômico, que foram acatados em 2010 pelo

Instituto Chico Mendes (ICMBio), e que identificou a necessidade de considerar a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) denominada Mato Verdinho.

A proposta da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mato Verdinho

Ressalta-se primeiramente que uma RDS é uma área considerada “sustentável” pela presença de populações tradicionais que têm relações não degradantes com a natureza [...] cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos por gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (ICMBIO, 2013, p. 5).

A proposta de transformação da área em RDS teve como referência a Portaria nº 9/2007 do Ministério do Meio Ambiente, que estabeleceu a área alagável do Rio Araguaia como “áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade”. Em 2012, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) fez a proposta de demarcação e, em novembro de 2014, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) publicou a Portaria nº 294 com o propósito de:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União, caracterizado como várzea do Rio Araguaia, localizado nos municípios de Luciara - MT, Canabrava do Norte - MT, Novo Santo Antônio - MT, Porto Alegre do Norte - MT, Santa Terezinha - MT, São Félix do Araguaia - MT, Formoso do Araguaia - TO, Lagoa da Confusão - TO e Pium - TO, com área de 1.627.686,4495 ha (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e seis hectares, quarenta e quatro ares e noventa e cinco centiares).

Trata-se, portanto, de uma extensão significativa que iria se sobrepor aos territórios de municípios dos estados de Goiás e de Mato Grosso, conforme pode ser visualizado por meio da Figura 22.

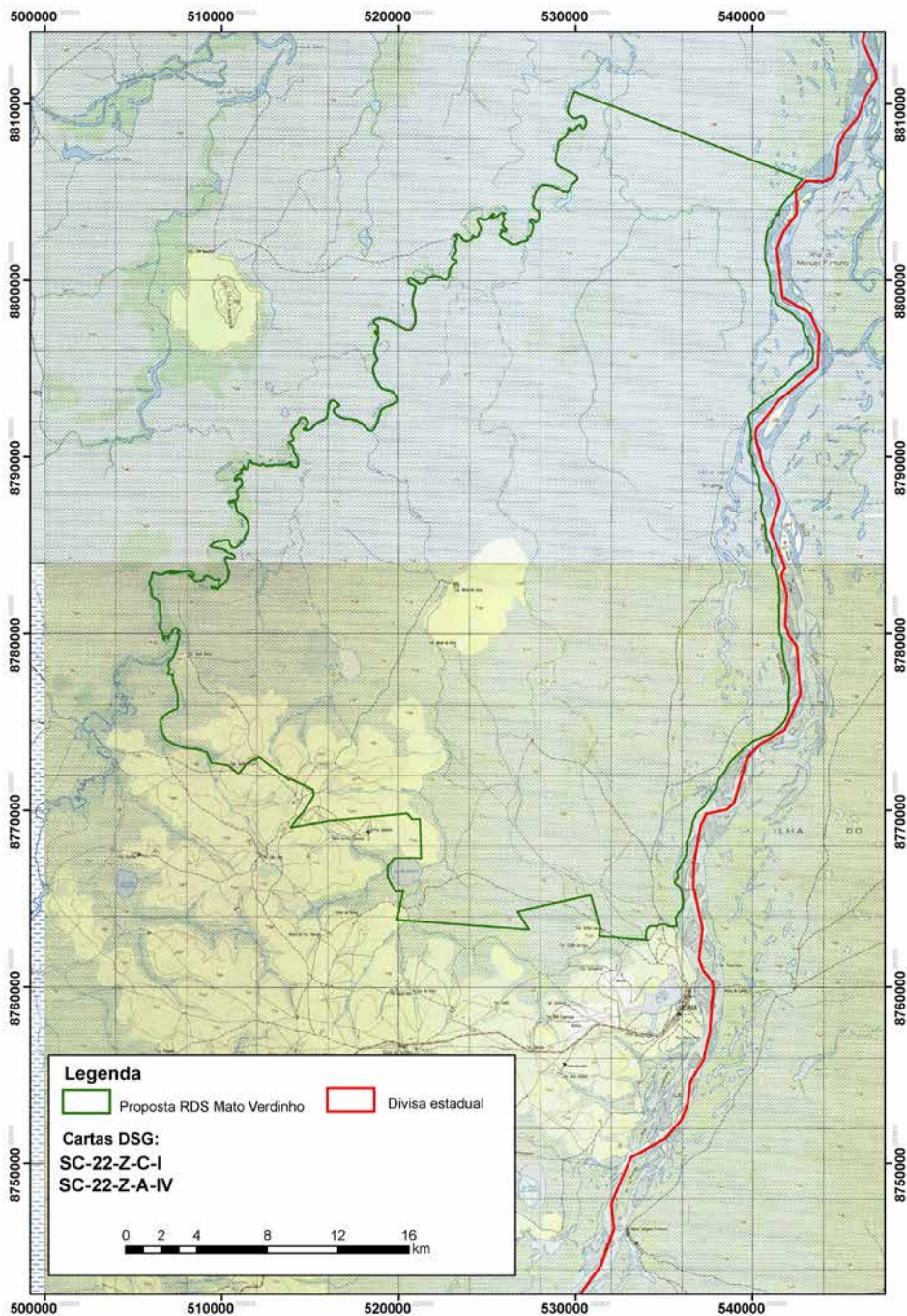


Figura 22: Proposta de delimitação da área da RDS Mato Verdinho entre os estados de Goiás e Mato Grosso, Brasil.

Fonte: ICMBio.

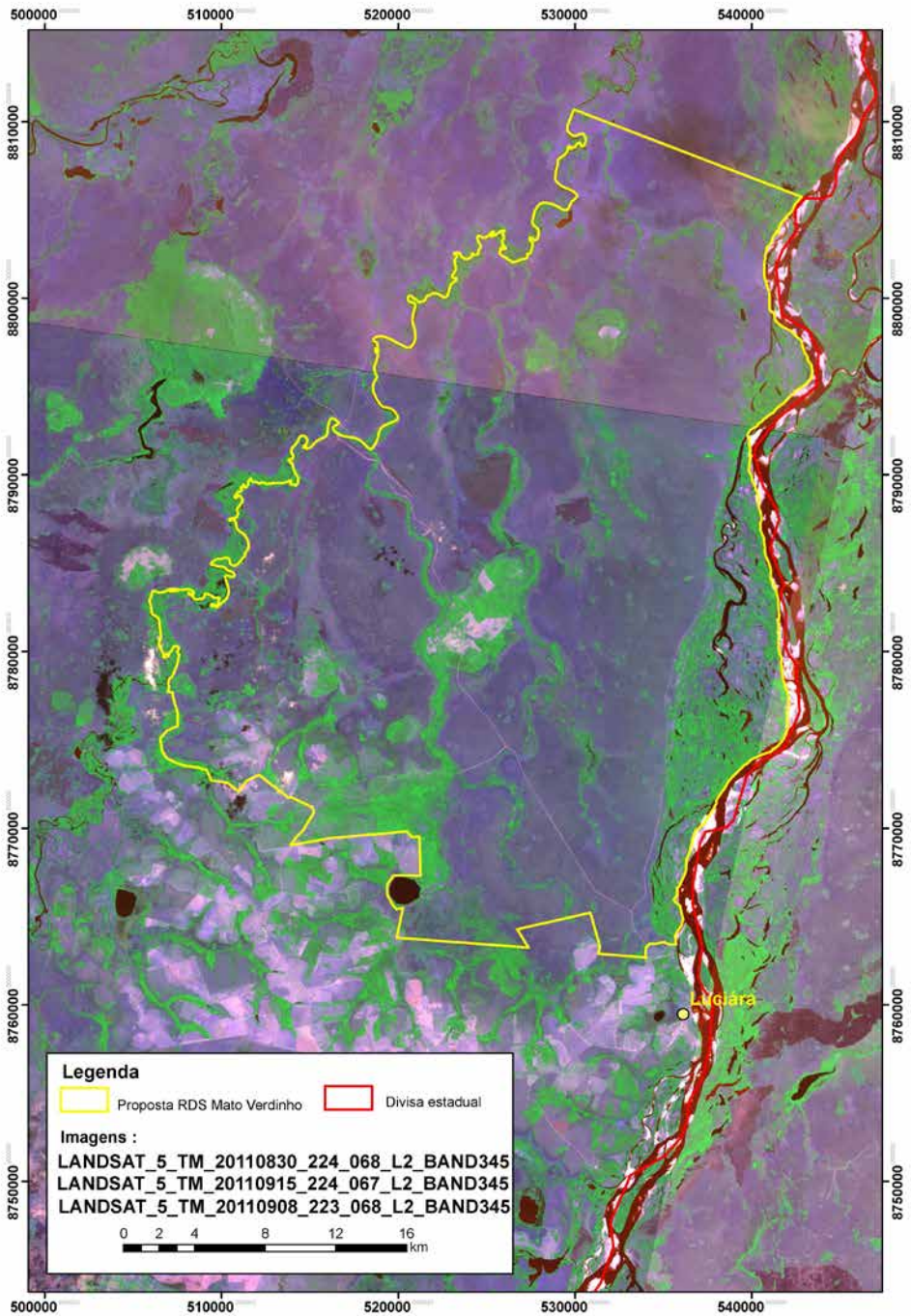


Figura 23: Proposta de delimitação da área da RDS Mato Verdinho entre os estados de Goiás e Mato Grosso, Brasil.

Fonte: ICMBio.

A delimitação de 1.627.686 ha compreendia uma área entre os estados de Goiás e Mato Grosso, sendo que este último teria uma área maior destinada à RDS Mato Verde, sobretudo em Luciara, porém, a sede do município não seria englobada na delimitação, conforme pode ser identificado na Figura 23.

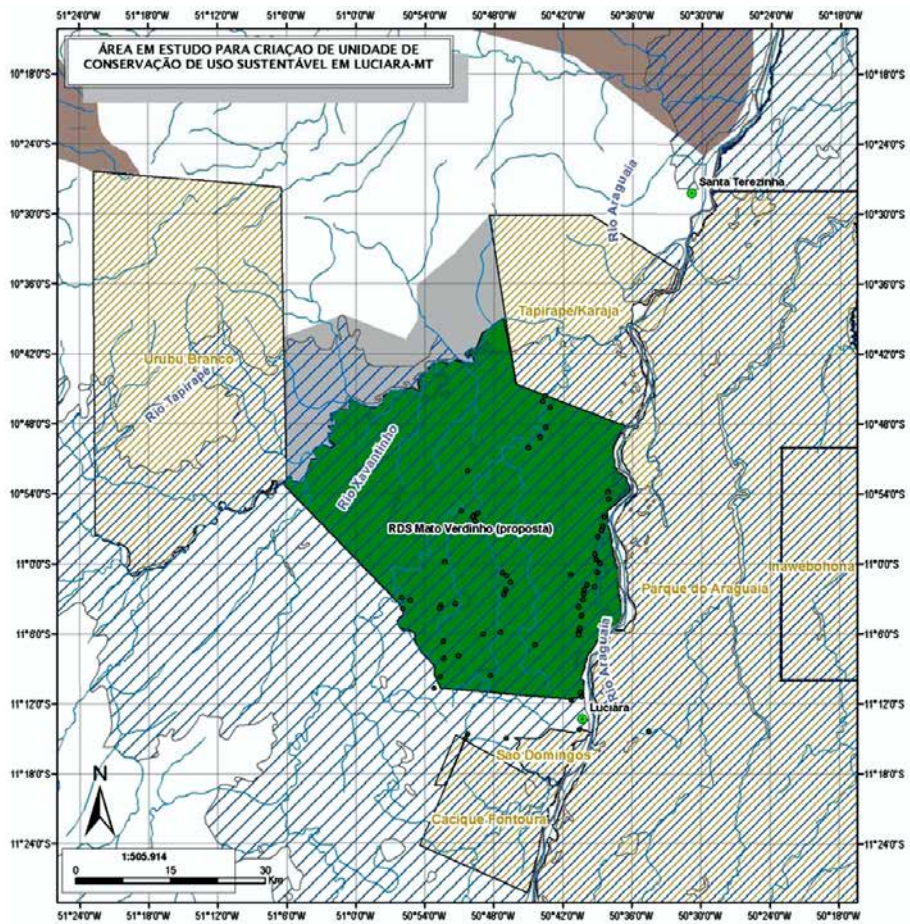
Além da proposta de demarcação que abarcava parte significativa do território de Luciara, Oliveira (2009, p. 538-541) identificou no *Relatório Final do Levantamento e da Caracterização da situação fundiária em Luciara – MT em 2009*, a existência de propriedades e posses com títulos ilegais e muitas áreas da União. Ademais, o geógrafo identificou o total de 8.059 *retireiros* e a relação de 133 *retiros* que foram georreferenciados durante os trabalhos de pesquisa. A partir desse levantamento, seria possível indicar os *retireiros* que teriam direito a permanecerem legalmente dentro da RDS Mato Verdinho e quais seriam os “grileiros” que teriam que desocupar as terras que haviam tomado posse ou falsificado títulos, além de outros que, cientes ou enganados, haviam adquirido as terras com títulos falsos na origem.

Em 2009, o ICMBio elaborou um mapa com a área em estudo tendo como foco o município de Luciara.

Essa imagem é datada de 2009 e foi elaborada como mapa da proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho sobre o território de Luciara que se constituiria em uma ampla área de uso comum entre os *retireiros*. Por meio de sua análise, é possível identificar que a área urbana do município não seria incorporada à demarcação. Entretanto, a proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho não foi aceita por parte significativa da população de Luciara que temia ser retirada de suas moradias e terem suas terras desapropriadas.

A resistência local à criação da RDS Mato Verdinho

Em 2013, ocorreu um conflito envolvendo a maior parte da população de Luciara, envolvida de diferentes formas nos acontecimentos, que se iniciaram com manifestações. Porém, algumas ações mais violentas ocorreram, como o bloqueio da única rodovia que dá acesso à cidade (a MT-100), os incêndios das casas do presidente de uma associação dos *Retireiros* e de um vereador, além de disparos com



Localização nos biomas



Sistema de coordenadas geográficas: DATUM Horizontal SAD 69

Fontes de dados: IBGE (folha GG 22); Mapa de água, SISCOM-BAMA; Terras indígenas; MMA; Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade; ANA; Hidrografia. As áreas prioritárias para conservação da biodiversidade estão regulamentadas pela Portaria nº 02, do Ministério do Meio Ambiente, de 23 de janeiro de 2007.

Elaboração: Fernando Francisco Xavier. Análise Ambiental - ICMBio Mato Grosso: 65-3001-1138 (fernando.xavier@cmbo.gov.br)

Contribuições sobre eventuais falhas ou omissões verificadas neste mapa bem vindas.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ministério do Meio Ambiente



Figura 24: Área em estudo para a criação da UC de Uso Sustentável em Luciara.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente. ICMBio (2009). Elaboração: Fernando F. Xavier.

arma de fogo contra a casa de um diácono ligado à Prelazia de São Félix do Araguaia.

Além dessas ações dentro dos limites de Luciara, ocorreu o impedimento de uma equipe de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia⁸⁶ de adentrar o município para realizar uma oficina de mapas com os *Retireiros*, bem como em relação a um ônibus com alunos do curso de geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que foi cercado e impedido de seguir viagem rumo à cidade.

Tratava-se de uma ampla resistência à possibilidade de criação da RDS Mato Verdinho e foi organizada e liderada por lideranças políticas locais, tal qual a neta de Lúcio da Luz, Noeli Paciente Luz, que reclamava seu direito às áreas ocupadas por ela e outros herdeiros do fundador do povoado e que estavam sendo incluídas dentro da proposta da RDS. Tal qual os *retireiros*, a família de Lúcio da Luz não registrou todas as terras ocupadas e se viu envolvida em alguns conflitos, litígios e disputas jurídicas pelo direito de permanecer ou de comercializar essas terras.

Entretanto, não havia apenas a disputa pelas áreas situadas dentro da proposta da RDS Mato Verdinho, mas existia um temor de que toda a população de Luciara seria retirada para a consolidação da RDS. Existiam diferentes interesses entre os contrários à demarcação, que iam desde a busca por garantir sua moradia na área urbana, bem como a permanência nos *retiros* de alguns *retireiros*, além da especulação fundiária existente sobre as áreas dos *varjões* como possíveis locais de preservação ambiental anexadas a fazendas e propriedades ligadas à produção em larga escala e que precisavam se adequar às regras ambientais previstas por lei. Dessa forma, lideranças políticas, fazendeiros, proprietários, cidadãos e mesmo alguns *retireiros* se colocaram contra a demarcação da RDS Mato Verdinho.

Na ocasião dos protestos e atos de violência ocorridos em 2013, várias paredes de residências e muros da área urbana de Luciara

⁸⁶ O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) “tem como objetivo dar ensejo à autcartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia”. Mais informações podem ser encontradas no site do projeto. Disponível em: < <http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/> >. Acesso em: 08 ago. 2018.

foram utilizados para que seus moradores dissessem “Não à reserva”, como pode ser observado na figura abaixo.



Figura 25: Fotografia de parede de residência de Luciara (2017).

Fonte: Juliana Cristina da Rosa.

Essa mensagem tinha relação direta com a proposta de criação da RDS Mato Verdinho e havia a alegação de que os moradores de Luciara desconheciam e não haviam sido consultados sobre a proposta de demarcação. Além disso, o temor de que todos os moradores seriam desapropriados, expulsos ou desintrusados da área cresceu com um acontecimento que abalou toda a região, pois nos municípios vizinhos de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia, moradores e posseiros “não índios” haviam sido desintrusados, ou seja, retirados de dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé no final de 2012. Centenas de famílias foram retiradas, sobretudo do Posto da Mata, distrito formado na área remanescente da Agropecuária Suiá Missú, demarcada como terra indígena, conforme analisado por Rosa (2015). Essa desintrusão dos não

índios resultou em um “[...] caso emblemático das crescentes tensões no Brasil entre índios e fazendeiros, que têm explorado novas áreas na esperança de lucrar com a crescente produção de milho, soja e outras *commodities* nos últimos anos”, de acordo com Porto-Gonçalves (2013b, s.p.).

Um pronunciamento do então deputado estadual Baiano Filho apontava para um desconhecimento da natureza da demarcação, pois indicava que mesmo políticos e autoridades acreditavam que a proposta de delimitação da RDS Mato Verdinho se tratava de uma nova terra indígena. O deputado havia dito à reportagem do Jornal “Diário de Cuiabá”, de 18 de agosto de 2015, que: “[...] agora somos novamente tomados pela perplexidade ao ver o SPU, sem estudo e sem debate, travar o desenvolvimento da região, inibindo investidores que estavam preparados para aplicar recursos e gerar emprego”.

Diante dessas acusações de falta de conhecimento e de diálogo, em 2013, o ICMBio elaborou e distribuiu a Cartilha *Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT*, onde foi exposto que a criação de uma RDS teria como “[...] objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas” (ICMBIO, 2013, p. 2). Do mesmo modo, em 2015, a SPU e o Ministério Público Federal de Mato Grosso (MPF/MT) divulgaram uma *Nota de Esclarecimento* com o intuito de acalmar o temor da população, conforme expresso no trecho a seguir:

A SPU, portanto, intenciona realizar o ordenamento territorial e fundiário da região com vistas a mitigar os conflitos existentes. Ela assegura que a Secretaria do Patrimônio da União não tem interesse em deslocar a população que está na área de influência da Portaria. O objetivo é trazer maior segurança jurídica a quem ocupa e utiliza áreas da União.

- Na verdade, no processo de ordenamento territorial, por meio da Portaria nº 294/2014, “o poder público federal inicia um amplo, importante e fundamental processo

de diálogo com os governos estaduais, prefeituras e com a sociedade em geral, a respeito da ordenação fundiária da região, objetivando garantir a segurança jurídica no campo, por meio do respeito aos direitos humanos e ao patrimônio da União”.

A tentativa de esclarecimentos foi tardia, pois a divulgação da criação da RDS causou medo e revolta potencializados pelo argumento de que a RDS havia sido criada “[...] de cima pra baixo, por vontade unilateral de autoridades do Governo Federal” e “[...] planos de manejo inventados por intelectuais estranhos que estariam ditando regra sobre o modo de vida dos *retireiros*”, conforme descreveu Porto-Gonçalves (2013, p. 109).

Tais argumentos e as ações empreendidas por parte dos proprietários, grileiros, *retireiros*, políticos e cidadãos de Luciara contrários à RDS Mato Verdinho resultaram em um fracasso na tentativa de demarcação da área dentro do prazo estipulado, de modo que o conflito ganhou novas formas por meio de uma longa batalha jurídica.

Considerações Finais

Os conflitos de 2013 causaram repercussão midiática, e uma série de debates envolveu políticos do estado de Mato Grosso e entidades ligadas ao setor agroprodutivo e em especial a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), que publicou artigos e estudos contrários à criação da RDS Mato Verdinho. Ocorreram audiências públicas na Câmara Municipal de Luciara, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso e no Congresso Nacional, que se consolidaram como ocasiões nas quais os diferentes interesses foram sendo expostos e os debates foram intensos, de modo que o peso político dos proprietários rurais e seus apoiadores no Congresso foi importante para o fracasso da demarcação da RDS Mato Verdinho dentro dos prazos estipulados e o início da ampla batalha jurídica que criou barreiras e entraves ao processo administrativo da demarcação.

Diante das pressões de movimentos contrários à demarcação da RDS Mato Verdinho, no início de 2015, a SPU publicou a Portaria nº 10

que revogava a Portaria nº 294 e determinava a criação de um “[...] Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos sobre a situação fundiária nas áreas sujeitas às inundações periódicas do Rio Araguaia”. Ressalta-se que esse tipo de Portaria é um indicativo de que o processo administrativo e jurídico seria estendido além do proposto inicialmente e que viria a incorporar “o contraditório”, ou seja, as partes contrárias à demarcação participariam dos estudos e das tomadas de decisão, uma vez que as populações afetadas seriam consultadas. Trata-se, portanto, de um mecanismo democrático, mas que retardou e tem o potencial de extinguir a proposta de demarcação, se constituindo em uma derrota para os *retireiros* que buscavam a garantia de permanência em seus *varjões* e *retiros* por meio da RDS Mato Verdinho.

É preciso considerar ainda que a proposta de uma RDS, de uso comum, causa estranhamento na maior parte da população, uma vez que o domínio da terra por meio da propriedade privada consolidou-se no Brasil desde 1850 e foi naturalizado por muitos. Logo, apesar da legitimidade, a luta pela permanência na terra empreendida pelos *retireiros* encontrou resistência de posseiros, proprietários, grileiros e por parte significativa da população citadina de Luciara e mesmo de *retireiros* que possuem posse ou propriedade garantida.

Essa situação não significa que os conflitos pelos *varjões* de Luciara acabaram, mas que estão passando por novas dinâmicas, e, nesse sentido, a análise do processo de ocupação por parte de diferentes agentes históricos é fundamental para desnaturalizar a concepção de propriedade privada da terra como única forma de posse e domínio da terra. No caso dos *varjões* de Luciara, é imprescindível ressaltar que há menos de um século, tratavam-se de áreas ocupadas e disputadas por povos indígenas, depois se tornaram posse de migrantes e *retireiros*, e somente nas últimas cinco décadas tornaram-se propriedades privadas com títulos legais ou falsificados.

Ademais, é fundamental ressaltar que propostas de demarcação de terras indígenas, unidades de conservação, comunidades remanescentes de quilombo, reservas de desenvolvimento sustentável, entre outras modalidades de domínio de terra diferentes de propriedade privada encontram resistência por parte significativa da população

local e por parte de setores econômicos e de políticos por todo o País. O caso da RDS Mato Verdinho está relacionado a esse contexto mais amplo e pode indicar os mecanismos utilizados pelas populações tradicionais na luta pelo reconhecimento de territórios, bem como as estratégias da população contrária e de seus apoiadores.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS MATO VERDINHO. [Ata]. 1995. **Ata da Assembleia Geral da constituição realizada no dia 01 de fevereiro de 1995.**

ASSOCIAÇÃO DOS RETIREIROS DO ARAGUAIA. [Carta]. **Carta dos Retireiros do Araguaia para a senadora Marina Silva.** 2001.

AURELI, W. **Bandeirantes d'Oeste.** 2. ed., São Paulo Edições Leia. 1962.

BALDUS, H. **Tapirapé:** tribo tupi no Brasil Central. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1970.

BECKER, B. K. **Fronteira Amazônica:** questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB. 1990.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha “Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT”.** [Cartilha]. Brasília – DF. 2013.

BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 294/2014, de 27 de novembro de 2014.** Reconhece como área prioritária para a conservação e utilização sustentável a RDS Mato Verdinho. Brasília, DF. 2014.

BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 10/2015, de 30 de janeiro de 2015.** Revoga a Portaria 294/2015 e institui GT. Brasília, DF. 2015.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia:** expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense. 1977.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF/MT). Secretaria de Patrimônio da União (SPU). **Nota de Esclarecimento**. [Nota]. 2015.

Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/mpf-e-spu-divulgam-esclarecimentos-sobre-portaria-que-delimita-area-da-uniao-no-vale-do-araguaia-1>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

MORENO, G. **Os (Des)caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP. 1933.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflito**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus. 1993.

_____. **Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Luciara-MT**. [Laudo Fundiário]. 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (Coord.). **Diagnóstico Preliminar da Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT**. [Laudo Socioeconômico]. Ministério do Meio Ambiente. 2006.

_____. Verdades e Mentiras sobre a Reserva Mato Verdinho, Luciara-MT. In: WERNER, I.; SATO, M.; ROSSI, R. **Relatório de Direitos Humanos - MT**. [Relatório]. 2013.

_____. **Retireiros do Araguaia: terra para vida, terra para a paz**. 2013b.

Disponível em: <<http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/2013/09/retireiros-do-araguaia-terra-para-vida.html>>. Acesso em: 02 set. 2015.

SILVA, A. R. da. **Espaço e conflito: tensões territoriais no Médio Araguaia e a emergência/invenção da identidade retireira (1958-2011)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ. 2012.

SILVA, H. R. da. **Nos Sertões do Araguaia: narrativas da expedição às Glebas Bárbaras do Brasil Central**. São Paulo: Editora Saraiva, Coleção Saraiva 3. 1948.

ROSA, J. C. **A Luta pela Terra Marãiwatsédé:** povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Possesiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012). Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá. 2015.

SOARES, L. A. B. Trilhas e caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia, parte nordeste do estado de Mato Grosso, na primeira metade do Século XX. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato grosso:** a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT (p. 255-289). 2010.

WAGLEY, C. **Lágrimas de Boas-Vindas:** os índios Tapirapé do Brasil Central. Tradução de Elizabeth Mafra Cabral Nasser. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1988.



UMA TERRA INDÍGENA E TERRITÓRIOS MUNICIPAIS ADMINISTRATIVAMENTE CRIADOS: O CASO DA TI MARÃIWATSÉDÉ E OS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ALTO BOA VISTA E BOM JESUS DO ARAGUAIA

Juliana Cristina da Rosa

Cientista Social e Historiadora. Doutora em História.
Pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – Neru

Paulo Sergio Delgado

Doutor em Antropologia. Professor do PPGAS/UFMT
Pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – Neru

Introdução

Em 2012, centenas de famílias de não índios foram desintrusadas de dentro dos limites da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé, cujo território se sobrepunha aos territórios municipais de São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e, sobretudo, de Alto Boa Vista. Tal acontecimento gerou conflitos, debates e fomentou uma série de questionamentos sobre os impactos do retorno de um grupo do povo A'uwê, conhecidos como Xavante⁸⁷, a um território com 165.241,2291 hectares que havia sido ocupado por posseiros desde 1992 e no qual foram desenvolvidas atividades produtivas ligadas à extração de madeira, criação de gado bovino e plantação de soja e milho.

Entretanto, é fundamental compreender o acontecimento a partir de um processo histórico mais amplo e a dinâmica de formação jurídica e administrativamente de territórios municipais que se sobre-

⁸⁷ O povo Xavante pertence à família linguística Jê (tronco Macro-jê) e constitui, juntamente com os povos Xakriabá e Xerente, o grupo linguístico Akwên. Segundo Maybury-Lewis (1984), este povo se autodenomina A'uwê Uptabi, que significa povo verdadeiro.

punham a um território indígena anterior, destacando ainda que os Xavante foram retirados e lutaram para retornarem à Marãiwatsédé. Do mesmo modo, é fundamental problematizar a maneira com que esse território foi sendo ocupado por posseiros não índios a partir de 1992, e identificar que as atividades econômicas desenvolvidas se deram sobre uma terra indígena que havia sido reconhecida naquele ano e devolvida aos Xavante por parte de uma empresa estatal italiana, então proprietária da área remanescente da Agropecuária Suiá Missú que havia expropriado o povo indígena na década de 1960.

A partir disso, este capítulo tem como objetivo principal analisar como se deu o processo de formação de povoados e municípios sobre território indígena e de que forma os Xavante foram expropriados na década de 1960 para a instalação da Agropecuária Suiá Missú. Ademais, será abordado como, após essa remoção, Marãiwatsédé foi sendo recortado por limites artificiais de novos municípios e suas terras foram ocupadas por não índios e por atividades produtivas que levaram a um nível de impacto ambiental que fez com que Marãiwatsédé fosse considerada a terra indígena mais desmatada do Brasil.

O território Marãiwatsédé enquadrado dentro da área administrativa do município de Barra do Garças e o surgimento do povoado de São Félix do Araguaia

Segundo o antropólogo Maybury-Lewis (1984, p. 50), o povo Xavante se constitui em uma unidade étnica, mas não política, de modo que diferentes grupos ocupam territórios situados em partes distintas do estado de Mato Grosso. Um desses grupos ocupava um território amplo, denominado *Marãiwatsédé*⁸⁸, localizado entre o divisor das águas das bacias dos rios Araguaia e Xingu em área de transição entre os biomas da Amazônia e do Cerrado. Segundo o *Relatório de identificação e delimitação da*

⁸⁸ A palavra Marãiwatsédé oferece dificuldades para ser traduzida para a língua portuguesa pois, ao que tudo indica, trata-se da junção um adjetivo e um substantivo. Assim, *marã* pode ser traduzido como sombra, abertura na mata ou clareira, sendo que indica também locais onde se preparam os rituais e sobre os quais recai o segredo, o que pode ser perigoso para quem não é iniciado. Já *watsédé* pode ser traduzido como perigoso. A ecologia da terra indígena Marãiwatsédé apresenta ambientes de cerrado e mata com árvores de grande porte, o que leva à generalização da tradução como *Mata Grande*.

TI *Marãiwatséde*, de Rodrigues (1992, p. 2), esse território se estendia “[...] entre os vales do Rio Araguaia, a leste, e o Rio Xingu, a oeste. Ao norte, é delimitada pelo Rio Tapirapé, afluente do Araguaia. A divisa natural entre os dois grandes rios é a Serra do Roncador [...]”. Segundo a OPAN (2012, p. 15), “[...] ao sul, sua fronteira era o território ocupado por outros A’uwê: o grupo de São Domingos, com quem os Xavante de Marãiwatsédé não mantinham boas relações (OPAN, 2012, p. 15).

Esse território dos Xavante foi se consolidando por meio de disputas com outros povos e, a partir da segunda metade do Século XX, passou a ser intensamente percorrido e ocupado por não índios. Dessa forma, foi incorporado jurídica e administrativamente como parte da área territorial de Barra do Garça, município de Mato Grosso, que em 1960 ocupava uma área significativamente extensa de quase 200 mil km². A localização do município de Barra do Garças e sua extensão na década de 1950 podem ser visualizadas por meio da Figura 26.

Dentro desse amplo território do município de Barra do Garças, havia Marãiwatsédé, território Xavante, mas que não foi mapeado naquela década, apesar do conhecimento das autoridades de sua existência. Segundo Barrozo (2007, p. 36), no final da década de 1950, esse território municipal era ocupado majoritariamente por povos indígenas, com poucos povoados de não índios, como Xavantina, às margens do rio das Mortes, e Mato Verde⁸⁹, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia, situados às margens do Rio Araguaia.

São Félix do Araguaia é resultado da formação a partir da década de 1940 de um povoado de não índios e se tornou distrito de Barra do Garça em 1948, antes de ser emancipado, segundo a história oficial apresentada no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹⁰. Destaca-se que o nome do lugar tem relação direta com a presença dos Xavante, pois:

⁸⁹ Por meio da Lei estadual n. 1.940, em 1961, esse povoado foi elevado à categoria de município e passou a ser denominado Luciara. Esses outros povoados continuaram com o mesmo nome quando emancipados.

⁹⁰ IBGE Cidades. **São Félix do Araguaia**. História. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sao-felix-do-araguaia/historico>>. Acesso em: 26 out. 2018.

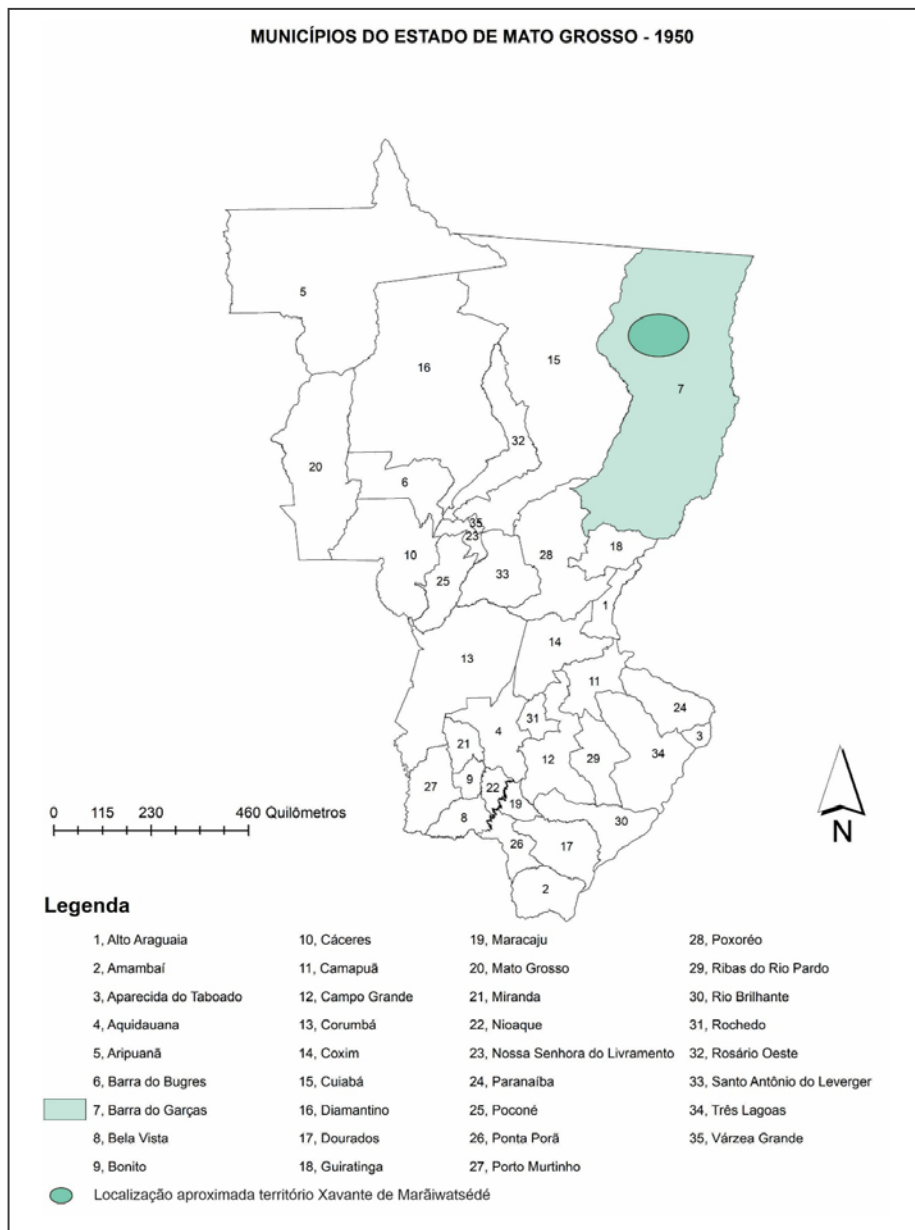


Figura 26: Mapa dos territórios municipais de Mato Grosso em 1950 com destaque para Barra do Garça e a localização de Marãiwatsédé

Fonte: Mapa elaborado pelos autores a partir da base de dados do IBGE – Portal de Geociências⁹¹.

⁹¹ Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em 03 nov. 2018.

A invocação a São Félix provinha do sofrimento do povo na conquista de uma terra povoada por nações indígenas, região de tensão social. Tomaram São Félix por padroeiro, acreditando que os protegeria contra os índios Xavantes, que habitavam a região e faziam incursões sobre o nascente povoado, pois não admitiam a ocupação de seu território.

À margem direita do Rio Araguaia, vivia o pacífico povo indígena Karajá. Com a descida do povo Xavante para o sul, a partir de 1945, registrou-se maior tranquilidade entre os colonos (IBGE)⁹².

Trata-se de uma narrativa a partir da perspectiva dos não índios que categorizavam o povo Karajá como “pacíficos” e os Xavante como belicosos, na medida em que “não admitiam a ocupação de seu território”. Logo, desde a consolidação do povoado, a presença dos Xavante era conhecida, temida e eram notórias as tensões e conflitos ocorridos entre os não índios, identificados como “sertanejos”, que avançavam sobre o território indígena, conforme pode ser observado em narrativas de viagens como a dos “novos bandeirantes” Willy Aureli (1962) e Hermano Ribeiro da Silva (1948).

Apesar do conhecimento da presença dos Xavante e de sua recusa em deixar os não índios adentrarem seu território, uma ampla área foi comercializada pelo estado de Mato Grosso.

A comercialização das terras de Marãiwatsédé e a expropriação dos Xavante na década de 1960

Englobado jurídica e administrativamente no território do município de Barra do Garças e em um contexto de expansão do povoado de São Félix do Araguaia, Marãiwatsédé passou a ter parte significativa de suas terras comercializadas pelo estado de Mato Grosso a partir da segunda metade do Século XX.

⁹² *Ibidem.*

Por meio do *Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé* (2003), coordenado por Moreira Leão, é possível identificar que foram emitidos 25 títulos com áreas com dimensões menores que 10.000 hectares (ha), que, somadas, resultavam em um total de 242.646,922 ha e que foram adquiridos por um único proprietário: Ariosto da Riva. Conforme a Certidão Vintenária⁹³ da “Fazenda Suiá Missú”, é possível constatar que outra área foi vendida pelo estado de Mato Grosso por Cr\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de Cruzeiros) diretamente a Ariosto da Riva. Logo, a partir da somatória da área fragmentada adquirida através dos 25 títulos de terceiros, com a área comprada diretamente do estado de Mato Grosso, Ariosto da Riva registrou um total de 695.843.8551 ha em seu nome na década de 1960⁹⁴.

Depois de ter feito sociedade com o Grupo Ometto⁹⁵, Ariosto da Riva vendeu sua parte da propriedade da Agropecuária Suiá Missú para os sócios que passaram a controlar a fazenda e tiveram acesso aos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) entre os anos de 1972 e 1978, além de um financiamento de Cr\$ 7.878,000 declarados oficialmente pelo órgão, conforme constatação de Barrozo (2010, p. 19-20).

Destaca-se que, para obter esses recursos federais, a empresa precisou apresentar uma Certidão Negativa emitida pela FUNAI⁹⁶ de que a área não “estava ocupada por silvícolas”. Tal certidão foi emitida em 1972 e garantia “não haver conhecimento de aldeamento indígena na área de interesse da peticionária”, no caso, a Agropecuária Suiá Missú S/A.

Entretanto, o que não se levou em consideração foi o processo histórico de esbulho que os Xavante haviam vivenciado na segunda

⁹³ Certidão Vintenária registrada no 1º Serviço Notarial e Registros da Comarca de Barra do Garça, estado de Mato Grosso sob número 7.585, livro 3-L de 10 de janeiro de 1963.

⁹⁴ Conforme consta no Registro Tórrrens (Livro número 01 de 05 de dezembro de 1971).

⁹⁵ Segundo Tafner e Silva (2011, p. 105): “Dentre os acionistas da empresa agropecuária amazônica da família figuravam Luiz Ometto, o mais novo dos irmãos, Orlando Chesini Ometto (filho de Pedro Ometto e Narcisa Chesini) e Hermínio Ometto (filho de José Ometto e Romana Belloni)”.

⁹⁶ Fonte: Arquivo FUNAI. Certidão Negativa de Aldeamento Indígena (1972).

metade da década de 1960, quando, depois do contato, foram transferidos para outra terra indígena Xavante. Segundo Rodrigues (1992, p. 62):

[...] em um acerto que envolveu os padres salesianos, funcionários do SPI⁹⁷, a FAB⁹⁸ e Ariosto da Riva, já estava decidido que os Xavante seriam transferidos para a Missão Salesiana em São Marcos, localizada a mais de 400 km de Marãiwatsédé, em uma aldeia de outro subgrupo Xavante. Não foram informados de nada, pelo contrário. Simplesmente foram pressionados a aceitar, sem alternativas, uma realidade incompatível com suas aspirações.

Um processo de esbulho e remoção, acrescido de uma epidemia de sarampo acometida aos Xavante de Marãiwatsédé assim que chegaram à Missão Salesiana de São Marcos, e que foi seguido de diáspora dos sobreviventes. Não obstante, aqueles sobreviventes empreenderam um longo período de articulações para reivindicar o retorno do grupo ao território de ocupação tradicional, conforme Rosa (2015).

A partir da remoção dos Xavante, a Agropecuária Suiá Missú teve acesso aos incentivos e recursos da SUDAM, desenvolvendo atividades ligadas à pecuária bovina, mas deixando de constituir a cidade de Liquilândia, conforme haviam prometido nos projetos apresentados à superintendência estatal. Porém, as terras de Marãiwatsédé passaram a ser ocupadas por não índios e delimitadas jurídica e administrativamente como pertencentes a novos municípios desmembrados de Barra do Garças.

A criação dos municípios de São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia e a formação do distrito Posto da Mata

Em 1976, a partir da expansão do povoado de São Félix do Araguaia, um novo município foi emancipado de Barra do Garças⁹⁹, com

⁹⁷ Serviço de Proteção ao Índio

⁹⁸ Força Aérea Brasileira.

⁹⁹ Por meio da Lei estadual n° 3.689, de 13 de maio de 1976.

um amplo território com mais de 41 mil km², dentro dos quais estavam terras que compunham o território Xavante Marãiwatsédé. Essa configuração territorial foi novamente transformada, pois o município de São Félix do Araguaia cedeu parte de seu território para os municípios de Querência e Alto Boa Vista em 1991, e para Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Novo Santo Antônio, criados em 1999. Dos 41 mil km² iniciais delimitados em 1976, permanecem como território de São Félix do Araguaia pouco mais de 16.700 km².

Desses novos municípios, dois deles se destacam por terem parte de seu território sobreposto a Marãiwatsédé. Um deles é o município de Alto Boa Vista que, em 1991, foi criado¹⁰⁰ com um território de 2.240,438 km², desmembrado dos municípios de Ribeirão Cascalheira e São Félix do Araguaia. Segundo o IBGE¹⁰¹, o município foi formado a partir de um comércio instalado em 1976 à beira da estrada que liga o município de São Félix do Araguaia a Barra do Garças, onde uma família de comerciantes se instalou, seguida de outras, até que o agrupamento de casas cresceu por conta da aquisição de terrenos urbanos por parte da Agropasa para assentar alguns posseiros da Gleba Bandeirantes-Agropasa. Posteriormente, novos moradores vindos de municípios de localidades próximas, bem como migrantes do Sul do País, fomentaram o crescimento populacional.

Dentro do território do município de Alto Boa Vista formou-se um povoado que veio a se tornar o Distrito Posto da Mata, a partir de 1992. Esse distrito estava localizado em uma área remanescente da Agropecuária Suiá Missú e onde havia um antigo posto de gasolina usado para abastecer aquela agropecuária. Ali, em 1992, foi realizada uma reunião onde políticos locais convocaram posseiros para distribuírem e organizarem a ocupação das áreas que haviam sido prometidas para devolução aos Xavante de Marãiwatsédé e que estavam sob processo administrativo de demarcação pela FUNAI. Segundo Ferraz e Mampiere (1994, p. 677):

¹⁰⁰ Por meio da Lei n. 5894.

¹⁰¹ IBGE Cidades. **História**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/alto-boa-visita/historico>>. Acesso em: 26 out. 2018.

Alguns dias após o início da invasão, os políticos locais convocaram uma reunião com os chamados *posseiros da Suiá*, no interior da área da fazenda, numa localidade chamada Posto da Mata. A presença de prefeitos e candidatos exibindo um mapa-guia da invasão apontavam para um acordo prévio, onde a “área liberada” era exatamente a terra xavante identificada pela FUNAI. Com apoio das autoridades estaduais e representantes da empresa, a orientação explícita era para que “não ocupassem as áreas assinaladas no mapa” (sic), os chamados “retiros”. Ali estavam o rebanho (cerca de 32 mil cabeças de gado) e o maquinário da Suiá, liquidados em leilão dois meses depois, cujos compradores foram os mesmos políticos regionais presentes àquela reunião.

Essa reunião definiu a ocupação da área remanescente da Agropecuária Suiá Missú, sendo gravada e transmitida ao vivo pela Rádio Mundial FM no dia 20 de junho de 1992, às 15 horas, e também foi fotografada, conforme pode ser observado abaixo:



Figura 27: Fotografia da Reunião no Posto da Mata em 1992.

Fonte: Arquivo Prelazia de São Félix do Araguaia.

Nessa ocasião, um mapa foi apresentado, assinado e carimbado pelo então vereador Oscar Kalil Botelho Filho, o “Mazim”, e norteou a ocupação das terras da área remanescente da Agropecuária Suiá Missú, que já estava em processo de reconhecimento como Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé. Segundo um relato de um senhor que foi gerente da Agropecuária Suiá Missú:

A área de Marãiwatsédé ela foi aos poucos sendo depre-dada. Muita derrubada de árvore, muito fogo e muita gente também. Além das fazendas e chácaras que foram aparecendo por lá, duas cidades inteiras cresceram dentro da região onde habitavam os Xavante. Primeiro foi Alto da Boa Vista que está quase toda dentro da terra Xavante, depois o Posto da Mata. O Posto da Mata não existia até pouco tempo, era só um posto de gasolina no meio da mata. Hoje não tem mais mata nenhuma, só tem a vila que cresceu às custas de madeiras que também não existem mais. A madeira acabou, ficaram as pessoas (Relato Oral de Dário Carneiro, 2010)¹⁰².

Toda a formação do distrito do Posto da Mata ocorreu paralela-mente ao processo de reconhecimento da TI Marãiwatsédé, uma vez que a distribuição das áreas naquela reunião foi realizada a partir do conhecimento de que a ENI/Agip Petroli havia devolvido a área remanescente da Agropecuária Suiá Missú aos Xavante, conforme consta na gravação dos discursos dos políticos durante o evento, que foi analisado por Rosa (2015). Apesar do conhecimento desse processo por parte de políticos e autoridades, o distrito do Posto da Mata foi sendo ocupado e nele foram realizadas ações por parte do Estado nos anos seguintes e que forneceram ao lugar uma escola, iluminação pública, praça, entre outros, bem como a inserção de seus moradores em programas do Governo Federal, como o *Luz para Todos*, mesmo tendo

¹⁰² Relato Oral disponível no documentário “Vale dos Esquecidos”. Direção: Maria Raduan, 2010.

conhecimento de que a TI Marãiwatsédé já estava demarcada¹⁰³ e homologada¹⁰⁴ no final da década de 1990.

Não obstante, depois da demarcação e homologação da TI Marãiwatsédé, parte de suas terras foram englobadas em um novo território municipal, pois, em 1999, Bom Jesus do Araguaia foi elevado de distrito à categoria de município¹⁰⁵, compreendendo um território de 4.274,218 km².

Dessa forma, além de São Félix do Araguaia, primeiro a se emancipar do município de Barra do Garças em 1976, outros dois municípios criados na década de 1990 possuem parte de seu território jurídica e administrativamente delimitados que se sobrepõem ao território, que, na mesma década, era delimitado e reconhecido como TI Marãiwatsédé. Ressalta-se que, mais que a sobreposição de territórios, esse processo resultou em litígio entre as partes interessadas e um longo e complexo processo de luta pelo domínio de suas terras.

Não obstante, é fundamental destacar que o processo administrativo conduzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que resultou na demarcação da TI Marãiwatsédé, reconheceu apenas parte do território ocupado pelos Xavante antes da chegada dos não índios, de modo que delimitou Marãiwatsédé dentro da área remanescente da agropecuária Suiá Missú, devolvida aos Xavante e ocupada por não índios em 1992. Para compreender esse processo, é necessário analisar o processo de esbulho territorial e a retomada de Marãiwatsédé pelos Xavante em 2012.

Um território tradicionalmente ocupado sobreposto a territórios municipais jurídica e administrativamente criados

O processo de esbulho do território dos Xavante foi apresentado em 1992 no *Relatório de identificação e delimitação da TI Marãiwatsédé* coordenado por Rodrigues, e no *Laudo Antropológico Terra Indígena Marãiwatsédé* realizado por Rosa Bueno, em 2006. Na perspectiva antropológica, e diante de uma nova conjuntura jurídica possível por

¹⁰³ Por meio da Portaria do Ministério da Justiça n° 363/93.

¹⁰⁴ Por meio de Decreto do Poder Executivo de 11 de dezembro de 1998.

¹⁰⁵ Por meio da Lei n. 7174 de 24 de setembro de 1999.

meio da Constituição Federal de 1988, o direito à reivindicação dos Xavante pelo retorno à Marãiwatsédé foi operacionalizado mediante um processo administrativo de reconhecimento, delimitação e homologação de um “território tradicionalmente ocupado” pelos Xavante desenvolvido pela FUNAI a partir da década de 1990.

No ano de 1992, a área remanescente da Agropecuária Suiá Missú era propriedade da empresa estatal italiana ENI/Agip Petroli, que prometeu devolver mais de 192 mil hectares aos Xavante durante o evento ECO 92¹⁰⁶, depois de uma série de pressões de entidades nacionais e internacionais, conforme descrição de Ferraz (1991) e Ferraz e Mampieri (1995). A partir de então, um processo administrativo foi aberto na FUNAI e a partir da área remanescente da Suiá Missú foi produzido o mapa de delimitação da TI Marãiwatsédé, conforme Rodrigues (1992, p. 100).

Entretanto, como naquele mesmo ano de 1992, posseiros haviam adentrado a área remanescente da Suiá Missú, e foi iniciado um processo de disputa judicial sobre a área envolvendo posseiros, políticos, entes e agentes do Estado. Marãiwatsédé foi declarada Terra Indígena em 1993¹⁰⁷ pelo Ministério da Justiça, sendo homologada em 1998 por meio de Decreto Presidencial¹⁰⁸, e se constituiu em um território registrado em cartório como propriedade da União Federal, em conformidade com os direitos assegurados pela Constituição Federal, seguindo o processo administrativo definido pelo Decreto 1.775/96 e Estatuto do Índio (6.001/73).

Porém, esses procedimentos legais de reconhecimento, demarcação e homologação da TI Marãiwatsédé não garantiram que os Xavante pudessem retornar às suas terras, uma vez que uma longa disputa jurídica foi travada, pois muitos posseiros, por meio da Associação dos

¹⁰⁶ A Eco-92 foi uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que aconteceu entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro para debater questões ambientais mundiais. Os Xavante de Marãiwatsédé, juntamente com seus apoiadores, viram nesse evento uma forma de pressionar a empresa estatal italiana ENI/Agip Petroli, proprietária do que restava da Agropecuária Suiá Missú, a devolver seu antigo território.

¹⁰⁷ Por meio da Portaria 363 de 01 de outubro de 1993.

¹⁰⁸ Em 11 de dezembro de 1998, publicado no DOU de 14 de dezembro de 1998.

Produtores Rurais da Área Suiá Missú (APROSUM), empreenderam resistência apresentando argumentos contrários ao procedimento administrativo da FUNAI, com o objetivo de permanecer nas áreas que haviam ocupado depois de 1992.

Somente em 2003, após uma decisão judicial que garantia o direito ao retorno à Marãiwatsédé¹⁰⁹, foi que os Xavante tentaram adentrar a área demarcada e homologada, mas foram impedidos por uma barreira formada por posseiros e com o apoio das prefeituras municipais e autoridades de municípios cujos territórios seriam delimitados como pertencentes à União por serem parte da TI Marãiwatsédé.

Impedidos novamente de retornarem à Marãiwatsédé, os Xavante permaneceram acampados por meses à margem da rodovia BR-158, até que, por meio de uma ação estratégica, conseguiram adentrar a área homologada. Assistidos pela FUNAI, bem como por meio de uma decisão judicial favorável aos Xavante, eles se instalaram provisoriamente em uma área de 15 mil hectares que anteriormente foi ocupada pela Fazenda Karu.

Todavia, Marãiwatsédé não era mais a mesma: a mata grande havia cedido lugar às plantações de milho e soja, ou às pastagens para criação de gado bovino.

O desmatamento e uso das terras de Marãiwatsédé para pecuária bovina e cultivo de soja e milho

O reconhecimento e declaração de que Marãiwatsédé era uma terra indígena em 1992, a homologação em 1998 e o pedido de desintrusão dos não índios por meio de uma ação civil pública¹¹⁰ do Ministério Público Federal (MPF) em 2005 fizeram com que os posseiros tivessem insegurança jurídica em relação às suas atividades comerciais

¹⁰⁹ Segundo Bortoleto Monteiro (s/d, p. 08): “Já em 10/11/2000, o Juiz Federal da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso determinou e autorizou o retorno da comunidade indígena Xavante à Terra Indígena Marãiwatsédé, sem prejuízo, por enquanto, da permanência dos posseiros no local onde estão, devendo a FUNAI responsabilizar-se e tomar todas as providências cabíveis para a implementação do retorno dos indígenas em questão à sua área primitiva”.

¹¹⁰ Trata-se da Ação Civil Pública n.º 95.00.00679-0 que tramitou na 5ª Vara na Justiça Federal de Mato Grosso.

e à possibilidade de permanecerem nas terras e moradias. Diante disso, alguns produtores do setor agroprodutivo passaram a desenvolver estratégias de não investirem capital em infraestrutura e tecnologia agrícola nas terras ocupadas dentro de Marãiwatsédé:

Em depoimentos ao *Repórter Brasil*, produtores rurais explicaram que atualmente a maioria optou pela criação de gado na TI, porque, mesmo com menor rentabilidade do que a soja e o arroz, a pecuária demanda menos investimentos e apresenta menores riscos em caso de uma repentina decisão favorável aos indígenas no processo de disputa pela terra¹¹¹.

Dentro dessa lógica, seria mais apropriado criar gado bovino, uma vez que é possível retirar da área os animais, as benfeitorias de madeira e cercas de arame que fazem parte dessa atividade pecuária, do que investir em abertura de novas áreas, tratamento do solo e implementação de tecnologias agrícolas próprias da produção de soja e milho em larga escala.

Entretanto, nem todos os posseiros que estavam dentro de Marãiwatsédé possuíam essa estratégia. Isso porque ocorreu uma significativa comercialização de títulos de terra por parte de Admilson Luiz Rezende e Jurandir de Souza Ribeiro¹¹², e muitos produtores adquiriram tais títulos, ainda que descritos no rodapé que se tratava de uma área homologada como terra indígena. Com a posse desses títulos de terra, ainda que considerados mais tarde sem validade jurídica, muitos passaram a instalar benfeitorias e iniciar atividades produtivas que exigiam investimentos.

Esse foi o caso da instalação de um silo de armazenamento de grãos dentro da TI Marãiwatsédé, que foi retirado com a desintrusão de não índios em 2012, sem que seu proprietário fosse indenizado. A

¹¹¹ REPÓRTER BRASIL. **Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado de Mato Grosso**. 2010, p. 09. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf>. Acesso em: 26 maio 2014.

¹¹² Ambos compraram da Agip do Brasil, que era a filial brasileira da empresa italiana Agip Petroli, que havia devolvido a área remanescente da Suiá Missú para os Xavante. Como a FUNAI registrou a TI Marãiwatsédé com uma nova matrícula, a antiga matrícula continuou sendo comercializada, conforme apurado por Leão (2003, p. 4-5).

existência desse silo indica que havia uma significativa produção de soja e milho nas terras que foram demarcadas e homologadas como TI Marãiwatsédé, de modo que em 2010, a *Operação Soja Pirata*, executada pelo Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pela Polícia Federal (PF) resultou em ações de busca e apreensão de soja cultivada naquelas terras.

Toda a soja apreendida foi armazenada em um silo próximo às fazendas, pertencente a uma empresa de nome fantasia Company Comercio e Representações Ltda., do empresário e produtor Valmir de Souza. Souza entrou na Justiça para reaver a produção, que está sob disputa judicial, mas, segundo o IBAMA e o Ministério Público Federal, a soja deve ser leiloada e os dividendos da parcela apreendida na Marãiwatsédé devem ser revertidos aos Xavantes. O restante será encaminhado ao programa *Fome Zero*, do Governo Federal. Para assegurar a apreensão da soja e garantir a punição dos crimes ambientais cometidos na TI Marãiwatsédé, o Ministério Público Federal impetrou uma Ação Civil Pública (ACP) junto a Justiça Federal no Mato Grosso, tendo como primeiro réu o fazendeiro Antônio Penasso (uma ACP similar deve ser apresentada em breve pelo MPF contra Claudemir Guareschi, a despeito de seu falecimento, afirma o procurador Mario Lucio Avelar).¹¹³

Além dessa operação, outros produtores foram processados por terem praticado desmatamento de áreas dentro da TI Marãiwatsédé, sendo que os impactos ambientais foram objeto de interpelação conforme consta no *Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé* de 2003, onde os temas relacionados ao desmatamento e aos danos ambientais praticados pelos ocupantes não índios foram questionados e tiveram respostas oferecidas pelo perito, conforme o trecho abaixo:

¹¹³ REPÓRTER BRASIL. **Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado de Mato Grosso**. 2010, p. 13. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf>. Acesso em: 26 maio 2014.

1.10 Qual a situação de vegetação então existente e, parcial ou totalmente destruída, e quem foram os autores?

RESPOSTA: O imóvel está parcialmente destruído em sua vegetação original, sendo que os autores foram os proprietários e os atuais ocupantes, do ano de 1992 para cá, quando da invasão da área pelos mesmos (LEÃO, 2003, p. 71).

[...]

2.14 Quais os danos ambientais perpetrados pela indevida ocupação?

RESPOSTA: Os danos ambientais mais visíveis são o desmatamento em corte raso de grande porção de floresta nativa e a exploração madeireira em toda a sua extensão. Como o imóvel foi declarado “Terra Indígena”, as matas e a floresta são consideradas de Preservação Permanente, conforme disciplina o Código Florestal (Lei N.º 4.771/65) (LEÃO, 2003, p. 73).

De acordo com esse laudo, em 2003, era possível identificar a situação de desmatamento de uma área significativa da TI Marãiwatsédé que foi resultante de um processo de ocupação que também pode ser identificado por meio de imagens de satélite que foram utilizadas pela FUNAI para identificar tal processo. Por meio da comparação de parte dessas imagens, é possível comparar o desflorestamento inicial feito pela Agropecuária Suiá Missú e pelos primeiros ocupantes não índios nos anos de 1992 e 1998, quando a área já havia sido homologada como TI Marãiwatsédé: no ano da ocupação, a área desflorestada era de 15.519,62 ha e seis anos depois esse número cresceu para 25.511,69 ha da área impactada. Logo, a Agropecuária Suiá Missú desflorestou aproximadamente 9,4% dos 165.241 ha demarcados como TI Marãiwatsédé em 1992, e a ocupação iniciada naquele mesmo ano por outros não índios foi responsável por um aumento no desflorestamento e que elevou esse percentual para 15,4% em 1993, conforme pode ser visualizado nas Figuras 28 e 29.

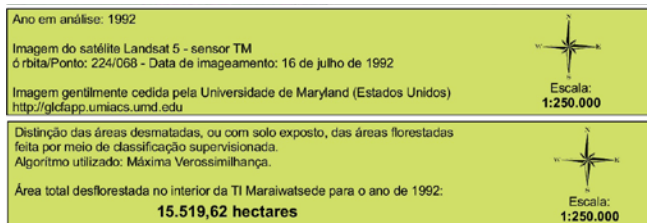
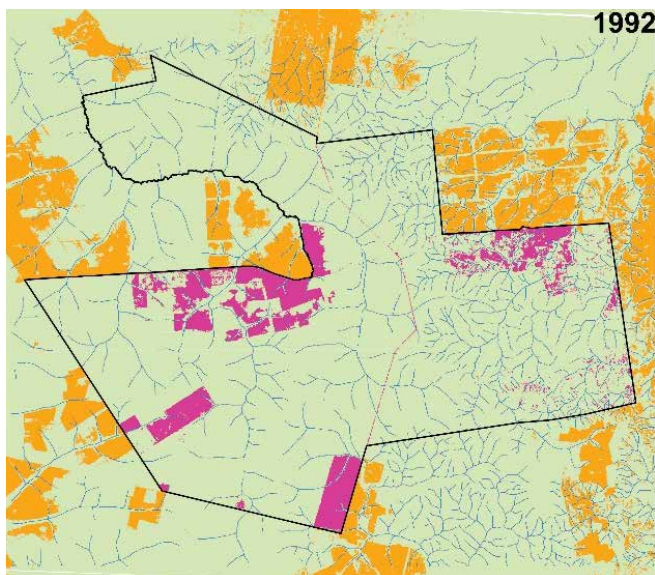
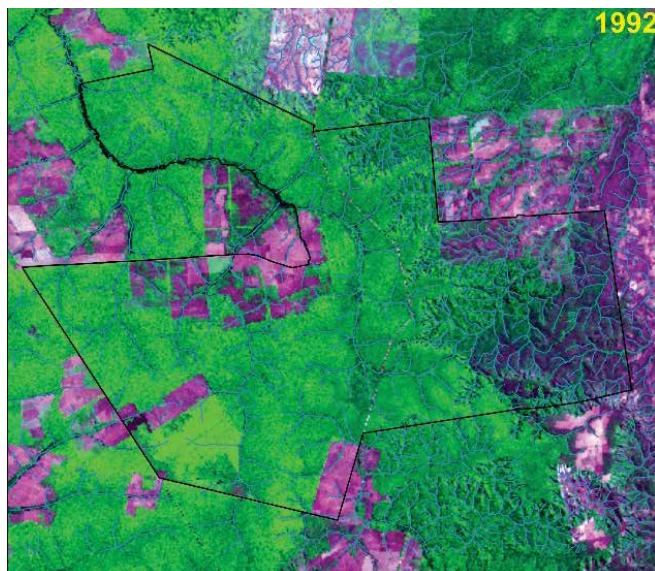


Figura 28: Imagem de satélite do desmatamento em Marãiwatsédé (1992)

Fonte: Universidade de Maryland (EUA)

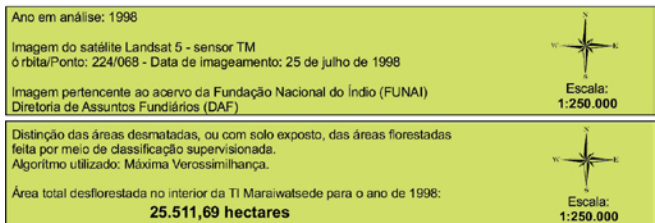
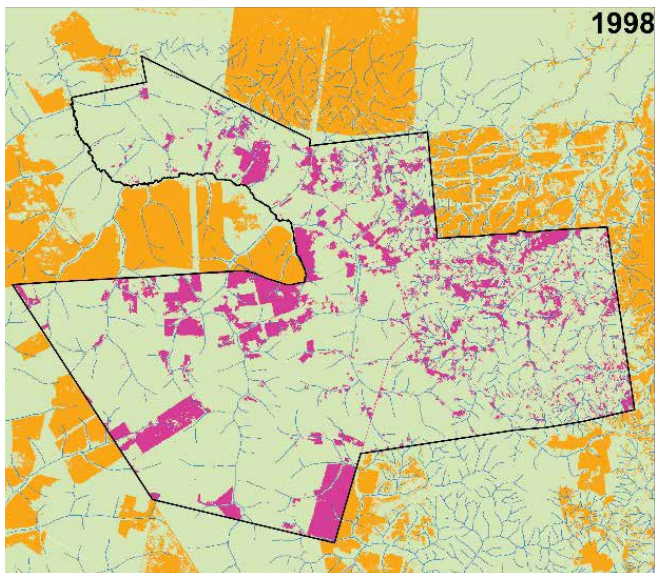
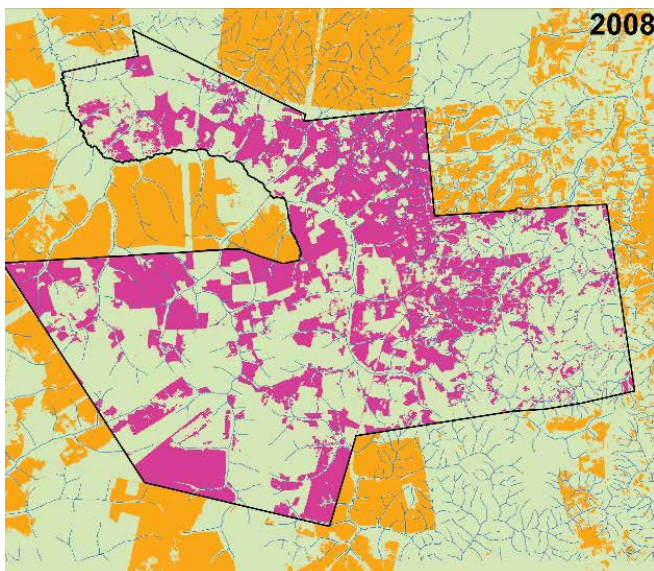


Figura 29: Imagem de satélite do desmatamento em Marãiwatsédé (1998)
Fonte: Funai (2009). Análise multitemporal do território da TI Marãiwatsédé.

Percebe-se que parte significativa da área reconhecida, demarcada e homologada como TI Marãiwatsédé possuía cobertura vegetal, com pontos onde o desmatamento era identificado. Entretanto, essa situação foi amplamente transformada se analisada a imagem da situação depois de uma década, como é possível identificar na Figura 30.

O aumento da área desflorestada é nítido nessa imagem de 2008 e atingiu 62.167,23 ha de Marãiwatsédé, correspondendo a 37,6% da área. Esse aumento continuou sendo registrado nos anos seguintes por novas fontes, como o Relatório do Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) de 2010 do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), que indicavam que 45% da mata nativa de Marãiwatsédé havia sido destruída. Dados de 2012 do Deter/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sugeriam que o elevado percentual de desmatamento em Marãiwatsédé fazia com que a área fosse considerada a terra indígena mais desmatada do Brasil, uma vez que no ano anterior, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), do INPE apontou para um percentual de 71,5% da área desmatada.

Podemos concluir que o maior percentual de desflorestamento ocorreu justamente nos cinco anos anteriores à desintração dos não índios de Marãiwatsédé, o que indica uma significativa ação comercial e de exploração de madeira. Toda essa situação ambiental da TI Marãiwatsédé foi resultado de um processo iniciado em 1992 de ocupação por não índios e intensificado com atividades produtivas ligadas à pecuária de gado bovino e ao cultivo de soja e milho dentro da área nas duas décadas posteriores, que somente foi transformada com a desintração dos não índios da área em 2012 e o retorno dos Xavante à Marãiwatsédé.



Ano em análise: 2008

Imagens do satélite CBERS 2B - sensor CCD - órbitas/Ponto: 162/113 e 163/113
 Datas de imageamento: 7 de agosto e 4 de agosto de 2008, respectivamente.

Imagens gentilmente cedidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
<http://www.dgi.inpe.br>

Distinção das áreas desmatadas, ou com solo exposto, das áreas florestadas
 feita por meio de classificação supervisionada.
 Algoritmo utilizado: Máxima Verossimilhança.

Área total desflorestada no interior da TI Marãiwatsédé para o ano de 2008:
62.167,23 hectares

Escala: 1:250.000

Escala: 1:250.000

Figura 30: Imagens de satélite do desmatamento em Marãiwatsédé (2008)

Fonte: Inpe (2009). Análise multitemporal do território da TI Marãiwatsédé.

A consolidação da TI Marãiwatsédé, a desintrusão dos não índios, a destruição do Posto da Mata e os efeitos sobre as atividades produtivas

Segundo a FUNAI¹¹⁴, a TI Marãiwatsédé possui um total de 165.241,2291 ha e está situada em parte dos territórios administrativos dos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, podendo ser melhor visualizada no mapa abaixo:

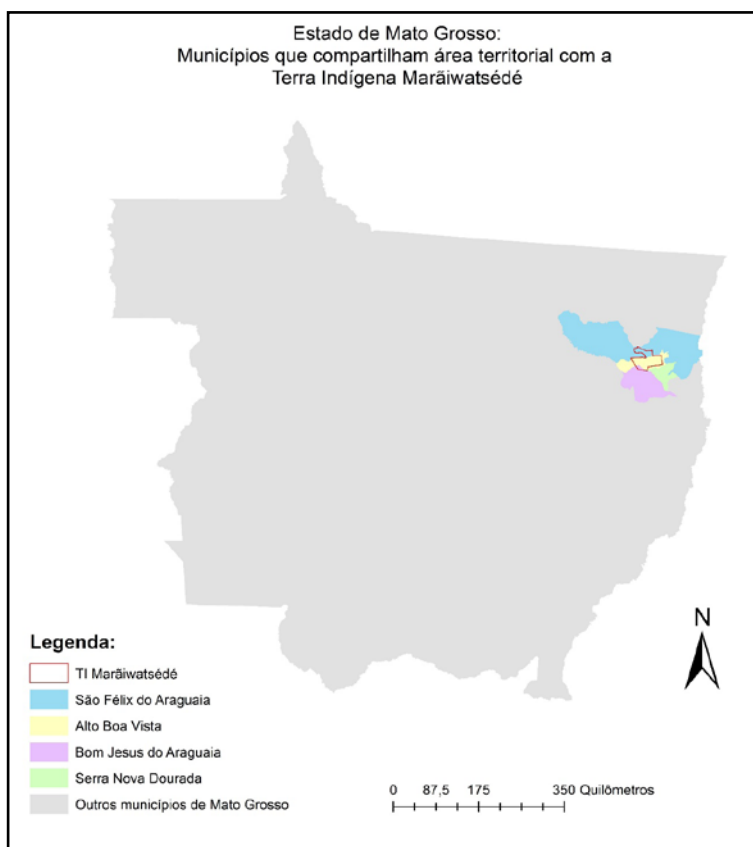


Figura 31: Mapa dos territórios municipais e da TI Marãiwatsédé (2019)

Fonte: Mapa elaborado pelos autores a partir da base de dados do IBGE – Portal de Geociências¹¹⁵.

¹¹⁴ FUNAI. Índios no Brasil. Marãiwatsédé. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 26 out. 2018.

¹¹⁵ Destaca-se que o município de Serra Nova Dourada não possui território sobreposto com os limites de Marãiwatsédé, de acordo com as informações da FUNAI.

O território municipal mais comprometido pela demarcação e retorno dos Xavante à Marãiwatsédé foi o pertencente a Alto Boa Vista, uma vez que este foi delimitado dentro da área remanescente da Agropecuária Suiá Missú. Porém, a situação de conflito não era resultado apenas da definição se as terras seriam propriedades da União ou do ente municipal, mas, sim, da sua forma de ocupação e por quem seria ocupada que gerou uma série de disputas jurídicas depois de 1992.

Depois de seguidas vitórias judiciais, os Xavante garantiram o seu retorno à TI Marãiwatsédé, sendo necessário que, em 2012, ocorresse a desintrusão dos não índios de dentro desse território, gerando debates e conflitos, uma vez que deslocou uma quantidade significativa de pessoas e extinguiu atividades produtivas, como a criação de gado bovino e o cultivo de soja e milho.

Em se tratando dessa leguminosa, foi identificado por Barrozo e Rosa (2017, p. 184), por meio das estatísticas do Censo do IBGE da Produção Agrícola Municipal¹¹⁶ do IBGE, que entre os anos de 2009 e 2012 ocorreu um crescimento de 49,35% no município de Alto Boa Vista e de 51,1% em São Félix do Araguaia, sendo números expressivos, mas “discretos” se comparados ao crescimento de 81,9% em Bom Jesus do Araguaia.

Toda a dinâmica produtiva ligada à produção de grãos que tinha como base o cultivo, armazenamento e comércio dentro dos limites da TI Marãiwatsédé foi cessada. Esse movimento pode ser observado pela retirada do silo de armazenamento de grãos que havia sido instalado nas proximidades do Posto da Mata. Na figura a seguir é possível identificar escombros de construções do Posto da Mata e o silo ao fundo.

¹¹⁶ PAM IBGE 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 03 fev. 2017.



Figura 32: Posto da Mata e silo ao fundo (2014)

Fonte: Fotografia Juliana Cristina da Rosa (jun. 2014).

Em 2018, nem mesmo a estrutura do silo havia permanecido, e o distrito do Posto da Mata já não existia, conforme pode ser visualizado na figura abaixo:



Figura 33: Posto da Mata e escombros (2018)

Fonte: Fotografia Juliana Cristina da Rosa (2018).

A figura anterior apresenta um novo ângulo que também permite observar que a estrutura do silo foi retirada e nada restava no local onde este funcionou antes da desintração. Ademais, as árvores são as mesmas que abrigaram os participantes da reunião que ocorreu no Posto da Mata em 1992 e são, portanto, testemunhas da formação e destruição daquele lugar.

A figura abaixo permite observar que as cercas construídas ao longo da rodovia BR-158 haviam sido retiradas na área que atravessa a TI Marãiwatsédé, pois as atividades relacionadas à pecuária foram cessadas e os criadores retiraram o madeiramento de currais e fios arames das cercas.



Figura 34: Fotografia de cercas sem arame em Marãiwatsédé (2014)

Fonte: Fotografia Juliana Cristina da Rosa (jun. 2014).

Na figura acima é possível identificar apenas os palanques de uma cerca e a pastagem sendo tomada paulatinamente por outras espécies vegetais. A imagem apresenta um recorte que pode indicar tanto o problema do fim dessa atividade produtiva, como o problema ambiental deixado dentro da TI Marãiwatsédé, pois os Xavante precisam de áreas de mata para a caça.

Considerações Finais

A desintração dos não índios e o encerramento de atividades produtivas dentro da TI Marãiwatsédé impactaram significativamente moradores e produtores, assim como a economia dos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia. Convém destacar que os não índios apresentavam forte diferenciação social ligada à origem, à forma de acesso e uso da terra, às atividades produtivas e/ou laborais desempenhadas, entre outros, conforme analisado por Rosa (2015). Certamente, a desintração e o encerramento dessas atividades mudou trajetórias de vida, resultou na falência, empobrecimento e vulnerabilidade social para muitos que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) categoriza como “clientela de Reforma Agrária” e outros posseiros que haviam adquirido títulos de terra sem validade jurídica, conscientes ou não de se tratar de uma compra ilegal. Para os maiores produtores e criadores, o prejuízo se deu por meio das custas judiciais e de multas ambientais que recaíram sobre alguns.

Entretanto, é fundamental destacar que, se analisado o processo histórico, fica claro que a comercialização de terras ocorreu onde estava presente um dos grupos do povo Xavante, que foi deslocado à sua revelia para outro território e obrigado a conviver com outros grupos Xavante com quem mantinham hostilidades históricas. Não obstante, os Xavante de Marãiwatsédé jamais aceitaram a condição de exilados e empreenderam um processo de luta pelo retorno ao seu território de ocupação tradicional.

Ademais, as terras remanescentes da agropecuária Suiá Missú que foram “distribuídas” e ocupadas em 1992, haviam sido devolvidas aos Xavante pela sua proprietária ENI/Agip Petróleo. Naquele contexto, nem o direito ao território tradicionalmente ocupado, assegurado pela CF de 1988, e tampouco o direito à propriedade privada foram respeitados por aqueles que se apossaram de áreas dentro da área remanescente da Suiá Missú que haviam sido devolvidas aos Xavante pela estatal proprietária das terras.

Destaca-se ainda que a retirada dos não índios que viviam dentro dos limites da TI Marãiwatsédé significou para os Xavante a reconquista de um território imprescindível à sua sobrevivência física e cultural,

bem como o retorno ao local no qual estão seus antepassados. Do mesmo modo, por conta do processo de desmatamento pelo qual o território foi submetido, somado à prática de queimadas provocadas e o trânsito por meio da rodovia BR-158 que atravessa a TI, novos desafios ligados à recuperação ambiental, gestão territorial e à sustentabilidade se impuseram, de modo a fomentar novas estratégias e ações de luta pela permanência e sobrevivência dos Xavante em Marãiwatsédé.

Finalmente, o caso de Marãiwatsédé expõe o distanciamento entre os avanços jurídicos no que diz respeito ao reconhecimento de direitos de populações tradicionais, nesse caso, da etnia Xavante, e a efetiva aplicação desses direitos. A letargia do Estado brasileiro em agir diante de situações conflitivas, como as aqui apresentadas, contribuiu para que conflitos e tensões sociais se agravassem. O Estado agiu de forma ambígua, por um lado demarcando a terra indígena e reconhecendo o direito dos Xavante a retornarem a Marãiwatsédé, e, de outro, fomentou a oferta de infraestrutura do distrito do Posto da Mata, como a construção de escolas, a instalação de rede de energia elétrica, entre outros aparelhos urbanos, apesar de ser fato público e notório que ali era uma terra indígena, pois até mesmo nos títulos de compra e venda de terra emitidos constava em nota de rodapé que a área estava em processo de homologação como TI.

O que se observa é que durante duas décadas, entre 1992 e 2012, interesses de políticos regionais se colocaram acima do direito do povo Xavante a ter assegurado seu território de ocupação tradicional. A emancipação dos municípios Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia, na década de 1990, pode ser entendida como estratégia de políticos locais como forma de oferecer elementos de pressão para legitimar o esbulho do território Xavante. O caso de Alto Boa Vista é mais significativo, pois foi o município que foi formado sobre o território Xavante e sua emancipação contribuiu significativamente para acelerar o desmatamento de Marãiwatsédé, conforme pode-se observar comparando as figuras 28, 29 e 30.

A produção de grãos em larga escala, sobretudo de soja, dentro dos limites da TI Marãiwatsédé é sintomática de uma situação na qual produtores, ainda que sem segurança jurídica, arriscam investir

capital para a melhoria do solo, compra de insumos e instalação de silos de armazenamento com a promessa de políticos e de apoiadores que permaneceriam nas áreas ocupadas, mesmo que estas fossem reconhecidas, demarcadas e homologadas como terra indígena, ou seja, terras da União. Ademais, é fundamental destacar que a rentabilidade decorrente da produção dessa leguminosa é um dos motivos que norteiam a ação de produtores, associações e apoiadores nas longas batalhas jurídicas empreendidas, e que, nesse caso, possibilitou que os não índios permanecessem e desmatassem a TI Marãiwatsédé durante 20 anos, entre 1992 e 2012.

Em suma, a morosidade do Estado em aplicar os dispositivos constitucionais contribuiu para acirrar a violência e o preconceito para com os Xavante, bem como frustrar sonhos de centenas de famílias de trabalhadores rurais que creditaram suas esperanças nas promessas e discursos de políticos regionais, cujos projetos e planos foram alimentados, por vezes, por ideais não republicanos.

REFERÊNCIAS

AURELI, W. **Bandeirantes d'Oeste**. 2. ed., São Paulo: Edições Leia. 1962.

BARROZO, J. C. Incertezas no Araguaia: a enxada enfrenta o trator. In: JOANONI NETO, V. (Org.). **Política, Ambiente e Diversidade Cultural**. VI SEMINÁRIO DO ICHS/UFMT, Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. (Org.). **Mato grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.

BARROZO, J. C.; ROSA, J. C. da. O Norte do Araguaia mato-grossense como uma nova fronteira de expansão da soja (2000 a 2015). **Diálogos Latinoamericanos**, 26, p. 172-188, 2017.

BUENO, I. R. **Laudo Antropológico Terra Indígena Marãiwatsédé**. Ação Civil Pública n. 950000679- MPF. 2006.

FERRAZ, I. **Viagem à Suiá Missú**. 1991.

FERRAZ, I.; MAMPIERI, M. **Suiá Missú**: um mito refeito. In: ISA Instituto Socioambiental, Povo Indígenas no Brasil 1991/95. 1994.

LEÃO, J. M. **Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé (2003)**. 2003.

MAYBURY-LEWIS, D. **A Sociedade Xavante**. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1984.

MONTEIRO, L. B. **A problemática da Desintrusão dos não índios na Terra Indígena Marãiwatsédé**. s/d. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ff42b03a06a1bed4>>. Acesso em: 14 maio 2013.

OPAN, ANSA. **Marãiwatsédé**: terra da esperança. 2012. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Biblioteca.html>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

REPÓRTER BRASIL. **Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado de Mato Grosso**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf>. Acesso em: 26 maio 2014.

RODRIGUES, P. M. **Relatório de identificação da área indígena “Marãiwatsédé”**. Brasília: Funai, Portaria n. 9 de 20/01/1992. 1992.

ROSA, J. C. da. **A Luta pela Terra Marãiwatsédé**: povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Posseiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá-MT, 2015.

SILVA, H. R. da. **Nos Sertões do Araguaia**: narrativas da expedição às Glebas Bárbaras do Brasil Central. São Paulo: Editora Saraiva, Coleção Saraiva 3. 1948.

TAFNER JÚNIOR, A. W.; SILVA, F. C. da. **Expansão na fronteira agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia**: a trajetória da família Ometto e seus desdobramentos em Mato Grosso. In: IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA & VI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2011.

_____. Expropriação de Terras e Exclusão Social na Amazônia Mato-grossense. **Revista Pracs**, v. 8, n. 2, p. 87-117, 2015.

VALE DOS ESQUECIDOS. [Documentário longa-metragem]. Direção: Maria Raduan. Fotografia: Sylvestre Campe, color, (72 min.): Tura Filmes, Brasil. 2010.



“MODERNIZAÇÃO” AGRÍCOLA, ASPECTOS FUNDIÁRIOS E IMPACTOS AMBIENTAIS EM MATO GROSSO NO PERÍODO DE 2000 A 2010. ¹¹⁷

Marines Orlandi

Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e professora efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *campus* Sinop

Arnaldo Taveira Chioveto

Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil, e professor assistente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *campus* Sinop

Paulo César Silva Costa Júnior

Antropólogo, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá, e pesquisador do Núcleo de Estudos Urbanos e Rurais – NERUUFMT

Introdução

O setor agropecuário tem desencadeado um dinamismo nas últimas décadas à economia do País visto nos resultados da balança comercial, no crescimento da exportação de produtos manufaturados e na produção de matéria-prima às agroindústrias de alimentos (FREITAS; BACHA; FOSSATTI, 2007). A produção agrícola foi o vetor responsável por interligar os objetivos do alargamento das fronteiras agrícolas no Centro-Oeste, iniciado na década de 1960 e se renovando nas décadas posteriores em várias frentes de ocupação. Esse resultado é fruto da expansão da fronteira agrícola do Brasil, associada à necessidade de crescimento da produção agrícola para geração de alimentos, políticas agrárias compensatórias e ocupação do espaço. A partir da década de 1990, em decorrência do crescimento econômico vindo

¹¹⁷ Artigo adaptado a partir da tese de doutoramento da autora (CHIOVETO, 2014).

de atividades agrícolas, a ocupação do território expande-se para novas regiões, seguindo o fluxo migratório sul-norte, oportunizada pela adoção de tecnologia produtiva, configurando novos formatos de organização da produção rural como os complexos agroindustriais (BECKER, 1985; FREITAS; BACHA; FOSSATTI, 2007; MULLER, 1993).

Essa forma de ocupação do território é também discutida por Hoffmann (1992), Kageyama (1987a), Moreno (2005d), Muller (1984) e Schun (1973), os quais apontam que a promoção da modernização do campo no início da ocupação das áreas distantes do centro econômico (Sul e Sudeste brasileiro) era conservadora, pois propunha a reforma agrícola sem alterar a estrutura fundiária, vista na forma de distribuição da propriedade das terras, estratificada por propriedades e agrupada por ordem de tamanho. Como consequência, houve a expansão horizontal da agricultura com apelo pela especulação de terras nas regiões de fronteira agrícola (BECKER, 1985; EGLER, 1995). Esse fato implicou, *a posteriori*, a redefinição das formas de organização da produção e relações de trabalho no campo, como mencionado por Kageyama e Hoffmann (1985), quando o País foi incorporado ao mercado nacional no contexto da política de modernização agropecuária.

A esse respeito, Becker (1985) comenta que a modernização agrícola subsidiada pelas políticas de interiorização do Governo Federal favoreceu a exploração dessa nova fronteira, possibilitando o acesso a terras disponíveis a partir da abertura de novas áreas, com incorporação de implementos agrícolas e ao desenvolvimento de técnicas de uso do solo para a produção de grãos. Esses fatores propiciaram a expansão do território e o conseqüente aumento da produção e produtividade, transformando Mato Grosso em um dos principais produtores de matéria-prima exportável do Brasil, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A ocupação do Mato Grosso deu-se em grande parte pelo crescimento das atividades produtivas primárias, que se expandiram por esse estado, fomentadas por programas públicos (MORENO, 2005a). Estes permeavam desde o acesso aos recursos destinados à abertura de linhas de crédito agrícola, infraestrutura básica e aquisição de insumos e equipamentos para a agroindústria, financiando também

a implantação de projetos privados de colonização nas regiões centro-norte e leste do estado, e ainda programas cujo objetivo era de interligação por meio de grandes eixos rodoviários para canalizar o escoamento da produção até os principais centros de comercialização do País. Barros (1999) relata que a modernização agrícola em Mato Grosso torna-se referência por seu modo “aberto” no momento da expansão tecnológica. Araújo et al. (2007) comentam que as expansões das fronteiras foram desencadeadas com os ganhos de eficiência da economia interna do País, associados às mudanças nos preços relativos dos fatores da produção.

Nisso, a busca pela melhoria da produtividade foi favorecida com investimentos em pesquisa e extensão, como menciona Romeiro (1987), onde a Embrapa contribuiu para reestruturação do sistema de pesquisa no início de 1970 para acelerar o processo de transição da agricultura brasileira de uma indústria baseada em recursos naturais para uma indústria baseada na tecnologia, bem como na formação de capital humano para o setor, fatores estes apontados por Barros (1983) como essenciais às mudanças estruturais para o crescimento do setor agropecuário. Outro aspecto importante para compreender o aumento das terras destinadas ao cultivo foi, inicialmente, a utilização de áreas tradicionais próximas aos centros urbanos e novas áreas do Centro-Oeste devido às precárias condições de transporte (BARROS, 1979).

Ao olhar os municípios de Mato Grosso, em especial pelo recorte de seus biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal), vê-se que a forma de ocupação das áreas é diferenciada.

Os dados dos municípios do bioma Cerrado mostram que quanto menor a população no campo, maior é a população na cidade, o que pode ser evidenciado na Tabela 5 deste trabalho. Essa característica foi explorada na pesquisa de Chioveto (2014) que menciona esses fatores como determinantes para a intensificação da mecanização da produção agropecuária, pela necessidade de uso intensivo de novas formas de produção para auxiliar na redução de custos e otimizar o rendimento da produção e diminuição da mão de obra no campo. Por sua vez, no mesmo trabalho da autora, nos municípios do bioma Amazônia, a ocupação do solo deste espaço é identificada pelas áreas de pastagens,

áreas de lavoura permanente e temporária, e áreas legalmente protegidas, juntamente com as áreas indígenas homologadas, áreas de unidades de conservação (UC), áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL), e relativas aos espaços destinados aos sistemas agroflorestais (floresta, lavoura ou pastagem) distribuídos nos 74 municípios pertencentes a esse bioma (MATO GROSSO, 2000a; 2000b; 2010b). Também se evidencia na pesquisa de Chioveto (2014) que as áreas legalmente protegidas ficam mais preservadas ou delimitadas legalmente enquanto o município tem menor acesso às áreas territoriais pela população e escoamento de produção, demonstrado nos municípios com população rural entre 40% e 60% da população total.

Nesse aspecto, a estratégia de ocupação dos espaços por meio de acesso às áreas próximas a áreas urbanas para depois se estender aos novos espaços rurais oportunizou a intensificação do uso da terra e a sua apropriação, primeiro em produção e depois em produtividade. Esse fato influenciou a mudança da estrutura fundiária, as questões ambientais do território, o uso de tecnologias produtoras, como maquinários e insumos, o que implicou no desmatamento e na intensificação do uso de agrotóxicos.

É nesse contexto que esta pesquisa se propõe a apresentar o processo de modernização agrícola e a repercussão nos aspectos fundiários em Mato Grosso no período de 2000 a 2010. Para isso, o trabalho se divide em cinco partes, sendo a primeira esta introdução. Na segunda parte é apresentado o objetivo. Na terceira parte encontram-se o material e os métodos utilizados para o desenvolvimento do artigo. A quarta parte traz a identificação e a análise empírica de Mato Grosso, e as questões do impacto da modernização no estado e a repercussão nas questões fundiárias e ambientais. Por último, são apresentadas as conclusões.

O objetivo deste trabalho é apresentar o processo de modernização agrícola e sua repercussão nos aspectos fundiários em Mato Grosso no período de 2000 a 2010. O trabalho também discute como o desenvolvimento e aprofundamento do uso do solo ocorrem nas áreas diferenciadas mato-grossenses, a forma como o homem ocupa os espaços e, conseqüentemente, o modifica. Apresenta as áreas ocupadas por esta-

belecimentos agropecuários familiar e não familiar, segundo a condição legal da terra, as áreas legalmente protegidas e os impactos dessa ocupação observados nos dados do desmatamento e no uso de agrotóxico.

A pesquisa foi norteadada pelo método de modelo experimental-explicativo (FLICK, 2009b), de caráter quali-quantitativo, com abordagem qualitativa de caráter descritivo-dedutivo, conforme Gil (2009) descreve, apresentando como método o modelo experimental-explicativo, com dados das décadas de 2000 e 2010. Para isso, faz-se uma análise empírica secundária, com coleta em sites oficiais, como o IBGE, IPEA e SEPLAN/MT referente aos aspectos fundiários de Mato Grosso.

Para reforçar os aspectos teórico-empíricos, foi utilizada a estatística descritiva, a fim de analisar os aspectos sociais, ambientais e econômicos dos municípios nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal de Mato Grosso. Essas informações foram apresentadas com uso da exposição dos dados por meio de tabelas e figuras, expostas em formatos de mapas construídos a partir de geoprocessamento de imagens de satélite com uso do GvSIG, a fim de identificar os municípios mato-grossenses. Ao geoprocessar as imagens, apresentadas como resultados da pesquisa em forma de figuras, foram utilizados:

- a. Mapa de calor (usado para mostrar a concentração de uma ou mais características ou propriedades do local ou região observada individualmente, com uso de modelo triangular, com definição de um raio de análise geográfica de 100 km a partir das coordenadas geodésicas das sedes dos municípios), conforme aponta a pesquisa de Chiovetto (2013). Esse caso é apresentado na Figura 38, quando se discute a concentração e uso de agrotóxicos por município, considerando sua localização nos biomas estudados;
- b. Mapa de cor: usado para mostrar uma ou mais características ou propriedades do local ou região observada individualmente. Esse recurso é apresentado na Figura 35 (estabelecimentos agropecuários familiar e não familiar, segundo a condição legal da terra), 2 (áreas legalmente protegidas) e 3 (percentual de desmatamento).

Para identificar as características dos territórios rurais dos municípios mato-grossenses, definiu-se agregar a população rural, formando-se grupos com arranjos compostos por: < de 10%; entre 10% a 40%; de 40% a 60% e > de 60% da população total dos municípios, conforme aponta a pesquisa de Chioveto (2014).

Resultados e Discussão

O Mato Grosso em 2010 (IGBE, 2010a) era constituído por 3.035.122 habitantes, destes 913.032 eram pessoas migrantes, representando 30,08% da população residente oriundas de outras regiões do Brasil, dos quais 12,39% da Região Sul, 8,40% da Região Sudeste, 6,73% do Nordeste brasileiro e apenas 3,55% do Norte, evidenciando a atratividade que esse estado jovem teve na ocupação dos “vazios populacionais” mencionados por Moreno e Higa (2005c).

Esse processo de ocupação mostrado pelo adensamento populacional resultou na espacialização no território, oportunizado pela atratividade que se destaca com maior força a partir da década de 2000 (Tabela 5), onde 43,09% da população chegou ao estado após 2005, quando Mato Grosso começa a ser mencionado como referência econômica do País, pela oferta de trabalho e renda, e por estarem em franca ascensão de crescimento as atividades econômicas (ORLANDI; LIMA, 2012).

Tabela 5: População, área e densidade demográfica de Mato Grosso – 1991, 2000 e 2010.

	População Total	Área Total	Dens. Total (hab/km ²)	População Urbana	População Rural
		(km ²)			
1991	2.022.524	903.329,70	2,24	1.481.073	541.451
2000	2.504.353	903.329,70	2,77	1.987.726	516.627
2010	3.035.122	903.329,70	3,36	2.482.801	552.321

Fonte: Dados da pesquisa a partir do IBGE (2010b).

Essa nova movimentação migratória trouxe maior incremento à economia dos setores, principalmente no primário, que começa a

tomar vulto diante das demandas de comércio internacional, colocando o Mato Grosso em evidência nacional. Com isso, houve uma nova movimentação no comércio de terras, o que desencadeou a expansão de espaços cultiváveis, intensificando a concentração fundiária, que é vista na dimensão das áreas e no percentual de estabelecimentos rurais mato-grossenses.

Segundo Moreno (2005b), a caracterização de grande latifúndio já se pontua com ênfase a partir de 1985. Enquanto a Região Centro-Oeste apresentava 17.682 estabelecimentos acima de 1.000 hectares, representando 69% do total de terras da região, no período, Mato Grosso já pontuava 7% dos estabelecimentos acima de 1.000 hectares, que somavam 31 milhões de hectares (83% da área do estado). Naquele momento, Mato Grosso detinha o total de 77.921 estabelecimentos rurais, com domínio de uma área de 37.835.853 hectares. Pelos números, observa-se a característica concentradora de terras, quando apenas 6.835.853 hectares estavam em propriedades abaixo de 1.000 hectares e em 93% dos estabelecimentos rurais. Em 1995, os estabelecimentos rurais cresceram (78.762), mas ocupando uma área de 49.839.631 hectares, com taxa de ocupação de 54,96% da área do estado (MORENO, 2005b, p. 141).

Em 2007, segundo Chioveto (2014), a concentração persistia e aprofundava. As propriedades rurais acima de 1.000 hectares no Cerrado mato-grossense totalizavam 4.036 estabelecimentos de um total de 35.338 propriedades, em 79,64% do total da área deste bioma (19.093.117 hectares), o que ficava apenas 20,35% da área das propriedades para os estabelecimentos abaixo de 1.000 hectares. Por sua vez, no bioma Amazônia, havia 4.146 propriedades rurais acima de 1.000 hectares de um total de 65.089 propriedades, ocupando 76% da área acima de 1.000 hectares, com 6,37% do total de propriedades dessa região mato-grossense, totalizando apenas 24% da área para propriedades abaixo de 1.000 hectares, com 83,63% dos estabelecimentos rurais.

Nisso, conforme aponta a pesquisa de Chioveto (2014), os estabelecimentos agropecuários familiares representavam 9,69% das áreas ocupadas no período analisado e os não familiares (ou empresariais)

existentes nos municípios representavam 90,31% do território de Mato Grosso (propriedades acima de 4 módulos fiscais). Isso evidencia a “grande fazenda” (CHIOVETO, 2014, p.169), com praticamente todo o território dividido em estabelecimentos agropecuários acima de 2.500 hectares. Dentro dessa “grande fazenda” havia algumas ilhas menores em áreas de propriedades agrícolas de médio porte (entre 1.000 e 2.500 hectares) e municípios caracterizados pela agricultura familiar com estabelecimentos agropecuários abaixo de 100 hectares, que era a minoria.

A distribuição dessas áreas nos estabelecimentos agropecuários segundo a condição legal da terra é representada na Figura 35, evidenciada conforme dados informados pelo IBGE (2006c). Mostra as propriedades rurais, tendo as maiores áreas familiares nos municípios localizados ao norte (divisa do Pará e Rondônia) e ao sul do estado, próximas ao Pantanal mato-grossense, diferentemente das propriedades não familiares que se concentram no centro de Mato Grosso, no sentido leste-oeste. Também evidencia um “vazio” de estabelecimentos agropecuários em duas áreas (uma a oeste e outra no centro-sul do estado), as quais são áreas indígenas, sendo a primeira a área do povo Parecis e a segunda o Parque Nacional do Xingu.

A Figura 35 revela que nos espaços mato-grossenses está posta a característica empresarial da propriedade, explorada com intensidade nos municípios do bioma Cerrado como um recurso de exploração do solo para uso agropecuário. Essa ocupação de propriedade não familiar (CHIOVETO, 2014), com propriedades agropecuárias com maior volume de terra se apresentava ao final da primeira década de 2000, nos municípios do Cerrado mato-grossense, sentido leste-oeste de Mato Grosso. Entretanto, o mapa da Figura 35 também mostra a ocupação de estabelecimentos não familiares adentrando as áreas do bioma Amazônia, o que provavelmente, na década seguinte, ocupará com maior intensidade essa parte norte do estado, em direção ao Pará.

Outro aspecto de relevância na ocupação do solo no estado de Mato Grosso diz respeito às áreas legalmente protegidas (área indígena homologada, unidades de conservação, áreas de preservação permanente e reserva legal, e as áreas de sistemas agroflorestais).

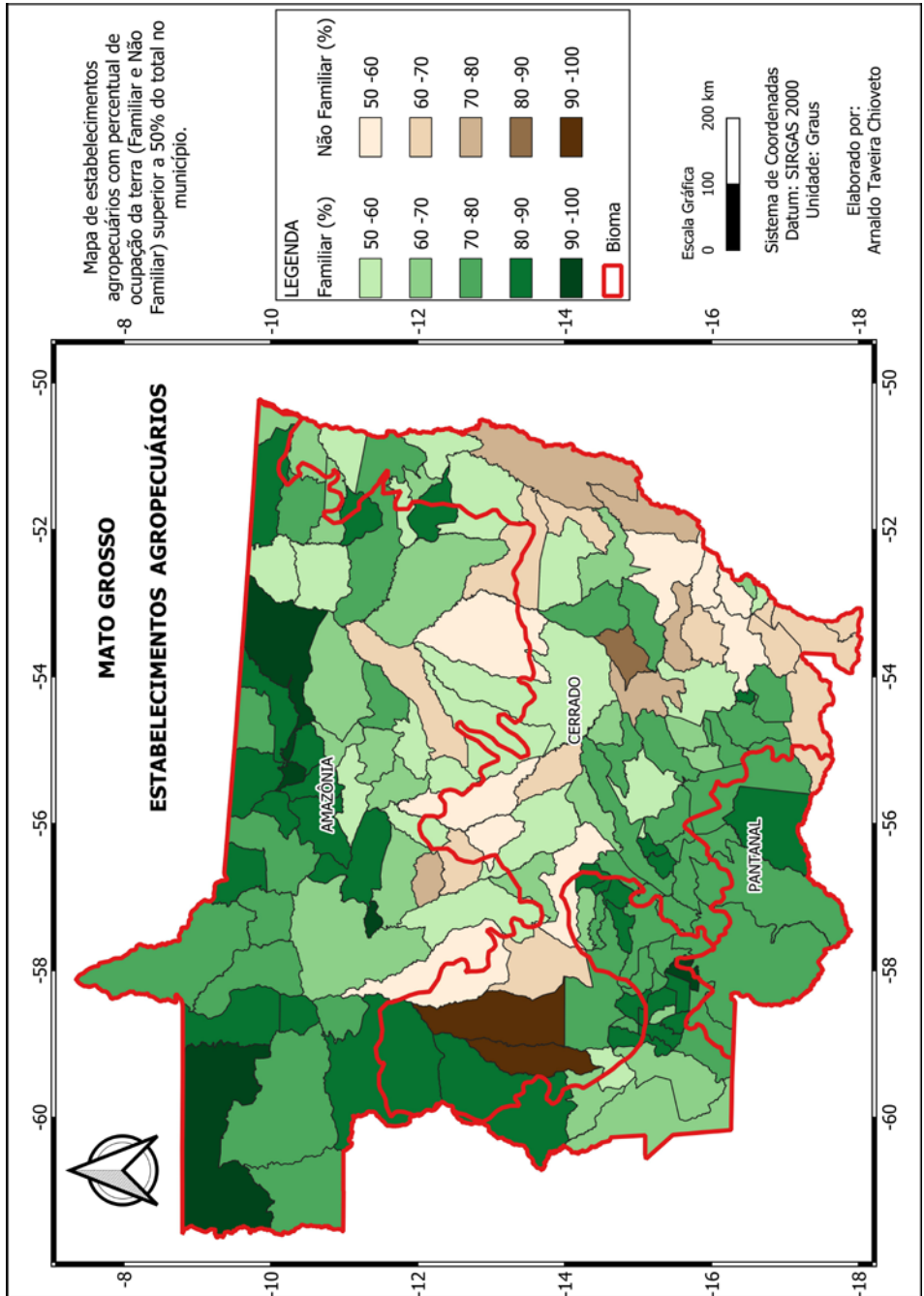


Figura 35: Estabelecimentos agropecuários familiar e não familiar, pela condição legal da terra (proprietário) no Mato Grosso – 2006.

Fonte: Resultado da pesquisa a partir do IBGE (2013b; 2013c).

Ao final da primeira década de 2000 (Figura 36), o percentual de áreas protegidas estava naqueles municípios onde 20% a 40% da população residiam no espaço rural (MATO GROSSO, 2001a; 2001b; 2010b).

Observa-se que as áreas legalmente protegidas com menor percentual de preservação estavam no sul e centro do estado, em vista também do processo de ocupação pela migração da população que ali chegou primeiro, seguindo as correntes migratórias do Brasil, no sentido sul-norte do País. Por sua vez, as áreas mais preservadas (maior que 60% da área) encontravam-se em regiões já delimitadas para tal, como as terras indígenas a oeste e leste de Mato Grosso.

Por isso, considerando que com um maior percentual de áreas legalmente protegidas haverá menor desmatamento e focos de calor, o que tende a repercutir em um ambiente mais preservado ambientalmente proporcionando maior qualidade de vida à sua população, este “se contrapõe àqueles municípios que apresentaram maior ação no uso do solo com atividades primárias em pastagens e lavoura temporária” (CHIOVETO, 2014, p.42). Quanto maior as áreas utilizadas pela atividade de monocultura de grãos e pecuária, maior será o impacto ambiental, inclusive na saúde do homem, visto na intensificação de agrotóxico, o que tende a interferir na qualidade de vida da população rural mediante a sua influência no meio ambiente da população.

Com relação à abertura de áreas para a ocupação do solo, a Figura 37 mostra a abertura de áreas nos municípios mato-grossenses. O mapa mostra que ao sul do estado, espreado-se no sentido leste-oeste do território mato-grossense houve uma sensível redução do desmatamento entre o período de 2000 e 2010. Entretanto, nesse período, o Mato Grosso teve um adensamento no desmatamento concentrado nos municípios do bioma Amazônia, principalmente na Mesorregião Norte e Nordeste do estado (Figura 37) (INPE, 2013).

O mapa demonstra que o desmatamento foi mais concentrado nas microrregiões de Alta Floresta (1), Arinos (7), Aripuanã (8), Colíder (10), Norte Araguaia (14) e Sinop (20) com uma média de aumento de área desmatada de floresta entre 18,54% a 24,73% de crescimento entre o período (CHIOVETO, 2014). Essas regiões mostram que a abertura de área

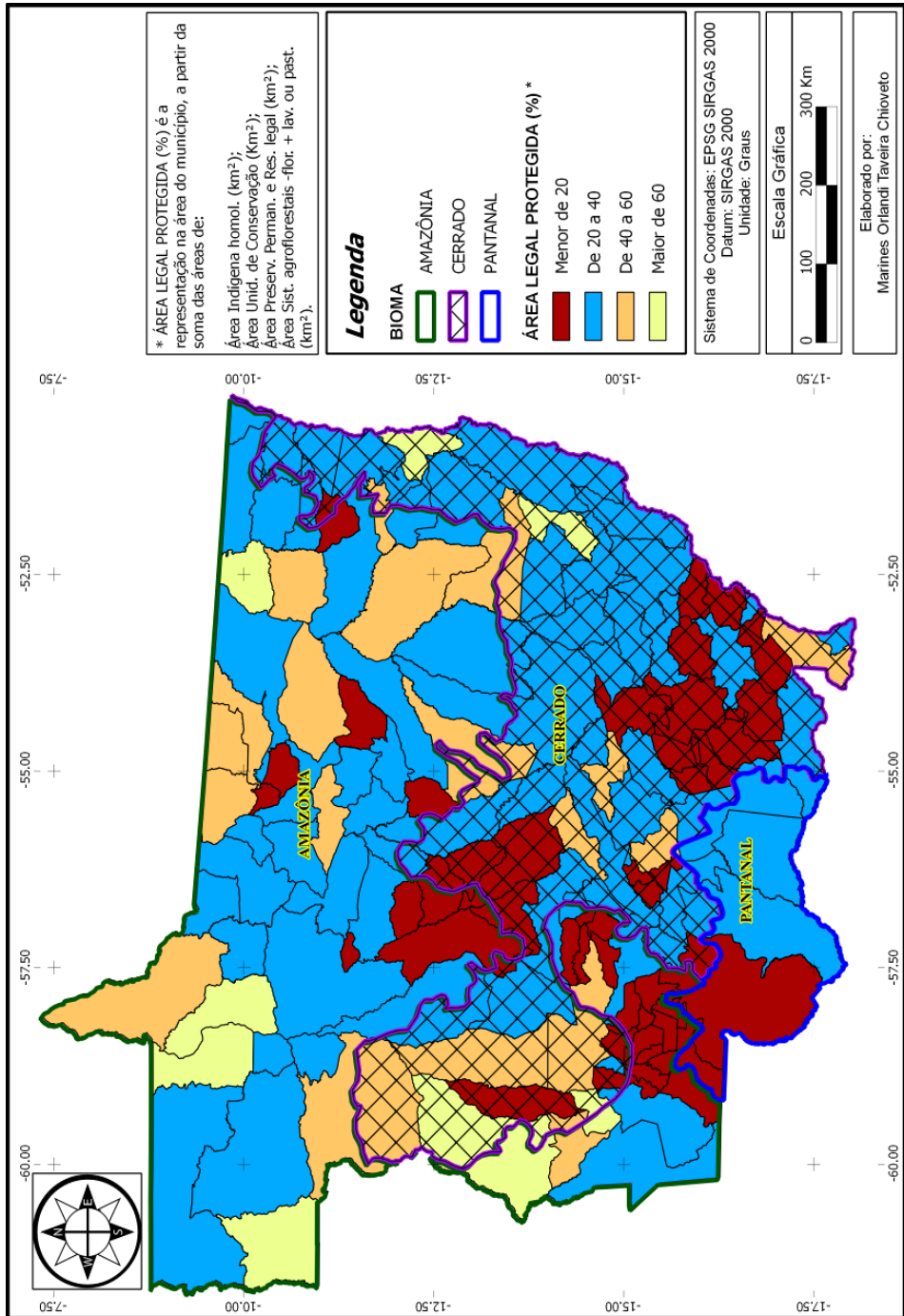


Figura 36: Áreas legalmente protegidas em Mato Grosso – 2010
Fonte: Resultado da pesquisa a partir do IBGE (2013c).

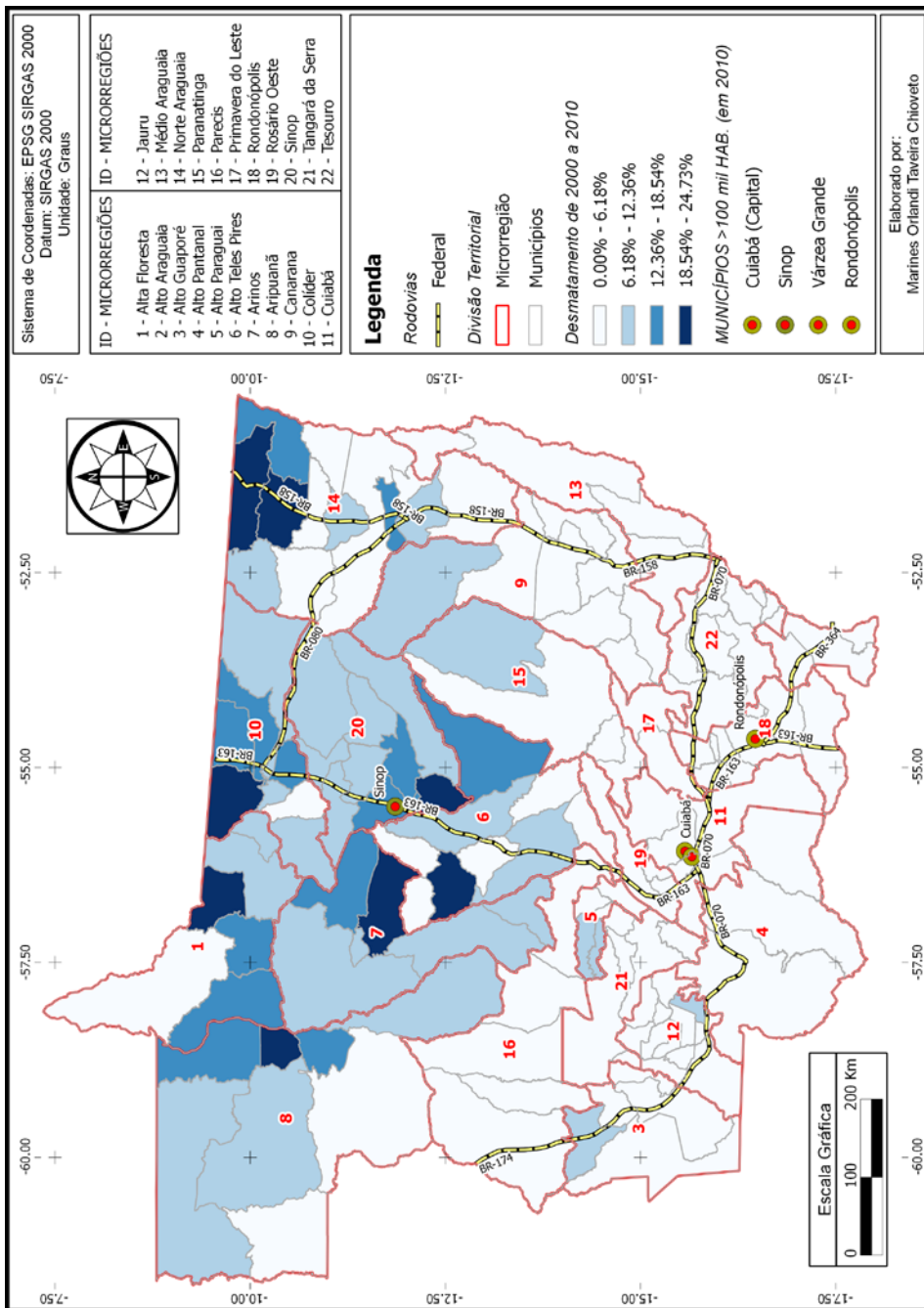


Figura 37: Percentual de desmatamento no Mato Grosso – 2000 a 2010.

Fonte: Resultado da pesquisa a partir do IBGE (2013b; 2013c).

se deu nos municípios do bioma Amazônia tardiamente quando os municípios do bioma Cerrado já se encontravam com suas áreas abertas.

Este último levou a uma ocupação mais adiantada para as atividades agropecuárias na região ao final da década de 1980 em diante. Portanto, o baixo percentual de desmate no Cerrado não significa dizer que suas áreas estavam mais preservadas no tocante à manutenção de sua mata nativa. Essas áreas já haviam sido abertas para uso do solo com atividades agropecuárias ainda na década de 1980 e 1990, quando da migração da população da Região Sul e Sudeste do País se fizeram presente no espaço, impulsionada pelo acesso à terra farta a preço baixo, oportunizada pelas políticas de ocupação do Governo Federal e estadual, como mencionado por Becker (2001).

Nessa representação, as extensões de áreas desmatadas apresentadas na Figura 37 foram abertas para as áreas de pastagens e lavoura temporária que também teve seu crescimento favorecido pelo uso sistematizado de tecnologias produtivas, como agrotóxicos, como menciona Chioveto (2014). Por esse motivo, o trabalho agrícola detém risco ocupacional relacionado a intoxicações agudas na população, como também os danos ambientais com o uso sistemático e extensivo, onde o consumo de agrotóxicos transformou o Mato Grosso em um dos líderes mundiais no uso desse insumo.

Isso remete a uma discussão de qualidade de vida relativa ao aspecto ambiental do território que é a questão de intoxicação por agrotóxico, como esboça Prado Júnior (2012), descrito na pesquisa de Chioveto (2014). O uso de agrotóxicos e a contaminação do ambiente e das pessoas têm implicado em impactos sobre a saúde pública, porque, segundo apontam a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Estado Paraná (UFPR), “nos últimos dez anos enquanto o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%, sendo que em 2008 o Brasil ultrapassou os Estados Unidos estando classificado em o maior mercado mundial de agrotóxicos” (CHIOVETO, 2014, p. 129).

Contudo, apesar desse impacto na qualidade de vida, o uso de agrotóxicos é visto pelo segmento do agronegócio como recursos produtivos

de alta tecnologia, quando seu uso implica no aumento da produção e da produtividade. Nesse sentido, o País tem se colocado como referência mundial. Segundo Faria, Fassa e Facchini (2007), a quantidade de ingrediente ativo vendida no Brasil cresceu 4,3 vezes entre 1972 e 1998, passando de 28.043 toneladas para 121.100 toneladas/ano. Só no ano de 2009, o faturamento com importações de agrotóxicos foi de US\$ 1.122.062 milhões e chegando a US\$ 2.245.806 milhões em 2013 (ABIFINA, 2014).

Para dimensionar melhor o que isso representa no Mato Grosso na primeira década de 2000, foi realizada uma coleta de dados para calcular esse uso. Para poder identificar o consumo médio por hectare de agrotóxico por município, foi considerada a média de consumo por ingrediente ativo consumido no estado, segundo os dados publicados pelo IBGE (2009). Também foi identificado o número de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares do estado e suas áreas, considerando os dados publicados (BRASIL, 2006).

A partir dessas informações, foi calculada a média de uso de ingrediente ativo por hectare (IBGE, 2009), o que totalizou 38.148,9 kg. Em seguida, foi calculado o consumo médio de tonelada de agrotóxico a partir de seu uso nas principais atividades econômicas primárias do estado (arroz, algodão, cana-de-açúcar, milho e soja) de acordo com as orientações de uso, aplicação e periodicidade de ingrediente ativo seguindo orientações de bula desses produtos. Posteriormente, foram também considerados o número de vezes de aplicação por periodicidade do plantio, a colheita ou manutenção de pastagens, considerando um período de normalidade para sua aplicação, ou seja, não considerando pontos extremos, como alta infestação de pragas.

Com esse raciocínio analítico, foi identificada a média estimada apresentada na Figura 38. Nisso, a estimativa de consumo médio de agrotóxico por município foi de 5,43 kg/ha, considerando as áreas de lavoura temporária.

A Figura 38 mostra o impacto da modernização agrícola do Mato Grosso no período, indicado pela quantidade de agrotóxico utilizado em 2006. Mostra a quantidade média de agrotóxico por município, nas regiões do estado: quanto mais escuro, maior a concentração; quanto mais clara a intensidade da cor, menor o uso desses agentes químicos.

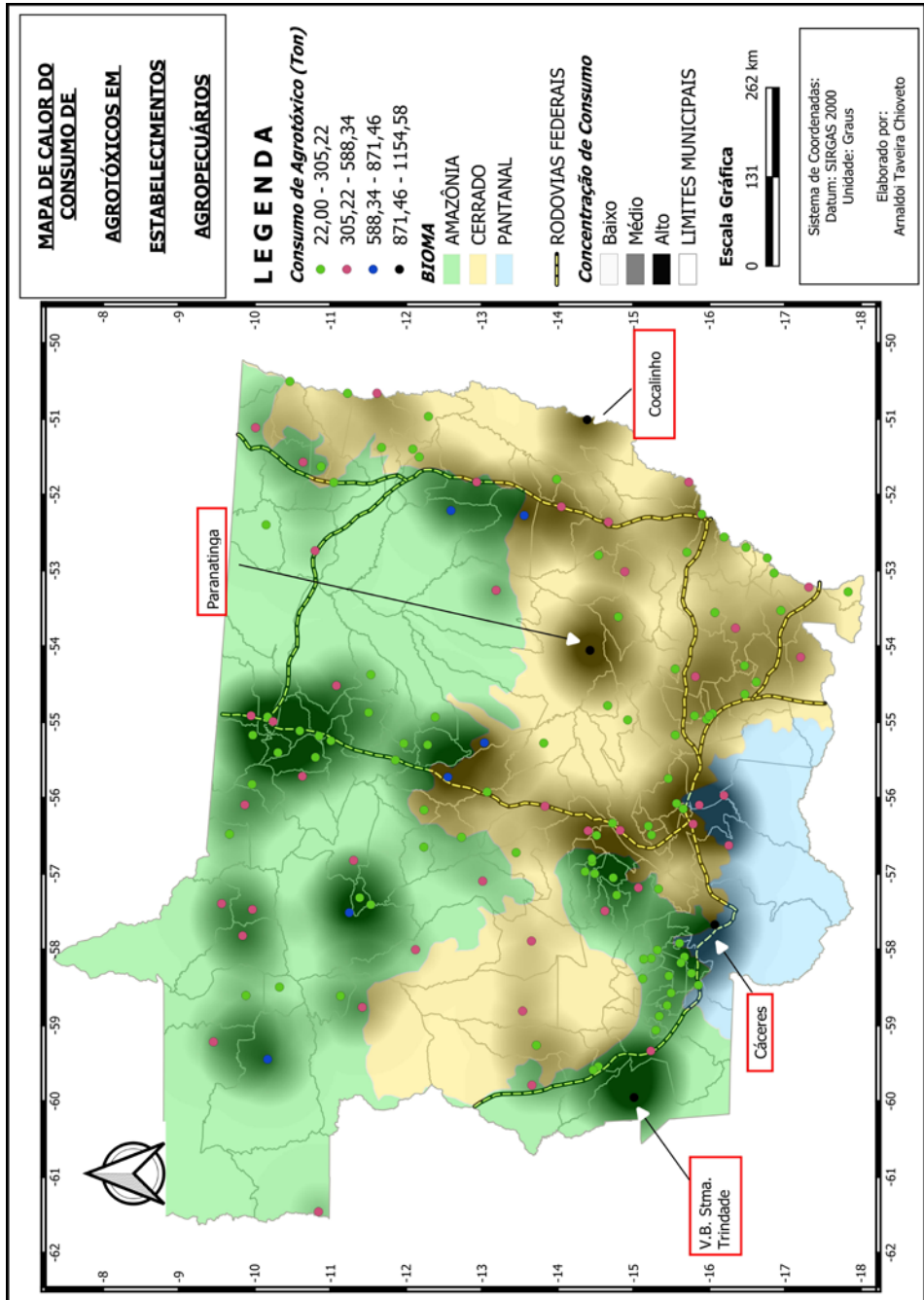


Figura 38: Concentração do uso de agrotóxico em estabelecimentos agropecuários no Mato Grosso – 2006.

Fonte: Resultado da pesquisa a partir do IBGE (2013b; 2013c).

Para marcar essa intensidade e gerar o mapa de cor com uso do GvSIG, a pesquisa utilizou como parâmetro um raio de 100 km a partir das coordenadas geodésicas da sede do município. Esse fato pode ter influenciado na concentração maior de cor em determinadas áreas, pois há uma maior concentração das sedes dos municípios naqueles que têm áreas territoriais menores (como no sul do estado, entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres), o que causa uma sobreposição de áreas, repercutindo nesses dois municípios uma maior incidência de alta concentração no uso de agrotóxicos, por serem os mais influentes dessa região, enquanto que Paranatinga e Cocalinho podem ter tido influência pelas grandes áreas de seus territórios municipais.

Ao verificar os pontos mais escuros do mapa que representam os municípios (preto, roxo e vermelho), percebe-se que o uso de agrotóxicos estava por todo o Mato Grosso. Também é evidenciado que as concentrações de uso de agrotóxicos estão postas nos municípios cuja sede fica próxima às principais rodovias do estado, fato que oportuniza o escoamento, logística produtiva e mobilidade populacional.

No tocante à extensão territorial mato-grossense, o tamanho do módulo fiscal é superior à média nacional ao se comparar a outros estados brasileiros. Exceto o de Cuiabá (com módulo correspondente a 30 hectares), os demais municípios estão com módulos fiscais entre 60 e 100 hectares (FAMATO, 2012). Por ter a média de tamanho de terras maior que a maioria das terras de outros estados brasileiros, percebe-se o favorecimento de concentração fundiária.

Nisso, a agricultura empresarial acaba prevalecendo no espaço mato-grossense, principalmente com uso da terra como reserva de valor, confirmando o que já apontava Prado Júnior (1981) e Sayad (1982). Para esse fim, os proprietários desenvolviam a pecuária extensiva, a fim de dar a essa atividade um caráter de valor social da terra. Contudo, a abertura do solo para mecanização agrícola possibilitou aos proprietários rurais uma mudança gradativa e significativa no uso do solo.

De 1995/96 a 2006, segundo o IBGE (2006), as áreas destinadas a pastagens cresceram apenas 6,33%, mas as áreas de lavoura aumentaram em 132,60% no período, chamando atenção pelo nível de abertura de área para cultivo agrícola no Mato Grosso. Inclusive se apropriando

das áreas anteriormente compostas de matas e florestas, as quais, naquela década, tiveram um decréscimo de sua área de 3.784.672 ha, o que equivale a 17,57% de redução (6), reforçado pelos índices de desmatamento do estado, como mostra a Figura 37.

Tabela 6: Utilização das terras (ha) no Mato Grosso – 1995-1996 a 2006.

	Lavouras	Pastagens	Matas e florestas
Taxa crescimento nº estabelecimentos	8,84%	42,03%	47,25%
Taxa crescimento da área (ha)	132,60%	6,32%	-17,56%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2006).

Vale lembrar que a base de sustentação econômica de Mato Grosso esteve assentada no setor agropecuário desenvolvido em grandes propriedades (acima de 1.000 ha), no qual a pecuária foi a fonte principal do setor até o final da década de 1990. Mas esse setor tem aos poucos diminuído sua participação, sendo substituído pelo crescimento das áreas de lavoura, inclusive visto pelo número de estabelecimentos agropecuários (75.965 em 2006 contra 51.590 em 1995-1996) (IBGE, 2006a).

Chama atenção na Tabela 6, que, mesmo as áreas de lavoura tendo uma taxa de crescimento significativa, a taxa de crescimento em número de estabelecimentos rurais foi de apenas 8,84%, como mostra a pesquisa de Chioveto (2014), diferentemente das áreas e número de estabelecimentos de pastagem e de matas e florestas. Entre 1970 e 1995, a área de pastagens nativas em relação ao total da área de estabelecimentos rurais do estado decresceu, de 50,3% em 1970 para 12,4% em 1995, enquanto a área de pastagens plantadas saiu de 17,20% para 22,97% em 2006.

Tendo em vista a tecnificação produtiva, o estado teve sua compensação pelo aumento da produtividade obtida pela intensificação da modernização agropecuária, com a introdução de insumos e agrotóxicos, novas tecnologias no trato da terra, novas formas de organização e administração, fatos que favoreceram a transformação do território em estabelecimentos empresariais agropecuários. Os sinais da tecnificação

do campo em Mato Grosso são representados pelo aumento de máquinas agrícolas nas propriedades agropecuárias (Tabela 7), acompanhando a evolução do crescimento do consumo brasileiro, como mostram as pesquisas de Schun (1973) referendadas por Staduto (2002).

Tabela 7: Número de tratores e de estabelecimentos rurais em Mato Grosso – 1970 a 2006.

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Nº Estabelecimentos	46 090	56.118	63.383	77.921	78.762	114.148
Nº Tratores	4.386	2.643	11.156	19.534	32.752	40.687

Fonte: Dados da pesquisa a partir do Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

As implicações dessa modernização no campo podem ser avaliadas pelos resultados da agricultura comercial, que até 1995, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), a área explorada com atividades agropecuárias (lavoura e pecuária) em Mato Grosso representava 24.403.806 milhões de hectares da área total dos estabelecimentos rurais. Destes, 2.951.745 milhões de hectares eram destinados a produtos agrícolas (Tabela 6). Em 2006, o Censo Agropecuário já indicava mudança significativa no modelo produtivo, onde houve um crescimento na área de lavoura (132,60%) comparado à década anterior, mas sua agricultura era pouco diversificada, com produção de monoculturas principais, como soja, algodão, milho, cana-de-açúcar e arroz.

Considerações e Conclusões

O artigo se propôs apresentar o processo de modernização agrícola e sua repercussão nos aspectos fundiários em Mato Grosso no período de 2000 a 2010. Isso é demonstrado pela dinâmica de modernização agrícola e ocupação do território mato-grossense, evidenciado no processo de expansão e concentração fundiária, nas características dos estabelecimentos rurais e emprego dos recursos tecnológicos nas atividades produtivas do estado. Essa tendência é mostrada quando observado que as extensões de áreas desmatadas entre 2000 e 2010 foram principalmente destinadas para a pecuária extensiva e o plantio

de *commodities*, sendo que esta segunda atividade utiliza-se de forma intensiva os agrotóxicos (Figura 38).

É a partir dos anos 2000 que o Mato Grosso efetivamente é dominado pelas atividades agrícolas e inicia o aprofundamento e especialização do mercado de trabalho. Nesse momento, também há a entrada do homem nos municípios do bioma Amazônia, se fortalecendo na busca de novos espaços produtivos para dar conta de um mercado internacional ainda mais ativo. Nesse aspecto, os municípios localizados nas proximidades da malha viária têm a ocupação e o uso do solo intensificados pela facilidade de mobilidade que a rodovia oferece. Com isso, se acentuam dois lados da mesma moeda: de um lado, a ocupação do solo para dar conta do mercado exportador; de outro, implicações ambientais profundas, como abertura de novos espaços nas áreas do bioma Amazônia observado pelo desmatamento, seguindo pelo uso sistemático dos insumos agrícolas, entre os quais o uso de agrotóxicos.

Logo, os cenários desenvolvidos a partir do geoprocessamento dos dados apresentados neste artigo contribuem para a continuidade do debate referente às estratégias adotadas pelo poder público para a ocupação do solo e utilização dos recursos naturais, ao conflito entre classes no tocante à questão agrária e à divisão de terras, bem como a condução da produção agrícola nos estabelecimentos rurais. Sugere-se então o desenvolvimento de estudos futuros que possam integrar dados históricos e geotecnologias no intuito de aprofundar a discussão sobre os impactos socioambientais provenientes dessa lógica de crescimento econômico.

Quanto às limitações desta pesquisa se apresentam por esta ter sido feita a partir de dados oficiais publicados, entre os quais IPEA, IBGE e SEPLAN/MT, o que influenciou uma análise mais pontual das informações, partindo do princípio que sua publicitação ocorre em período de tempo longo (10 em 10 anos, em média), o que interfere em um acompanhamento mais efetivo das modificações da estrutura agrária e ocupação dos espaços. Outra limitação refere-se à pesquisa não ter sido feita de forma empírica, à campo, fato que pode ser realizado em outras pesquisas profundadas, com o cunho de evidenciar como a ocupação dos espaços influenciou, entre outros pontos, a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. F. C. de. et al. Política de crédito para a agricultura brasileira: quarenta e cinco anos à procura do desenvolvimento. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Mapa. Ano XVI, n. 4, p. 27-51, out./nov./dez. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE QUÍMICA FINA, BIOTECNOLOGIA E SUAS ESPECIALIDADES. **Estatística. Importações**. Disponível em: <<http://www.abifina.org.br/importacoes.asp>>. Acesso em: 04 jan. 2014.

BARROS, A. L. M. **Capital, produtividade e crescimento da agricultura**: o Brasil de 1970 a 1995. 1999. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências). Piracicaba, Esalq/USP, 1999.

BARROS, J. R. M. Transição e descontinuidade no crescimento agrícola. In: DIAS, G. L. S.; BARROS, J. R. M. **Fundamentos para uma nova política agrícola**. Brasília, DF: Companhia de Financiamento da Produção, 1983. p. 23-39. (Coleção Análise e Pesquisa, 26).

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. ano 47. n. 3/4, p. 357-371, jul./dez. 1985.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: **Revista Parcerias Estratégicas**. Brasília: CGEE. v. 27, n. 12, p.135-159, set. 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**: Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 03 dez. 2013.

CHIOVETO, A. T. **Desflorestamento e crescimento econômico regional nas microrregiões Sinop e Alto Teles Pires no Estado de Mato Grosso**. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Toledo: Unioeste, 2013.

CHIOVETO, M.O.T. **Desenvolvimento rural no Mato Grosso e seus biomas**. 2014, 245 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Toledo: Unioeste, 2014.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 207-238.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. C. G.; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Abrasco, v. 1, n. 12, p. 25-38, jan./mar. 2007.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE MATO GROSSO. Mato Grosso. **Módulo fiscal**. Cuiabá: Famato, 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FREITAS, C. A. de; BACHA, C. J. C.; FOSSATTI, D. M. Avaliação do desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil: período de 1970 a 2000. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp. v. 16, n. 1, ano 29, p. 111-124, abr. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOFFMANN, R. A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microrregiões homogêneas do Brasil. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: RESR, v. 30, n. 4, p. 271-290, out./dez. 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra**. 2013b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. 2006a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/>. Acesso em: 10 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geociências**. 2013c. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 18 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mato Grosso**. 2010b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>>. Acesso em: 31 out. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Regional (Ipea). **PIB Agropecuário 2009**. 2009. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Regional (Ipea). Regional: Agropecuária. **Utilização das terras**: área total de lavoura permanente e lavoura temporária. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Regional (Ipea). Regional: Agropecuária. **Utilização das terras**: área de pastagens totais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto Prodes**. Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite. Desmatamento por municípios. 2013. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

KAGEYAMA, A. A. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Ed. Caetés, 1987. p. 18-32.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral (Seplan). **Anuário 2001**. Unidades de Conservação Estaduais segundo o município, decreto de criação, área (ha) e categoria, MT/2001a. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/sitios/anuario/2001/TABELAS/plan14-2.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral (Seplan). **Anuário 2001**. Áreas indígenas, extensão, etnia, população total, município e situação jurídica, no Mato Grosso,

MT/2001b. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/sitios/anuario/2001/TABELAS/plan14-1.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral (Seplan). **Anuário 2010**. Consumo de energia elétrica (kwh), do setor rural, por município, MT/2009. 2010b. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/sitios/anuario/2010/capitulo/cap13/Tab_13_4.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

MORENO, G. Agricultura: transformações e tendências. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org). **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005b, p.140-171.

_____. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S (Org.). **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005a, p. 34-51.

MULLER, G. Brasil agrário: heranças e tendências. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Seade. v. 3, n. 7, p. 11-20, jul./set. 1993.

ORLANDI, M.; LIMA, J. F. de. Ocupação territorial e a espacialidade das atividades econômicas: o caso do estado de Mato Grosso. **Informe Gepec**, Toledo: Unioeste, v. 16, n. 1, p. 26-41, jan./jun. 2012.

ORLANDI, M. et al. Caminhos da soja e o desenvolvimento rural no Paraná e em Mato Grosso. **Revista de Política Agrícola**, Brasília: Embrapa, ano XXI, n. 4, p. 75-92, out./nov./dez. 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROMEIRO, A. R. Ciência e tecnologia na agricultura: algumas lições da história. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v. 4, n. 1, p. 59-95, jan./abr. 1987.

SAYAD, J. Especulação em terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola e o novo ITR. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: Ipea, n. 12, v. 1, p. 87-108, abr. 1982.

SCHUN, G. E. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: alguns comentários. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de

Janeiro: Ipea. v. 3. n. 1, p. 51-94, mar. 1973.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. SP: Zahar, 1980.

STADUTO, J. A. R. **Determinação dos salários na agricultura brasileira**: período de 1971 a 1996. 2002. 158 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”, Piracicaba: USP, 2002.

Mato Grosso se destaca, pela sua produção agrícola, como o maior produtor do agro no Brasil. Sua produção, destinada para o mercado internacional, se caracteriza por sua forma empresarial, em grandes áreas, com mecanização, tecnologia e grande volume de capital. Esse modelo de agricultura, integrado com a agroindústria, produziu complexos agroindustriais, verticalmente integrados. O “agronegócio” se expandiu a partir do Sul do Brasil, em decorrência das políticas públicas que priorizaram uma estratégia de “modernização conservadora” no campo. A oferta de terras abundantes e baratas nos chapadões do Brasil Central ofereceram os pré-requisitos necessários para aquele tipo agricultura que se expandiu vertiginosamente no Centro Oeste. O suporte tecnológico da EMBRAPA, criando novas variedades de soja adaptadas às condições do bioma Cerrado, possibilitou que Mato Grosso se tornasse o maior produtor de soja, milho e algodão. Esse contexto é o pano de fundo das contribuições contidas nesta coletânea, que surgiu de uma cooperação de longa data entre pesquisadoras e pesquisadores, de diferentes disciplinas, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT - Sinop) que formam parte do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU/UFMT), e de pesquisadores geógrafos do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade AGEF do Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck na Áustria.

Apoio Financeiro:

